



INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA

EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA BUSCA POR UMA
EDUCAÇÃO INTEGRAL

Porto Alegre
2019

LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA

**EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA BUSCA POR UMA
EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Porto Alegre
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e Silva, Luiz Felipe Kopper da.
Educação política: uma discussão necessária na busca por uma educação integral. / Luiz Felipe Kopper da Silva; orientadora Maria Augusta Martiarena de Oliveira – Porto Alegre: 2019.

237 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2019. Orientadora: Profª Drª. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

1. Educação política 2. Educação integral 3. Ciclo de Políticas. 4. Educação - Aspectos Políticos. I. Oliveira, Maria Augusta Martiarena de. II. Título

CDU: 37.01

LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA

**EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA BUSCA POR UMA
EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 16 de maio de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Profa. Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande

LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA

**EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA BUSCA POR UMA
EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 16 de maio de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Profa. Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande

Dedico estas páginas à minha mãe, por ter sempre acreditado em seu filho. Da mesma forma, este trabalho não seria nada sem o apoio e perseverança de minha companheira de vida, Stephanie. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional, paciência e por acreditarem sempre em mim. Em especial, minha mãe Beatriz, que me deu a vida e me trouxe até aqui; ao tio Ruda e tia Lurdes, por assumirem a função de avós, se realizando com cada conquista minha.

À minha segunda família, por estarem sempre comigo naquilo que fosse necessário: Lise, quase uma irmã mais velha; “vóvis” Bea, responsável direta pelos quilos adquiridos nesta jornada; Paulo, um verdadeiro irmão que a vida me deu.

À minha orientadora, professora Guta, por acreditar na força desta pesquisa, estando sempre solícita e atenta aos rumos que o estudo tomava.

Aos membros de minha banca de Qualificação e Defesa, professoras Cris e Rita, que contribuíram de forma exemplar e respeitosa para o desenvolvimento e evolução deste estudo.

A todos(as) os(as) educadores(as) que fizeram parte de minha formação. Em especial, à professora Tatá, que sempre acreditou em mim; e à professora Clarice, que não deixou que eu desistisse desta oportunidade de formação.

Aos(às) educandos(as) do IFRS *Campus* Ibirubá que, ao participarem deste trabalho, permitiram que esta pesquisa tomasse um caráter transformador e capaz de ser replicada Brasil afora.

À professora Raquel, com quem compartilhei os devaneios deste estudo e uma das pessoas que fez despertar em mim esta paixão pela política.

A todos(os) os(as) educadores(as) que se envolveram com esta pesquisa, em especial aos professores Eduardo e Carina, que não pouparam esforços em auxiliar que esta proposta saísse da teoria e recaísse dentro da práxis escolar.

À instituição IFRS e sua política de apoio à qualificação do servidor, que me permitiu conquistar graduação, pós graduação e, agora, este tão almejado mestrado.

A todos(as) os(as) colegas de curso, mas, com especial carinho, àquele grupo baluártico que me recebeu de braços abertos e proporcionou boas risadas e evolução como ser humano: Alisson, Gina, Rodrigo, Sílvia e Tiago.

Finalmente, à Fani, minha amiga, companheira, esposa e eterna namorada, que esteve presente em todos os momentos de minha vida nos últimos 10 anos, que me deu suporte, ouviu anseios, tranquilizou e acalmou quando necessário, que incentivou e acreditou quando eu mesmo não acreditava.

Em vez disso – não podia compreender por que – havia chegado uma época em que ninguém ousava dizer o que pensava, em que cachorros rosnadores e malignos perambulavam por toda parte e todos eram obrigados a ver camaradas feitos em pedaços após confessar os crimes mais chocantes. Não tinha em mente ideias de rebelião ou desobediência. Sabia que, por piores que fossem, as coisas estavam muito melhores do que nos tempos de Jones e que antes de mais nada era preciso evitar o retorno dos humanos.

(George Orwell, 2007)

RESUMO

Devido a atual conjuntura brasileira, a prática escolar tem destinado pouco espaço para a discussão de temas políticos, assunto tão importante para o desenvolvimento do senso de cidadania de nossos(as) jovens. Uma vez que a pauta pela defesa de uma educação integral está bastante em evidência, este estudo se propõe a discutir e contextualizar a abordagem política em espaços escolares, ao entender que os futuros egressos do secundário precisam estar aptos a pensar e conviver em sociedade, de forma crítica e autônoma. Ao levantar a bandeira da escola neutra, o discurso dominante tenta passar uma imagem negativa da reflexão política em sala de aula e, implicitamente, busca tornar regra suas concepções ao relegar tais discussões. Por isto, disseminam-se manifestações de ódio, preconceitos e dogmas políticos, muitas vezes causados por mera falta de conhecimento quanto às propostas apresentadas por cada ideologia ou partido político. Este estudo, neste sentido, propõe uma análise das legislações educacionais vigentes, do discurso de movimentos como o Escola sem Partido e de pesquisas correlatas, com o objetivo de fornecer estratégias didáticas para que docentes possam trabalhar a educação política em espaços escolares, contribuindo para uma formação integral dos(as) educandos(as). A metodologia empregada foi a qualitativa, utilizando análise documental e revisão bibliográfica com relação às fontes pesquisadas, além da pesquisa participante como forma de condução da pesquisa. O produto educacional vinculado ao estudo trata, justamente, de levar à sala de aula o conhecimento político ligado à práxis social e em linha com o modelo de educação atual – contextualizada e em vistas a uma formação voltada ao preparo para o exercício da cidadania. Como resultados encontrados, pôde-se verificar que o discurso dos movimentos que pregam uma educação neutra não encontra bases legais em nossa norma jurídica. Ao mesmo tempo, concluiu-se que os(as) estudantes desejam que a escola lhes apresente a temáticas contextualizadas com a rotina social, de forma a lhes preparar para uma correta inserção na sociedade. Assim, é esperado que esta pesquisa possa auxiliar a todos(as) que busquem por uma sistematização para o trato da reflexão política em sala de aula, pensando sempre em uma educação realmente integral, que não exclua a formação cultural em detrimento da técnica.

Palavras-chave: Formação integral. Consciência crítica. Escola neutra. Educação política.

ABSTRACT

Due to the current Brazilian situation, the school practice has given little space to the discussion of political issues, a subject so important for the development of the sense of citizenship of our youth. Since the agenda for the defense of a comprehensive education is well in evidence, this study proposes to discuss and contextualize the political approach in school spaces, understanding that the future high school egress need to be able to think and live in society, in a critical and autonomous way. In raising the flag of the neutral school, the dominant discourse attempts to pass a negative image of political reflection in the classroom and, implicitly, seeks to rule its conceptions by relegating such discussions. This is why there are widespread expressions of hatred, prejudice and political dogmas, often caused by a lack of knowledge about the proposals presented by each ideology or political party. This study, in this sense, proposes an analysis of the current educational legislation, of the discourse of movements as the School without Party and related researches, with the objective of providing didactic strategies so that teachers can work the political education in school spaces, contributing to a the integral education of the students. The methodology used was qualitative, using documentary analysis and bibliographical review in relation to the sources researched, besides the participant research as a way of conducting the research. The educational product linked to the study is precisely to bring to the classroom the political knowledge linked to social praxis and in line with the current education model – contextualized and in view to an education aimed at the preparation for the exercise of citizenship. As results found, it could be verified that the discourse of the movements that preach a neutral education does not find legal grounds in our legal norm. At the same time, it was concluded that the students want the school to present them with contextualized themes with the social routine, in order to prepare them for a correct insertion in the society. Thus, it is hoped that this research can help all those who seek a systematization for the treatment of political reflection in the classroom, always thinking of a truly integral education, which does not exclude cultural formation at the expense of technique.

Keywords: Integral formation. Critical awareness. Neutral school. Political education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Convite da Mostra em Educação Política.....	22
Figura 2 – Cartaz “Deveres do Professor”	29
Figura 3 – Concepções políticas: entre certezas e incertezas	43
Figura 4 – A política e a juventude: perspectivas gerais	46
Figura 5 – Exposição de partidos políticos	47
Figura 6 – Exposição de partidos políticos	47
Figura 7 – Reflexão sobre a neutralidade na educação	48
Figura 8 – Candidatos Fictícios	49
Figura 9 – Simulação de votação	49
Figura 10 – O conhecimento, a crítica e a autonomia	50
Figura 11 – Mapa conceitual de fontes políticas	51
Figura 12 – Concepções políticas: em busca de mais certezas.....	52
Figura 13 – O papel do(a) professor(a) dentro da sala de aula.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CTA IFRS	Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS
CF/88	Constituição Federal
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESP	Escola Sem Partido
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
LDB/96	Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei n.º 9.394/96)
MEC	Ministério da Educação
MoEPol	Mostra de Educação Política
MBL	Movimento Brasil Livre
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PT	Partido dos Trabalhadores
PSL	Partido Social Liberal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	25
2 UM PERMANENTE “PISAR EM OVOS”: O PARADOXO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	27
2.1 Uma análise do Escola “Sem” Partido.....	28
2.2 Política e educação: perspectivas legais	32
2.2.1 O combate ao sectarismo a partir das legislações	32
2.2.2 A verdadeira forma da doutrinação	35
3 POSSIBILIDADES PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO PEDAGÓGICO ...	40
3.1 Dando voz aos atores da prática pedagógica: percepções sobre a política	42
3.2 Espaços para reflexão política: caminhos possíveis	44
3.2.1 Avaliando resultados: por uma escola com mais educação política.....	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A – DIÁRIO DE ANOTAÇÕES	60
APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL	66
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO INICIAL – DISCENTES	211
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO FINAL – DISCENTES.....	217
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DOCENTES	221
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	223
ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO - ALUNO MENOR DE IDADE.....	227
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ALUNO MAIOR DE IDADE	230
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PAIS E OU RESPONSÁVEIS	233
ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	236

APRESENTAÇÃO

Até alguns anos atrás, aquele ditado que dizia “religião, política e futebol não se discute” vinha à tona, com relativa frequência, para colocar um ponto final em um debate que, por envolver diversos interesses e perspectivas de mundo, precisava ser evitado para não implicar em maiores confusões. Entretanto, a cultura política brasileira vem sendo modificada paulatinamente de forma que, atualmente, a discussão sobre política é amplamente aceita e incentivada em quase todos os espaços de socialização.

Alguns pontos, porém, não estão acompanhando esta transmutação cultural percebida em nosso país. O primeiro aspecto a ser destacado é quanto à qualidade destes debates. As discussões políticas estão ocorrendo, contudo, são claramente desembasadas e descontextualizadas, permeadas por verdades absolutas ou discursos de ódio para com outros vieses ideológicos.

Decorrente disto e da conjuntura política e social brasileira, pode-se perceber uma crescente vontade popular de se acabar com a corrupção e corrigir as falhas deste sistema político maculado. Entretanto, isto pode estar longe da realidade prática verificada. Os estudos de Silveira e Amorim (2005) e Baquero, Baquero e Morais (2016), por exemplo, identificaram que os jovens nutrem sentimentos negativos frente aos recentes acontecimentos políticos ocorridos no país e, ao mesmo tempo, julgam importante e necessária a participação neste meio. Porém, apesar desta sensibilidade, o percentual de participação efetiva ainda é bastante baixo, demonstrando certa incoerência entre os valores demonstrados e aqueles praticados.

O segundo ponto a salientar ganha especial atenção em um momento de grande polarização e desestabilidade política: a vontade de se discutir soluções e possibilidades sem, contudo, um conhecimento acerca dos assuntos básicos inerentes ao tema. Castro (2008) auxilia a entender um pouco sobre esta problemática: em pesquisa conduzida junto a alguns(as) jovens, a autora procurou entender como estes(as) se viam com relação a sua própria inserção no espectro político. Noções como “direita”, “esquerda”, “capitalismo”, “socialismo” e “comunismo” não foram de grande valia na definição da identidade política destas juventudes, aparecendo como uma configuração identitária que compreendia um espectro ideológico bastante amplo e, ao mesmo tempo, impreciso. Também em

posições políticas e partidárias opostas, Castro (ibid.) não identificou uma oposição ideológica notável entre os(as) pesquisados(as), percebendo uma conversão para princípios mais generalizados, como a melhora de serviços públicos ou o combate à corrupção.

Finalmente, um último ponto se faz necessário acrescentar à reflexão: a forma como certos segmentos sociais percebem a escola quando em relação a seu papel na socialização política dos(as) educandos(as). O discurso que pensava uma educação neutra, apolítica e descontextualizada, tal qual visto principalmente durante o período da ditadura militar, parece ter reacendido com bastante força. Aquele que, talvez, seja o principal porta-voz desta forma de (des)educar é hoje um movimento que se intitula Escola sem Partido – ESP. Estabelecendo como objetivo próprio informar estudantes sobre os “abusos” que ocorreriam dentro da sala de aula, o ESP pauta seu discurso buscando cercear e censurar a atividade docente quando em suas práticas profissionais. Tendo esperança de se tornar lei, o movimento entende que menções a pautas reflexivas em torno de questões políticas, sociais ou morais configurem-se como uma forma de doutrinação, normalmente influenciada por instituições ligadas à esquerda política.

Todos estes aspectos mencionados padecem da mesma falta de subsídios: o conhecimento político. Não se está, aqui, falando apenas de um letramento político deficiente. Por si só isto já seria algo a ser enfrentado, contudo, no atual estado das coisas os desafios são muito maiores: vê-se uma sociedade repartida em torno de ideologias contrárias, onde pensar diferente pode ser caracterizado como doutrinação e onde a práxis educativa realiza suas vivências sob perspectivas do medo e da censura. Neste contexto, para que fosse possível atacar as problemáticas identificadas, a presente pesquisa buscou agregar a estas páginas um material amplo: uma análise pormenorizada do Escola sem Partido alinhado a um exame aprofundado das legislações brasileiras, buscando entender se aquilo que o ESP define como doutrinação é previsto na norma brasileira e, em não sendo, o que tais legislações pensam sobre o papel social da escola e o perfil do egresso destes estabelecimentos de ensino.

Sem qualquer tipo de surpresa, o que se verificou é que, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a norma jurídica brasileira tem demonstrado grande preocupação com a formação escolar básica, esperando que a escola oportunize uma educação integral que una as dimensões políticas, sociais e

técnicas. Ao menos na letra fria da lei, a educação brasileira objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando o(a) estudante para o exercício da cidadania.

É preciso notar que diferentes estudiosos do campo da educação têm sido bastante enfáticos ao afirmar a necessidade da escola prover os meios necessários à compreensão das interações sociais, com vistas à preparação para o exercício pleno da cidadania. Saviani (2007, p. 160), nesta linha, percebe que a escola precisa oportunizar à classe discente um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos e, dentre estes, o acesso às ciências sociais, pelas quais se poderiam compreender as relações entre os homens. Da mesma forma, Ramos (2007, p. 4) realça a importância do tema ao lembrar que “[...] outra dimensão da vida que precisa estar integrada aos processos formativos é a cultura: valores e normas que nos orientam e nos conformam com um grupo social”.

Lembrar Paulo Freire (2014) também é fundamental. O autor defende a superação daquela velha concepção bancária da educação, que percebe os(as) alunos(as) como meros receptores dos depósitos educativos, sempre com uma postura passiva diante do(a) educador(a). Em lugar desta forma de pensar a prática de ensino, Freire idealiza uma outra, contextualizada com a realidade social, problematizadora, desveladora de verdades. Com isso, a escola assumindo o papel efetivo de esclarecer e iluminar as ações, explicando os motivos que fazem o sujeito agir de uma forma e não de outra, tem-se a possibilidade de caminhar em direção à constituição de um novo ser humano, crítico e autônomo, capaz de praticar uma ação transformadora em sua realidade social.

Neste cenário, a presente pesquisa procurou levar aos(às) educandos(as) a discussão relacionada as variadas concepções políticas existentes, destacando seus conceitos, defesas, bandeiras e ideologias, possibilitando a estes(as) jovens a escolha daquele partido ou viés que melhor se encaixe com suas perspectivas de vida, o que os(as) levará a tomar as rédeas de suas decisões e se perceberem como seres sociais e históricos, capazes de propor mudanças e agirem sobre a realidade da qual fazem parte.

Ora, tal assunto pavimenta a práxis social, dele se ramificando muitas ações e decisões que implicam toda uma perspectiva de sociedade. Mesmo entendendo sua primazia, percebe-se que a discussão política formal ainda é tratada como tabu dentro das escolas. Os motivos apontados pelos(as) educadores(as) são muitos:

medo de que a liberação deste tipo de discussão levaria a adjetivações ligadas à “doutrinação”; falta de formação na área ou não visualização de uma sistemática de abordagem; receio da reação de colegas e estudantes; entre outras. Não se menospreza, aqui, todos estes apontamentos, mas é necessário ressaltar a necessidade de se trabalhar a formação de um ser humano integral, crítico, consciente de seu estado particular e social, e autônomo frente às discussões sociais.

Sob esta perspectiva, considerando sempre o posicionamento e aceitação de educadores(as) e educandos(as), o que se buscou fazer neste estudo foi reduzir a termo e compilar em um único material textual toda uma prática pedagógica realizada junto a estudantes terceiranistas, de maneira a gerar um produto educacional que, unindo aspectos da norma legal e conceitos e práticas didáticas, pudesse fornecer aos(às) professores(as) um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula. O objetivo, com isto, é basicamente um: preparar as juventudes para sua correta inserção social, possibilitando que a classe docente tenha as ferramentas didáticas necessárias para a abordagem deste tipo de temática em ambientes escolares, considerando que a política é matéria que permeia todos os componentes do currículo escolar.

É preciso estimular, em nossa classe discente, este olhar crítico e atencioso quanto aos discursos político-partidários, para que estes(as) possam, livremente e a seu critério, buscar os discursos que melhor se alinhem aos seus objetivos e compreensões acerca da realidade. Nas palavras de Freire (2014, p. 19),

Em lugar da decretação de uma nova História sem classes sociais, sem ideologia, sem luta, sem utopia e sem sonho, o que a cotidianidade mundial nega contundentemente, o que temos a fazer é repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire, no centro de nossas preocupações.

Sob esta perspectiva, o presente estudo se divide em três partes: a primeira, trazida no item 1, apresenta a metodologia de pesquisa adotada durante toda a prática realizada, seja no levantamento do referencial teórico, na coleta de dados junto a educadores(as) e educandos(as), assim como na prática de campo conduzida com estudantes terceiranistas do IFRS *Campus Ibirubá*.

Já no item 2, são apresentados os referenciais teóricos que embasam toda esta investigação, apresentando ao(à) leitor(a) o paradoxo que vive a educação brasileira: de um lado, a censura e o medo, externalizados na figura do movimento

Escola Sem Partido, que busca despolitizar a ação pedagógica. De outro lado, a busca por uma formação integral, que considere tanto a dimensão técnica quanto a humana. Nesta linha, são discutidas as legislações educacionais do país e o que estas dizem a respeito de uma educação crítica e transformadora, bem como é demonstrado que o sistema de ensino não raro trouxe consigo interesses diversos em relação ao perfil social que se era esperado de seus egressos. Para contribuir nesta reflexão, são utilizadas as colaborações do sociólogo britânico Anthony Giddens, principalmente no tocante a confiabilidade social depositada naquilo que o autor denomina “sistemas abstratos”. Por fim, mas ainda no mesmo item 2, são trazidas possibilidades para construção de caminhos pedagógicos que oportunizem o debate de temáticas políticas em espaços escolares. Para ilustrar estes itinerários, o texto descreve atividades práticas realizadas no IFRS *Campus* Ibirubá, onde estudantes terceiranistas participaram de uma Mostra de Educação Política, com fins a compartilhar experiências e apreender conhecimentos.

Finalmente, na terceira parte deste texto dissertativo, é apresentado o produto educacional vinculado a esta pesquisa: um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula. Este instrumento busca tornar possível que as atividades desenvolvidas no *campus* Ibirubá sejam replicadas em outras instituições de ensino do país, com a mesma aceitação demonstrada pelos(as) educandos(as) ora participantes.

Por motivos lógicos, não se julga definitivo esta proposta didática. Há de se considerar que as limitações encontradas ainda são grandes, principalmente no que se refere à desconstituição do sentimento de medo que paira sobre as escolas, decorrente daquela velha sensação de censura que certos segmentos sociais buscam impor à educação formal. Por isso, o que se pretende neste texto é dar mais um passo. Caminhar em direção à formação integral idealizada, apresentando todas as faces desta Educação Profissional e Tecnológica tão sonhada.

Apresentando a Metodologia Adotada na Pesquisa

O presente estudo foi conduzido através da metodologia da pesquisa participante, tendo um caráter qualitativo. De acordo com Severino (2016), o conhecimento do mundo não pode ser estudado apenas sob a égide do método experimental-matemático, com parâmetros e critérios tipicamente quantitativos.

Neste sentido, ao passo que analisávamos o ser humano em um sentido puramente natural, acabava-se por se perder informações relevantes, devido sua condição específica de sujeito. Nesta linha, Richardson (1999, p. 80) elenca algumas situações passíveis de se utilizar um enfoque qualitativo, conforme segue:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Assim, fica claro que o objetivo da abordagem qualitativa não é realizar levantamento de medidas quantitativas de características ou comportamentos, mas, ao contrário, de compreender os significados e características que envolvem o público pesquisado (RICHARDSON, 1999).

Com relação às fontes pesquisadas, optou-se pela utilização de pesquisa bibliográfica e documental, onde aquela se refere a estudos já publicados, trabalhados e considerados por outros autores e esta diz respeito a diversos outros tipos de documentos, sem qualquer tratamento analítico ou voltado a uma determinada organização (SEVERINO, 2016; GIL, 2017).

Como instrumentos de coleta de dados, foram adotados questionários, os quais cumpriram duas funções básicas (RICHARDSON, 1999): a descrição das características do grupo investigado, tais como idade e preferências políticas; e a medição de determinadas variáveis, como o grau de confiabilidade nas instituições políticas brasileiras ou as particularidades que envolvem o voto. Na elaboração das questões presentes nestes instrumentos, tentou-se seguir à risca a proposta de Severino (2016) quando este diz que as indagações devem ser objetivas, para suscitar respostas igualmente objetivas, sem margem para dúvidas ou ambiguidades. Ainda, os questionamentos foram estruturados de forma fechada e aberta, de acordo com o tipo de informação a que se pretendia compreender. Em algumas perguntas, escolheu-se combinar respostas de múltipla escolha com respostas abertas, de forma a possibilitar maiores informações sobre o assunto e, ao mesmo tempo, não prejudicar a tabulação (MARCONI E LAKATOS, 2010).

Aliada ao questionário, também foi empregada a técnica da observação participante. Para Richardson (1999), independente do nível do trabalho científico, será a observação que proporcionará as bases de toda investigação no campo social. E quando o autor trata da observação participante, destaca que o observador

não será mero espectador, mas, ao contrário, estará ao mesmo nível das pessoas ou fenômenos estudados. Richardson alerta, contudo, que os objetivos da pesquisa, bem como quem a conduzirá, devem ser devidamente apresentados ao grupo pesquisado, para que este entenda os objetivos do estudo bem como tenha boa aceitação para com o pesquisador. Caso não fossem apresentados os fundamentos da pesquisa e pesquisador, correr-se-ia o risco de a comunidade pesquisada descobrir o fato e entender o pesquisador como um espião, situação esta que poderia ser prejudicial para a pesquisa.

Já a opção pela metodologia da pesquisa participante assentou-se na formatação de aplicação do estudo. O pesquisador já vinha acompanhando a rotina dos estudantes há quase cinco anos, devido desempenhar suas atividades profissionais na mesma instituição de ensino e, por isso, verificar na rotina do dia a dia certos anseios e opiniões disseminadas entre determinados grupos de estudantes. Segundo Severino (2016), o pesquisador deve compartilhar a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, no decorrer da pesquisa, de suas atividades. O autor também destaca que o pesquisador deverá registrar, descritivamente, os elementos que observar durante a participação, bem como as análises que fizer.

Já na concepção de Gil (2017, p. 43), a pesquisa participante possui função emancipatória sobre as pessoas ou comunidades pesquisadas. O autor torna ainda mais claro o conceito ao se utilizar de citação direta de Le Boterf (1984): “[A pesquisa participante tem como propósito] auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.”

Este método de pesquisa possui caráter de ação educativa, e tem suas influências ligadas às ideias transformadoras de Paulo Freire, relativas à educação popular. Gil (2017, p. 43) destaca que “seu método de alfabetização a partir da leitura do alfabetizando de seu próprio contexto sócio-histórico é que proporcionou as bases da pesquisa participante.”

Por fim, a opção pela pesquisa participante enquadrou-se perfeitamente ao estudo em tela ao ser o método sugerido em estudos sociais transformadores, que se coloquem a serviço dos oprimidos. Hall (1988; apud MOREIRA, 2002) percebe este tipo de pesquisa como um processo que combina três atividades: pesquisa, educação e ação. Neste sentido, o estudo desenvolvido atingiu, com as atividades práticas e o desenvolvimento do produto educacional, as três atividades citadas por

Hall: um profundo levantamento do referencial teórico que trata do tema (pesquisa), culminando com um momento de repasse dos saberes historicamente constituídos e replicados na forma de um Guia Didático de Apoio a Discussões Políticas em Sala de Aula (educação e ação).

Local e Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus* Ibirubá, com alunos do 3º Ano de cursos técnicos integrado ao Ensino Médio. Foram encaminhados Termos de Assentimento (para alunos menores de idade) e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (para alunos maiores de idade e para os pais ou responsáveis legais) a todos os(as) alunos(as) terceiranistas, oportunizando a participação de todos(as) os(as) interessados(as) pela pesquisa e como forma de se ter um documento legal onde se dava ciência e assentimento para a participação no estudo, tudo em acordo com as bases éticas para estudos que envolvam seres humanos.

Na primeira etapa da pesquisa, onde se aplicou um questionário inicial com vistas a levantar as concepções prévias dos(as) educandos(as), participaram 38 alunos(as), com idades entre 17 e 20 anos, distribuídos(as) da seguinte forma:

I) 07 alunos(as), com idades entre 17 e 18 anos, do curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio;

II) 15 alunos(as), com idades entre 17 e 19 anos, do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; e

III) 16 alunos(as), com idades entre 17 e 20 anos, do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

O número de 38 estudantes que aceitaram participar do estudo foi bastante próximo àquele idealizado no início da pesquisa, que buscava a participação de aproximadamente 10 alunos(as) de cada uma das três turmas dos cursos disponíveis no IFRS *Campus* Ibirubá. Este número totalizaria uma amostragem de 30 educandos(as), o que tornaria a análise das respostas aos questionários mais exata e fiel, considerando o tempo exíguo para conclusão desta etapa.

Para a segunda etapa do estudo, onde foi aplicado questionário final com vistas a se verificar o impacto das atividades pedagógicas desenvolvidas,

participaram 21 alunos(as), com idades entre 17 e 19 anos, distribuídos(as) da seguinte forma:

I) 02 alunos(as), com idades entre 17 e 18 anos, do curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio;

II) 11 alunos(as), com idades entre 17 e 19 anos, do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; e

III) 08 alunos(as), com idades entre 17 e 19 anos, do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

A opção pelo estudo junto aos terceiranistas deveu-se a dois pontos cardeais à pesquisa: o primeiro, por se tratarem de alunos já com elevado desenvolvimento da consciência crítica, atentos às situações que os envolvem em suas rotinas; e o segundo relacionado à idade mínima que estes(as) estudantes atingem nesta etapa escolar. No caso concreto, verificou-se que todos possuíam, no mínimo, 17 anos completos, o que significava que estavam em idade em que já poderiam exercer suas funções cidadãs, exercendo o direito ao voto nas eleições ocorridas no mês seguinte ao término das atividades práticas.

Também se aplicou um questionário junto a 295 educadores(as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – compreendendo todas as grandes áreas do ensino –, com o objetivo de buscar a compreensão quanto às dificuldades encontradas por estes(as) no trato de temas políticos em sala de aula, bem como entender o que pensam estes(as) atores da educação quanto a possibilidade de uma educação neutra ou suas opiniões em relação ao programa Escola sem Partido. Para proporcionar maior participação na pesquisa, o questionário foi encaminhado via formulário do Google para a lista de professores(as) ligados à Instituição citada, onde cada endereço de e-mail poderia responder às perguntas realizadas apenas uma vez.

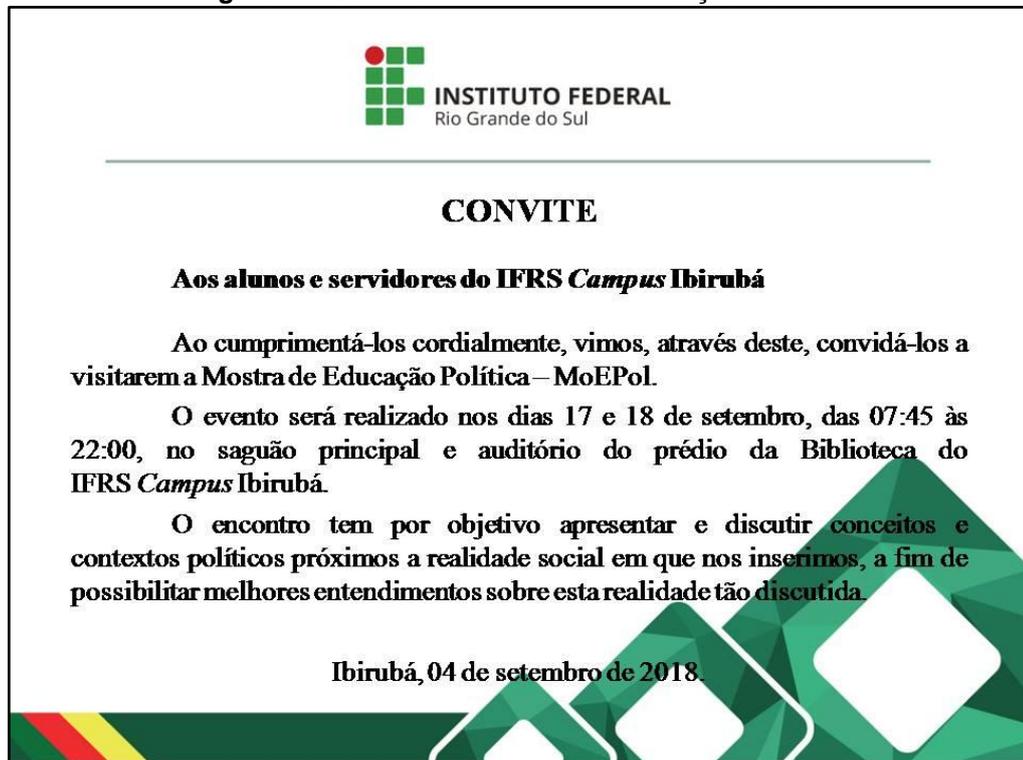
Cabe destacar, ainda, que a presente pesquisa obteve autorização expressa da direção do *campus* em que as atividades foram desenvolvidas. Além disso, salienta-se que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS, tendo sido aprovado em 02/03/2018, sob o número CAAE 82540118.6.0000.8024.

Dos procedimentos realizados

Conforme destacado em outro trecho deste capítulo, para Hall (1988; apud MOREIRA, 2002) a pesquisa participante consiste num processo que combina três atividades: pesquisa, educação e ação. Outro aspecto importante a relembrar é o caráter educativo desta metodologia, com influências ligadas às ideias de Paulo Freire no tocante a leitura, por parte dos(as) educandos(as), de seu próprio contexto sócio-histórico (GIL, 2017).

Neste sentido, a pesquisa desenvolvida reservou um momento específico para trabalhar o tema “política”, junto aos(às) terceiranistas do IFRS *Campus* Ibirubá, em um sentido de educação e ação, sendo isto posto em prática através de um evento denominado Mostra em Educação Política – MoEPol (Figura 1).

Figura 1 – Convite da Mostra em Educação Política



Fonte: Autoria própria, 2018.

Cabe salientar, ainda, que durante a fase de concepção, aplicação e levantamento de resultados desta Mostra, fora preenchido um diário de anotações¹, descrevendo o passo a passo da formulação do evento, em todas as suas etapas, assim como as reações dos visitantes.

Antes de entrarmos no detalhamento do evento, contudo, cabe destacar que, anterior à apresentação, aplicou-se questionário de perguntas abertas e fechadas

¹ No Apêndice B deste relatório serão apresentadas as anotações realizadas neste diário de campo da pesquisa, trazendo alguns detalhes identificados durante a aplicação das práticas.

aos(às) alunos(as) participantes do estudo, com o objetivo de verificar as concepções prévias dos(as) mesmos(as), considerando a importância de se levar em conta as experiências vividas pelos(as) educandos(as) ao chegarem à escola (FREIRE, 2014). Estas questões também serviram para apontar o grau de entendimento dos(as) estudantes acerca da política em seu sentido prático, bem como influências que recebem em ambientes microssociais.

Em seguida, a Mostra de Educação Política objetivou repassar os saberes socialmente construídos referentes ao tema, servindo como base para o desenvolvimento de um produto educacional vinculado a presente pesquisa. De uma forma objetiva, apresenta-se, abaixo, uma breve introdução daquilo que foi efetivamente trabalhado durante o evento. Como poderá ser percebido, devido o teor do assunto abordado pretendeu-se juntar à teoria alguns elementos lúdicos, como forma de possibilitar um melhor ensino-aprendizagem, bem como chamar mais a atenção dos(as) alunos(as) quanto ao assunto trabalhado. Assim, a Mostra foi estruturada em três ambientes, cada qual possuindo objetivos bastante específicos, a saber:

a) conceitos e contextualização política: neste espaço, foram apresentados os significados e contextos de surgimento de conceitos políticos chaves, como o conservadorismo e o progressismo, os sistemas e formas de governo, dentre outros;

b) a (im)possibilidade de uma educação neutra e as ideologias existentes: neste local, oportunizaram-se conversas sobre a Esquerda, a Direita e o Centro, assim como os 35 partidos políticos brasileiros registrados no Tribunal Superior Eleitoral. No mesmo ambiente, foram apresentadas as propostas do Escola sem Partido, o posicionamento contrário a este movimento e também as formas explícitas e implícitas em que a política aparece em outros espaços de interações sociais, como o esporte, o cinema e a música; e

III) o sistema eleitoral brasileiro e a discussão política livre de preconceitos: o último ambiente correspondeu ao local mais interativo do evento. Após a apresentação dos conceitos inerentes ao sistema eleitoral brasileiro (como funciona o voto, sistema eleitoral proporcional e majoritário, cálculos de apuração de candidatos eleitos, etc.), oportunizou-se uma atividade de votação prática, em que estudantes faziam uso de um software que simulava a urna eletrônica, possibilitando o entendimento prático dos conceitos observados, bem como das formas de operacionalização do exercício do voto. No mesmo local, foram apresentadas frases

das mais diversas vertentes políticas, sem ser revelado o autor ou autora da sentença analisada. O exercício esperava que o(a) leitor(a) examinasse a frase a partir de suas próprias concepções de mundo, concordando ou discordando com o exposto sem qualquer interferência externa.

Finalmente, após a participação na Mostra de Educação Política, os participantes foram submetidos a um novo questionário, visando mensurar a evolução, sentimentos, críticas e/ou contribuições dos educandos quanto ao trabalho desenvolvido.

A partir das atividades desenvolvidas e informações coletadas, a pesquisa se voltou ao seu objetivo fundamental: a construção de um produto educacional que pudesse replicar os avanços percebidos, contribuindo com o debate e fornecendo estratégias didáticas de apoio à reflexão política em sala de aula. Com isso, foi elaborado um material textual chamado “Onde tem escola, tem política: um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula” (Apêndice B), que procurou retratar a montagem dos três ambientes trabalhados no evento, permeando as discussões com fontes e referências bibliográficas reconhecidas no meio acadêmico, além de aprofundada análise das legislações educacionais brasileiras.

A avaliação do documento foi realizada com o apoio dos(as) estudantes que participaram do evento. A partir da aplicação do questionário final, buscou-se levantar a opinião destes(as) em relação à Mostra de Educação Política desenvolvida na instituição, assim como o entendimento discente sobre a relevância da reflexão política em sala de aula e considerações gerais que pudessem nos fornecer subsídios para aferição de seus posicionamentos quando em relação a esta temática. Não é demais frisar que todos os procedimentos adotados na Mostra foram integralmente observados no material textual, de forma que o juízo que os(as) estudantes externaram quanto ao evento necessariamente se reflete sobre o texto redigido.

1 INTRODUÇÃO

Educação e política são duas dimensões historicamente imbricadas, sendo o destino da primeira, invariavelmente, determinado pelos interesses da segunda. Por isto, é completamente descabido, ou apenas um ato de má-fé, qualquer discurso que pregue uma educação dita neutra. Por infortúnio, é exatamente isto que vemos em nossa sociedade atual.

O principal porta-voz dos segmentos que pedem pela despolitização da educação é hoje um movimento denominado Escola sem Partido – ESP. Estabelecendo como objetivo próprio informar estudantes sobre os “abusos” que ocorreriam dentro da sala de aula, o ESP cria todo um discurso cujas finalidades são, de uma forma ou de outra, cercear a atividade docente quando em suas práticas profissionais. Tendo esperança de se tornar lei, o movimento entende que menções a pautas reflexivas em torno de questões políticas, sociais ou morais configurem-se como uma forma de doutrinação, normalmente influenciada por instituições ligadas à esquerda política.

Considerando as contribuições de educadores(as) pesquisados(as), e tendo em vista o discurso nocivo externado pelo ESP, recorreu-se às legislações educacionais brasileiras para buscar responder se esta “doutrinação” encontra apoio ou suporte em nossos textos legais. Sem nenhum tipo de surpresa, o que se verificou foi, justamente, o contrário. Desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, nossa norma jurídica tem demonstrado grande preocupação com a formação escolar básica, esperando que a escola oportunize uma educação integral que una as dimensões políticas, sociais e técnicas. Ao menos na letra fria da lei, a educação brasileira objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando o(a) estudante para o exercício da cidadania.

Não obstante, o discurso vazio do ESP ignora que a escola, de uma forma ou de outra, sempre respondeu aos interesses políticos da sociedade em que se insere. Neste sentido, espera-se demonstrar que nossas legislações educacionais buscaram contemplar certas políticas públicas que resguardavam em si conveniências a determinados segmentos sociais. Por isso, compreender o conceito de sistema abstrato e conseguir vincular este com o papel executado pelo sistema educacional brasileiro é perceber que uma determinada forma de doutrina esteve sempre presente aos bancos escolares.

Por isso tudo, com o objetivo de contribuir com o debate e fornecer estratégias didáticas de apoio à reflexão política em sala de aula, este texto se debruça sobre uma experiência prática conduzida junto a 38 educandos(as), com idades entre 17 e 20 anos, dos 3º anos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus Ibirubá*, bem como as contribuições coletadas através da aplicação de questionário com 295 educadores(as) que atuam no IFRS. A pesquisa busca, a partir disso, construir caminhos possíveis para o melhoramento da educação política em espaços escolares, considerando o posicionamento próprio externado por educadores(as) e educandos(as), que fazem da escola um espaço de interações sociais.

Cabe destacar, ainda, que a metodologia adotada buscou aliar a revisão bibliográfica e a análise documental, analisando, principalmente, textos legais, o discurso do ESP, além de outras pesquisas relacionadas ao assunto. Ao mesmo tempo, durante as atividades práticas, optou-se pelo uso da metodologia de pesquisa participante, cujos objetivos foram auxiliar os(as) estudantes envolvidos(as) a identificar, por si mesmos(as), os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.

Do mesmo modo, é necessário dizer que este estudo se insere no âmbito da pesquisa intitulada “Educação Política: uma discussão necessária na busca por uma educação integral”, conduzida junto ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – IFRS Campus Porto Alegre, tendo sido submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS, em 02/03/2018, sob o número CAAE 82540118.6.0000.8024.

2 UM PERMANENTE “PISAR EM OVOS”: O PARADOXO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O debate sobre uma educação neutra não é algo recente ou, tampouco, surgido com o avanço de instituições como o Escola Sem Partido – ESP ou o Movimento Brasil Livre – MBL². Voltando algumas décadas, veremos que esta contenda já ocorria durante a ditadura militar, quando a atividade docente foi alvo de intenso controle, dado se configurar, junto com a escola, em um espaço de circulação e construção de conhecimentos que poderiam questionar a ordem estabelecida (RAMOS E STAMPA, 2016).

Nos anos 1980, já em outra conjuntura, Gadotti (1985) afirmou que fazer ciência é um ato político dado estar vinculado com a direção que se quer dar à sociedade. No mesmo sentido, Freire (2014) ensina que a escola, como espaço social que é, irá refletir os conflitos e contradições verificados na sociedade. Assim, segundo o autor (ibid.), ao se fazer ensino, pesquisa e extensão, é necessário que se saiba a favor de que e de quem, portanto contra que e contra quem, se pesquisa, ensina ou realiza atividades extensionistas.

Em vista disso, fica claro que o conhecimento não se constitui em uma realidade neutra e imóvel, dado estar comprometido com certa perspectiva de mundo. Utilizando-se de ensinamentos de Leite (1994), Ramos e Stampa (ibid., p. 251) destacam a historicidade presente na educação e, ao mesmo tempo, as influências que esta sofre dos interesses ideológicos presentes, sendo, portanto, o “[...] resultado dos confrontos de alternativas, perspectivas e ideias”.

Após alguns anos de relativos avanços para a educação, uma série de acontecimentos políticos se desdobrou sobre a sociedade brasileira e trouxe consigo, mais uma vez, o conhecido discurso da neutralidade da ciência. Agora, esta linha de pensamento se personifica principalmente sob a batuta de um movimento: o ESP³. Sob o pretexto de estar preocupado com “[...] o grau de contaminação

² Este artigo se propõe a examinar as propostas do movimento ESP. Entretanto, devemos destacar que as concepções do ESP são também propostas do MBL que, em seu primeiro Congresso Nacional, estabeleceu para a Educação a “apresentação do Projeto de Lei ‘Escola sem Partido’ em legislativos estaduais e municipais” (MBL, 2015, p. 2).

³ Neste texto, serão citados dois canais oficiais do ESP: o Movimento ESP – referenciado como (ESCOLA, s/a) – que é uma organização da sociedade civil; e o Programa ESP – citado como (PROGRAMA, c2019), que é o site que abriga um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento ESP. Assim, para uma compreensão global das propostas do

político-ideológica das escolas brasileiras [...]” (PROGRAMA, c2019), o ESP apregoa que “A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia” (ESCOLA, s/a).

Mas, afinal, o que propõe o ESP e o que este espera para a educação? Existe esta doutrinação, ela é prevista em lei e por esta cerceada? Como a prática pedagógica pode atingir seu verdadeiro fim – qual seja, formar um cidadão em sua completude, crítico, autônomo, criativo e capaz de se autoafirmar em sua vida social – se está defronte a uma perspectiva cada vez mais perniciosa e destrutiva, um paradoxo entre uma formação significativa e a possibilidade de censura por seus atos? Estes são alguns aspectos que serão discutidos nas próximas linhas.

2.1 Uma análise do Escola “Sem” Partido

Todo movimento social que busque angariar adeptos aos seus projetos precisa encontrar um ideário inicial que formule e norteie suas propostas. Para o ESP, este conjunto de ideias surge em 2003, a partir da indignação do advogado Miguel Nagib ao ouvir que o professor de História de sua filha havia comparado o revolucionário Ernesto Che Guevara com o santo católico Francisco de Assis. A partir disso, inspirado em sites americanos e tendo como foco o combate à doutrinação e a propaganda ideológica, política e partidária nas escolas e universidades, bem como a usurpação pela escola do direito dos pais sobre a educação religiosa e moral de seus filhos, é criado o ESP (ESCOLA, s/a; PROGRAMA, c2019).

Apoiado nestas perspectivas, o movimento disponibiliza minutas de normas legais para todas as esferas públicas, com o objetivo de informar aos estudantes – entendidos como “jovens inexperientes e imaturos, incapazes de reagir, intelectual e emocionalmente” (ESCOLA, s/a) – sobre os abusos que ocorrem “no segredo das salas de aula” (ibid.), através da afixação de um cartaz (Figura 2) contendo deveres a serem observados pelos(as) professores(as).

Figura 2 – Cartaz “Deveres do Professor”



Fonte: Programa ESP (PROGRAMA, c2019).

Ao mesmo tempo, o ESP cita um arcabouço de situações que, tomadas em seu conjunto, parecem censurar a atividade pedagógica a partir do medo: pela prática de doutrinação, indicam sanções de natureza civil (reparação de danos), administrativa (punição disciplinar) e penal (detenção de até seis meses, perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer função pública por prazo de até três anos)⁴. No mesmo espaço, além de atestar que a perfeita neutralidade científica seja um ideal inatingível, o movimento também informa que conteúdos de cunho religioso ou moral são expressamente vedados em sala de aula (ibid.).

Seguindo pelo ideário do ESP (ibid.), é definido que serão os(as) estudantes quem fiscalizarão a conduta docente no espaço escolar, devendo o(a) educador(a) agir com prudência “para não transmitir aos alunos a impressão de estar desrespeitando os deveres explicitados no cartaz”. Para concluir, o texto destaca que a autoridade docente está na lona, e que assim se encontra “[...] por culpa dos próprios professores e do ambiente de indisciplina e falta de hierarquia dentro das escolas”.

⁴ Disponível em <https://www.programaescolasempartido.org/faq>. Acesso em 28 mar. 2019

Apesar de se assumir como uma instituição “100% sem partido” (ibid.), o programa canaliza o seu ataque a concepções voltadas à esquerda, inclusive afirmando que a busca pelo despertar da consciência crítica dos(as) educandos(as) não passa de um “[...] martelar [de] ideias de esquerda na cabeça dos estudantes” (ibid.). Para o movimento, a esquerda política estaria “aparelhando” todos os níveis da educação, promovendo esta doutrinação com apoio teórico, político, burocrático, editorial e sindical.

Neste sentido, é notório que a opção pelo nome adotado não foi inocente: este “sem” partido não tem a ver com uma suposta partidização no ambiente escolar, ao contrário, sob a suposição de que a escola não poderia tomar nenhum partido, busca angariar adesões aos seus ideais, retirando das salas de aula qualquer possibilidade de pensamento crítico, contextualização e problematização da realidade concreta (RAMOS, 2017).

E se todo o exposto já não fosse suficiente para a compreensão do pensamento nocivo do ESP, eis que é apresentado, no site do movimento (ESCOLA, s/a), uma seção chamada “Modelo de Notificação Extrajudicial”. Este documento, cujos fins são “prevenir o abuso da liberdade de ensinar por parte do professor” (ibid.), assume um sectarismo de tal proporção que sugere, inclusive, que não sejam seguidas as normas, recomendações e diretrizes do Ministério da Educação – MEC:

É certo que Vossa Senhoria encontrará, em documentos e diretrizes curriculares do MEC e da secretaria de educação, fundamento para introduzir esses temas em suas aulas. Asseguro-lhe, no entanto, que nada disso tem valor diante do princípio constitucional da laicidade do Estado, da liberdade de consciência e de crença dos alunos e do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções [...], de modo que Vossa Senhoria não está obrigado a seguir essas determinações ou recomendações, em razão da sua manifesta ilegalidade. (ESCOLA, s/a).

Ademais, o movimento aparenta basear suas ideias puramente em aforismos de senso comum, não conseguindo nem ao menos delimitar o que pode ou não ser tratado em sala de aula. Em suas palavras,

[...] a linha que separa a ciência da moral, além de não ser muito nítida, pode variar de indivíduo para indivíduo, conforme o estágio de amadurecimento, a sensibilidade e a formação de cada um. Portanto, até mesmo para fazer uma abordagem estritamente científica, o professor deverá atuar com o máximo de cuidado, sob pena de desrespeitar o direito dos estudantes e o de seus pais. (ibid.)

Baseado nisto, como equilibrar este direito trazido pelo ESP em turmas constituídas pelas mais diversas concepções políticas, religiosas, morais e sociais,

tal como se caracteriza a sociedade brasileira? Neste íterim, é necessário destacar que concordamos com Ramos (2017) ao não pretender uma escola que substitua os conteúdos escolares pela formação política, ou que pense separar estes dois processos – “como se de um lado se realizasse somente a formação científica ou técnica e, de outro, a cultural ou política” (ibid., p. 84). A sociedade espera que a escola também apresente os fundamentos e contextos políticos e ideológicos, de forma que os(as) educandos(as) possam receber uma formação completa, sendo capazes de conhecer e criticar as diferentes perspectivas sociais existentes.

Finalmente, percebe-se ainda uma lacuna em aberto na presente discussão: em momento algum, no discurso do ESP, é notado espaço para a divulgação do que pensam educadores(as) e educandos(as) acerca das propostas do programa. Por isso, buscou-se ouvir dos atores envolvidos com a prática educativa: poderia a educação ser neutra? Entre os(as) professores(as), 67% entendem que não, enquanto 30% acreditam que sim e 3% afirmaram depender da situação. Já entre os(as) discentes, 79% refutam uma educação neutra, enquanto 16% entendem que “sim” e 5% não souberam ou preferiram não responder.

Indo um pouco além, foi perguntado se professores(as) e estudantes conheciam o ESP e, caso a resposta fosse positiva, se concordavam com as propostas do programa. As respostas estão apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Perspectivas sobre o ESP

Você conhece o programa Escola Sem Partido?					
Docentes			Discentes		
Sim	Não		Sim	Não	Não sabe ou não respondeu
78%	22%		76%	19%	5%
Caso a resposta seja positiva, você concorda com as propostas do programa?					
Docentes			Discentes		
Sim	Não	Em Partes	Sim	Não	Não sabe ou não respondeu
7%	75%	18%	14%	76%	10%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Conclui-se, portanto, que não é a falta de conhecimento por parte dos atores que constituem a prática pedagógica que determina a não aceitação do programa ESP no espaço escolar. Existe, simplesmente, uma discordância bastante expressiva que indica que educandos(as) e educadores(as) não concordam com aquilo que o movimento representa e propõe, conforme se pode inferir a partir dos dados supracitados.

2.2 Política e educação: perspectivas legais

A partir da análise das concepções do ESP, é possível compreender algumas particularidades observadas no dia a dia das escolas brasileiras. Um dos aspectos que precisava ser melhor entendido, porém, era quanto às dificuldades enfrentadas pelos(as) educadores(as) ao tratar de temas políticos em sala de aula. No Quadro 2, verificou-se que existem inúmeras situações que levam ao desconforto quando da abordagem desta temática, podendo facilmente ser percebido um sentimento de medo entre vários(as) destes(as) profissionais.

Quadro 2 – Dificuldades na abordagem de temas políticos em sala de aula

Principais Dificuldades	Número de vezes em que foi citada ⁵	Percentual Correspondente
Não me sinto confortável em abordar este tipo de assunto	57	12,87%
Não possuo formação na área	54	12,19%
Tenho receio quanto à reação que colegas e alunos teriam se eu tratasse de temas políticos	53	11,96%
Não visualizo uma sistemática clara para trabalhar temas políticos em sala de aula	50	11,29%
Temas políticos não podem ser contextualizados com a minha disciplina	44	9,93%
Já possuo muito conteúdo para repassar. Não teria tempo para outras abordagens que não estivessem diretamente relacionadas à minha disciplina	29	6,55%
Os alunos não teriam interesse neste tipo de abordagem	15	3,39%
Não concordo que este tipo de assunto deva ser trabalhado na escola	10	2,26%
Não possuo dificuldades em abordar temas políticos em sala de aula	131	29,57%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Baseado em tais apontamentos, este texto visa, também, levar tranquilidade aos(às) professores(as) que, de alguma forma, sintam-se coagidos(as) a evitar a reflexão política quando em sala de aula, ou não percebam meios para tanto.

2.2.1 O combate ao sectarismo a partir das legislações

Dado que o ESP espera um dia se tornar lei, é justo trazer a este debate o que dizem nossas atuais legislações sobre a prática educacional e sua conexão com temas políticos e sociais. Não podendo ser diferente, o primeiro olhar deve recair sobre a nossa lei maior: a Constituição Federal de 1988 (CF/88). Logo no preâmbulo da redação, fica estabelecido que serão assegurados “[...] o exercício dos direitos

⁵ O(a) educador(a) poderia selecionar mais de uma opção, caso concordasse com a assertiva.

sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...]” (BRASIL, 1988).

A educação, nesta seara, é tratada a partir do artigo 205, possuindo sentido finalístico bem determinado. Para a CF/88,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (ibid.)

Anos mais tarde, em linha com a perspectiva trazida pela CF/88, é publicada a Lei n.º 9.394/1996 (LDB/96), que estabelece as novas diretrizes e bases para a educação nacional. Dentre outros aspectos, é projetado a formação do(a) educando(a) em sua totalidade, conferindo importante destaque para a preparação política e social, conforme pode-se observar nos seguintes trechos:

Art. 2º A educação [...], inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...].

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; [...]

Art. 32. O ensino fundamental [...] terá por objetivo [...]:

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político [...] e dos valores em que se fundamenta a sociedade; [...]

Art. 35. O ensino médio [...] terá como finalidades: [...]

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando [...];

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; [...] (BRASIL, 1996).

A própria LDB/96, portanto, é quem determina ser função da escola o preparo do(a) educando(a) para a cidadania plena, atuando no sentido de desenvolver a autonomia intelectual e o pensamento crítico dos(as) estudantes, com os ensinamentos necessários para possibilitar a compreensão acerca do ambiente social e sistema político em que estes(as) se inserem. Percebe-se, deste modo, que a ênfase no pensamento crítico passa ao largo de um simples “martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes”, conforme pontuado pelo ESP.

Aliás, além das normas de caráter impositivo, é importante trazer à reflexão aquilo que o legislador sugere em relação ao currículo escolar. Nesta senda, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN são concebidos como ferramentas de auxílio ao desenvolvimento do senso crítico dos(as) estudantes, esperando-se que contribuam para que os(as) jovens tenham condições de se afirmar na sociedade

através de escolhas e proposições, com a compreensão da realidade que lhes permeia (BRASIL, 2000).

Sobre o Ensino Médio, os PCN (1999) determinam que esta etapa da educação não se limite a ser um mero preparatório para o ensino superior ou para o mercado de trabalho. Ao contrário, precisa capacitar para um aprendizado permanente, preparando para a vida e qualificando para a cidadania. Aliás, é dado bastante relevo à palavra cidadania, pensando todo o currículo a partir deste elemento. Nas palavras destas normativas,

Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso refere-se a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva. (BRASIL, 1997, p. 23)

Preocupados com a contextualização de temas próximos à realidade escolar, estes documentos introduzem os chamados Temas Transversais, componentes que precisam permear todo o currículo escolar e encontrar maneiras de articular a escola com a comunidade que a envolve (ibid.). Para efeitos de exemplo, os PCN incorporam nesta condição as questões da Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo.

Aliás, seguindo por este caminho de análise curricular, também é necessário examinar a recém homologada Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Esta, ao contrário dos PCN, possui caráter normativo obrigatório, sendo orientada por princípios éticos, políticos e estéticos que definem “[...] o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018?).

Em suas palavras, “[...] a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...]”, “[...] rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual ou a dimensão afetiva”. (ibid.; BRASIL, 2018, p. 14).

Analisando a sua estrutura, são encontradas diversas possibilidades viáveis para reflexões políticas e sociais em sala de aula. No Ensino Fundamental, por exemplo, parte-se da noção de que a escola tem o compromisso de propiciar uma formação integral, além do dever de se posicionar contra formas de naturalização dos diversos tipos de violência “[...] incluindo a violência simbólica de grupos sociais

que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola” (ibid., p. 61).

Sempre frisando a necessidade de uma formação integral, o documento dispõe que

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas [...] proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. (ibid., p. 463).

Em outros trechos, é possível notar a preocupação do legislador em levar à sala de aula temas que contextualizem a realidade social. Dentre vários exemplos possíveis, destaca-se que a Base espera que os(as) estudantes possam “[...] reconhecer discursos de ódio [e] aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários” (ibid., p. 68-69). O documento também propõe dar voz a discursos dissonantes, explicitando divergências e convocando para o debate. Ademais, a BNCC sugere que sejam conduzidas, no Ensino Médio, “análises de campanhas e programas políticos [...], bem como de estratégias de acompanhamento do exercício do mandato de governantes [...]” (ibid., p. 502). Antes disso, no Ensino Fundamental, o documento já havia reservado espaço para o estudo de “[...] gêneros da esfera política, tais como propostas, programas [...], propaganda política e textos reivindicatórios [...]”. (ibid., p. 149).

Assim, vê-se que as legislações educacionais não se furtam em debater a política e a realidade social dentro das escolas. Inclusive, esperam destas um posicionamento bastante efetivo na formação humana de seus estudantes. Também é necessário recordar que todas as normativas citadas foram promulgadas ao longo de três décadas, perpassando diversos governos de variadas ideologias políticas. Com isso, pretende-se dizer que a preocupação com o desenvolvimento do senso crítico dos(as) estudantes e sua preparação para a autonomia ultrapassa o discurso ou viés do partido político no poder.

2.2.2 A verdadeira forma da doutrinação

Depois da análise do arcabouço legal que rege nossa educação, é inevitável não se reservar espaço para tratar daquela que – pode-se assim dizer – seja a

verdadeira doutrinação presente ao sistema de ensino brasileiro. Para iniciar, alguns conceitos do sociólogo britânico Anthony Giddens (1991) devem ser apresentados, pois auxiliam a entender certos pontos que permeiam as interações sociais e, mais especificamente, o jogo político e sua vinculação com o sistema educacional.

Um destes conceitos é o que o autor chama de “desencaixe”, que é o “‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (ibid., p. 31). Os desencaixes se fundamentam a partir de capacidades abstratas, fundadas em relações de confiança. Dois tipos de mecanismos de desencaixe são particularmente caros a esta linha de raciocínio: os sistemas peritos e as fichas simbólicas.

Para o sociólogo (ibid., p. 37-38), sistemas peritos são estruturas “[...] de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Em síntese, são organizações profissionais ou técnicas consultadas por pessoas leigas que, mesmo desconhecendo os códigos utilizados naquele meio, confiam na competência e autenticidade do conhecimento perito aplicado por aquelas estruturas. Esta confiança reside, basicamente, nas garantias fornecidas pelo próprio sistema, “[...] conseguido por meio [...] de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública” (ibid.). Por sua vez, as fichas simbólicas são “[...] meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (ibid., p. 32).

O desenvolvimento de fé em fichas simbólicas ou sistemas peritos, tomadas em seu conjunto, é chamado de sistema abstrato. Neste sentido, é considerado, neste texto, que a estrutura educacional de um país possa ser entendida como um emaranhado de sistemas peritos e fichas simbólicas, se constituindo em um grande sistema abstrato.

Um dos sistemas peritos presentes na práxis escolar é a política educacional adotada pelo governo de um determinado período. Conforme nos ensina Giddens (ibid., p. 97), é sabido que a confiança reside, normalmente, no sistema abstrato “[...] e não nos indivíduos que nos contextos específicos o ‘representam’”. Por isso, pode-se concluir que os atores envolvidos com a educação (comunidade escolar, pais, comunidade externa, etc.) depositam sua confiança em relação aos rumos que se

pensa para o ensino no sistema abstrato educacional, muito embora governos se sucedam com políticas distintas – e, talvez, contrárias – entre si.

O ESP (c2019), sob esta perspectiva, fala em doutrinação e propõe inibir esta prática que estaria disseminada em todos os níveis de educação. Entretanto, o real objetivo do movimento aparenta ser o confronto a ideias e propostas da esquerda política. Neste sentido, cabe a seguinte pergunta: a educação proposta pelos sistemas educacionais à sociedade brasileira, ao longo do tempo, manteve outros interesses implícitos à sua práxis?

Para auxiliar neste debate, Oliveira e Bianchini (2017) fornecem algumas pistas que possibilitam a compreensão de que certos projetos de educação política nas escolas não raro trouxeram consigo tentativas de doutrinação ideológica. Aqui, como falado em outro momento, busca-se desvelar a verdadeira doutrinação, e não aquela pretensamente trazida por segmentos da sociedade atual, cujo discurso possui interesses bem específicos e que desconsideram a pluralidade que constitui as escolas brasileiras.

Neste sentido, os autores (ibid.) recordam que, durante o Estado Novo, foi instituída, por decreto-lei, a obrigatoriedade do componente curricular de Educação Moral e Cívica para a infância e juventude de todo país. Sob um viés particularista, esperava-se inculcar uma consciência patriótica em que crianças de ambos os sexos formassem “[...] um tipo específico de mentalidade política, no qual o indivíduo era submetido ao imperativo da pátria, da família (e do mundo industrial)” (ibid., p. 279). Ao tratar da educação moral, a legislação pretendia “[...] formar nas crianças e nos jovens de um e outro sexo os sentimentos e os conhecimentos que os tornem capazes da missão de pais e de mães de família [...]”. Para as mulheres, também era idealizado o desenvolvimento de uma consciência “[...] dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos.” (ibid.).

Já em tempos de ditadura civil-militar, a disciplina Organização Social e Política Brasileira também buscou algo distinto daquilo que se considera uma formação para a cidadania. Para Oliveira e Bianchini (ibid., p. 280), o componente tinha por finalidade gerar nos adolescentes “[...] o amor pelas instituições integrantes da ordem social e política do seu país”. Assim, a educação política da época não buscava discutir direitos, princípios democráticos ou pluralidades, pregando apenas

o “[...] respeito às instituições, à ordem, ao cumprimento de deveres e à valorização do que é nacional” (ibid., p. 281).

Com o passar dos anos, outras normativas vieram para assegurar um padrão de sociedade ao qual o Estado queria promover. A lei 5.692/71, neste sentido, é promulgada com fins a um reordenamento da educação básica do país, em acordo com a busca por uma nova ordem social, política e econômica (MAZZANTE, 2005). Através desta legislação, enaltecia-se o viés desenvolvimentista defendido naquele contexto, e a educação passava a ser uma importante ferramenta que sustentava e legitimava o Estado – repressor, centralizado e burocrático –, em linha com o chamado milagre econômico. De acordo com Mazzante (ibid.), o dispositivo legal servia a uma nova concepção de nação, que se pautava na ordem e na contenção de manifestações “subversivas”.

A LDB/96, apesar de seu aparente caráter democrático, também resguarda sua cota de interesses subjetivos, bastante adepta a uma formação focada em competências e, por isso mesmo, com uma lógica individualista e voltada a uma ideia de competitividade. Mazzante (ibid.) destaca que a avalanche neoliberal dos anos 1990 resultou no empobrecimento das ofertas sociais, atingindo, inevitavelmente, a educação. Neste contexto, o ensino passa a ser percebido como um serviço que precisa contribuir no desenvolvimento de “capital humano”.

Frente a estes exemplos, é possível perceber que as políticas públicas brasileiras buscaram sempre responder a algum tipo específico de interesse, fosse na perspectiva de pautas econômicas, desenvolvimentistas ou de acomodação social. Por isso, nestes momentos conturbados em que movimentos como o ESP buscam impossibilitar uma formação que pense o ser humano em sua pluralidade, apresentar os reais interesses das políticas educacionais brasileiras é fundamental. Afinal, Giddens (1991) já ensinava sobre a confiança dirigida aos sistemas abstratos, ainda que disso dependa confiar em práticas e mecanismos que pouco ou nada se saiba.

O autor (ibid.) lembra que a confiança – ou a falta dela – para com sistemas abstratos também depende de atualizações de conhecimento ou experiências entre os representantes dos sistemas abstratos e indivíduos leigos. Por este ângulo, pessoas que tiveram experiências ruins podem querer abandonar o relacionamento “leigo-cliente”, adotando uma postura desengajada ou, ao contrário, podem querer

aprender os fundamentos envolvidos e atuarem na resolução do problema identificado.

Por isso, questionando sistemas abstratos constituídos ao longo da história – e aqui é necessário considerar que o ESP busca se transformar num mecanismo de desençaixe –, este estudo busca extirpar da sala de aula a real doutrinação trazida pelo ESP, conhecida em sua velha forma de censurar o livre pensamento e que espera que de suas ações decorram o medo na prática pedagógica.

3 POSSIBILIDADES PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO PEDAGÓGICO

Ao longo deste texto, procurou-se analisar o discurso do movimento ESP, cujos objetivos residem, como apresentado, em neutralizar a reflexão política inerente à prática pedagógica. Também se propôs contra-argumentar este ideário, partindo fundamentalmente das legislações educacionais vigentes. Ademais, foi demonstrado que o sistema de ensino não pode estar desvinculado da práxis política e social que o rodeia, uma vez que a escola pertence a uma sociedade em particular, refletindo também os conflitos e contradições nela encontradas.

A partir de agora, contudo, o foco é outro: mostrar caminhos possíveis para o debate político em espaços escolares e, acima de tudo, considerar o posicionamento próprio daqueles que fazem da escola um espaço de interações sociais.

Sob esta ótica, é pretensão deste estudo – conforme o agregado de análises já discutidas leva a entender – demonstrar a possibilidade de se levar aos bancos escolares um tipo de letramento político mais próximo à realidade em que se inserem os(as) educandos(as). Por isto mesmo, faz-se necessário discutir, durante o tempo destinado à educação básica, sobre as ideologias presentes em nossa sociedade contemporânea, pois, conforme nos ensina Freire (2014, p. 15),

Para que os seres humanos se movam no tempo e no espaço no cumprimento de sua vocação [...] é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias.

Neste sentido, é mister compreender que o conceito de ideologia, assim como grande parte das noções que envolvem a realidade social, vem evoluindo e tendo seu sentido alterado nas últimas décadas. Esta definição, tão em voga nos discursos políticos atuais, foi criada por Destutt de Tracy no final do século XVIII, significando a “ciência das ideias”. Sua tarefa residiria no combate à ignorância e a educação errada, sendo os ideólogos os condutores e guias de uma sociedade esclarecida (BAUMANN, 2000).

Pouco depois, Marx e Engels também se debruçam sobre o termo, discordando, entretanto, dos meios propostos pelo entendimento até então vigente. Para os autores, não era questionado a necessidade de se buscar uma sociedade racionalmente ordenada, contudo, a ação não estaria em se combater ideias erradas, e sim em se mudar o mundo material onde se constitui a perversa realidade humana que dá origem às falsas ideias (ibid.).

Esquecido durante quase um século, o conceito retorna aos debates na década de 1920 com um sentido bastante diferente daquele originário: ideologia agora se torna uma forma de pensar essencialmente “não-filosófica” ou “pré-filosófica”, num contexto de ciência contra ignorância, preconceito e superstição. Saindo do campo do conhecimento e recaindo no terreno das crenças, nesta nova concepção a ideologia assume o lugar do preconceito e da superstição, os quais antes se propusera a combater (BAUMANN, 2000).

Karl Mannheim, ainda no século XX, influenciado pela ideia de consciência falsa, de György Lukács, compreende que cada grupo social, inserido em uma determinada perspectiva cognitiva – determinada pela classe social, nacionalidade, profissão, etc. –, é confinado em uma realidade parcial específica, onde não é possível a visualização da totalidade existente. A partir da percepção desta realidade parcial, todos os grupos passam a criar – a partir de suas experiências e perspectivas cognitivas – distorções da verdade objetiva. Mannheim chama este conhecimento distorcido, justamente, de ideologia (ibid.).

Finalmente, Bauman (ibid.) explana sobre o significado mais atual do termo, também conhecido por “conceito positivo de ideologia”. Nesta nova versão, a ideologia é condição indispensável de todo o conhecimento, inclusive o científico. Ideologia, neste sentido, seria o nome dado às molduras cognitivas que resguardam em si os vários fragmentos da experiência humana. Tais estruturas cognitivas serviriam como instrumentos de monitoração, peneiramento e até mesmo diminuição, interrompendo fluxos de sensações e retendo àquelas que se encaixam no padrão estabelecido pela estrutura, deixando as demais passar. O autor faz uma analogia deste novo sentido com os diversos idiomas presentes em nossa sociedade: todo indivíduo carrega estruturas cognitivas próprias, mas pessoas diferentes possuem estruturas diferentes, não constituindo isto um defeito da condição humana nem, tampouco, um impeditivo para a convivência.

Em linhas gerais, este é o sentido histórico para uma palavra tão presente nos discursos atuais. É função social da escola preparar o(a) educando(a) para o pleno exercício da cidadania, possibilitando a percepção da existência de perspectivas destoantes, da compreensão de seus significados e, da mesma forma, oportunizando que jovens tenham conhecimentos necessários para que possam optar por uma visão de mundo, dentre tantas possíveis, que melhor se encaixe e represente seus ideias de vida. Neste sentido, a sequência deste estudo buscará dar

voz àqueles que constituem a prática pedagógica, demonstrando as perspectivas destes(as) em relação à política, bem como expondo possibilidades efetivas de se praticar um letramento político efetivo no espaço escolar.

3.1 Dando voz aos atores da prática pedagógica: percepções sobre a política

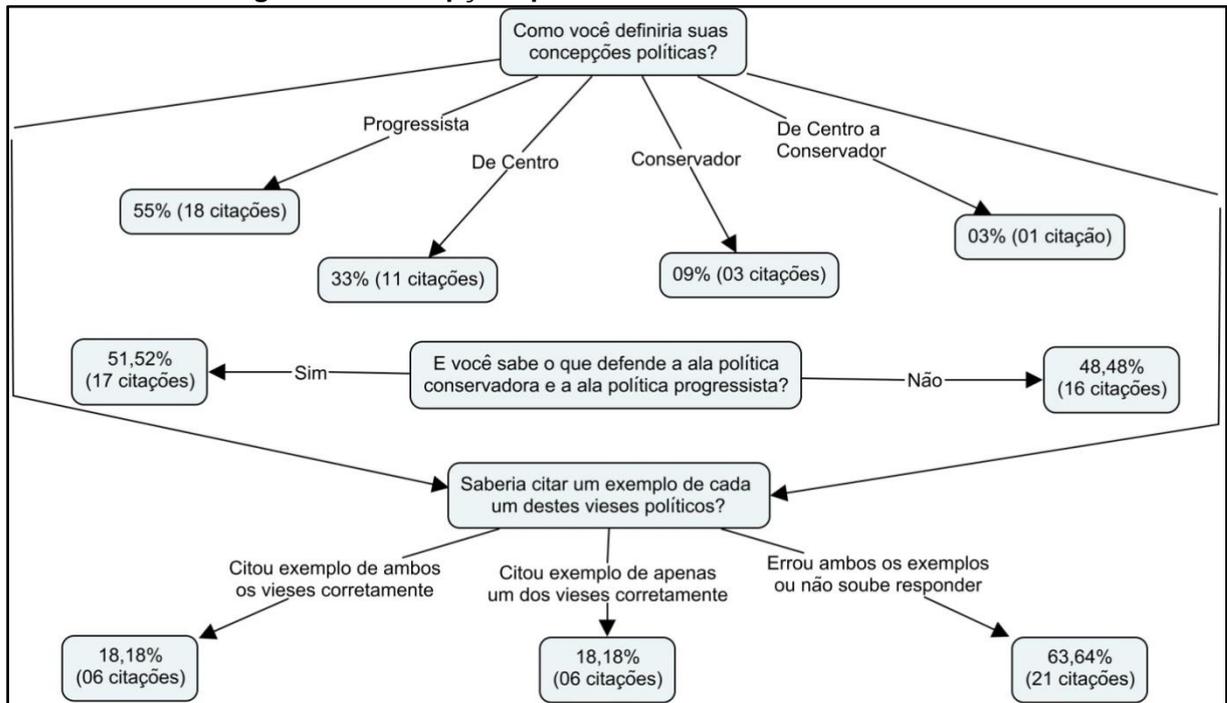
Nos últimos anos, pôde-se perceber o crescimento do interesse pelo debate político. Em contrapartida, discutir política em ambientes formais – e educacionais – passou a ser visto como algo negativo, ou, pejorativamente, uma tentativa de doutrinação. As consequências de muito se discutir e pouco se ensinar não poderiam ser outras: debates desembasados e descontextualizados, repletos de verdades absolutas e ricos em discursos de ódio e intolerância.

Nesta linha, identificou-se, em pesquisa realizada com os(as) terceiranistas do IFRS *Campus* Ibirubá, uma incoerência bastante explícita entre a escolha por um determinado posicionamento político e o entendimento dos significados inerentes a estes conceitos (Figura 03). Para isto, foi pedido a 38 estudantes que respondessem como definiam suas próprias concepções políticas, apresentando três opções de resposta: progressista, conservador ou de centro⁶.

Após, foi perguntado se sabiam o que defende cada uma destas alas políticas e, por fim, pediu-se um exemplo prático de cada viés. As conclusões encontradas foram bastante preocupantes: 63,64% não souberam o que ambas as alas políticas defendiam, apesar de se rotularem em uma perspectiva ideológica (48,48% não souberam responder a pergunta; 9,09% disseram saber, mas não trouxeram exemplos; e 6,06% arriscaram exemplificar, mas erraram nas respostas indicadas). Outros 18,18% souberam citar ao menos um exemplo de cada uma das ideologias, e mais 18,18% indicaram exemplo de um único viés político.

⁶ Cinco alunos(as) não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

Figura 3 – Concepções políticas: entre certezas e incertezas



Fonte: Autoria própria, 2019.

Se for considerado que para uma pessoa ser capaz de escolher entre duas opções ela precisa conhecer o que oferece cada um dos cenários, então se tem que 81,82% dos(as) estudantes não poderiam afirmar com total certeza qual viés melhor representa seus ideais e perspectivas de vida (63,64% que não souberam citar nenhum exemplo de ambas as ideologias, somado aos 18,18% que souberam citar exemplo de apenas um dos lados).

Apesar de a pesquisa ter sido conduzida junto à classe discente, pode-se concluir que o mesmo fenômeno poderia ser verificado em toda a sociedade. São úteis nesta interpretação as palavras de Freire (2014, p. 120), que recordava que “[...] os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas”.

Frente a isto, são os(as) próprios(as) estudantes quem enaltecem a importância da reflexão política em sala de aula. No Quadro 3, é possível verificar que estes(as) jovens, em sua maioria, esperam da escola o debate acerca desta temática. Não obstante, ao serem questionados se a discussão político-partidária seria também bem-vinda, indicam pela aceitação deste itinerário formativo, o que acaba por extirpar a visão de certos segmentos sociais de que estudantes não teriam interesse em uma abordagem deste teor.

Quadro 3 – A importância da política em espaços escolares

Você acha importante a abordagem de temas políticos e sociais em sala de aula?		Em sua opinião, em se tratando de política partidária, deveria haver mais espaço para abordagem em sala de aula?	
Sim	97%	Sim	68%
		Não	13%
Não	3%	O espaço atual, destinado ao tema, atende às necessidades	16%
		Não sabe ou não respondeu	3%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Não seria demais lembrar, ainda, a necessidade da escola fornecer as ferramentas necessárias à compreensão das interações sociais, com vistas à preparação para o exercício pleno da cidadania. Freire (2014), nesta linha, defende a superação da concepção bancária da educação, cujas perspectivas percebem os(as) estudantes como meros receptores dos depósitos educativos, sempre em uma postura passiva. Em lugar desta forma de pensar a prática de ensino, o autor sugere outra – que contextualize a realidade social, problematizando e desvelando verdades.

Por isto, na próxima seção, será detalhada a experiência prática realizada no IFRS *Campus* Ibirubá acerca do debate político em espaços escolares. Objetiva-se, com isto, contribuir com a busca incessante por uma educação integral, exatamente igual àquela externada pelos(as) educandos(as) participantes do estudo.

3.2 Espaços para reflexão política: caminhos possíveis

As juventudes modernas convivem, frequentemente, com adjetivações quanto às suas maneiras de ser e estar na sociedade que conduzem quase sempre a uma percepção de apatia ou inação em relação à sua postura. De maneira equivocada, estes juízos buscam estabelecer comparações entre as diferentes gerações, atribuindo à mais recente representações e rótulos diversos, tais como: juventude descompromissada, alienada ou despolitizada (GIL, C. 2012).

Estas comparações não são incomuns, e encontram bastante espaço na sociedade brasileira em decorrência das associações vinculadas aos jovens em décadas passadas. Gil e Seffner (2016) recordam que esta classe etária já foi definida como geração rebelde, paz e amor ou perdida, sendo mais recentemente associada a uma perspectiva de diversidade, isto é, sem que um grupo específico assumia a representação de todos.

Por isso, o fato de a juventude contemporânea agir com desconfiança e afastamento para com as formas políticas institucionalizadas não significa, necessariamente, uma conduta despolitizada ou alienada. Esta atuação, ainda de acordo com os autores, pode significar uma crítica a um sistema político que não consegue lhes fornecer as respostas necessárias ao atendimento de seus anseios e necessidades (MESQUITA et al, 2016).

Ademais, as formas atuais de participação social partem de um contexto histórico e cultural próprio, inseridas em uma conjuntura de inúmeras possibilidades, forte influência midiática e densa atmosfera de desigualdades sociais, caracterizadas em vistas a evidenciar a individualidade do(a) sujeito, a priorização de uma ação imediata e concreta, a ênfase na horizontalidade de coordenação e a grande flexibilidade de atuação em campanhas específicas (GIL E SEFFNER, 2016; GIL, C. 2012). Por isso tudo, novas formas de participação direta ganham relevância, como aquelas realizadas em ambientes virtuais, que possibilitam um modelo de rede horizontal com amplo direito à fala (SPOSITO E TARÁBOLA, 2016).

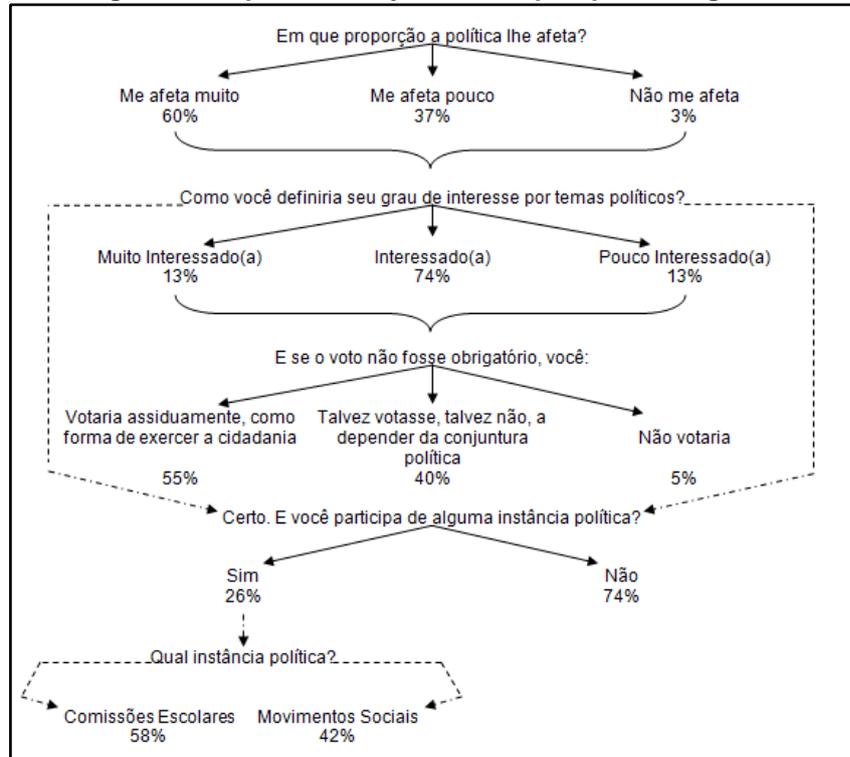
Baseado nestes pressupostos e percebendo certa carência de um letramento político mais efetivo junto aos(às) educandos(as), resolveu-se conduzir a experiência de um ambiente de educação política voltado à classe discente, cujo objetivo principal – se bem aceito por estes(as) jovens – implicaria na confecção de um produto educacional.

A metodologia adotada durante as atividades práticas foi a pesquisa participante que, de acordo com Antônio Carlos Gil (2017), possui função emancipatória sobre as pessoas ou comunidades pesquisadas. O autor torna claro o conceito ao se utilizar de citação direta de Le Boterf (1984): “[A pesquisa participante tem como propósito] auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.”

A partir disso, para uma primeira aproximação, aplicou-se um questionário inicial para entender as características destes(as) jovens em relação a política. Através da Figura 4, foi identificado que, apesar de apenas 26% dos(as) discentes participarem de alguma instância política, 87% se viam como interessados(as) ou muito interessados(as) por temas políticos. Ainda, 60% entendiam que a política lhes afetava muito, e apenas 5% não exerceriam o direito ao voto, caso não fossem obrigados. Chama a atenção que os(as) jovens que afirmaram participar de alguma

instância política optaram por vias não tradicionais – como coletivos, movimentos ou núcleos de ações – e, naquilo mais próximo a uma prática institucionalizada, por comissões escolares – como conselhos e grêmios.

Figura 4 – A política e a juventude: perspectivas gerais



Fonte: Autoria própria, 2019.

Assim, após entender as concepções prévias dos(as) estudantes pesquisados(as), foi desenvolvido um espaço – chamado Mostra de Educação Política – destinado especificamente ao trato e reflexão da temática ora discutida. O evento foi dividido em três ambientes: I) um de conceitos básicos, onde foram apresentadas definições de termos como: Conservadorismo, Progressismo, Democrata, Republicano, formas de governo e Estado; II) outro contendo a discussão sobre a (im)possibilidade de uma educação neutra, bem como reflexões sobre as ideologias existentes: Esquerda, Direita, Centro e os 35 partidos políticos⁷ registrados no Tribunal Superior Eleitoral; e III) o último, reservando espaço para a apresentação do sistema eleitoral do país.

No primeiro e segundo ambientes foram expostos conceitos científicos – embasados, em sua maioria, na obra “Dicionário de Política” (BOBBIO, MATTEUCCI

⁷ Todas as informações trazidas na apresentação dos partidos políticos foram retiradas de documentos e mídias oficiais utilizadas pelas próprias legendas, como o Estatuto, o Programa Partidário e o Site Oficial.

E PASQUINO, 1998) – e os partidos políticos, mesclando imagens e textos de uma forma clara e concisa. Para melhor apreensão dos significados das ideologias existentes, o local foi organizado classificando os partidos políticos geograficamente dentro do seu respectivo espectro (da extrema-esquerda à extrema-direita) (Figuras 5 e 6), contendo também palavras e expressões que caracterizavam cada um dos conceitos.

Figura 5 – Exposição de partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

Figura 6 – Exposição de partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

O segundo ambiente, inclusive, foi o lócus destinado à reflexão sobre a neutralidade na educação e em outros espaços de interação social (Figura 7), onde

docentes e discentes puderam ouvir o discurso exarado pelo movimento ESP, bem como os contra-argumentos daqueles que são contrários a esta forma de (des)educar. A ideia de trazer a possibilidade de tornar outros ambientes sociais – como o cinema, a música e o esporte – politicamente neutros teve por objetivo demonstrar o quanto este ideário é controverso em suas perspectivas, dado o ser humano se constituir a partir de interações sociais e políticas realizadas em diferentes locais, a escola não fugindo a esta máxima.

Figura 7 – Reflexão sobre a neutralidade na educação



Fonte: Autoria própria.

O terceiro ambiente, por sua vez, se propunha a apresentar o sistema eleitoral brasileiro, composto pelo voto proporcional e majoritário. A fim de explicar a metodologia de cálculo e apuração de cada uma destas formas, foi realizada simulação de eleição para deputado e presidente, onde os candidatos eram personagens fictícios de filmes, seriados e desenhos animados (Figura 8). A ideia de utilização destas figuras deveu-se à proximidade destes com o universo juvenil, tornando a experiência mais marcante e agradável, ao mesmo tempo em que os aspectos conceituais e científicos lhes eram apresentados. Ademais, utilizou-se um software que simulava a operacionalização da urna eletrônica, como forma de mitigar qualquer receio quanto à utilização e manuseio deste equipamento quando do exercício real do voto (Figura 9).

Figura 8 – Candidatos Fictícios

Fonte: Autoria própria.

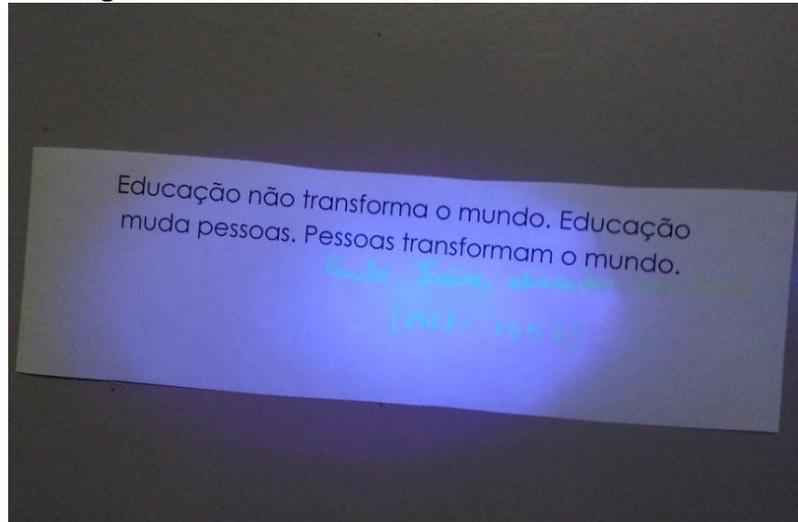
Figura 9 – Simulação de votação

Fonte: Autoria própria.

Este último ambiente também procurou estimular o pensamento crítico e autônomo dos(as) educandos(as). A maneira encontrada para isto foi bastante interativa: sobre algumas mesas, foram dispostas cerca de 50 frases de autores de todas as ideologias políticas existentes. A autoria das sentenças, contudo, era intencionalmente omitida. O objetivo da proposta era que os(as) estudantes pudessem ler, interpretar e criticar as frases de forma individual, a partir de suas próprias perspectivas e concepções de mundo. O fato de a autoria não ter sido exposta auxiliou a evitar julgamentos pré-concebidos, oportunizando que as

sentenças fossem interpretadas com a essência crítica do próprio sujeito. Para completar a experiência, utilizou-se de uma caneta especial com tinta transparente, visível apenas sob o efeito de luz negra (Figura 10), o que tornou possível a conclusão da atividade.

Figura 10 – O conhecimento, a crítica e a autonomia



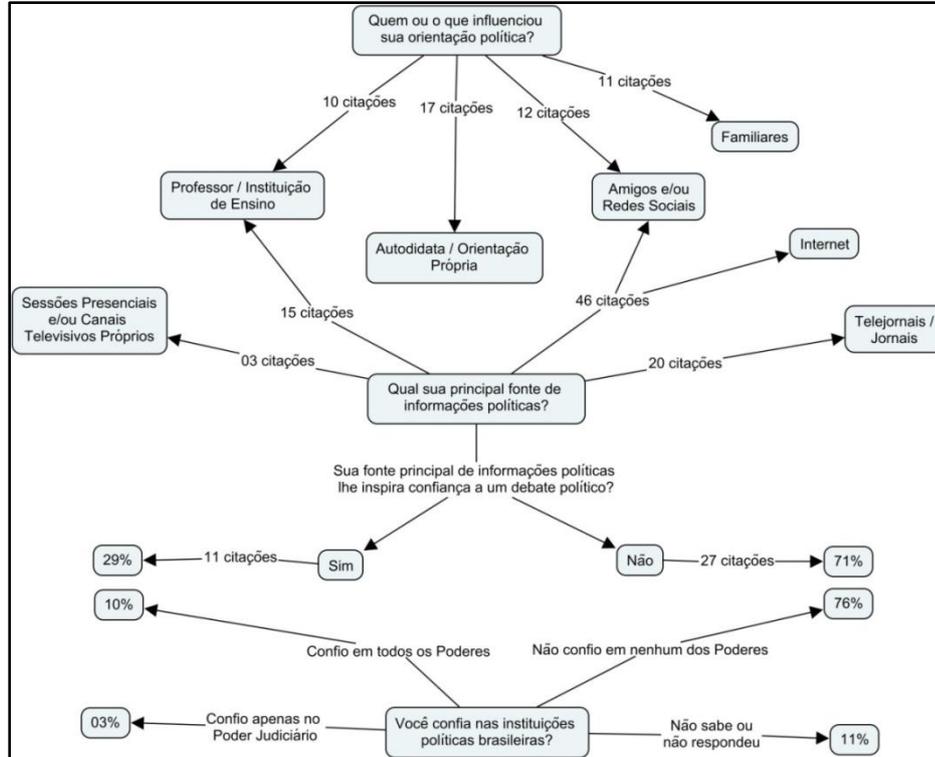
Fonte: Autoria própria.

É interessante notar que o grau de envolvimento dos(as) estudantes durante as atividades foi bastante elevado, enriquecendo o evento com discussões e questionamentos que, sem incentivo e espaço próprio, talvez não viessem à tona. Todos os espaços foram pensados para contribuir no desenvolvimento e fortalecimento do papel da escola no processo de socialização política. A socialização política, inclusive, é algo inerente à subjetividade humana, de caráter permanente e contínuo, e decorre de todas as experiências vivenciadas ao longo da vida do indivíduo (SILVEIRA e AMORIM, 2005).

Na Figura 11, é possível verificar um pouco sobre as diferentes influências trazidas pelos(as) jovens na constituição de suas formas de socialização e orientação política. É interessante notar a autonomia que estas juventudes colocam em prática, quando assumem para si a formação de sua própria mentalidade política. Além disso, constatou-se que sua principal fonte de informações políticas reside na discussão com amigos, seja no mundo real ou virtual. O que chama especial atenção é que 71% dos(as) educandos(as) não se sentem confiantes para uma discussão política, baseado nas informações coletadas junto a suas fontes de informação. Ainda, questionados se confiam nas instituições políticas brasileiras,

76% afirmaram que não, o que corrobora com a perspectiva de afastamento de organizações políticas institucionalizadas.

Figura 11 – Mapa conceitual de fontes políticas



Fonte: Autoria própria, 2019.

Frente ao todo exposto, deve-se perceber a relevância da escola na constituição social do(a) educando(a). Ainda que em uma posição intermediária, o(a) educador(a) é lembrado(a) pelos(as) estudantes como agente capaz de influenciar suas orientações políticas, da mesma forma que são considerados como importante fonte de informações sobre este tema. Neste sentido, seguindo as perspectivas trazidas nas leis educacionais brasileiras e na vontade externada pela juventude escolar, cabe às instituições de ensino se assumir no papel formador que lhes cabe, proporcionando uma efetiva educação integral a estes(as) jovens.

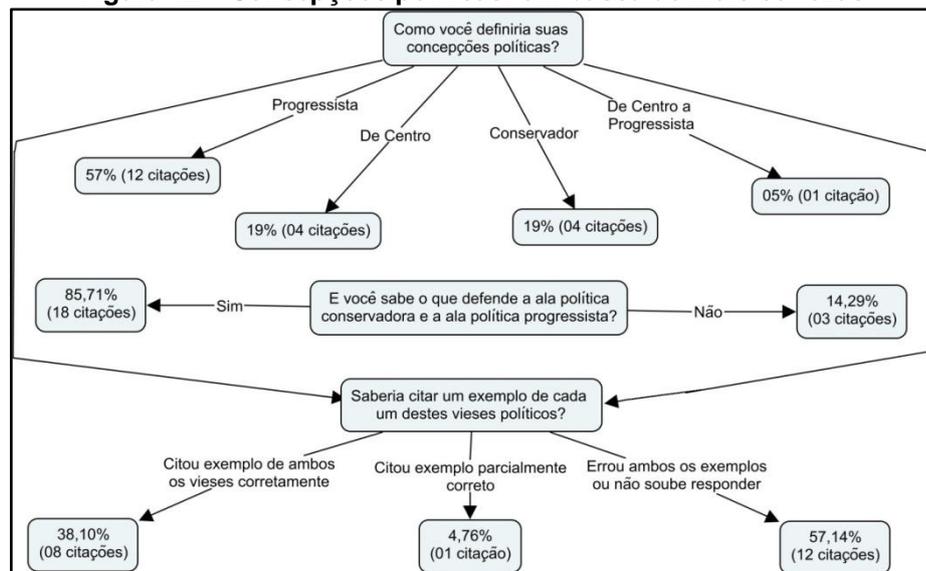
3.2.1 Avaliando resultados: por uma escola com mais educação política

Após as atividades práticas desenvolvidas, notou-se significativos avanços em relação à compreensão externada pelos(as) estudantes participantes, bem como na forma como estes(as) percebem as interações políticas à sua volta. Para que fosse possível chegar às conclusões que serão apresentadas, foram comparadas as

respostas coletadas no primeiro questionário com aquelas trazidas em um segundo⁸ – aplicado depois de encerradas todas as atividades, e que também serviu como fundamento de avaliação do produto educacional gerado, qual seja, um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula.

Um dos destaques percebidos é quanto à evolução no tocante ao discernimento conceitual. Repetindo os questionamentos iniciais, procurou-se saber se a classe discente, após as práticas realizadas, conseguiria se afirmar – baseado em fundamentos concretos – em uma ou outra perspectiva política (Figura 12). Houve pouca alteração no percentual de estudantes identificados com políticas progressistas, enquanto que, por outro lado, o Centro perdeu adeptos em favor de perspectivas conservadoras. O percentual de respostas que entendiam saber o que cada ala política defende também cresceu, constituindo agora 85,71%.

Figura 12 – Concepções políticas: em busca de mais certezas



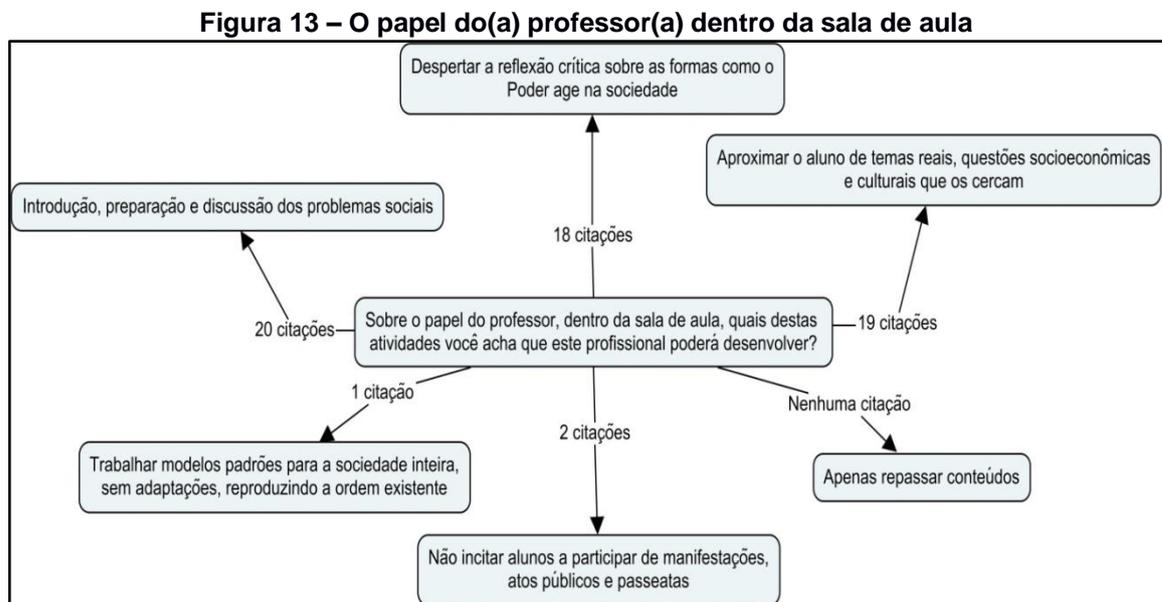
Fonte: Autoria própria, 2019.

Ao serem analisados os comentários, percebeu-se melhora significativa na assimilação do conteúdo, diferente daquilo identificado na primeira parte do estudo. Agora, 38,1% dos(as) estudantes são capazes de citar ao menos um exemplo de cada uma das ideologias, enquanto que um total de 57,14% permanece não sabendo o que ambas as alas políticas defendem – mesmo se rotulando em um dos vieses ideológicos. Os 4,76% restantes conseguiram indicar exemplo de apenas um dos vieses políticos. Apesar de muitos(as) ainda não compreenderem conceitos básicos da política, considera-se positivo a majoração em 20% dos que agora estão

⁸ Ao segundo questionário, registrou-se a participação de 21 estudantes terceiranistas.

preparados para optar por uma determinada ideologia, em detrimento de outras possíveis.

Em relação à percepção de uma educação politizada, foi perguntado aos(as) educadores(as) se, no exercício de suas atividades, era contextualizado ou abordado temáticas políticas e sociais. Um total de 31% informou que “Sim, com frequência”; 43% disseram o fazer “Às vezes”; 25% afirmaram “não trabalha[r] este tipo de temática” e, por fim, 1% optou pela opção “Raramente”. Em complemento a isto, questionou-se aos(as) alunos(as): “sobre o papel do(a) professor(a), dentro da sala de aula, quais destas atividades você acha que este(a) profissional poderá desenvolver?”. As conclusões, na perspectiva do(a) jovem que vive e se constitui no espaço escolar, são contundentes, conforme é possível verificar na Figura 13⁹.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Claramente, a educação neutra proposta por certos segmentos políticos e sociais não vive e nem considera a opinião daqueles que utilizam o sistema de ensino brasileiro. Estes apontamentos, assim como o apanhado de informações trazido ao longo deste texto, atuam no sentido de possibilitar à classe docente o enfrentamento do desafio de preparar o(a) discente em sua integralidade, seja na formação humana ou técnica, sem temer ameaças explícitas ou implícitas que os diversos sistemas abstratos tentarão impor a todos que lhe circundam.

⁹ O(a) educando(a) poderia selecionar mais de uma opção, caso concordasse com a assertiva.

Considerou-se que a presente pesquisa, em sua aplicação prática, surtiu os efeitos esperados, tendo sido muito bem recebida pelos(as) educandos(as) que dela participaram. A partir do compilado de informações levantadas, também foi organizado um produto educacional, em formato de material textual, que será disponibilizado aos(às) docentes, discentes e quaisquer outros(as) interessados(as) por esta temática, no repositório de produções do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do IFRS.

Por fim, este estudo ficaria incompleto se, em seu desfecho, não fosse dada oportunidade para que os(as) próprios(as) estudantes externassem suas percepções acerca deste tipo de atividade em um ambiente escolar. Em vista disso, foram reunidos, no Quadro 4, alguns depoimentos destes sujeitos que exigem e precisam que a escola lhes oportunize uma educação integral e significativa, com vistas ao pleno exercício da cidadania.

Quadro 4 - O que os(as) estudantes acharam das atividades desenvolvidas?

Aluna I1: “O evento me possibilitou esclarecer conceitos sobre temas políticos que eu desconhecia. [...] A educação deve mostrar todos os lados e expor fatos, informando o aluno, e trazer para sala de aula temas políticos para serem debatidos.”

Aluna I2: “A mostra foi muito produtiva, rica em informações. [...] Acredito que deveria haver mais tempo para a atividade.”

Aluna I3: “O evento foi ótimo, contendo vários dados e explorando ambos os lados. A experiência de votar foi muito legal. Espero que tenham outros eventos como este.”

Aluna I4: “As ideias foram muito bem explicadas, ficando claro os conceitos não conhecidos até então.”

Aluna I6: “Poderia haver um espaço maior para esse tipo de debate como o que houve hoje [...]”

Aluna I17: “10/10, muito boa a ideia da votação e dos cartazes dos partidos.”

Aluno A9: “Talvez falar mais sobre os atuais partidos que mais tem interferência no atual Brasil e mostrar talvez suas propostas já que a maioria que vai votar não pesquisa sobre o seu candidato ou partido.”

Aluno A10: “Auxiliou no entendimento de alguns conceitos e outros que não tinha ideia de como funcionavam.”

Aluna A11: “Excelente iniciativa, atividade que deve ser valorizada e ter seguimento nos próximos anos, principalmente aos terceiranistas.”

Aluno M1: “Achei bacana, dinâmico, de forma interessante e com muito conteúdo importante e necessário.”

Fonte: Autoria própria, 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exigência por uma educação neutra, da parte de certos segmentos sociais, é um problema crônico de ordem educacional. Há várias décadas esta pauta vai e vem na rotina social brasileira, tendo mais recentemente se personificado na figura do movimento Escola sem Partido. Apesar de ter se tornado extremamente inconveniente para a perspectiva de uma formação integral, e mesmo que cada abordagem pedagógica possa ser adjetivada de doutrinária pelos adeptos deste discurso, pôde-se concluir que as propostas e ações deste pseudo-programa de lei não encontram nenhuma base legal que resguarde seus ideais.

Isso pode ser deduzido com fundamento nas diversas passagens trazidas neste texto, em que ficou claro o quão ilegal e imoral é o ESP, que baseia suas alegações em uma pesquisa sem qualquer base científica, buscando cercear e censurar a prática pedagógica através do medo. Ademais, o movimento se prova ignorante em relação às leis que vigoram em nosso país, ou age de má-fé ao determinar, por exemplo, que docentes não precisem seguir as normativas legais estabelecidas, em detrimento dos “direitos” que resguardam os seus próprios interesses.

Ao analisar as principais legislações brasileiras, ficou nítido a contrariedade demonstrada pelo legislador em relação a uma educação descontextualizada, que se fundamente apenas no repasse de conteúdos – da forma proposta pelo ESP. Em lugar disso, a norma legal do país determina, com repetida ênfase, que a escola estabeleça a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar, buscando o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos(as) estudantes, de modo a prepará-los(as) para o pleno exercício da cidadania.

A partir disso, e considerando que o sistema escolar sempre esteve subjugado a interesses específicos das mais variadas naturezas, é fundamental que se demonstre a completa impossibilidade de um ensino neutro e desinteressado. Por isso, o presente estudo propôs trazer alternativas práticas para abordagem de temas políticos, sociais e culturais em sala de aula. Que fique claro que o intento não é, contudo, que a escola substitua os conteúdos tradicionais por outros de cunho político. O objetivo é oportunizar uma formação completa, onde se alie as dimensões técnica e humana, permitindo um preparo real para a vida.

Educadores(as) e educandos(as) – aos quais, normalmente, não é conferido voz neste tipo de debate – foram enfáticos em relação a importância deste tipo de reflexão. Antes de tudo, ficou demonstrada a grande deficiência existente em relação ao ensino de conceitos políticos simples e naturalmente utilizados em nossa sociedade, como “progressismo” ou “conservadorismo”. A partir das práticas realizadas, foi constatada evolução na assimilação conceitual, bem como pôde ser visto o grande interesse que os(as) alunos(as) conferem a esta área do ensino, ficando claro que estes(as) esperam que a escola os prepare para o enfrentamento das problemáticas sociais.

Não se pretendeu, neste texto, esgotar todas as possibilidades inerentes ao tema. Entretanto, o grande acerto do estudo talvez resida na sensibilidade de se procurar dar voz aos(às) educandos(as), conferindo-lhes a importância que lhes cabe na práxis educacional. A isto, nossa contribuição maior pode ser resumida na confecção de um produto educacional, a ser utilizado por todos(as) que possam ter o mínimo de interesse por este debate, afora quaisquer formas de preconceito contra uma ou outra ideologia. Este produto educacional, por sua vez, buscou detalhar a montagem e organização da Mostra de Educação Política conduzida no IFRS *Campus* Ibirubá, através de um material textual, cuja denominação foi “Onde tem escola, tem política: um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula”. Em suas páginas, procurou-se retratar os três ambientes trabalhados no evento, permeando as discussões com fontes e referências bibliográficas reconhecidas no meio acadêmico, além de aprofundada análise das legislações educacionais brasileiras.

Para os objetivos do estudo, serve de avaliação os *feedback* efetuados pelos(as) educandos(as) que participaram do evento, o que, de forma análoga, pode ser expandido como base avaliativa do produto educacional, uma vez que a totalidade dos materiais e práticas utilizadas durante a Mostra de Educação Política foram compactados no referido guia didático, cujo objetivo é ser ferramenta de suporte à reflexão política em espaços escolares formais e informais.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Ângelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 37, n. 137, p. 989-1008, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87349469006/>>. Acesso em: mar. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abr. 2018.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: fev. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, DF: 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Parte I - Bases Legais**. Brasília, DF: 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: fev. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento que apresenta o texto da Base Nacional Comum Curricular na íntegra**. Brasília, DF: 2018?. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: fev. 2018.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polit**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13910>. Acesso em: mar. 2019.
- ESCOLA SEM PARTIDO. **Educação sem doutrinação**. [S.l.], s/a. Disponível em: <http://escolasempartido.org>. Acesso em: fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. Campinas: Papyrus, 1985.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Carmem Zeli De Vargas. Participação juvenil e escola: os jovens estão fora de cena? **Última Década**, Valparaíso, n. 37, p. 87-109, dez. 2012. Disponível em: <http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/37.4.-carmem-zeli-de-vargas.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

GIL, Carmem Zeli Vargas; SEFFNER, Fernando. Dois monólogos não fazem um diálogo: jovens e ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 175-192, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140118>. Acesso em: mar. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZANTE, Fernanda Pinheiro. O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história. **História da Educação**, v. 9, n. 18, p. 71-81, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4062987>. Acesso em: mar. 2019.

MESQUITA, Marcos Ribeiro; BONFIM, Juliano; PADILHA, Erise; SILVA, Ana Cecília. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 288-297, 2016. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/view/155005>. Acesso em: mar. 2019.

MOREIRA, Marco Antonio. Pesquisa em educação em ciências: métodos qualitativos. **Actas del PIDEC: Programa internacional de Doctorado em Enseñanza de las Ciencias**, p. 05-31, 2002.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015**. [S.l.], s/a. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: mar. 19.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; BIANCHINI, Paolo. Educação política no Brasil e na Itália: duas histórias, muitos problemas comuns. **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 274-294, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://iris.unito.it/handle/2318/1665888>. Acesso em: mar. 2019.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 35-48.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **#EscolaSemPartidoJá**. [S.l.], c2019. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: fev. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 75-85.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte nos dias 14 e 16 de agosto de 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: dez. 2017.

RAMOS, Moacyr Salles, STAMPA, Inez. Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido. **Revista Espaço do Currículo**, vol. 9, n. 2, p. 249-270, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/29830>. Acesso em: mar. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry; et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>. Acesso em: dez. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIM, Maria Salete Souza de. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. **Educação Unisinos**, vol. 9, n. 2, p. 155-163, maio./ago. 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6313>. Acesso em: dez. 2017.

SPOSITO, Marília Pontes; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1009-1028, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/873/87349469007/>. Acesso em: mar. 2019.

APÊNDICE A – DIÁRIO DE ANOTAÇÕES

Diário de anotações redigido entre os meses de abril e outubro de 2018, durante as atividades desenvolvidas através da pesquisa intitulada “Educação Política: uma discussão necessária na busca por uma educação integral”.

I) Durante a redação das apresentações de cada partido político, teve-se grande dificuldade em enquadrar cada legenda dentro de um espectro político. Isso se deveu a diversos fatores, como: partidos que indicavam que eram de um viés, mas em suas práticas representavam o contrário; siglas que não faziam qualquer menção sobre a que ideologia se reportavam, etc.

Por isso, para tentar manter a imparcialidade quanto à análise feita, optou-se por enquadrá-los, via de regra, seguindo a própria indicação feita através dos documentos oficiais dos partidos. Nos casos em que as legendas não informaram seu espectro político, o espaço reservado para isto ficou em branco. Claro que, durante as atividades práticas, era preciso posicionar estes partidos em um determinado espectro geográfico. Para este caso, foram utilizadas interpretações próprias na organização.

A exceção às regras citadas é quanto aos partidos políticos considerados extremistas. Para estes casos, utilizou-se de conceito trazido por Bobbio, Matteucci e Pasquino quanto à interpretação do entendimento do que se trata uma legenda extremista.

II) Os critérios máximos utilizados na elaboração dos textos e artes dos partidos políticos foram (considerando uma folha tamanho A3): a) utilizar apenas textos oficiais fornecidos pelas próprias agremiações (estatuto, programa partidário, manifestos, código de ética, site, etc.); e b) apresentar o máximo de informações em uma única página. Este último critério se destina a dar paridade de espaço a todas as legendas.

Pelos mesmos motivos, entretanto, correu-se o risco de se parecer demasiadamente simplista com relação às políticas e propostas de alguma das siglas referenciadas.

III) Referente ao item II) acima destacado, com vistas a oportunizar que cada partido destacasse suas principais defesas, encaminhou-se e-mail a todas as agremiações, utilizando o endereço eletrônico disponibilizado por cada uma na

página do TSE. Tal medida foi pensada, justamente, para que não se incorresse em eventual simplicidade quando da análise de algum tópico ou, ainda, para que a própria legenda pudesse optar por conferir maior importância a um ou outro aspecto de suas propostas. Entretanto, até o final da edição das artes, dos 35 partidos políticos contatados apenas um respondeu ao chamado (partido Novo). Para os demais, tentou-se ser o mais fiel possível nas análises, para que a maior parte de suas propostas, bandeiras e defesas fossem compreendidas no espaço de uma página proposto na pesquisa.

IV) Não se considerou, para efeitos desta pesquisa, planos de governo dos partidos, que considerassem um pleito específico, como, por exemplo, o de 2018. Isto se deve à intenção de capturar a essência básica de cada agremiação, considerando aquelas propostas e ideias que conduzem, em caráter definitivo, a vida política do partido. Em se considerando propostas destinadas a um pleito específico, poderia-se trazer consigo proposições paliativas para alguma determinada conjuntura, ou permitir mescla de propostas com outros partidos com ideologias próximas à legenda estudada (casos de coligações e alianças), o que também não possibilitaria um retrato único daquela sigla, mas de toda uma ala ideológica.

V) Durante a fase de concepção da pesquisa, foram analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Projetos Pedagógicos e Planos de Ensino dos(as) professores(as) envolvidos com os cursos do Ensino Médio Integrado do IFRS *Campus* Ibirubá. A partir disso, foram contatadas as disciplinas com alguma aproximação com os tópicos abordados na Mostra de Educação Política, com vistas à formulação de parceria entre o estudo desenvolvido e a grade de conteúdos previstas para a respectiva disciplina.

VI) Dado que um dos pesquisadores não atua no quadro de docentes da instituição em que foram desenvolvidas as práticas da pesquisa, uma grande dificuldade encontrada foi conseguir estabelecer um calendário para execução das atividades com os(as) educandos(as). Inicialmente, para apresentar as bases do projeto – e o próprio pesquisador – a estes(as) estudantes, conseguiu-se, em parceria com os professores de Sociologia e Filosofia, que tais disciplinas cedessem um período de suas respectivas aulas, para que se pudesse conversar com cada uma das três turmas, com o tempo de, ao menos, um período letivo. Neste primeiro

encontro, também foram entregues os termos de consentimento para aqueles(as) alunos(as) que, formalmente, aceitaram participar da pesquisa. Na semana seguinte, voltou-se às turmas com o objetivo de recolher estes termos.

Na sequência, a fim de aplicar o questionário inicial junto à classe discente e esclarecer novas dúvidas, recorreu-se outra vez às disciplinas anteriormente citadas, somado ao componente de Gestão e Desenvolvimento Rural (presente na grade curricular do curso de Agropecuária).

Após ter-lhes apresentado a pesquisa bem como ter sido aplicado o primeiro questionário, o encontro seguinte já representou o encontro principal da pesquisa. Para que se pudesse dispor de pelo menos duas horas/aula para cada turma individualizada, foi necessário alterar por duas vezes a data da Mostra de Educação Política. Era fundamental que a exposição fosse montada anterior às eleições de 2018, para que os(as) participantes já pudessem utilizar os novos conhecimentos adquiridos no pleito que viria. Justamente por este motivo, aliado ao fato de se necessitar de pelo menos dois períodos de aula e, ainda, devido à necessidade de se utilizar aulas de docentes que já tinham atividades previstas para o ano letivo, é que foi difícil alinhar uma data oportuna ao encontro, individual e por turma, para os três terceiros anos participantes.

Assim, compreendendo a importância da discussão de tais temas e a aproximação com as matérias estudadas, conseguiu-se organizar o calendário da Mostra da seguinte forma: em uma segunda-feira (17/09/2018), nos três primeiros períodos da manhã (das 07:45 às 10:15), com a turma de Informática (utilizando os períodos das disciplinas de Filosofia e Língua Portuguesa); na mesma segunda-feira, no dois últimos períodos da manhã (das 10:30 às 12:10), com a turma de Agropecuária (utilizando os períodos das disciplinas de Sociologia e Filosofia); e na terça-feira (18/09/2018), nos três primeiros períodos da manhã (das 07:45 às 10:15), com a turma de Mecânica (utilizando os períodos das disciplinas de Biologia e Filosofia).

O evento ocorreu durante os três turnos dos dias 17 e 18/09/2018. Por isso, nos horários em que não estavam agendadas visitas de turmas individuais, a Mostra de Educação Política foi aberta para toda a comunidade acadêmica (servidores, discentes e profissionais terceirizados).

Após a visitação de cada uma das turmas objeto da pesquisa, todos(as) os(as) estudantes participantes do estudo foram convidados(as) a responder a um

questionário final, dando o *feedback* necessário à avaliação da exposição. A fim de não interromper as atividades já previstas das disciplinas e, ao mesmo tempo, dar maior autonomia para que os(as) alunos(as) respondessem às perguntas do propostas, o formulário lhes foi entregue para preenchimento em casa ou momento oportuno, a critério do(a) próprio(a) estudante.

Quantitativamente, talvez, esta estratégia não tenha sido a ideal, já que pouco mais da metade dos alunos que se propuseram a participar do questionário inicial entregaram o questionário final. No entendimento dos pesquisadores, isto se deve ao tempo dilatado concedido entre a entrega do questionário (imediatamente após o evento) e o recolhimento dos instrumentos. É interessante frisar que os(as) estudantes não utilizaram, para este fim, um momento formal de sala aula, podendo ser esta a justificativa para a baixa adesão final. Para melhor compreensão, após a entrega do último instrumento de questões passou-se aproximadamente uma semana para respostas e, quando os pesquisadores foram recolher os questionários, cerca de 2/3 dos(as) alunos(as) não tinham trazido o documento. No decorrer de uma semana, com o auxílio destacado dos(as) discentes representantes de turma, conseguiu-se chegar ao número final de alunos(as) participantes (21 estudantes, para a etapa final da pesquisa).

Ainda, voltou-se em duas oportunidades à turma da Mecânica, para tentar o incentivo a uma maior participação no estudo, dado que este foi o curso com menor presença efetiva nas respostas ao questionário final, com apenas dois estudantes. Esta turma era bastante importante para a avaliação geral do trabalho, já que foi muito participativa durante a Mostra. Infelizmente, não foi conseguido maiores avanços quanto à entrega do questionário. Cabe salientar que, ainda assim, o número total de alunos(as) participantes foi em linha com o estimado antes do estudo (previa-se a participação de 30 discentes, sendo que, efetivamente, participaram 38 estudantes).

VII) Nos dias da exposição, pôde-se observar que professores(as) de concepção esquerdista estavam muito mais retraídos em socializar suas posições políticas do que aqueles de concepções direitistas. Durante as atividades de votação, onde um dos objetivos era aproximar os personagens com as correntes ideológicas reais, pode-se notar professores(as) direitistas alertando alunos(as) para situações negativas da política de esquerda com muito mais frequência do que o

contrário. Há que se considerar que a conjuntura do momento estava muito mais favorável para candidatos e propostas da direita política do que da esquerda, devido o recente processo de impeachment ocorrido tempos antes, os sucessivos escândalos de corrupção, dentre outras questões. Neste ponto, faz-se necessário lembrar as palavras de Bobbio¹⁰ que diziam que, a depender do momento, “ser” de esquerda ou de direita pode representar certo constrangimento quando em comparação a outras linhas ideológicas.

VIII) Pôde-se perceber os(as) alunos(as) muito mais interessados, primeiro, nas novas legendas e, em seguida, naquelas já consolidadas no país: assim, no ambiente destinado à apresentação dos partidos, de forma disparada, a legenda que mais recebeu visitas foi o Novo, seguido de perto por outras agremiações, como o PT e o PSDB, assim como o PSL, que no pleito de 2018 ganhou bastante enfoque no país.

IX) Ao contrário do que se esperava, chamou a atenção o grau de atenção, respeito e tolerância dos(as) alunos(as) em relação a apresentação das ideologias e partidos políticos existentes. Era hipótese aventada que existiriam piadas, deboche e falta de educação para com uma ou outra ideologia/agremiação. Entretanto, o que se viu foi justamente o contrário: respeito, a busca pela compreensão daquilo que cada ideologia se propunha, e uma atenção que ia crescendo à medida que as explicações ocorriam. Isto também foi possível perceber através dos *feedbacks* enviados pelos(as) estudantes que responderam ao último questionário.

X) Os ambientes foram divididos de tal forma a se iniciar a partir da explicação de conceitos básicos, como o que é política, o conservadorismo, o progressismo, as formas e sistemas de governo, etc.. Neste momento, notou-se alguma dispersão entre os(as) alunos(as), conversas paralelas e, até mesmo, uma ou outra piada. À medida que se avançava nas explicações, apresentando conceitos que são, normalmente, excessivamente teóricos (mas que fazem parte direta da rotina social) a partir de exemplos práticos, percebeu-se que os(as) jovens iam entrando na discussão e se desinibindo para apresentar seus posicionamentos e, principalmente, suas dúvidas. Foi possível perceber, também, que a maioria dos(as) estudantes, independente de ideologia, se ressentia pela polarização política

¹⁰ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2011.

existente, bem como de discursos em que, muitas vezes, não sabiam se podiam confiar.

XI) Também chamou a atenção a desconfiança inicial da maior parte dos(as) educandos(as) – não apenas do grupo objeto da pesquisa, mas também dos estudantes visitantes de diversas modalidades de ensino (técnico integrado de 1º e 2º ano; técnico subsequente, e superior) – acerca da imparcialidade – ou não – da apresentação dos conceitos, ideologias e, principalmente, partidos políticos. A maioria demonstrou muito interesse, mas, de início, estavam, de certa forma, reticentes quanto àquilo que veriam e ouviriam. Ao passo que a conversa foi sendo desenvolvida, suas condutas foram aos poucos mudando, ouvindo com mais atenção, participando das discussões e, como era nossa intenção, se dirigindo para aquela ideologia e partidos políticos que realmente lhes interessavam.

XII) Ao passo que se chegava ao último ambiente, os(as) estudantes já estavam – em sua maioria – plenamente confortáveis com a discussão, não tendo receio em questionar aquilo que lhes motivava. Auxiliaram a se chegar neste estado de coisas as atividades lúdicas trazidas, como a simulação de votação pensada a partir do universo juvenil, a atividade com as frases “invisíveis”, a conversa sobre políticas práticas da esquerda e direita (o que é e o que não é, a ruptura com velhos preconceitos generalizados no senso comum), etc.

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional gerado é, seguindo a nomenclatura da CAPES, um material textual denominado “Onde tem escola, tem política: um guia didático de apoio a discussões políticas em sala de aula”. Conforme descrito no item reservado à apresentação desta dissertação, a presente pesquisa objetiva proporcionar aos(às) estudantes o acesso a uma política mais próxima às suas realidades, isto é, aquela política que se faz presente ao se discutir uma ação governamental, uma medida social, ou, ainda, que permeia uma decisão de voto em época de eleição. Este tipo de educação política foi posto em prática através do desenvolvimento de uma Mostra de Educação Política – MoEPol, conduzida junto à comunidade acadêmica do IFRS *Campus Ibirubá*.

O produto educacional, desta forma, foi obtido por meio dos materiais utilizados e aplicados a partir da MoEPol, bem como resultados percebidos durante e após as atividades. Para ficar um pouco mais compreensível, o evento realizado foi compactado na forma de um Guia, e pode ser devidamente consultado nas páginas que se seguem a este Apêndice B. O material seguiu à risca a proposta do evento, retratando em suas páginas os três ambientes trabalhados durante a Mostra. Em se tratando de debates políticos, nunca é demais frisar, também, que os textos elaborados utilizaram fontes e referências bibliográficas academicamente reconhecidas. No mesmo sentido, ao tratar sobre os partidos políticos brasileiros, optou-se pelo uso exclusivo de documentos oficiais das próprias agremiações. Cabe destacar, ainda, que após a realização das atividades foram aplicados questionários junto aos(às) discentes participantes, com o objetivo de avaliar a aceitação quanto a proposta desenvolvida.

Entende-se que este produto possa ser replicado em outras instituições de ensino, principalmente naquelas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica – EPT, devido o entendimento daquilo que se configura como formação integral. Não é demais repetir Ramos (2007) – que nos recorda que a dimensão cultural precisa estar integrada aos processos formativos – ou Saviani (2007) – que destaca que a escola precisa oportunizar aos(às) educandos(as) o acesso às ciências sociais, pelas quais se poderiam compreender as relações entre os homens –, autores recentes consagrados na defesa da EPT, que advogam pela superação do dualismo

histórico presente em nossa educação – dualismo este que percebe de um lado uma formação para classe dirigente e, de outro, um ensino para as atividades técnicas.

Neste sentido, este produto educacional poderá ser aplicado em qualquer escola que coloque como objetivo primeiro a formação integral de seus(as) educandos(as), que pense em formá-los(as) para a autonomia e criticidade quanto aos problemas que lhes envolvem em sociedade.

Cabe ressaltar, por fim, que este documento encontra-se formatado em acordo com as regras de acessibilidade contidas no Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais – IFRS CTA 2017. Por se tratar de um encarte com capa própria, o produto pode ser consultado a partir da próxima página.



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande
do Sul

Onde tem escola,

tem política

Um Guia Didático de Apoio a
Discussões Políticas em Sala de Aula

Luiz Felipe Kopper da Silva
Maria Augusta Martiarena de Oliveira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – CAMPUS PORTO ALEGRE
Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica

ONDE TEM ESCOLA, TEM POLÍTICA
UM GUIA DIDÁTICO DE APOIO A DISCUSSÕES POLÍTICAS EM SALA DE AULA

Produto educacional desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Projeto de Pesquisa: “Educação Política: uma discussão necessária na busca por uma educação integral”

Mestrando: Luiz Felipe Kopper da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Porto Alegre

2019

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional De Educação
CF/88	Constituição Federal
DC	Democracia Cristã
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
LDB/96	Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei n.º 9.394/96)
MEC	Ministério da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEF	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PR	Partido da República
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PP	Partido Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social

PRP	Partido Republicano Progressista
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
QE	Quociente Eleitoral
QP	Quociente Partidário
REDE	Rede Sustentabilidade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	74
1 A REFLEXÃO POLÍTICA EM SALA DE AULA: UMA NECESSIDADE LEGÍTIMA	77
2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO?	81
2.1 A Constituição Federal.....	82
2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	83
2.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais	84
2.4 A Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	87
3 A POLÍTICA NA PRÁTICA: DISCUTINDO CONCEITOS E REALIDADES	110
3.1 Afinal, o que é política?.....	114
3.2 O Progressismo	116
3.3 O Conservadorismo	117
3.4 A Esquerda.....	119
3.5 A Direita.....	120
3.6 Notas Sobre a Esquerda e a Direita.....	121
3.7 A Política da Terceira Via	122
3.8 O Republicano.....	124
3.8.1 E o Partido Republicano?	124
3.9 O Democrata	125
3.9.1 E o Partido Democrata?.....	126
3.10 As Formas de Estado: A Monarquia	127
3.11 As Formas de Estado: A República	129
3.12 As Formas de Governo: O Presidencialismo	130
3.13 As Formas de Governo: O Parlamentarismo	131
3.14 As Formas de Governo: O Anarquismo	133
3.15 O Sistema de Votos no Brasil	135
3.15.1O Sistema Eleitoral Majoritário	135
3.15.2O Sistema Eleitoral Proporcional.....	136
3.15.3Curiosidades e mitos sobre o sistema de votos brasileiro	137
3.16 Partidos Políticos	140
3.16.1Metodologia de apresentação dos partidos políticos brasileiros	141
3.16.2Partido Republicano Brasileiro – PRB.....	143
3.16.3Partido Progressista – PP	144
3.16.4Partido Democrático Trabalhista – PDT	145
3.16.5Partido dos Trabalhadores – PT.....	147

3.16.6	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	148
3.16.7	Movimento Democrático Brasileiro – MDB	150
3.16.8	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU.....	152
3.16.9	Partido Social Liberal – PSL.....	153
3.16.10	Rede Sustentabilidade – REDE	155
3.16.11	PODEMOS.....	156
3.16.12	Partido Social Cristão – PSC	158
3.16.13	Partido Comunista Brasileiro – PCB.....	159
3.16.14	Partido da República – PR.....	161
3.16.15	Partido Popular Socialista – PPS	162
3.16.16	DEMOCRATAS.....	164
3.16.17	Democracia Cristã – DC.....	165
3.16.18	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB.....	167
3.16.19	Partido da Causa Operária – PCO	168
3.16.20	NOVO	169
3.16.21	Partido Humanista da Solidariedade – PHS	171
3.16.22	Partido da Mobilização Nacional – PMN	172
3.16.23	Partido da Mulher Brasileira – PMB	174
3.16.24	Partido Trabalhista Cristão – PTC.....	175
3.16.25	Partido Socialista Brasileiro – PSB.....	176
3.16.26	Partido Verde – PV	178
3.16.27	Partido Republicano Progressista – PRP	179
3.16.28	Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.....	181
3.16.29	Partido Socialismo e Liberdade – PSOL	183
3.16.30	PATRIOTA.....	184
3.16.31	Partido Pátria Livre – PPL.....	185
3.16.32	Partido Social Democrático – PSD.....	187
3.16.33	Partido Comunista do Brasil – PCdoB.....	188
3.16.34	AVANTE	190
3.16.35	SOLIDARIEDADE	191
3.16.36	Partido Republicano da Ordem Social – PROS.....	193
4	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	195
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	206

APRESENTAÇÃO

Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar! (Freire, p. 40, 2014)

Caro(a) leitor(a),
Este Produto Educacional é parte integrante de pesquisa intitulada “Educação Política: Uma discussão necessária na busca por uma educação integral”, desenvolvida através do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e orientada pela Professora Doutora Maria Augusta Martiarena de Oliveira.

O presente material textual, ao qual denominamos Guia Didático de Apoio A Discussões Políticas em Sala de Aula, foi escrito para auxiliá-lo(a) a trabalhar, de forma prática e consistente, alguns tópicos fundamentais da política. As práticas pedagógicas expostas aqui são indicadas, preferencialmente, para turmas do Ensino Médio, entretanto, como poderá ser percebido, determinados tópicos poderão ser trabalhados também com turmas de Ensino Fundamental ou Ensino Superior, bem como poderá servir de base para uma discussão informal na sala do cafezinho.

Neste texto, quando utilizarmos a palavra “política”, estamos nos referindo a seus aspectos mais práticos e aplicados às nossas realidades: assim, traremos ao debate conceitos como Esquerda e Direita, Conservadorismo e Progressismo, partidos políticos brasileiros (o que defendem e o que combatem), sistema de votos majoritário e proporcional, formas de Estado e de governo, dentre outros. Cabe aqui notar que temas políticos são multidisciplinares, previstos em componentes curriculares específicos e transversais. Por isso mesmo é que este material textual poderá ser adotado por educadores(as) das mais variadas áreas ou, até mesmo, por profissionais atuantes em outras funções na escola, como pedagogos(as), psicólogos(as) e orientadores(as) educacionais, por exemplo.

O(a) leitor(a) mais atento irá perceber que buscaremos uma aproximação ao debate ideológico e – admitimos – é nosso objetivo adentrar nesta seara polêmica, vista quase como tabu em nossa sociedade (e salas de aula). Política, para alguns, não se discute. Para nós, política se discute sim. Afinal, de que outra maneira formaremos em nossas escolas cidadãos críticos em suas ações, se não lhes

proporcionarmos uma educação igualmente crítica, e que lhes apresente, por exemplo, a bandeira ideológica defendida por um partido ou ala política? E de que forma este educando poderá, de forma autônoma, optar por um ou outro viés, se ele não souber o que defendem os diferentes vieses ou, pior, se tiver sido apresentado a apenas um lado (quer esquerda, quer direita), e entender esta percepção como verdade absoluta?

Há de se ficar claro, ao longo das próximas páginas, que não estamos aqui incentivando que o(a) profissional da educação utilize o espaço escolar para defender um único viés, ou tolher a liberdade de expressão de um(a) colega ou educando(a) que expressar interesse contrário ao seu. Vale notar, e isso também se evidenciará no decorrer deste texto, que adotamos como referencial teórico as lições e ensinamentos que o nosso Patrono da Educação nos legou. Sendo assim, o preceito principal que rege este texto, e a consequente atuação didática esperada no trato destas temáticas políticas, pode ser resumido através das seguintes palavras:

É por isso que o problema real que se nos coloca não é o de insistir numa teimosia sem sucesso – e de afirmar a neutralidade impossível da educação, mas, reconhecendo sua politicidade, lutar pela postura ético-democrática de acordo com a qual educadoras e educadores, podendo e devendo afirmar-se em seus sonhos, que são políticos, se impõem, porém:

- 1) deixar claro aos educandos que há outros sonhos contra os quais, por várias razões a ser explicadas, os educadores ou educadoras podem até lutar;
- 2) que os educandos têm o direito de ter o dever de ter os seus sonhos também, não importa que diferentes ou opostos aos de seus educadores.

(FREIRE, 2014, p. 44)

Por isto tudo, este material textual está dividido em quatro partes: na primeira, apresentamos os aspectos introdutórios ao objetivo do texto, explanando sobre a importância de se preparar educandos conhecedores da política prática que lhe cerca. Logo em seguida, destinaremos um capítulo para a reflexão sobre os parâmetros legais que norteiam a educação brasileira, discutindo especificamente o que tais normas legais pensam sobre a política em sala de aula. Nosso objetivo, com isso, é demonstrar que a discussão desta temática não apenas é prevista nas legislações educacionais brasileiras como é bastante incentivada. Na terceira parte, conforme citado anteriormente, traremos conceitos diversos ligados à política, tentando contextualizá-los, exemplificá-los e resgatá-los do senso comum em que caíram em nossa sociedade contemporânea. Também nesta parte, apresentaremos os 35 partidos políticos existentes em nosso país, todos expostos conforme eles mesmos se exibem, ou seja, a partir de seus próprios documentos legais (como Estatutos, Manifestos, Programas Partidários, sítios eletrônicos, etc.). Finalmente, na

quarta e última parte, iremos demonstrar algumas atividades pedagógicas que realizamos junto aos educandos dos 3º anos do Ensino Médio Integrado – cursos de Agropecuária, Informática e Mecânica – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Ibirubá, como forma de visualização de possibilidades práticas e possíveis para o debate da temática política.

Como todo projeto acadêmico, este estudo encontra-se inacabado, invariavelmente desatualizado, mas, ao mesmo tempo, contemporâneo e necessário. Espera-se que novas ideias sejam a ele agregadas, desenvolvidas, realizadas. Mas, acima de tudo, espera-se que este Guia Didático de Apoio A Discussões Políticas em Sala de Aula possa, de alguma forma, contribuir. Contribuir na prática docente, em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Contribuir na conversa de corredor, na cantina, em espaços de educação formais ou informais. Que possamos todos e todas cooperar no letramento político de nossos educandos, formando uma sociedade livre de preconceitos, dogmas políticos e de discursos de ódio. Enfim, desejamos, hoje mais do que ontem e muito menos do que amanhã, uma sociedade de cidadãos críticos, autônomos e livres em sua autoafirmação.

1 A REFLEXÃO POLÍTICA EM SALA DE AULA: UMA NECESSIDADE LEGÍTIMA

[...] não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa. (Freire, p. 113, 2014)

Vivemos numa sociedade estranha. Complexa, para se dizer o mínimo. Uma sociedade onde muito se discute assuntos políticos – na Internet, principalmente – e onde a maior parte das pessoas possui uma opinião muito forte em relação a tais debates. Mas, opinião muito forte e embasada? Não. Apenas forte. E é aqui que reside a complexidade citada no início do parágrafo.

Debates políticos desembasados e descontextualizados, abundantes em verdades absolutas ou ricos em discursos de ódio. Nada é em vão, é claro. Este cenário se constituiu assim historicamente e se amplificou nos últimos anos, decorrente principalmente dos escândalos de corrupção, dos jogos e artimanhas políticas e da situação econômica e social a que o país foi conduzido.

Mas, e a escola com isso tudo? Deveria a educação se preocupar com a política, ou a ela restaria apenas a transmissão de conteúdos? Bem, recordemos Freire (2014, p. 120), que dizia que “[...] os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas”. Por isso, não é uma questão de “se” a escola deva se envolver, mas sim de que forma irá se envolver e com que abrangência o fará.

Em um mundo de polarizações e desestabilidade política, a vontade de discutir soluções e possibilidades é infinita, mas demanda, contudo, conhecimento acerca dos assuntos básicos inerentes ao tema. Em uma pesquisa conduzida junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Ibirubá, conversamos com 38 estudantes, entre 17 e 20 anos, que indicaram, majoritariamente, as redes sociais (38%), telejornais (24%) e instituição de ensino / professor(a) (18%) como suas principais fontes de informações políticas. Chama a atenção que 71% destes(as) educandos(as), na pergunta seguinte, afirmaram não terem a confiança necessária para uma discussão política, com base nos conceitos que depreendem destas fontes de informações.

E se ainda não ficou evidente a importância da escola na ação de socialização política destes(as) jovens, vejamos o que os(as) estudantes demandam das instituições de ensino, conforme o Quadro 1, infracitado:

Quadro 1 - A importância da política em espaços escolares

Você acha importante a abordagem de temas políticos e sociais em sala de aula?		Em sua opinião, em se tratando de política partidária, deveria haver mais espaço para abordagem em sala de aula?	
Sim	97%	Sim	68%
		Não	13%
Não	3%	O espaço atual, destinado ao tema, atende às necessidades	16%
		Não sabe ou não respondeu	3%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Notemos, com as informações apresentadas, que estes alunos(as) desejam, em sua imensa maioria, o debate acerca de temas políticos e sociais em sala de aula. Não obstante, a segunda pergunta buscava saber se a reflexão partidária seria também bem-vinda e, ratificando o posicionamento visto na questão anterior, percebemos que estes(as) jovens esperam da escola uma educação realmente crítica e transformadora.

Aliado a isto, muitos estudiosos do campo da educação vêm enfatizando a necessidade de a escola prover os meios necessários à compreensão das interações sociais, com vistas à preparação para o exercício pleno da cidadania. Saviani (2007, p. 160), por exemplo, entende que devemos, na condição de instituição de ensino, oportunizar aos nossos educandos um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos e, entre estes, o acesso às ciências sociais, pelas quais se poderiam compreender as relações entre os homens.

Ramos (2007, p. 4) também destaca a importância do tema ao dizer que “[...] outra dimensão da vida que precisa estar integrada aos processos formativos é a cultura: valores e normas que nos orientam e nos conformam com um grupo social. [...]”. Por isso, quando falamos em uma educação integral estamos objetivando um ensino que forme um cidadão capaz de atuar criticamente em sociedade, de forma autônoma, com os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento.

Freire (2017) nos alerta para que superemos a tradicional concepção bancária da educação, em que vemos nossos alunos como receptores que acolherão de forma passiva os depósitos que estão previstos para ocorrer ao longo do ano letivo. No lugar deste tipo de percepção educativa, o autor pensa em outra: contextualizada com a realidade social, problematizadora, desveladora de verdades. Com isso, quando a escola assume seu papel efetivo de esclarecer e iluminar as ações e explicar os motivos que fazem os sujeitos agirem de uma forma e não de outra, temos uma possibilidade de caminhar em direção à constituição de um novo ser

humano, crítico e autônomo, capaz de praticar uma ação transformadora em sua realidade social.

A escola, então, não pode se contentar em abrir as portas para as salas de espera, onde as verdadeiras portas de entrada são distribuídas (BECK, 2011). Não pode formar cidadãos conformados com suas perspectivas sociais, naturalizados em preconceitos contrários e a favor de suas existências. Portanto, para atingirmos de fato uma democracia estabelecida, em que nossos cidadãos sejam conscientes de seus direitos e os transformem em realidade, precisamos antes de uma atuação no sentido de que estes sujeitos adquiram um letramento político, “[...] uma compreensão da política e instituições políticas diferentes daquelas da sociedade que ainda caminha nessa direção.” (BECK, 2011, p. 288).

Ora, a educação política pavimenta a vida em sociedade, dela se ramificando muitas ações e decisões que implicam toda uma realidade social. Mesmo notando sua primazia, percebemos ainda que a discussão política formal é tratada como um tabu dentro da escola. Para tentar compreender os motivos para tanto, aplicamos um questionário junto a 295 educadores(as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, compreendendo todas as grandes áreas do ensino. O Quadro 2 nos auxilia a entender por que é tão difícil conduzir esta temática dentro das escolas:

Quadro 2 - Principais dificuldades na abordagem de temas políticos em sala de aula

Principais Dificuldades	Número de vezes em que foi citada¹	Percentual Correspondente
Não me sinto confortável em abordar este tipo de assunto	57	12,87%
Não possuo formação na área	54	12,19%
Tenho receio quanto à reação que colegas e alunos teriam se eu tratasse de temas políticos	53	11,96%
Não visualizo uma sistemática clara para trabalhar temas políticos em sala de aula	50	11,29%
Temas políticos não podem ser contextualizados com a minha disciplina	44	9,93%
Já possuo muito conteúdo para repassar. Não teria tempo para outras abordagens que não estivessem diretamente relacionadas à minha disciplina	29	6,55%
Os alunos não teriam interesse neste tipo de abordagem	15	3,39%
Não concordo que este tipo de assunto deva ser trabalhado na escola	10	2,26%
Não possuo dificuldades em abordar temas políticos em sala de aula	131	29,57%

Fonte: Autoria própria, 2019.

¹ O(a) educador(a) poderia selecionar mais do que uma opção, caso concordasse com a assertiva.

Conforme podemos depreender através do Quadro 2, muitos profissionais da educação não se sentem confortáveis ao tratar de temas políticos em sala de aula (12,87%), e outros tantos (11,96%) receiam quanto à reação que colegas e alunos teriam neste tipo de abordagem. Neste ponto, o crescimento de pautas conservadoras que buscam a homogeneização de atitudes e crenças pesa sobre a atividade docente, levando a crer que uma reflexão de cunho político – ou até mesmo de problemas sociais rotineiros – possa ser interpretada como doutrinação.

Outros aspectos também podem ser destacados, como as justificativas de falta de formação na área (12,19%) ou a não visualização de uma sistemática clara de trabalho de temas políticos em sala de aula (11,29%). A estes pontos, devemos recordar que a política é tema transversal e multidisciplinar, não ficando isolada para o trato em um componente curricular específico. Apesar disso – e aliado a todas as formas de pressão que a classe docente sofre na rotina de suas atividades (falta de infraestrutura adequada; carga horária elevada; pouco tempo de preparação para as aulas; remuneração incompatível com a função social exercida; baixas perspectivas de formação continuada; pressões externas, etc.) –, compreendemos que se deva propor um norte, uma forma clara para que possam trabalhar esta temática em espaços de educação.

Nas próximas páginas, iremos apresentar um rol de legislações que não apenas permitem aos docentes a reflexão destas pautas caras a uma formação cidadã, crítica, autônoma e criativa em espaços educacionais, como também incentivam esta conduta. Também traremos alguns conceitos fundamentais deste meio, assim como a apresentação dos partidos políticos que atuam em nosso país. Faremos isso recordando, uma vez mais, as palavras do nosso patrono da educação, que diz que “Não há crescimento democrático fora da tolerância que, significando, substantivamente, a convivência entre dessemelhantes, não lhes nega contudo o direito de brigar por seus sonhos.” (FREIRE, 2014, p. 22).

2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO?

E por formação entendiam treinamento. É exatamente isto o que sempre interessou às classes dominantes: a despolitização da educação. Na verdade, porém, a educação precisa tanto da formação técnica, científica, profissional quanto do sonho e da utopia. (Freire, p. 49, 2013)

O presente capítulo tratará de tranquilizar àqueles(as) educadores(as) que, de alguma forma, sintam-se coagidos(as) a passar ao largo de qualquer forma de reflexão política – como se fosse possível tal conduta –, quando em sua prática docente. Buscaremos aqui resgatar a confiança destes(as) profissionais, para que possam contribuir para uma ação transformadora, afastando certas ameaças que pairam sobre a atividade pedagógica.

Faremos isso de uma forma clara, e óbvia. Na verdade, deveria ser óbvia... se bem que se fosse assim tão evidente, nem mesmo nos daríamos o trabalho de destacar o que se segue. Mas, no atual estado de coisas, em que, como destacamos lá no primeiro parágrafo do capítulo anterior, vivemos em uma sociedade estranha e complexa, resta necessário evidenciar certas obviedades. E aqui o faremos de uma forma legal. No sentido objetivo da palavra: através de legislações².

Para iniciarmos, vejamos a seguinte citação: “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor [...] se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional [...]” (ESCOLA, 201-?). Este é um trecho coletado no site do movimento “Escola Sem Partido”, entidade que busca transformar em lei seus ideais, dentre eles e principalmente, a prática de doutrinação escolar e a retirada de discussões em espaços escolares que, de alguma forma, atentem contra “[...] o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas

² O trabalho de pesquisa realizado neste capítulo foi conduzido de forma objetiva, isto é, desconsiderando as subjetividades que eventualmente envolvam tais legislações. O objetivo para tanto é claro: observamos que muitos(as) profissionais da educação têm medo ou receio de abordar temas políticos por acharem que não há amparo legal para isso. Assim, a análise objetiva das normas legais servirá para investigar se o legislador permite, ou não, esta prática pedagógica, de modo a fornecer caminhos legais a estes(as) educadores(as).

próprias convicções.” (PROGRAMA, c2019). Sobre este movimento, procuraremos não lhe dar muita atenção nestas páginas, dado o caráter pernicioso de suas propostas – o que não significa que, vez que outra, não seja imperioso citá-lo como forma de contra-argumentar suas declarações estapafúrdias.

Como dissemos acima, refutaremos as ameaças que atentam contra a educação – e dentre elas o Escola sem Partido (ESP) – com bases legais. Estamos numa sociedade dita democrática, e, por isso, entendemos que nenhum movimento possa estar acima do que apregoa nossas legislações. E é sobre elas que passaremos agora a analisar.

2.1 A Constituição Federal

Em 1988, ao promulgar a nossa atual Constituição Federal (Figura 1), os membros da Assembleia Nacional Constituinte instituíam, uma vez mais, um Estado Democrático em nosso país. A carta magna, precedida por amplas discussões, trazia em seus artigos a previsão de direitos e garantias fundamentais nas mais diversas áreas. O texto final, desta forma, foi pensado e discutido para assegurar

[...] o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988)

Figura 1 - Constituição da República Federativa do Brasil (1988)



Fonte: Wikipedia.³

³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CF88_Livro_EC91_2016.png. Acesso em 10 fev 19.

A educação também ganha destaque nesta nova perspectiva adotada pela atual carta constitucional. A partir do artigo 205, o legislador torna claro o sentido que se quer dar ao ensino, entendendo que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Sobre isto, fazemos o seguinte questionamento: como preparamos alguém para seu pleno desenvolvimento e correta inserção na vida social, sem contextualizar temas que lhe são caros para a vida real? Como destaca Paulo Freire (2013), a escola não pode se resumir a ensinar a leitura da palavra, se não ensinar a leitura do mundo. Mas, vamos seguir em frente, e deixar ainda mais claro o pensamento do legislador sobre esta temática.

2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Em acordo com esta nova ótica contida na Constituição de 1988, a Lei n.º 9.394/1996 (LDB/96) é publicada em 1996, e estabelece as novas diretrizes e bases da educação nacional. Chamamos a atenção para o fato de que, ao tempo da lei de diretrizes e bases da década de 1970 (Lei n.º 5.692/1971), à escola conferia a preparação de estudantes para o atendimento das demandas do mercado de trabalho por profissionais de nível médio. Na nova legislação, a perspectiva educacional se volta para a formação do(a) educando(a) em sua totalidade, dando grande destaque à sua preparação política e social, conforme podemos observar, principalmente, nos seguintes excertos:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, **assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania** e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

[...]

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório [...] terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

[...]

II - a **compreensão do ambiente natural e social, do sistema político**, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

[...]

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica [...] terá como finalidades:

[...]

II - a **preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando**, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o **aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico**; [...] (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Perceba, caro(a) leitor(a), que é a nossa maior lei educacional quem determina que a escola precisa preparar o educando para a cidadania plena, inclusive com os ensinamentos necessários para possibilitar a compreensão acerca do ambiente social e sistema político em que este estudante se insere. Ainda, ao tratar do tema, a LDB/96 nos lembra que é finalidade do Ensino Médio a formação ética do(a) estudante, preparando-o(a) para que possa se constituir em um cidadão ou cidadã autônomo(a), com um pensamento crítico em relação aquilo que se passa ao seu redor.

Assim, acabamos de rebater um dos principais argumentos que o ESP utiliza para cercear o direito de expressão de nossos(as) educadores(as). Segundo este movimento, “Não haveria nada de errado [em querer despertar a consciência crítica dos alunos], se esse ‘despertar da consciência crítica’ não consistisse apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes.”⁴ O ESP, adotando linguajar inculto e impróprio para um movimento que se quer constituir em norma legal, demonstra desconhecer o básico da legislação corrente em nosso país.

Mas, uma vez mais, prosseguiremos em nosso estudo, dando vistas agora a alguns documentos que, se não possuem a força impositiva de lei, são adotados amplamente como norte curricular para a Educação Básica.

2.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM foram instituídos com o intuito de aperfeiçoar a prática didática em sala de aula, e são entendidos a partir de um processo de construção continuada em que, baseado em sua aplicabilidade prática, poderão ser revistos e aperfeiçoados (BRASIL, 2000). Neste espaço, iremos dar atenção a alguns dos Parâmetros publicados no final dos anos 1990, conforme citações diretas e indiretas a serem postas em momento oportuno. Porém, o que precisa ficar claro desde já é que, a partir destas orientações, ao Ensino Médio é dado um novo sentido:

⁴ Fonte: sítio eletrônico do Escola sem Partido, disponível em <http://escolasempartido.org/faq>. Acesso em: 10 fev. 2019.

O novo ensino médio, [...] deixa de ser, portanto, simplesmente preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir necessariamente a responsabilidade de completar a educação básica. Em qualquer de suas modalidades, isso significa **preparar para a vida, qualificar para a cidadania** e capacitar para o aprendizado permanente, em eventual prosseguimento dos estudos ou diretamente no mundo do trabalho. (BRASIL, 1999, p. 8-9, grifo nosso)

O foco em torno da palavra cidadania, aliás, não é meramente discursivo, e será acentuado no decorrer de todo o processo orientativo trazido pelos PCNEM e, antes disso, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – PCNEF. Esta nova escola proposta por estes documentos da Educação Básica traçam todo o currículo a partir do elemento cidadania, tornando-a eixo vertebrador da educação escolar. Segundo os PCNEF que apresentam os Temas Transversais – Ética,

Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso refere-se a **valores**, mas também a **conhecimentos** que permitam **desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva**. (BRASIL, 1997, p. 23, grifo nosso)

Na mesma linha, os PCNEF – Temas Transversais, estabelecem que

A educação para a cidadania requer que **questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos**, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. [...]. (BRASIL, 1998, p. 25, grifo nosso)

Notemos, então, que a nova perspectiva educacional trazida à prática no final do século XX refletia aquela ótica cidadã almejada quando da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Aquela antiga visão de educação tradicional, fragmentada, descontextualizada e que se resumia apenas a transmitir conteúdos, parece, finalmente, ter ficado para trás. Em seu lugar, as novas normas legais estabelecem esta versão interdisciplinar, acompanhada de contextualizações de situações vividas na realidade. A intencionalidade é clara: além de formar competências específicas, tanto na vida social quanto na produtiva, espera-se fomentar nos educandos senso crítico capaz de lhes estimular o raciocínio e a capacidade de aprendizado, proporcionando-lhes uma participação efetiva na vida em sociedade, bem como permitindo a estes que se posicionem quanto a escolhas e proposições e possibilitando que saibam argumentar e comunicar-se com os outros. (BRASIL, 1999; 2000).

Cumpramos ressaltar que a reflexão a respeito de temas afetos à nossa realidade social – dentre estes a política e tudo que lhe permeia – ganha um novo patamar a

partir deste apanhado de legislações e orientações do final dos anos 1990, que vão se somando uma a uma. Neste sentido, também destacamos o surgimento dos temas transversais e da parte diversificada do currículo escolar.

Assim, consideram-se temas transversais a Ética, a Pluralidade Cultural, o Meio Ambiente, a Saúde, a Orientação Sexual e o Trabalho e Consumo. Tais componentes deverão permear todo o currículo, encontrando formas de articular a escola e a

Lembrar: essa parte diversificada do currículo escolar da Educação Básica é pensada para atender as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos(as) educandos(as).

comunidade que lhe envolve (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998). No mesmo sentido, o legislador classifica como componente curricular obrigatório, pertencente à **parte diversificada do currículo**, a educação alimentar e nutricional; o processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso; a educação ambiental; a educação para o trânsito e a educação em direitos humanos (BRASIL, 2011, p. 47).

Percebemos, portanto, que são vastas as possibilidades de discussões que envolvam as temáticas políticas e que nossos documentos legais não apenas aprovam como incentivam tais reflexões. E não é apenas isso: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB n.º 05/2011) esclarecem que a parte diversificada não é algo imposto às escolas, que possuem autonomia para trabalhar aquelas pautas que lhes são mais pertinentes. Por isso,

[...] outros componentes complementares, a **critério dos sistemas de ensino e das unidades escolares** e definidos em seus projetos político-pedagógicos, **podem ser incluídos no currículo**, sendo tratados ou como disciplinas ou com outro formato, preferencialmente, de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2011, p. 47-48)

No mesmo sentido, os conteúdos trazidos nos PCN, bem como as metodologias a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem e formas avaliativas também são entendidas como de organização flexível. Nesta seara, os Parâmetros devem ser entendidos como uma indicação de direção a ser seguida, mas não como uma obrigatoriedade a que os sistemas de ensino devam se reportar. (BRASIL, 2000).

Claro que não podemos desconsiderar que exista uma infinidade de conteúdos – além das temáticas que aqui propomos – que também poderiam ser abordados no currículo escolar, a partir desta autonomia conferida às escolas. Também não deixamos de lado o fato de a grade curricular a que o(a) educador(a) precisa atender ao longo do ano letivo já seja bastante inchada. Entretanto, ao

mesmo tempo, não nos abstermos de considerar que a previsão formal da possibilidade de se prever nos currículos temas mais próximos à realidade concreta da escola seja um significativo avanço quando em comparação com outras formas de currículo já impostas aos sistemas de ensino, em outras oportunidades.

A análise das diversas possibilidades de inserção do debate político e social nos componentes curriculares, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, é bastante ampla. Não examinaremos, neste espaço, as disciplinas de uma forma individualizada⁵, pois já percebemos, frente ao todo exposto, que temas vinculados à cidadania precisam atravessar todo o currículo escolar, quer seja perpassando disciplinas mais afeitas à reflexão cidadã (História, Geografia, Sociologia e Filosofia, por exemplo), quer sejam componentes curriculares ditos rígidos (Matemática e a Química, por exemplo).

No próximo item, jogaremos um pouco de atualidade sobre o tema, analisando o que diz a nova Base Nacional Comum Curricular.

2.4 A Base Nacional Comum Curricular – BNCC

Antes de ingressarmos na análise da BNCC⁶, cumpre fazermos um breve parêntese quanto à diferença entre a Base e aquilo que é disposto nos PCN. De acordo com Guimarães e Semis (2017), a Base é confeccionada a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, determinando com maior clareza os objetivos de aprendizagem previstos para cada ano letivo. A BNCC e os PCNs coexistirão, sendo a primeira de caráter obrigatório que “[...] deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas [e] também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil” (BASE, 2018?), e os últimos assumindo função norteadora não obrigatória.

⁵ Para uma análise mais detalhada sobre as possibilidades que as disciplinas da área de Ciências Humanas possuem para o debate político, através de seus eixos temáticos, temas e subtemas, de acordo com os PCN, ver Silva e Oliveira (2018).

⁶ Dado o objetivo deste Guia ser apontar os caminhos para a reflexão política em sala de aula, nos limitaremos a examinar o que diz a Base quanto à temática proposta, não entrando no mérito, neste momento e espaço, quanto à análise dos impactos que a reforma do Ensino Médio de 2017 (Lei n.º 13.415/2017) e a referida Base Nacional Comum Curricular representaram para a educação básica brasileira.

A Base Nacional Comum Curricular se orienta pelos princípios éticos, políticos e estéticos definidos pelas DCN, possuindo “[...] caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.” (BASE, 2018?).

Mesmo publicada mais de duas décadas depois da nossa atual LDB, a BNCC (Figura 2) mantém-se alinhada com aquela perspectiva democrática, tendo o ser humano em um primeiro plano (diga-se, ao menos na letra fria do documento). De acordo com o texto, “[...] a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...]”, visando “[...] à formação e ao desenvolvimento humano global [...] [e] rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva”. (BASE, 2018?; BRASIL, 2018, p. 14).

De início, já fica claro que, apesar das mudanças radicais das ideologias políticas que governam o país, as legislações educacionais mantiveram, em seus textos, ótica bastante próxima ao intento de uma formação humana dita integral, com a busca constante pelo desenvolvimento crítico do educando, da mesma forma que havia ocorrido em finais dos anos 1990.

Figura 2 – Base Nacional Comum Curricular homologada em 2018



Fonte: BNCC⁷.

⁷ Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 05 fev. 2019

Chamamos a atenção para o fato de que a BNCC reconhece o compromisso da educação com “[...] o desenvolvimento humano global, em suas **dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica**” (BRASIL, 2018, p. 16, grifo nosso). Neste trecho, não apenas contrapomos o posicionamento ostensivo do Escola Sem Partido com uma legislação normativa obrigatória e atualíssima, como enterramos de vez um dos principais deveres que o movimento espera imputar à classe docente: “[Dever 5]: O Professor respeitará o **direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.**” (PROGRAMA, c2019, grifo nosso). Para o ESP, portanto,

[...] o professor deve se abster de veicular conteúdos e **realizar atividades de cunho religioso ou moral** que possam estar em conflito com as convicções dos pais ou responsáveis pelos estudantes, o que compreende, evidentemente, **questões relacionadas à moral sexual**. A violação a esse dever de abstenção expõe o professor ao risco de responder, pessoalmente, nos termos da lei civil, pelos danos que vier a causar ao estudante ou sua família. (PROGRAMA, c2019).

Ora, por mais importuno que o movimento ESP possa ser, nos dias atuais, ao censurar a conduta de certos(as) docentes que receiam retaliações de ordens diversas, vai contra o disposto na Base Nacional Comum Curricular aquilo que o programa idealiza. Anterior a esta normativa, talvez até pudesse restar alguma dúvida quanto à possibilidade de se discutir em sala de aula questões de cunho moral, social ou afetivo, dado que os PCN remetiam ao final do século passado, em um contexto em que predominava outro viés político e ideológico. Entretanto, a questão muda de figura e se solidifica ainda mais em favor à reflexão que aqui propomos quando sucessivos governos se posicionam contrários à educação fragmentada e descontextualizada que outrora vigorava.

Os temas transversais e componentes curriculares diversos também aparecem na BNCC. Além daqueles já citados anteriormente, outras pautas contemporâneas que afetam a vida humana em escala local, regional e global deverão ser contextualizadas, como: os direitos da criança e do adolescente; educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; saúde, vida familiar e social; educação para o consumo; educação financeira e fiscal; trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (BRASIL, 2018).

As possibilidades viáveis para uma reflexão sobre política e problemas sociais que nos cercam são bastante amplas na BNCC, em toda a Educação Básica. Veja na Educação Infantil, por exemplo, que um dos objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento é que bebês possam “Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos” (BRASIL, 2018, p. 45). Já para crianças pequenas, por outro lado, espera-se que possam “Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive” e “Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida” (ibid., p. 45-46). Percebemos uma preocupação bastante grande com aspectos como a empatia e a diversidade, procurando inculcar tais conceitos na formação destas crianças desde muito cedo.

Ao ingressarmos na delimitação do Ensino Fundamental presente na Base, notamos outra reprimenda do legislador contra formas de naturalização das diversas formas de violência. Veja:

[...] tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma **formação integral**, balizada pelos **direitos humanos e princípios democráticos**, é preciso considerar a necessidade de **desnaturalizar qualquer forma de violência** nas sociedades contemporâneas, **incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos** tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola. (BRASIL, 2018, p. 61, grifo nosso).

Este trecho é rico em informações e perspectivas. Enfim, contamos com um posicionamento forte da legislação contra as velhas e novas formas de violência que somos diariamente apresentados em nossa convivência social. Temos a exaltação da formação integral, assentada em princípios de direitos humanos e democráticos, e temos o reconhecimento de que existem formas de violência simbólica de certos grupos que precisam ser desnaturalizadas. Aqui, vemos o enfrentamento de preconceitos e dogmas que historicamente atentaram contra determinados segmentos raciais e sociais em nosso país. E, diferente daquelas ameaças que já citamos e que pairam sobre a educação, esta BNCC vem para somar forças no combate a estas práticas tão periclitantes à sociedade brasileira.

Entendemos que a Base possibilita e incentiva, de uma forma generalizada, o debate político e social em todas as disciplinas nela presentes, conforme já depreendemos dos diversos excertos até aqui apresentados. Entretanto, diferente do que fizemos quando da análise dos PCN, iremos destacar alguns componentes curriculares / grandes áreas presentes na BNCC, com ênfase naquilo que o legislador espera que o educando adquira de conhecimento e habilidades (na perspectiva, é claro, do objeto de pesquisa deste estudo). Como forma de sintetizar

tais destaques, apresentamos, abaixo, um quadro-resumo⁸ (Quadro 3), com algumas destas habilidades que a Base espera que o(a) educando(a) desenvolva no decorrer do Ensino Fundamental⁹:

Quadro 3 - Habilidades e Conhecimentos no Ensino Fundamental¹⁰

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
Linguagens	<ul style="list-style-type: none"> - preparar para a participação na sociedade, com o intento de se formar um quadro social mais justo, democrático e inclusivo. - produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação, através das diversas formas linguísticas existentes. - desenvolvimento da autonomia e consciência crítica, possibilitando a defesa de pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> - considerar os efeitos negativos presentes na Web, como o fenômeno da pós-verdade e as <i>fake news</i>, percebendo a escola como agente capaz de conduzir os(as) educandos a uma análise crítica e autônoma dos conteúdos veiculados nestes espaços virtuais. - a escola precisa garantir o trato com a diversidade e com a diferença, considerando criticamente as novas práticas de linguagem e produções. Ao mesmo tempo, “[...] é preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários (BRASIL, 2018, p. 68-69, grifo nosso). - o(a) educando precisa ser capaz de realizar reflexões e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas, baseado em leituras críticas. - “Refletir criticamente sobre a fidedignidade das informações, as temáticas, os fatos, os acontecimentos, as questões controversas presentes nos textos lidos, posicionando-se” (ibid., p. 73, grifo nosso). - no melhor sentido freireano¹¹, a Base adota como estratégia o estabelecimento de relações entre textos e os conhecimentos prévios, vivências, valores e crenças dos(as) educandos.

⁸ Este quadro-resumo, à primeira vista, poderá parecer demasiado extenso e rico em citações diretas e indiretas. Sobre ambas as circunstâncias, as entendemos como extremamente necessárias: sobre a extensão, os conhecimentos e competências trazidas pela BNCC somam quase 600 páginas, de modo que tentaremos apresentá-las em algumas poucas laudas. Em relação às citações, dado a nossa atual conjuntura política e a força que certos movimentos conservadores adquiriram – buscando impor seus interesses sobre a educação –, entendemos que restou necessário abrir mão, em alguns momentos, de nossa interpretação pura, e deixar que o próprio documento legal se apresente como é, para mostrar ao(à) educador(a) que, objetivamente, o legislador se mostra afeito à reflexão que aqui propomos e que isto precisa se refletir no espaço de sala de aula. Ademais, a Base apresenta as habilidades a serem adquiridas através de frases bastante sintetizadas, de forma que a compreensão do conteúdo poderia ser afetada se optássemos por resumir ainda mais tais apontamentos.

⁹ Como destacamos na apresentação deste Guia, apesar do nosso foco ser o Ensino Médio, também traremos elementos de outros níveis de ensino como subsídios para a discussão. Além disso, o processo de ensino-aprendizagem é um ato contínuo e a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental é, conforme art. 35 de nossa atual LDB, finalidade prevista para o Ensino Médio.

¹⁰ As habilidades e competências que destacaremos não representam um rol exaustivo de possibilidades para o debate sobre a realidade social, em suas diversas dimensões, contidas na BNCC. O(a) leitor(a) interessado(a) em uma determinada área precisará ler a Base em sua integralidade ou especificidade, para visualizar a totalidade de informações contidas neste extenso documento.

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>- a partir das interações sociais e meios de comunicação, o(a) estudante deverá ser capaz de se posicionar ética e criticamente com relação a informações, argumentos e opiniões manifestadas. Precisar, também, reconhecer conteúdos discriminatórios que firam direitos humanos e ambientais, bem como perceber o texto como locus de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.</p> <p>- incentiva-se que os(as) estudantes consigam “argumentar oralmente sobre acontecimentos de interesse social, com base em conhecimentos sobre fatos divulgados em TV, rádio, mídia impressa e digital, respeitando pontos de vista diferentes” (ibid, p. 127, grifo nosso).^I</p> <p>- estimula-se o uso de gêneros legais e normativos em sala de aula, proporcionando um espaço de discussão de textos que regulam a convivência em sociedade. Esta utilização objetiva a promoção da consciência e valorização de direitos, formando uma ética da responsabilidade. Também se pretende que os(as) estudantes compreendam o contexto da promulgação dos direitos humanos, políticas afirmativas e legislações que compõe, de uma forma geral, um estado democrático.</p> <p>- gêneros reivindicatórios também são encontrados nesta disciplina, a partir da exploração de canais de participação, inclusive digitais, e dando destaque às discussões e debates de ideias e propostas. O interesse reside em dar voz a discursos dissonantes – e não silenciá-los –, explicitando tais divergências, convocando para o debate, analisando e confrontado as diferentes vozes, como forma de proporcionar autonomia de pensamento, pautado, é claro, em fundamentos éticos.</p> <p>- espera-se que a classe discente possa “posicionar-se em relação a conteúdos veiculados em práticas não institucionalizadas de participação social, sobretudo àquelas vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e práticas próprias das culturas juvenis que pretendam denunciar, expor uma problemática ou “convocar” para uma reflexão/ação, relacionando esse texto/produção com seu contexto de produção e relacionando as partes e semioses presentes para a construção de sentidos” (ibid, p. 147, grifo nosso). No mesmo sentido, há o incentivo à produção, revisão e edição de “[...] textos reivindicatórios ou propositivos sobre os problemas que afetam a vida escolar ou da comunidade, justificando pontos de vista, reivindicações e detalhando propostas (justificativa, objetivos, ações previstas etc.)” (ibid.).^{II}</p> <p>- “Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos [...], propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios [...]”. (ibid., p. 149)^{III}</p>
Arte	<p>- pretende-se que o(a) estudante consiga “[...] problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas”. (BRASIL, 2018, p. 198, grifo nosso)^{IV}</p> <p>- é previsto a discussão, com respeito e sem preconceitos, de experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.</p> <p>- espera-se que sejam identificados e apreciados, de forma crítica, variadas formas e gêneros de expressão musical, “reconhecendo e analisando os usos e as funções da música em diversos contextos de circulação, em especial, aqueles da vida cotidiana”. (ibid, p. 201)</p>
Educação Física	<p>- Também com um forte apelo social, a disciplina estabelece que uma de suas competências seja a identificação das formas de produção de preconceitos, bem como a compreensão de seus efeitos e o combate a posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e seus participantes.</p>

¹¹ Freire (2014, p. 67).

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
Língua Inglesa	<p>- A BNCC percebe a língua inglesa com enfoque em sua função social e política, tratando tal idioma pelo status de língua franca, isto é, desconectada da noção de pertencimento a um determinado território. Assim, pensando a disciplina sob um aspecto de interculturalidade, incentiva-se o reconhecimento e respeito às diferenças, buscando uma melhor compreensão de como tais diferenças são produzidas nas diversas práticas sociais de linguagem. Neste sentido, o componente curricular “[...] favorece a reflexão crítica sobre diferentes modos de ver e de analisar o mundo, o(s) outro(s) e a si mesmo.” (BRASIL, 2018, p. 242)</p>
Matemática	<p>- O componente curricular espera que o(a) educando(a) seja capaz de desenvolver e/ou discutir projetos que se proponham a abordar questões entendidas como de urgência social, se utilizando de “[...] princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários [e] valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.” (BRASIL, 2018, p. 267)</p> <p>- a Base incentiva a atuação interdisciplinar desta disciplina, principalmente no tocante a conceitos básicos da área de economia e finanças, cujo objetivo é a preparação para educação financeira dos(as) alunos(as).^v</p> <p>- é amplamente incentivada a leitura, interpretação e comparação de informações contidas em tabelas que envolvam pesquisas significativas (sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, dentre outros), de forma a que estes(as) estudantes possam se apropriar de linguagens probabilísticas e estatísticas para melhor compreender aspectos de suas realidades socioculturais.</p> <p>- incentiva-se a preparação do(a) educando(a) para uma análise crítica de gráficos divulgados pela mídia, com o objetivo de perceber eventuais movimentos de indução de opinião, erros de leitura ou interpretação de dados, bem como omissão de informações importantes ou utilização de escalas inapropriadas, dentre outros.</p>
Ciências da Natureza	<p>- Espera-se que desde muito cedo, já a partir do 1º ano, a escola discuta o reconhecimento da diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças, através da comparação de características físicas entre os(as) educandos(as).</p> <p>- os(as) estudantes devem ter condições de ser protagonistas em suas escolhas de posicionamentos, valorizando experiências pessoais e coletivas. Ainda, o autocuidado com o próprio corpo e o respeito ao corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva, devem ser representados.</p> <p>- a habilidade EF08CI11 também traz à sala de aula a discussão das diversas dimensões da sexualidade. De acordo com a BNCC, no Objeto de Conhecimento “Sexualidade”, o(a) educando(a) deve ser capaz de “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2018, p. 349, grifo nosso).^{vi}</p>
Ciências Humanas	<p>- a área de Ciências Humanas busca estimular uma formação ética, auxiliando os(as) estudantes a conferir sentido de valorização aos “[...] direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais” (BRASIL, 2018, p. 354, grifo nosso). Ainda, “[...] a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos.” (ibid.)</p> <p>- a classe discente precisa ter a capacidade, a partir desta grande área, “[...] de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais.” (ibid., p. 356, grifo nosso)</p>
Geografia	<p>- espera-se que o componente apresente os costumes e tradições de diferentes populações que convivam com os(as) jovens educandos(as) em seus bairros ou comunidades, reconhecendo a importância do respeito a outras culturas e diferenças existentes, bem como o reconhecimento das marcas de contribuição</p>

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>cultural e econômica que estes grupos deixaram nestes lugares.</p> <ul style="list-style-type: none"> - deverá ser apresentado aos(às) estudantes as instâncias do poder público municipal, buscando inculcar a compreensão das funções e papéis destes entes públicos, bem como os meios de participação social na gestão de suas cidades. - espera-se que os estudantes possam identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais em diferentes territórios. - compreender, debater e aplicar conceitos diversos, como as corporações e organismos internacionais e brasileiros, Estado, nação, território, governo e país, com fins a esclarecer os conflitos e tensões atuais. - discutir a ascensão dos EUA, com os correspondentes impactos geoeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos. - refletir acerca da situação do Brasil e de outros países latino-americanos e africanos, bem como sobre a importância de organismos de integração (como o Mercosul e a OEA) e de grupos de países (como o BRICs). - debater sobre os conflitos e ações de movimentos sociais brasileiros, tanto no campo quanto na cidade, realizando a comparação entre estes com outros movimentos sociais existentes em países da América Latina. - analisar os principais problemas presentes em grandes cidades latino-americanas, como, por exemplo, as condições de vida e de trabalho e a distribuição da população. Neste sentido, a análise da segregação socioespacial ganha notoriedade, devendo receber enfoque especial o estudo de favelas, alagados e zona de riscos. - discutir as implicações do processo de urbanização e seus reflexos sobre a produção agropecuária e a expansão do desemprego estrutural, bem como debater o papel cada vez mais preponderante do capital financeiro em diferentes países, dando enfoque especial à situação brasileira. - espera-se que os jovens possam elaborar e interpretar gráficos e mapas de comparação, sendo capazes de analisar, sintetizar e apresentar informações sobre as diversidades, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas do mundo. A partir de informações populacionais, econômicas e socioambientais, também se pretende que os educandos possam comparar e classificar as diferentes regiões.
História	<ul style="list-style-type: none"> - ao tratar do componente curricular de História para o Ensino Fundamental, a Base defende que as experiências de alunos e professores devam ser consideradas, aliado à realidade social e o universo que compõe a comunidade escolar, seus referenciais históricos, sociais e culturais. - buscar a compreensão dos “[...] acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais [...]” (BRASIL, 2018, p. 402, grifo nosso), esperando que o(a) educando(a) possa, a partir da análise destes conceitos e contextos, posicionar-se e intervir no mundo atual em que vive. - apresentar diferentes visões de sujeitos e culturas frente a um mesmo contexto histórico, de forma a possibilitar ao(à) jovem a identificação destas interpretações diversas, oportunizando-lhe que possa se posicionar criticamente em relação ao tema, baseado em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. - discutir sobre o que é o Estado e outras formas de ordenação social, tendo como perspectiva a identificação dos mecanismos de organização do poder político. - associar o conceito e noção de cidadania aos princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos, bem como à conquista de direitos dos povos e das sociedades, possibilitando o entendimento de tais conquistas como históricas. - apresentar conceitos mais gerais sobre a política, como a formação da <i>pólis</i> na Grécia Antiga – e as transformações políticas, sociais e culturais decorrentes –, e a caracterização da Roma Antiga – associando o conceito de cidadania às dinâmicas ocorridas nestes dois grandes territórios. - discutir outros conceitos caros ao bom entendimento da política atual, como a

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>formação e consolidação das monarquias; o significado do conceito de modernidade e suas implicações; as reformas religiosas ocorridas no período moderno; a emergência do capitalismo, etc..</p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalhar o surgimento do iluminismo; do liberalismo e dos principais conflitos mundiais ocorridos a partir do século XVII (como a Revolução Gloriosa, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa).^{VII} - contextualizar as contendas ocorridas em territórios americanos, principalmente os movimentos de independência (com enfoque na independência brasileira). - discutir as formas de organização política e social brasileira do século XIX, com respectiva reflexão sobre a permanência de formas de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações negras e indígenas no Brasil e nas Américas. - refletir acerca da diversidade política e social das rebeliões e movimentos contestatórios ao poder centralizado no Brasil do primeiro e segundo Reinado. - relacionar, a partir das análises da disciplina, os aspectos das estruturas sociais atuais com os legados da escravidão no Brasil, podendo aqui ser inserido a discussão quanto à importância das ações afirmativas. - discutir o conceito e surgimento da República no Brasil, descrevendo seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. - debater objetos de conhecimento como o anarquismo e o protagonismo feminino, relacionando, também, “[...] conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais” (ibid, p. 429, grifo nosso). - contextualizar os conflitos mundiais, a crise capitalista de 1929 e o surgimento do nazismo e do fascismo, descrevendo a consolidação de estados totalitários. - discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas, bem como o “[...] processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana [...]” (ibid.), com o respectivo relacionamento destes com a Carta dos Direitos Humanos. - analisar os processos que resultaram na ditadura militar e “[...] discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (ibid., p. 431) naquele contexto de ditadura. No mesmo sentido, refletir sobre os processos de resistência e propostas de reorganização da sociedade, assim como o papel da mobilização social brasileira do final do período de ditadura até a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988. - a partir da Constituição Federal, identificar os direitos civis, políticos e sociais estabelecidos, relacionando-os com a “[...] noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo” (ibid.) - analisar as causas de violências contra certos segmentos marginalizados, como, por exemplo, negros, indígenas, mulheres e homossexuais. A partir disto, espera-se que o(a) educando(a) possa se conscientizar e buscar a construção de uma sociedade pacífica, com empatia e respeito ao outro. - comparar as distintas ditaduras ocorridas em territórios latino-americanos, com a exposição, principalmente, da “censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.” (ibid, p. 433, grifo nosso) - discutir as pluralidades e diversidades identitárias presentes em nossa atual sociedade, buscando entender os significados históricos que as constituem, com uma firme e efetiva postura de combate a toda e qualquer forma de preconceito e violência porventura existente.
Ensino Religioso	<ul style="list-style-type: none"> - este componente curricular deverá garantir o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Como objetivos, a disciplina deverá oportunizar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, tendo como base as manifestações religiosas verificadas na realidade dos educandos. Em seguida, a Base espera que este componente propicie os conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, bem como contribua para o diálogo entre diferentes perspectivas religiosas, exercitando, com isso, o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias.

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>- o Ensino Religioso não concederá privilégios a uma ou outra crença ou convicção. Fará a abordagem destes conhecimentos tendo em vista pressupostos éticos e científicos, “[...] com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida” (BRASIL, 2018, p. 436, grifo nosso). Isto implica, portanto, conferir a mesma importância a religiões de matrizes africanas ou evangélicas, por exemplo, dado que são crenças bastante encontradas em nosso país.</p> <p>- a disciplina deverá, a partir do diálogo e da pesquisa, buscar a problematização de representações sociais preconceituosas sobre distintas crenças, com o objetivo de combater formas de intolerância, discriminação e exclusão.</p> <p>- espera-se que o(a) educando(a) possa conviver com a diversidade de crenças, pensamentos e convicções, problematizando e posicionando-se frente aos discursos que propagam a intolerância, a discriminação e a violência de cunho religioso.</p> <p>- almeja-se que os(as) discentes possam entender as relações existentes entre as tradições religiosas e outras dimensões da vida social, como a cultura, a política, a economia, a saúde, a tecnologia e o meio ambiente. Na mesma seara, a Base pretende refletir sobre o papel das crenças, convicções e instituições religiosas quanto às suas influências sobre escolhas e atitudes pessoais e coletivas, bem como suas influências em outras dimensões da esfera pública.^{VIII}</p>

Fonte: Adaptado da BNCC do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018, p. 57-459).

^I A Base incentiva a reflexão oral quanto a fatos divulgados nos diferentes meios de comunicação. Derruba, com isso, as palavras deturpadas lançadas pelo ESP, que entende que desviar-se “[...] frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional” (ESCOLA, [201-?]) seja uma forma de doutrinação ideológica conduzida por educadores(as).

^{II} O dever do professor n.º 03, proposto pelo ESP, determina que a classe docente não poderá incitar os estudantes a participar de manifestações, atos públicos e passeatas (PROGRAMA, c2019). Com estas habilidades trazidas pela BNCC, a propositura do movimento resta superada, dado a previsão expressa de produção de textos que possam refletir sobre problemáticas que convoquem para uma ação.

^{III} O texto da Base permite que seja levado à sala de aula programas e propagandas políticas, para análise dos distintos textos legais. Inclusive, propicia a análise das propostas e suas sustentações e o posicionamento quanto aos temas discutidos (podendo aqui fazer um paralelo bastante interessante entre as defesas e contrariedades da Direita e da Esquerda, e dos partidos que representam estes vieses). O material que trazemos nestas páginas poderá casar muito bem com o disposto nesta habilidade, que visa, justamente, levar um pouco de conhecimento a esta área ainda tão árida de informações.

^{IV} Algumas formas de manifestações artísticas receberam muitas críticas nos últimos anos¹², dado seu caráter de denúncia contra algum problema ou dimensão social. A partir desta competência, desestruturamos tais críticas, demonstrando que a BNCC requer a utilização destas práticas como problematizadoras das vivências sociais.

^V A BNCC sugere, a título de exemplo, a abordagem de assuntos como taxa de juros, inflação e impostos, com atuação conjunta à disciplina de História, que serviria para uma melhor contextualização dos impostos em sociedades diversas. Há que se perceber que a abordagem de um tema como este – os impostos em sociedades diversas – já implicaria uma discussão bem mais pormenorizada, para que possa restar compreensível aos estudantes (não apenas o que é o imposto, mas quais suas funções, por que um tipo de governo procura recolher mais e outro menos, quais suas implicações na economia e na sociedade em geral). Indo além, a Base reduz a termo que uma abordagem interdisciplinar, como tal, envolveria as “[...] dimensões culturais, sociais, políticas e

¹² Nos seguintes sítios eletrônicos, temos alguns exemplos das críticas recebidas por escolas que se propuseram a abordar, artisticamente, temas entendidos por certos segmentos sociais como polêmicos: <https://24horas.com.br/parana/londrina/exposicao-artistica-provoca-polemica-em-escola-de-cambe/> e https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/10/interna_cidadesdf,679773/apresentacao-de-peca-de-educacao-sexual-em-escola-do-df-gera-polemica.shtml. Acesso em 06 fev. 2019.

psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro.” (BRASIL, 2018, p. 269).

^{VI} Como podemos observar, apesar do esforço de movimentos conservadores em retirar da BNCC a palavra “Gênero” e trechos que versavam sobre o respeito à orientação sexual dos demais (TOMMASELLI, 2018), bem como o ataque deste mesmo conservadorismo ao que intitulam “ideologia de gênero”, vemos que a BNCC considerou a importância de manter em suas páginas a discussão sobre as diversas dimensões da sexualidade.

^{VII} Tais conflitos ganham notoriedade à luz desta pesquisa, pois possibilitam a inserção de outros conceitos-chaves da política que, normalmente, são relegados da sala de aula: por exemplo, ao se discutir a Revolução Francesa, pode-se contextualizar o surgimento da Direita e Esquerda política e, ao se debater sobre Revolução Industrial, parte-se para o entendimento das formas econômicas que moldaram nossa sociedade moderna.

^{VIII} Ao falarmos sobre a influência das crenças e religiões sobre outras dimensões da vida pública, podemos citar um exemplo bastante atual desta ocorrência: a atual chefe da pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou que “não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja.”¹³

Conforme podemos verificar, com base no Quadro 3, a BNCC busca levar para a sala de aula diversos elementos que permitam a reflexão sobre as dimensões sociais, partindo sempre da perspectiva local do(a) educando(a) e da escola. Diversos aspectos que trouxemos no capítulo anterior, sobre educadores e educadoras que idealizam uma formação integral na escola, são atendidos por estes conhecimentos que se propõem ao ambiente escolar, e outros tantos mais podem facilmente ser encaixados nas diversas sugestões apontadas.

Agora, passaremos a discutir a mais recente publicação no meio legal educacional: a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. Homologada em 14/12/2018, o documento inicia a discussão sobre a etapa final da Educação Básica recordando os dizeres das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, de 2011, onde se estabelece que esta etapa de ensino precise trabalhar na perspectiva de receber um contingente heterogêneo de adolescentes, jovens e adultos, que possuem condições de vida e expectativas futuras desiguais. Neste sentido, a escola precisa trabalhar para ampliar as condições de inclusão social, possibilitando a seus estudantes o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (BRASIL, 2011; apud BRASIL, 2018).

O currículo desse novo Ensino Médio é composto pela formação geral básica (que são as competências e habilidades presentes na BNCC) e os itinerários formativos. (BRASIL, 2018)
-> Dizem que os itinerários formativos são para garantir que os estudantes sejam protagonistas do próprio processo de escolarização...

Os itinerários formativos são:
I - linguagens e suas tecnologias;
II - matemática e suas tecnologias;
III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2018)

¹³ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damaraes-alves,70002636241>. Acesso em 06 fev. 2019.

Neste documento, temos um posicionamento forte em favor a uma formação integral, reafirmando aquilo que o legislador trouxe na Base do Ensino Fundamental e em acordo com o estabelecido na LDB/96 e nos PCN. Perceba o teor do texto:

Para formar esses jovens como **sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis**, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a **leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas**. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus **aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais**, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (BRASIL, 2018, p. 463, grifo nosso).

Perceba que, apesar de não citar literaturas freireanas em nenhum momento de suas quase seiscentas páginas, o texto da Base caminha com bastante sintonia aos referenciais de nosso Patrono da Educação. Não apenas por se utilizar de termos como “sujeitos críticos” e “autônomos”, mas

Já a formação geral básica é organizada através das seguintes áreas de conhecimento: I - Linguagens e suas Tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da Natureza e suas tecnologias; e IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. (BRASIL, 2018)

também por expressar a preocupação em prever que a escola precise proporcionar experiências que possibilitem a estes(as) educandos(as) a leitura da realidade, ou, como nos ensina Freire (2013), uma educação que oportunize não só a leitura da palavra e do texto, mas a leitura do mundo e do contexto.

Da mesma forma, o texto da BNCC se refere sempre às “juventudes”, assim mesmo, no plural. O uso do termo desta forma deve-se ao acolhimento, pela escola, não de uma juventude homogênea, mas de diversos sujeitos, cada qual com suas próprias peculiaridades e culturas. A Base entende que a instituição de ensino que irá receber as diferentes juventudes deverá: estar preparada para fornecer sentido às aprendizagens, vinculando desafios da realidade a estas; garantir o protagonismo dos(as) educandos(as) durante seu processo de aprendizagem, de forma que possam formar sua autonomia nos campos pessoal, profissional, intelectual e político; assegurar o tempo e espaço necessário para que os(as) discentes possam refletir sobre suas próprias experiências e aprendizagens, bem como experiências interpessoais; estimular

A partir da Lei n.º 13.415/2017, a carga horária total da formação geral básica (BNCC) não poderá exceder às 1.800 horas, sendo que a carga horária restante deverá ser destinada aos itinerários formativos.

ações cooperativas e propositivas para o enfrentamento de desafios; dentre outros aspectos (BRASIL, 2018).

A partir disso, a escola precisa se constituir em um espaço que possibilite a estas juventudes

- conhecer-se e lidar melhor com seu **corpo**, seus **sentimentos**, suas **emoções** e suas **relações interpessoais**, fazendo-se respeitar e respeitando os demais;
- compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a **grupos étnico-raciais distintos**, que possuem **cultura e história próprias**, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a **manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos**;
- **combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais**, favorecendo o convívio com a diferença;
- valorizar sua **participação política e social** e a dos outros, **respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito**; e
- construir projetos pessoais e coletivos baseados na **liberdade**, na **justiça social**, na **solidariedade**, na **cooperação** e na **sustentabilidade**. (ibid., p. 466-467, grifo nosso).

Alegra-nos, particularmente, notar que o legislador espera que a escola se imponha e assuma a sua cota de responsabilidade na formação cidadã de seus estudantes. É bastante indicativa, principalmente, a passagem que ressalta a necessidade de se valorizar a participação política e social destes(as) estudantes, com respeito às liberdades civis que lhes são garantidas no estado democrático de direito.

Apresentado o básico para que possamos entender esta nova Base Nacional Comum Curricular, passaremos agora à análise das competências e habilidades¹⁴ previstas para a etapa do Ensino Médio, procurando, como fizemos no decorrer deste texto, verificar os espaços que proporcionam a reflexão política em sala de aula. Da mesma forma que apresentamos os componentes da BNCC do Ensino Fundamental, iremos trazer as características interessantes ao objetivo desta pesquisa através de um quadro-resumo (Quadro 4), para que o conjunto de informações fique melhor disposto neste texto:

¹⁴ Alvo de grande discussão neste novo Ensino Médio, os itinerários formativos não ganham maiores destaques na BNCC, tendo este documento o objetivo de tratar sobre a formação geral básica (competências e habilidades). Sobre os itinerários formativos, é estabelecido que a sua definição “[...] e dos seus respectivos arranjos curriculares deve ser orientada pelo perfil de saída almejado para o estudante [...] e **deve ser estabelecido pela instituição ou rede de ensino**, considerando os interesses dos estudantes, suas perspectivas de continuidade de estudos no nível pós-secundário e de inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2018a, p. 08). Por isto, nossa análise aqui se resume ao exame da formação geral básica do currículo escolar.

Quadro 4 - Habilidades e Conhecimentos no Ensino Médio

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
Linguagens e suas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> - a área de Linguagens e suas Tecnologias deverá focar na “[...] ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias” (BRASIL, 2018, p. 471, grifo nosso) - o(a) educando(a) deverá ser capaz de analisar “[...] visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.” (ibid., p. 491, grifo nosso) - investigar os interesses, relações de poder e perspectivas de mundo que se apresentam nos distintos discursos de diferentes práticas de linguagem, sendo capaz de entender, de uma forma crítica, o modo como tais discursos circulam, constituem-se e produzem ou reproduzem significações e ideologias. - na área de Linguagens, deverá ser fomentado o debate de questões polêmicas de relevância social, analisando os diversos argumentos e opiniões que lhe circundam, de forma a oportunizar a formulação, negociação e sustentação de posições, ao considerar e analisar as diferentes perspectivas. - é esperado que o(a) estudante possa identificar e criar possibilidades de atuação social, política, artística e cultural, através de práticas de linguagem, como forma de enfrentamento aos desafios atuais, discutindo, também, os princípios e objetivos desta atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética. - o(a) discente deverá realizar análises críticas de preconceitos, estereótipos e relações de poder que permeiam as práticas corporais, posicionando-se contra qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos.
Artes	<ul style="list-style-type: none"> - ao tratar da área do conhecimento humano da Arte, a Base espera a criação de um ambiente que propicie o engajamento dos(as) educandos(as) em processos criativos, que permita “a incorporação de estudos, pesquisas e referências estéticas, poéticas, sociais, culturais e políticas para a criação de projetos artísticos individuais, coletivos e colaborativos, capazes de gerar processos de transformação, crescimento e reelaboração de poéticas individuais e coletivas” (ibid., p. 482). - o trabalho com a Arte deverá proporcionar um espaço de respeito mútuo, onde haja estímulo à compreensão e acolhimento de diferentes modos de ser e pertencer culturalmente e da pluralidade de diferenças e formas de existência - a Base confere bastante valor às diferentes formas de se contextualizar o mundo real em que habita o(a) estudante. Por isso, espera que se possa “relacionar, de forma crítica e problematizadora, os modos como as manifestações artísticas e culturais se apresentam na contemporaneidade, estabelecendo relações entre arte, mídia, política, mercado e consumo. [...] [É] fundamental que os estudantes possam assumir o papel de protagonistas como apreciadores e como artistas, criadores e curadores, de modo consciente, ético, crítico e autônomo, em saraus, performances, intervensões, happenings, produções em vídeoarte, animações, web arte e outras manifestações e/ou eventos artísticos e culturais, a ser realizados na escola e em outros locais” (ibid., p. 482-483, grifo nosso).¹
Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> - para o componente de Língua Portuguesa, a Base espera que a classe discente possa viver “[...] experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias, situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos” (ibid., p. 485, grifo nosso). Para tanto, as escolas de Ensino Médio precisam ampliar “as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito” (ibid., p. 486, grifo nosso). - as práticas oriundas da disciplina da Língua Portuguesa “[...] visam à participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho, do

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>entretenimento, da vida pessoal e, principalmente, da vida pública, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e pelo bem comum” (ibid.).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Habilidades a serem desenvolvidas no campo de “atuação na vida pública”: - as habilidades previstas para este campo tratam de “[...] consolidar habilidades relativas à participação e atuação política e social, ao debate qualificado e ético de ideias, à consciência dos direitos e deveres e à reclamação de direitos [...]” (ibid., p. 512) - neste campo de atuação, a BNCC sugere “Análises de campanhas e programas políticos e de políticas públicas, bem como de estratégias de acompanhamento do exercício do mandato de governantes [...]” (ibid., p. 502) - almeja-se a participação discente em canais e instâncias diversas, “[...] seja na forma de acompanhamento de políticos e de desenvolvimento de projetos e políticas, seja na discussão de temas, propostas, ações, projetos, projetos de lei, programas ou políticas [...]” (ibid., p. 512) - é esperado que os(as) educandos(as) possam se envolver com temas de interesse coletivo e público, compreendendo o contexto em que documentos normativos diversos e políticas públicas e/ou afirmativas foram promulgados, como um caminho de valorização da democracia e uma atuação norteada pela ética da responsabilidade. - além do domínio de gêneros linguísticos mais tradicionais, como palestras e notícias, espera-se que o(a) aluno(a) possa ampliar seu domínio contextualizado de outros gêneros, reconhecidos por suas funções sociais, “[...] como discussão oral, debate, programa de governo, programa político, lei, projeto de lei, estatuto, regimento, projeto de intervenção social, carta aberta, carta de reclamação, abaixo-assinado, petição on-line, requerimento, [etc.]” (ibid.) - durante os três anos do Ensino Médio, deve-se garantir espaço para que os(as) estudantes possam “analisar histórico de candidatos (por meio de ferramentas e plataformas de fiscalização/acompanhamento, [...]), programas políticos – identificação de prioridades e intencionalidades (o que se pretende fazer/implementar, por que, para que, como etc.), as consequências do que está sendo proposto, a forma de avaliar a eficácia e/ou o impacto das propostas, contraste de dados, informações e propostas, validade dos argumentos utilizados etc. – e/ou propaganda política (identificação dos recursos linguísticos e semióticos utilizados e os efeitos de sentido que podem provocar, avaliação da viabilidade e pertinência das propostas apresentadas, explicitando os efeitos de persuasão próprios dos discursos políticos e publicitários, que podem se sobrepor a análises críticas); - analisar e/ou propor itens de políticas públicas, leis, projetos de leis, programas, projetos culturais e/ou de intervenção social, sobretudo os que envolvem a juventude” (ibid., p. 513, grifo nosso).¹¹ - a Base incentiva a participação significativa dos(as) estudantes em diversos canais e instâncias políticas, a nível de escola (grêmios, colegiados, etc.); de comunidade (coletivos, movimentos, etc.); de município ou de país (fóruns, etc.), de forma a lhes exercitar o exercício da fala, da escuta e do posicionamento crítico e fundamentado, bem como “[...] vivenciar processos coletivos de tomada de decisão, debates de ideias e propostas e engajar-se com o acompanhamento e a fiscalização da gestão pública e com a busca de soluções para problemas ou questões que envolvam a coletividade”. (ibid.) - Habilidades a serem desenvolvidas no campo “jornalístico-midiático”: - para este campo, a Base espera “[...] que os jovens que chegam ao Ensino Médio sejam capazes de: compreender os fatos e circunstâncias principais relatados; perceber a impossibilidade de neutralidade absoluta no relato de fatos; adotar procedimentos básicos de checagem de veracidade de informação; identificar diferentes pontos de vista diante de questões polêmicas de relevância social; avaliar argumentos utilizados e posicionar-se em relação a eles de forma ética;

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>identificar e denunciar discursos de ódio e que envolvam desrespeito aos Direitos Humanos; e produzir textos jornalísticos variados, tendo em vista seus contextos de produção e características dos gêneros” (ibid., p. 502, grifo nosso)</p> <ul style="list-style-type: none"> - ao realizar análises textuais, é esperado que os(as) estudantes consigam relacionar tais produções com as condições e contextos em que foram produzidas. No mesmo sentido, a classe discente deverá ser capaz de compreender os posicionamentos assumidos e os movimentos argumentativos (sustentação, refutação, negociação, etc.) utilizados, posicionando-se criticamente diante da questão discutida e/ou argumentos adotados. - entre as inúmeras habilidades expressadas, a BNCC propõe a análise dos interesses presentes no campo jornalístico e dos impactos de novas tecnologias digitais; busca o combate das chamadas fake news; incentiva que os(as) estudantes acompanhem, analisem e discutam a cobertura midiática de acontecimentos e questões de relevância social, local e global, de maneira a aprofundar o entendimento acerca dos fatos e questões, assim como manter-se atualizado com as situações que implicam a coletividade.^{III} <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo da “vida pessoal”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a BNCC incentiva o uso de textos legais, contextualizando o momento social e histórico em que estes textos foram promulgados. Ademais, em discussões de ações políticas e públicas, a Base estimula a utilização de políticas públicas de interesse das juventudes, contemplando temas de preocupação e curiosidade destes jovens. - o campo da vida pessoal também precisará garantir espaço para discussão de pautas vinculadas a questões que preocupam ou instigam a curiosidade dos(as) educandos(as); proporcionar a “[...] análise e/ou proposições de ações de políticas públicas culturais, projetos de intervenção social [...]”; a promoção do “[...] trato e vivência com produções culturais e artísticas cujo interesse e gosto se mostrem constituídos, como também experimentação de novas possibilidades”; bem como garantir espaço para diferentes gêneros e formas de expressão de culturas juvenis (ibid., p. 510-511). <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo “artístico-literário”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estimula-se que os(as) alunos(as) participem de eventos e práticas artísticas coletivas de produção própria, possibilitando, através destes episódios, que possam expor suas preferências ideológicas e estéticas, consolidando “[...] um conjunto de valores e conhecimentos da língua e da arte.” (ibid., p. 523)
Matemática e suas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> - a Matemática do Ensino Médio, assim como ocorrido no Ensino Fundamental, utilizará de suas estratégias, conceitos e procedimentos para interpretar situações diversas, sejam relacionadas a práticas cotidianas ou aspectos das Ciências Humanas e da Natureza. Como proposto na segunda competência específica da área, espera-se que o(a) discente possa participar de ou propor ações que visem investigar desafios do mundo contemporâneo, tomando decisões éticas e responsáveis, baseado em análise de problemas sociais, a partir da mobilização do conhecimento matemático. - é esperado que o(a) educando(a) consiga “Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais” (ibid., p. 533, grifo nosso). - examinar informações apresentadas por meios de comunicação é destacado através da habilidade EM13MAT102, onde se espera que o(a) aluno(a) possa identificar, quando for o caso, dados inadequados apresentados nestes meios, que possam levar a erros de interpretação. - com vistas a uma correta interpretação da realidade em que vive e produção de argumentos, o componente curricular estabelece como habilidade a ser alcançada pelos(as) estudantes a interpretação de dados e informações socioeconômicas – como índices gerais, taxas de inflação, dentre outras

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>possibilidades –, sendo necessário, também, que o(a) educando seja capaz de investigar o processo de cálculo destes números.</p> <p>- é objetivo que a classe discente consiga resolver situações-problemas relacionadas ao seu dia a dia, tanto da Matemática quanto de outras áreas do conhecimento, utilizando-se de técnicas algébricas e gráficas. Aqui, gostaríamos de salientar que a BNCC entende que as situações propostas pela escola – para que o aluno resolva através do conhecimento matemático – devam ter um significado real para este(a) estudante, dado que o conhecimento que ele(a) acumular no componente servirá para resolver problemas ao longo de toda a sua vida. Por isso, segundo a Base, “[...] os problemas cotidianos têm papel fundamental na escola para o aprendizado e a aplicação de conceitos matemáticos, considerando que o cotidiano não se refere apenas às atividades do dia a dia dos estudantes, mas também às questões da comunidade mais ampla e do mundo do trabalho.” (ibid., p. 535, grifo nosso).</p>
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	<p>- em Ciências da Natureza e suas Tecnologias, a contextualização histórica não poderá se resumir a simples menção de datas e nomes de cientistas. Para além disso, deverão ser apresentados os conhecimentos como uma construção social histórica, caracterizadas por impasses e contradições, que foram influenciadas e influenciaram o meio em que se inseriam, em variadas dimensões (políticas, econômicas, tecnológicas, ambientais e sociais) vinculadas a cada local, época e cultura.</p> <p>- a grande área também reserva especial atenção à avaliação dos impactos nos seres vivos e no corpo humano das intervenções realizadas nos ecossistemas, bem como a discussão acerca das políticas ambientais promulgadas em favor da sustentabilidade do planeta, com a conseqüente reflexão sobre a importância da preservação e conservação da biodiversidade.</p> <p>- de destacada importância para o nosso estudo, a habilidade EM13NCT207 espera que os(as) educandos(as) sejam capazes de “Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar” (ibid., p. 557, grifo nosso).</p> <p>- em outra habilidade em destaque, a Base deseja que os(as) estudantes possam investigar e discutir usos indevidos dos “[...] conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade”. (ibid., p. 559).</p> <p>- a escola também precisará fomentar a reflexão sobre questões socioambientais, políticas e econômicas relacionadas à dependência de nossa sociedade moderna a recursos naturais finitos, oportunizando um debate sobre a necessidade de se introduzir alternativas e novas tecnologias energéticas e de materiais.</p> <p>- por fim, chamamos a atenção para a proposta de investigação e análise dos resultados e efeitos de políticas públicas de serviços básicos, procurando identificar necessidades locais em relação a estes serviços, com fins a avaliar e/ou promover “[...] ações que contribuam para a melhoria na qualidade de vida e nas condições de saúde da população.” (ibid., p. 560)</p>
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	<p>- as competências a serem trabalhadas nesta grande área deverão oportunizar que os(as) educandos(as) elaborem hipóteses, construam argumentos e atuem no mundo, ao recorrer a conceitos e fundamentos trazidos pelos componentes.</p> <p>- aqui, o foco de aprendizagem recai sobre os(as) próprios(as) discentes e suas experiências como jovens cidadãos(ãs), devendo ser estimulado “[...] uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana.” (ibid., p. 472, grifo nosso).</p> <p>- a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é integrada pelos componentes curriculares de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, e é orientada</p>

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>para uma formação ética. “Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.” (ibid., p. 561, grifo nosso)</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Tempo e Espaço”: - neste campo, a Base pretende que sejam analisados e compreendidos certos aspectos das diferentes sociedades, aos quais chamamos a atenção para o debate acerca “[d]a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial”. (ibid., p. 563, grifo nosso).</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Territórios e Fronteiras”: - nesta área, espera-se que sejam contextualizadas “[...] as noções de lugar, região, fronteira e, especialmente, os limites políticos e administrativos de cidades, estados e países.” (ibid., p. 564). Ao mesmo tempo, as ideias de poder, jurisdição, administração e soberania também deverão ser abordadas, para que os(as) estudantes possam compreender as relações sociais que se estabelecem, bem como emitir juízo sobre o tema.</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética”: - uma das aprendizagens a serem garantidas aos(às) educandos(as) é quanto à identificação de semelhanças e diferenças entre o grupo social ao qual pertence e outros povos e sociedades, seja no tocante a dimensão familiar, escolar, étnica ou religiosa, dentre outras. - este campo temático também permite o aprofundamento da discussão acerca da ética, a partir do incentivo ao diálogo sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum, partindo sempre de situações concretas da realidade social. Este debate ético, cabe destacar, pressupõe a reflexão a respeito da importância dos direitos humanos e da aderência a estes no dia a dia, acolhendo as diferenças entre culturas diversas e promovendo o convívio social e o respeito ao outro, ao bem público e a coletividade.</p> <p>- Habilidades a serem desenvolvidas no campo temático “Política e Trabalho”^{IV}: - a presente área temática representa um campo fértil ao debate político em sala de aula. A BNCC apresenta um rol de possibilidades reflexivas, como as “[...] discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade [...].” (ibid., p. 567, grifo nosso). - citando a origem da política, na Grécia Antiga, a Base recorda que “[...] o exercício da argumentação e a discussão sobre os destinos das cidades e suas leis estimularam a retórica e a abstração como práticas necessárias para o debate em torno do bem comum.” (ibid.). Com isso, o cidadão poderia compreender a política como uma produção humana capaz de “[...] desenvolver a crítica a mecanismos políticos como a demagogia e a manipulação do interesse público.” (ibid.). - a BNCC sugere que temáticas como as formas de organização do Estado, de governo e do poder sejam aprofundadas e ampliadas nas discussões do Ensino Médio, possibilitando que outros temas, como de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental, sejam agregados às pautas debatidas. - as reflexões conduzidas neste campo temático devem permitir que os(as) educandos(as) sejam capazes de “[...] compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação e identificar os projetos políticos e econômicos em disputa nas diferentes sociedades”. (ibid., p.</p>

Área / Componente Curricular	Habilidades, Conhecimentos e Competências Propostas
	<p>569).</p> <p>- com relação às competências específicas que se espera que os(as) estudantes desenvolvam para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destacamos: a análise de “[...] processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos [...]” (ibid., p. 570, grifo nosso), de maneira que possam compreendê-los e, a partir disso, posicionar-se criticamente frente a estas pautas; o exame das relações de produção, capital e trabalho em diferentes locais, contextos e culturas; a identificação e combate de formas de injustiça, preconceitos e violências existentes, adotando uma postura ética, democrática, inclusiva e solidária, com respeito aos Direitos Humanos; a participação em debates públicos de forma crítica, com respeito a diferentes posicionamentos e realizando “[...] escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (ibid.)”</p> <p>- a BNCC espera que a classe discente seja capaz de dominar certas habilidades, e lista um rol bastante extenso delas. Para efeito deste estudo, destacamos as que seguem:</p> <p>- o(a) aluno(a) que frequenta o Ensino Médio precisará estar atento e saber identificar às diversas formas de violências existentes em nossa sociedade contemporânea. Segundo a Base, este(a) educando(a) deverá ser capaz de “caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos”. Para tanto, a escola será responsável por apresentar para análise situações diversas da rotina social, estilos de vida, formas de condutas e valores, dentre outros aspectos, para que os(as) estudantes possam desnaturalizar e problematizar “[...] formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação [...]”, identificando ações que atuem na promoção dos Direitos Humanos, da solidariedade e dos respeito às diferenças e liberdades individuais. Ainda nesta seara, ressaltamos a disposição da BNCC em aprofundar a análise dos modos de violência atualmente verificados – física, simbólica, psicológica, etc. –, identificando suas principais vítimas, causas sociais, psicológicas e afetivas, assim como os seus significados e usos políticos, sociais e culturais, “[...] discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos” (ibid., p. 576-577, grifo nosso).</p> <p>- deverá ser resguardado tempo e espaço para a apresentação, análise, identificação e reflexão sobre matrizes conceituais de diversas ordens (paternalismo, autoritarismo, populismo, etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo / desenvolvimento, etc.), para que os(as) educandos(as) possam avaliar criticamente o significado histórico destas concepções, “[...] comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos” (ibid., 572), assim como compreendendo a “articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual” (ibid., p. 579).</p> <p>- a análise crítica dos “impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias [...]” (ibid., p. 575, grifo nosso) será contextualizada, precisando ser considerado, também, “[...] o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade” (ibid.).</p>

Fonte: Adaptado da BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2018, p. 461-579).

¹ Mesmo sendo longa, fizemos questão de apresentar esta citação da forma como trazida na BNCC. O texto é incisivo quanto ao perfil de estudante que espera que a escola forme: crítico, autônomo e ético, que possa problematizar a realidade em que se insere, sendo protagonista de sua vivência. Ademais, algo que certos movimentos demonizam em nossa conjuntura atual, a Base incentiva a participação da classe discente em intervenções e outros tipos de manifestações, desenvolvidas na escola e, também,

em outros locais. Portanto, se este documento normativo espera da escola este tipo de conduta, temos, de forma repetitivamente positiva, um claro estímulo para que a instituição escolar incentive à participação discente em manifestações e outras formas de eventos artísticos e culturais.

^{II} Novamente abusamos de uma citação longa. Entretanto, uma vez mais, a julgamos necessária. Pois, que bela forma é esta de sobrepular o discurso ignorante daqueles que querem ver uma educação neutra e abstrata, uma educação que prepare educandos(as) para uma vida de novela – que inexistente na prática –, do que lhes apresentar a letra fria de uma norma legal, que diz, justamente, o contrário? Falar sobre esquerda ou direita, sobre o partido político A ou B e até mesmo sobre o histórico de um(a) determinado(a) candidato(a) é não apenas aceitável como incentivado. O que se espera é que a escola contribua efetivamente para uma formação cidadã, e para que se possa exercer a cidadania de forma plena é necessário o conhecimento sobre a prática política existente na práxis social. Por isso, caro(a) leitor(a), citar e/ou utilizar material político em sala de aula não é doutrinação ideológica, é necessidade e imperiosidade educacional. A quem poderia interessar, afinal, neutralizar a educação e calar o discurso político?

^{III} Sempre é bom recordar que, segundo o Escola Sem Partido, “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor: se desvia freqüentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional” (sic) (ESCOLA, 201-?). Por outro lado, a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 522), documento normativo para a Educação Básica brasileira, prevê a habilidade EM13LP42, que sugere “Acompanhar, analisar e discutir a cobertura da mídia diante de acontecimentos e questões de relevância social, local e global”. Temos, portanto, um documento legal de força normativa que incentiva a prática exposta, e um discurso ideológico que estereotipa a conduta como doutrinação. Baseado nisto, quem está tentando doutrinar: uma legislação com um viés voltado à cidadania e adotado por diversos governos, ou um posicionamento de um único segmento conservador?

^{IV} No tocante a categoria “trabalho”, chama a atenção que a BNCC cita nominalmente alguns autores que podem ser contextualizados, a partir de suas contribuições. Dentre estes, destacamos o pensamento de Karl Marx – figura demonizada por certos segmentos sociais contemporâneos dado sua constante utilização em referências teóricas progressistas –, que é, ao lado de Max Weber e Émile Durkheim, autores indicados nominalmente para se trabalhar as variáveis da categoria “trabalho”. Ainda, a Base determina que “[...] Seja qual for o caminho ou os caminhos escolhidos para tratar do tema, é importante destacar a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais” (BRASIL, 2018, p. 568, grifo nosso). Chamamos a atenção para esta citação devido à possibilidade aberta à classe docente de optar por um ou outro – ou todos – os autores indicados. Com isso, queremos dizer que esta Base não impõe a utilização ou não de um ou outro autor ou referencial teórico, como alguns movimentos pretendem ao dizer, por exemplo, quererem retirar da sala de aula uma ou outra corrente ideológica¹⁵.

Concluído está análise da nova Base Nacional Comum Curricular, percebemos que, da mesma forma que ocorre com os PCN e outras legislações educacionais, existem no novo documento deficiências, omissões e inviabilidades técnicas e práticas. Entretanto, também nos cabe destacar que as normas aqui examinadas trazem – ao menos na letra fria de suas regulamentações – importantes avanços em direção a uma educação mais humanizada e interessada em uma formação crítica, que forneça os elementos mínimos para que os(as) educandos(as) possam obter autonomia em suas ações e decisões, aliado a um ensino integral.

¹⁵ Devemos recordar que o atual governo brasileiro adota uma postura pública bastante forte contra alguns referenciais teóricos clássicos, como Paulo Freire e Karl Marx, autores de reconhecida importância em todo o mundo. Para mais informações sobre o posicionamento deste governo em relação aos autores citados, consultar as seguintes fontes: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/bolsonaro-diz-que-combate-ao-marxismo-vai-melhorar-desempenho-na-educacao.shtml> e <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/na-mira-de-bolsonaro-paulo-freire-nao-esta-no-curriculo-mas-e-referencia-em-escolas.shtml>. Acesso em: 08 fev. 2019

Coube-nos, nas páginas que se antecederam, realizar uma análise objetiva destas legislações, por mais que em alguns momentos pudéssemos pensar que um ou outro argumento pudesse ser inviável na prática. Nossa linha de ação era voltada a entender o estado atual das coisas, em relação ao debate político em sala de aula, e, a partir deste exame, oportunizar um texto que reunisse o ponto de vista legal sobre a temática, que vem sendo tão afrontada por segmentos que desejam uma educação fragmentada e bem-comportada.

Estes movimentos que pregam a educação neutra podem até falar alto, mas é através de uma educação bem fundamentada e contextualizada que iremos formar um cidadão crítico e autônomo, transformando em pó este discurso ignorante dos representantes da educação despolitizada, compartimentada e formadora de massa de manobra. Alegam que a reflexão sobre as problemáticas sociais é uma forma de doutrinar, mas, em verdade, doutrina quem quer cercear o debate. Doutrina quem quer apresentar uma única verdade, que por todos deva ser comprada. A questão está em que, segundo Freire (2017, p. 85), para alguns grupos hegemônicos, estimular o pensamento autêntico do(a) educando(a) é perigoso.

Bem, e já que falamos o que o conjunto de normas legais da educação pensa sobre o ensino, em um viés politizado, que tal sabermos também o que pensam educadores(as) e educandos(as) sobre o tema? Afinal, de nada adiantaria ficarmos aqui comprovando que nossas legislações preveem uma reflexão política em sala de aula, se os atores envolvidos na prática pedagógica não julgassem importante esse debate. Para verificarmos tal ponto, a pesquisa conduzida com os(as) discentes e docentes do IFRS quis saber: você acha que a educação pode ser neutra (Quadro 5)?

Quadro 5 - A educação pode ser neutra?

Docente	Sim	30%
	Não	67%
	Depende	3%
Discente	Sim	16%
	Não	79%
	Não sabe ou não respondeu	5%

Fonte: Autoria própria, 2019.

Não podemos dizer que nos surpreendemos com os resultados: a maior parte dos(as) docentes ouvidos entenderam que não, conforme o número de 67% pode atestar. Entre os(as) estudantes pesquisados, este percentual foi ainda maior: 79%

entendem que a educação não pode se limitar apenas à transmissão de conteúdos, desvinculados de qualquer problemática política, social e/ou econômica.

Dito isto, cumpre-nos salientar que o rol de normas legais trazidas neste texto não se limita a legislações promulgadas sob a égide de um único governo, sob um único viés ideológico – leia-se, de esquerda. Entre o período de início de vigência da atual Constituição Federal, perpassando pela confecção de uma nova LDB, de parâmetros e diretrizes curriculares nacionais, e, por fim, da nova Base Nacional Comum Curricular, tivemos, pelo menos, cinco distintos governos

com diferentes ideologias políticas (governos Sarney, Collor, FHC, Lula/Dilma e Temer). Mandato após mandato, entretanto, reiterou-se a perspectiva da educação com foco principal voltado à formação cidadã, com bastante ênfase na preparação para a vida e qualificação para a cidadania.

De toda forma, o que tentamos expressar nestas páginas e, especificamente neste capítulo, é que o conceito de cidadania permeando em todos os espaços escolares é algo que ultrapassa o discurso do partido político ora no poder, isto é, não foram os partidos de concepção esquerdista que determinaram ou que trouxeram a necessidade da reflexão política e social para o ambiente escolar. A necessidade de se contextualizar os componentes curriculares, problematizando a realidade social, surge da exigência da própria sociedade contemporânea, que não se contenta em receber um ensino fragmentado e desconexo. Ainda que muitas vezes longe de políticas públicas ideais, ao menos neste sentido os diferentes partidos políticos vêm se mostrando propensos a manter este modelo formativo, pensando uma formação mais humana.

Então, caro(a) educador(a), trabalhar no sentido proposto por Paulo Freire não é apenas um ato de resistência contra as injustiças sociais que percebemos em nossa sociedade moderna. Tampouco consiste em uma forma de doutrinar o ideário de nossos(as) estudantes. Trabalhar na perspectiva freireana é também seguir o disposto nas legislações educacionais que, apesar de não se referirem diretamente ao nosso Patrono da Educação, utilizam-se de diversos conceitos por ele adotados.

É bem óbvio esse parágrafo, analisar se deixo ou retiro do texto.

> notar que as legislações que eu trouxe aqui citam bastante o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos(as) estudantes...
 > lembrar também que, para o Escola Sem Partido, despertar a consciência crítica dos educandos(as) consiste "apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça" deles.
 (<http://escolasempartido.org/faq>)
 > DEIXAR O PARÁGRAFO

Por isso, não permitam que ameaças de cunho conservador (no sentido negativo da concepção) afetem a sua prática pedagógica em sala de aula. Lembre-se que o ato educacional é político, afinal “não se faz pesquisa, não se faz docência como não se faz extensão como se fossem práticas neutras. Preciso saber a favor de quem, portanto contra que e contra quem, pesquiso, ensino ou me envolvo em atividade mais além dos muros da Universidade.” (FREIRE, 2014, p. 132).

3 A POLÍTICA NA PRÁTICA: DISCUTINDO CONCEITOS E REALIDADES

Dizer que os homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e nada concretamente fazer para que esta afirmação se objetiva, é uma farsa. (Freire, p. 50, 2017)

O que é a política? Pergunta simples, mas profunda. Pense você, caro(a) leitor(a), se saberia responder à questão proposta, de uma forma objetiva e direta, sem consultar qualquer fonte, apenas com aqueles conhecimentos que acumulou ao longo de sua experiência de vida. Conseguiu responder? Então lhe pergunto, agora, como você se define politicamente, se de esquerda, de centro ou de direita? Respondeu? Por que você se acha direitista/centrista/esquerdista? E dentro destas filosofias políticas, você já se perguntou se é conservador ou progressista, em suas concepções?

Tenho certeza que, olhando a perguntas tão corriqueiras, você nem deve ter pensado muito para respondê-las. Agora, sem titubear, poderia nos dar um exemplo claro de políticas que exemplifiquem a corrente ideológica da esquerda ou da direita? Vamos lá, sem preconceitos de nenhuma ordem (do tipo: a direita defende rico e a esquerda defende pobre, ou a esquerda é muito assistencialista e a direita aceita a desigualdade)! Ou, adentrando um pouco mais sobre valores morais, o que é uma política conservadora e o que é uma política progressista? Tenho certeza que todos(as) se assumem em um posicionamento, e a maioria tem alguma noção do que representa o viés assumido. Será?

Nossos estudos na área da educação política se iniciaram a partir de uma hipótese básica a ser confirmada ou refutada: com tanta discussão política nos mais variados espaços de socialização (na escola, no trabalho, em casa, em redes sociais, etc.), aliado ao crescente sentimento de indignação contra instituições e partidos políticos, misturado com uma polarização política (esquerda x direita) ascendente desde as manifestações de junho de 2013, será que nossa sociedade estaria pronta para o bom debate político? Será que saberiam o que estavam a discutir, de uma forma clara e fundamentada, ou se estaria discutindo sempre sob lentes que direcionavam suas opiniões?

Bem, para tentar entender melhor isso tudo, buscamos saber, junto a 38 terceiranistas do IFRS Campus Ibirubá, qual era a principal fonte de informações políticas destes(as) jovens. Em linha com nossa sociedade moderna e tecnológica,

visualizamos que a busca por informações sobre política nas “Redes Sociais e Internet” corresponde a 38,1% das respostas indicadas, estando à frente das demais opções (“Telejornais/Jornais” com 23,81%, “Instituição de ensino / professor(a)” com 17,86%, “discussão com amigos” com 16,67% e “sessões presenciais e/ou canais televisivos próprios” com 3,57%). No mesmo sentido, perguntamos quem ou o que influenciou a orientação política destes(as) educandos: 34% apontaram para a alternativa “Autodidata/Orientação própria”, demonstrando que o jovem contemporâneo busca um pensamento próprio e independente que lhe represente como pessoa. Na sequência, a opção “Amigos e/ou Redes sociais” é citada 12 vezes (24%), seguida por “Famíliares” (22%) e “Professor / Instituição de Ensino” (20%).

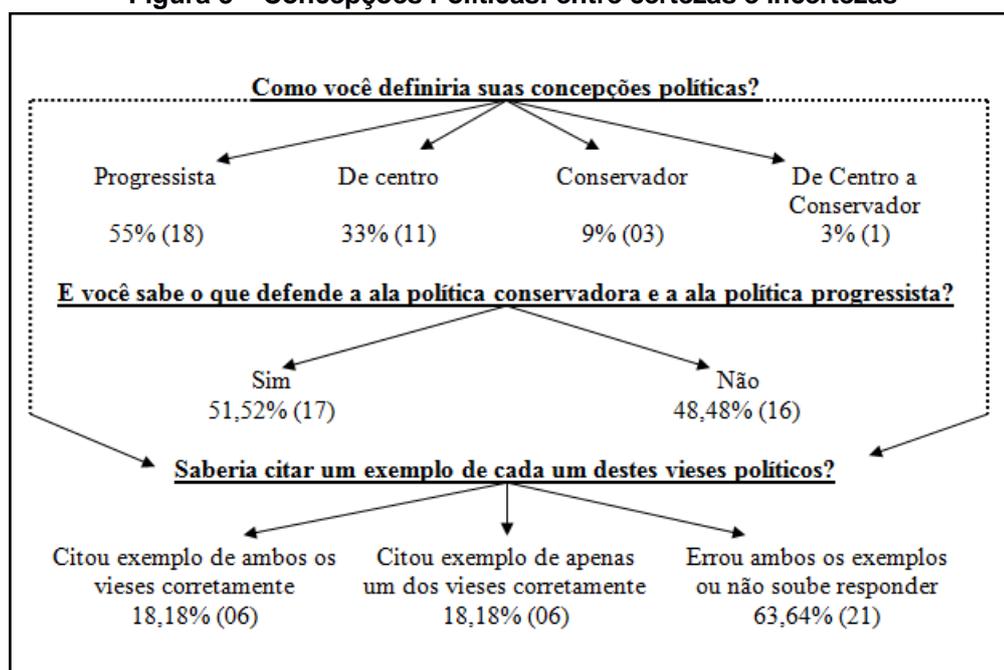
Não há nada contra a busca por respostas através de espaços virtuais, muito pelo contrário, dado o mar de infinitas opções educativas que daí decorre. Da mesma forma, adotar uma postura autodidata reafirma nossa sociedade moderna alinhada às formas tecnológicas existentes, que oportunizam esta condição. Entretanto, há de se considerar que estas situações e espaços, às vezes, podem esconder armadilhas em que qualquer pessoa – experientes ou não – possa cair. Aqui, é claro, estamos falando das tão disseminadas *fake news*, ou do efeito “bolha”¹⁶, que naturalmente ocorrem na Internet.

Talvez esta falta de referência formal quanto a informações políticas pode ajudar a esclarecer o próximo fenômeno, identificado no mesmo estudo citado anteriormente. Vocês recordam da hipótese que gostaríamos de confirmar ou refutar, que citamos agora a pouco? Então, buscando uma resposta para tanto, chegamos a uma constatação indigesta (Figura 3).

Pedimos aos(às) 38 estudantes que respondessem como definiam suas próprias concepções políticas, apresentando como alternativas as seguintes opções: progressista, conservador(a) ou de centro. Cinco educandos(as) não souberam ou preferiram não responder ao questionamento, de modo que estes(as) não serão considerados(as) para efeito do raciocínio que se desdobrará a seguir.

¹⁶ A Internet é lócus ideal para que diferentes opiniões circulem. Entretanto, principalmente em redes sociais, a maioria das relações ocorre a partir de bolhas, onde se trocam informações e pontos de vista com base em gostos e concepções semelhantes. Os famosos “grupos”, “páginas” e “comunidades” são bons exemplos disto.

Figura 3 – Concepções Políticas: entre certezas e incertezas



Fonte: Autoria própria, 2019.

O ponto interessante começa agora: dos(as) 33 alunos(as) que se classificaram em algum viés político, 48,48% não souberam informar – na pergunta seguinte – o que defende a ala política conservadora ou a ala política progressista – ainda que estes(as) discentes tenham optado por se rotular em um ou outro viés. Os números assim apresentados já nos possibilitariam uma ampla discussão sobre as razões que levariam quase metade dos(as) educandos(as) pesquisados(as) a se classificarem em uma ou outra orientação político-ideológica, mesmo desconhecendo suas propostas.

Entretanto, os resultados vistos de perto são ainda mais alarmantes: dos 17 alunos(as) (51,52%) que informaram saber o que defende cada ala política, apenas 18,18% (seis estudantes) conseguiram citar um exemplo prático de cada uma das concepções, de forma correta. Outros 18,18% (seis estudantes) conseguiram citar exemplo de apenas um dos vieses, não sabendo o que a concepção contrária se propõe a defender. Ainda, 02 estudantes (6,06%) arriscaram exemplificar tais políticas, mas erraram em ambos os apontamentos, e os 03 alunos(as) restantes (9,09%), apesar de afirmarem saber as respostas, não souberam citar quaisquer exemplos, de nenhuma das partes.

Assim, temos que 63,63% (48,48% que não souberam informar, de início, o que defende cada viés; somado aos 9,09% dos alunos que disseram saber, mas que não citaram nenhum exemplo; acrescido dos 6,06% que arriscaram trazer algum

exemplo, mas erraram nas respostas indicadas) dos(as) estudantes pesquisados(as) não sabem o que ambas as alas políticas defendem – frisando: apesar destes(as) mesmos(as) discentes terem se rotulado em um destes vieses. Outros 18,18% (seis estudantes) souberam citar ao menos um exemplo de cada uma das ideologias, e 18,18% (seis estudantes) souberam indicar pelo menos um exemplo de apenas um dos vieses políticos.

Se considerarmos que para uma pessoa ser capaz de optar entre duas situações – de forma justa – ela precisa conhecer o que propõem cada um dos cenários, então temos que 81,81% (63,63%, correspondente aos educandos que não souberam citar nenhum exemplo de ambas as ideologias; somado aos 18,18% que souberam citar exemplo de apenas um dos lados) dos(as) estudantes não poderiam afirmar com certeza qual viés melhor representa seus ideais e perspectivas de vida, dado que os(as) mesmos(as) desconhecem pelo menos um dos dois posicionamentos. É como afirmar que prefiro comer laranja em detrimento da maçã, sem nunca ter provado a maçã – ou pior, sem também nunca sequer ter experimentado a própria laranja.

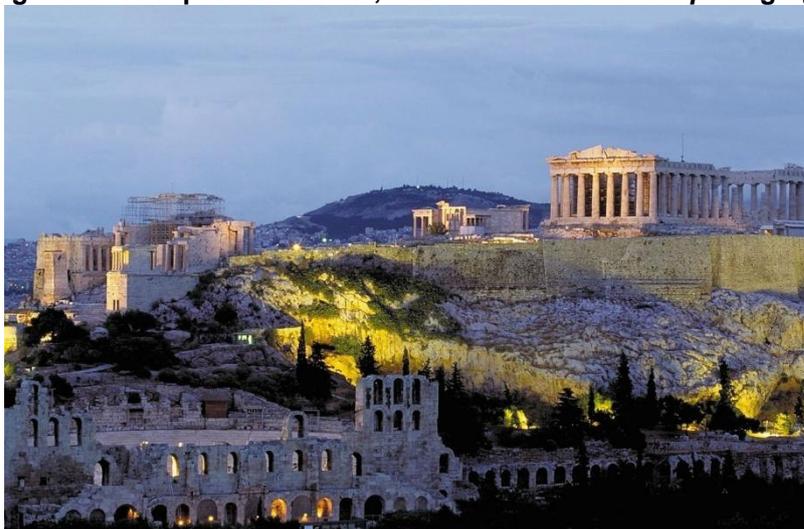
Estes dados são bastante esclarecedores, e podem ser generalizados para toda a sociedade. Freire (2014, p. 120) nos lembra que “[...] os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas”. Portanto, acreditamos que esta incoerência entre optar por um lado, mesmo desconhecendo sua contraparte – e até mesmo o próprio lado escolhido –, pode ser facilmente identificado na maioria dos espaços de socialização contemporâneos. Como verificamos acima, isto pode ser resultado de diversas circunstâncias e influências do meio em que o sujeito vive. Pelo todo exposto nestas páginas, justificamos a necessidade de a escola assumir com maior ênfase seu papel de agente política socializadora, abordando conceitos e contextos caros à formação política das juventudes que ingressam nestes espaços de educação. Por isso, passaremos, a partir de agora, a trabalhar temas próximos às ideologias existentes. Vamos falar de nossas rotinas, de nosso dia a dia, enfim, de política¹⁷.

¹⁷ Conforme poderá ser observado, a maior parte dos conceitos que traremos foram retirados da obra de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), intitulada “Dicionário de Política”. Dentre outros tantos, optamos por selecionar este referencial teórico por tratar-se de um compêndio que resume, em suas mais de mil páginas, diversos conceitos que auxiliam a compreensão, com maior nível de complexidade, das nuances que permeiam o mundo político. Desta forma, quando se tratar deste

3.1 Afinal, o que é política?¹⁸

Em sua origem, a palavra “Política” – que deriva do adjetivo originado de pólis (*politikós*) – dizia respeito a **tudo o que se referia à cidade e ao que é urbano, civil, público, sociável e social** (Figura 4). Atualmente, o termo perdeu um pouco de seu significado original – sendo substituído por expressões como “ciência política” e “ciência do Estado” –, passando a ser utilizado, normalmente, para indicar a **atividade** ou o **conjunto de atividades** que, de alguma forma, tem como referência a *pólis*, ou seja, **o Estado**.

Figura 4 – Acrópole de Atenas, uma das mais famosas *pólis* grega



Fonte: Pixabay¹⁹.

O Estado, inclusive, detém o **poder político** e possui o **monopólio do uso da força**, entendido a posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física. Da mesma forma, é o Estado (no **interesse coletivo**) quem possui a prerrogativa do **processo de incriminação e punição** de todos os atos de violência que não sejam executados por pessoas autorizadas (ações por interesse individual).

A Política não possui objetivos perpetuamente estabelecidos, ou um fim que possa ser considerado como o seu verdadeiro e único fim: estes **fins e objetivos são muitos ou poucos**, a depender das metas do grupo social em que o poder

único referencial teórico adotado para todo o item e para que não seja atrapalhada a fluidez dos textos, traremos os créditos autorais através de nota de rodapé. Quando houver mais do que uma fonte utilizada, seguiremos o padrão de citações no corpo do texto. Para outros momentos em que realizarmos citações, interpretações, exemplificações ou complementações de autoria próprias julgadas necessárias, utilizaremos a expressão abreviada N.A. (nota do autor).

¹⁸ Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

¹⁹ Disponível em: <https://pixabay.com/pt/acr%C3%B3pole-partenon-atenas-gr%C3%A9cia-12044/>. Acesso em fev. 2019.

político está estabelecido, de acordo com os **tempos, circunstâncias e prioridades** para o grupo ou classe dominante. Assim, em épocas de lutas sociais e civis, por exemplo, o objetivo será a **unidade do Estado**, a **concordia** e a **ordem pública**; já em tempos de paz interna e externa, os fins serão o **bem-estar**, a **prosperidade** ou a **potência**. Independente disto, podemos afirmar que existam dois **fins mínimos** na Política, que garantem e conciliam todos os demais: a **ordem pública** nas relações internas e a **defesa da integridade nacional** nas relações entre Estados.

Em resumo, a política irá regular conflitos e interesses, superando perspectivas individuais em prol do bem estar da coletividade. É necessário dizer que, independente de gostarmos ou não de política, ela estará presente em todas as relações sociais das quais fazemos parte, seja em relação à saúde, educação, segurança, economia, infraestrutura, etc. (N.A.)

Fumar em locais fechados de uso coletivo, públicos e privados, era aceito até 2014. Naquele ano, foi regulamentada a lei Antifumo que proibiu esta prática. Isso é política. (N.A.)

A legalização ou não do aborto, do uso de drogas ou do livre comércio de armas; a universalização de direitos sociais a todos, independente de gênero ou opção sexual, idade, cor, raça, credo ou situação econômico-social; a defesa de um Estado mais ou menos atuante; o corte ou ampliação de direitos ou impostos; enfim, tudo isso, e muito mais, envolve política. Envolve e define a maneira pela qual convivemos em sociedade. (N.A.)

A maior ou menor aplicação de recursos em escolas são políticas públicas voltadas à educação; as leis que nos orientam são políticas públicas voltadas à manutenção do equilíbrio social; os impostos que recolhemos são políticas públicas relacionadas à economia. (N.A.)

Até 1934, mulheres não votavam. Ganharam o direito ao voto apenas com a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, que dispôs que eleitores seriam "os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos". Isso é política. (N.A.)

Até 1888, ter escravos no Brasil era normal. A partir de 13 de maio daquele ano, a escravidão foi extinta. Isso é política. Ser necessário a efetiva implantação de políticas afirmativas para pagar a dívida histórica para com estes segmentos sociais historicamente marginalizados em nossa sociedade preconceituosa, isso também é política. (N.A.)

Até 2013, a celebração ou habilitação de casamento civil entre pessoas de mesmo sexo poderia ser recusada pelas autoridades competentes. A partir de maio daquele ano, cartórios de todo o Brasil ficaram obrigados a aceitar a união entre casais homoafetivos. Isso é política. (N.A.)

3.2 O Progressismo²⁰

O pensamento progressista surge em meados do século XVIII, em meio a um contexto em que o pensamento político europeu era confirmado ou reformado (Figura 5). Nesta conjuntura, começam a ganhar forças novas teorias e pensamentos que se afastavam da visão tradicional de sociedade e indivíduo, contrariando dogmas e estabelecendo a razão como princípio a ser seguido, alinhado a propostas iluministas.

Figura 5 – “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – A influência progressista na Revolução Francesa



Fonte: Pixabay²¹.

Esta concepção ideológica **rompe com perspectivas tradicionais** ao objetivar o **aperfeiçoamento e desenvolvimento** autônomo da sociedade e do indivíduo. Para atingir a autocompreensão, o progressismo entende que se deva melhorar o próprio conhecimento e o domínio que se tem sobre a natureza, alcançando, assim, a felicidade. Ao **superar dogmas e verdades absolutas**, o **indivíduo – trazido aqui a primeiro plano** – vai se tornando melhor e mais racional, constituindo sua história em um processo aberto e ascendente.

Como exemplos de políticas progressistas, podemos citar a luta em defesa de direitos civis e movimentos sociais (principalmente em favor das diversas minorias), a descriminalização do aborto, a extensão de programas sociais, a defesa da livre orientação sexual e identidades de gênero, etc. (N.A.)

²⁰ Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

²¹ Disponível em: <https://pixabay.com/pt/fran%C3%A7a-revolu%C3%A7%C3%A3o-francesa-63022/>. Acesso em 11 fev. 2019.

A perspectiva progressista constrói suas bases sobre três hipóteses fundamentais:

I) a científica, que fez das **ciências naturais modelos a imitar no desenvolvimento das ciências humanas e do próprio homem**;

II) a democrática, que viu na **extensão do poder de decisão política a todos os indivíduos** o melhor resultado a que se poderia chegar; e

III) a histórico-materialista, que fez da **luta de classes o pré-requisito do necessário progresso humano**.

Assim, fica claro o posicionamento efetivo do progressismo em **defesa da autonomia histórica do indivíduo**. Neste sentido, o homem, por ser livre e racional, poderia criar comunidades onde **não existisse coação e prevalecesse a cooperação entre os membros**. O **poder político**, assim, **configura-se em repressão**, devido o estado imperfeito da sociedade, sendo necessária a sua **superação**.

Nota: na gênese do pensamento progressista, podemos perceber uma oposição ao Estado, que era visto como uma forma de repressão a ser superada. Atualmente, entretanto, o progressista percebe o Estado como agente importante na busca pelas mudanças necessárias no corpo social. (N.A.)

Em síntese, o pensamento progressista se baseia na razão, e não na fé, buscando mudanças sociais rápidas e intensas. Também se espera superar verdades absolutas e romper com perspectivas tradicionais, objetivando o aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da sociedade e do indivíduo. Idealiza uma sociedade sem coação e com cooperação entre os membros, estendendo o poder de decisão política a todas as pessoas.

3.3 O Conservadorismo²²

O pensamento conservador também surge no decorrer do século XVIII, no mesmo contexto em que o ideário político europeu era confirmado ou reformado. Nesta nova conjuntura social, em que começam a ganhar força novas teorias e pensamentos que se afastam da visão tradicional de sociedade e indivíduo, surge o conservadorismo, como meio de confrontação entre as diferentes concepções.

Na relação entre Progressismo e Conservadorismo, este é sempre apresentado como negação daquele, mostrando-se como uma via alternativa. Por isso, o conservadorismo somente existe porque existe o progressismo.

²² Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

O conservadorismo, portanto, não possui uma teoria política comum em que se baseia, variando bastante de acordo com o local e o contexto em que se insere. A concepção nasce como embate aos ideais progressistas que surgiam na Europa e que representavam ameaça às estruturas políticas convencionais (Figura 6). Apesar de não se ter tão claro o posicionamento político a que se reporta, suas ideias e atitudes visam à **manutenção do sistema político existente e das instituições sociais tradicionais**, assim como os modos de funcionamento destes.

Figura 6 - A Sociedade Estamental da França do Séc. XVIII



Fonte: Agrega 2²³.

Ainda que aceite a tese do constante desenvolvimento da humanidade, este decorreria de um **progresso evolutivo**, através da **acumulação de conhecimentos e experiências**, ou por vias políticas, concedendo **ao Estado o direito de conduzir os indivíduos** pelas vias do progresso.

Devido a razão de ser do conservadorismo residir na **estabilidade social e na manutenção das instituições políticas**, e atenta à finitude humana, composta por diversos limites inerentes ao próprio ser, os conservadores veem com bons olhos o **poder e a coação política, como forma de controle social**. Decorre disso, portanto, a preocupação por um sistema em que a **lei seja a instância superior**

No Conservadorismo, as mudanças sociais necessárias deverão ocorrer de forma gradual e sem afetar a estabilidade social. A política conservadora busca preservar a ordem, a justiça e a liberdade e é, normalmente, fundamentada em princípios ligados à moral, às tradições, aos costumes e à religião/fé. (N.A.)

Nota: o Conservadorismo não possui uma política claramente definida, variando de acordo com o local e o contexto em que está inserido. Assim, com a evolução gradual da sociedade, uma determinada conduta pode ser hoje moralmente aceita, diferente do que era em tempos passados. Portanto, os exemplos para políticas conservadoras também dependerão desta análise conjuntural, e avançarão ao sabor das mudanças sociais. (N.A.)

²³ Disponível em: http://agrega.juntadeandalucia.es/repositorio/05022016/6d/es-an_2016020513_9144736/educacion_adultos/s_bl9_t1.pdf. Acesso em 11 fev. 2019.

de limitação do poder, constituindo instrumento adequado para estabilização dos processos sociais.

3.4 A Esquerda²⁴

A esquerda política, surgida no contexto da Revolução Francesa, entendia que se iniciava um novo período para a história da humanidade, sendo necessário um corte definitivo com o passado, sem retornar ao que era antes (TAVARES, 2016). Defendia a justiça, a paz e a igualdade social, contra regimes corruptos e opressores e a favor de governos que respondessem ao povo. Seus ideais não possuíam natureza de caridade, mas de direito do ser humano e dever do Estado. (LEVIN, 2017).

Mais de dois séculos depois de seu surgimento, as políticas esquerdistas ainda resguardam suas bases em padrões bastante próximos às suas concepções. Assim, podemos destacar como características desta ideologia, entre outros aspectos, os seguintes pontos (BOBBIO, 2011; LEVIN, 2017; TAVARES, 2016):

- I) Defende os direitos coletivos e a busca pela igualdade;
- II) Propõe um Estado maior, com vistas a reduzir as falhas do mercado;
- III) Adota os princípios da retificação e redistribuição, reconhecendo que a maior parte das desigualdades são sociais, injustificáveis e elimináveis;
- IV) Luta por liberdades iguais, entendendo serem necessárias “liberdades para”, envidando esforços para possibilitar determinadas políticas em seu sentido macro (p. ex.: todos têm “liberdade de” ler, mas para termos “liberdade para” ler, precisamos de outras políticas públicas que permitam e complementem isto, como a contratação de professores e o fornecimento de merenda [N.A]);
- V) Propugna uma política econômica que vá além do mercado, capaz de atender a exigência por justiça social. A economia precisa ser mais aberta ao trabalho solidário, com cooperação e colaboração;
- VI) Defende a libertação e emancipação do homem do poder injusto e opressivo;

²⁴ A conceituação que aqui apresentamos é bastante genérica e ampla, buscando caracterizar aquilo que mais se destaca de cada uma das ideologias (Direita e Esquerda). Entretanto, cabe citarmos Tavares (2016), quando o autor nos lembra que os termos não são estáticos, possuindo, ao contrário, um “[...] caráter posicional, relativo e, em consequência, evolutivo.” (ibid., p. 44).

- VII) Se opondo ao conservadorismo, advoga pela mudança e pelo progresso;
- VIII) Propõe a garantia de uma renda mínima a todos, a função social da terra e a coletivização (ainda que não integral) dos meios de produção;
- IX) Entende o abuso do Poder como fonte de discriminação e a oligarquia como origem de toda a prepotência.

3.5 A Direita

A direita política, durante a Revolução Francesa, entendia que não era preciso uma ruptura tão radical das fundações do regime ora vigente, valendo a pena, ao contrário, manter os preceitos do Antigo Regime (TAVARES, 2016). O radicalismo extremado visto na Revolução causaria o desequilíbrio político e da liberdade do povo, atingindo, também, pilares essenciais à sociedade, como a Igreja, a monarquia e os parlamentares. Para a direita, deveriam ser retificadas as falhas encontradas sobre uma base que ainda funcionava, realizando reformas pontuais e gradativas e primando pelas instituições, tradições e estabilidade social (LEVIN, 2017).

Mais de dois séculos depois, as políticas direitistas ainda resguardam suas bases em padrões bastante próximos às suas concepções. Assim, podemos destacar como características desta ideologia, entre outros aspectos, os seguintes pontos (BOBBIO, 2011; LEVIN, 2017; TAVARES, 2016):

- I) Defende as liberdades individuais, devendo ser assegurado o direito à propriedade;
- II) Busca um Estado menor, que não interfira no mercado – exceto quando estritamente necessário. Por isso, também defende uma economia de livre concorrência;
- III) Advoga por “liberdades de”, onde esta expressão seria vista como um processo de não interferência estatal (p. ex.: liberdade de abrir uma empresa ou contratar/demitir alguém, sem maiores amarras burocráticas [N.A]);
- IV) Entende que a maior parte das desigualdades são naturais e, portanto, inelimináveis. Estas podem, também, ser consideradas úteis na medida em que promovam uma incessante luta por melhorias da sociedade;

- V) Propugna a conservação, a estabilidade social, a defesa do passado, da tradição e da herança;
- VI) Percebe o Poder como princípio de coesão e a anarquia como fim de toda a convivência civil;
- VII) Não é inigualitária, porém, defende o princípio da hierarquia e do mérito;
- VIII) Buscando a estabilidade social, luta por uma sociedade mais regradada e coercitiva.

3.6 Notas Sobre a Esquerda e a Direita

Conforme mencionado anteriormente, os conceitos de Esquerda e Direita surgiram durante a Revolução Francesa, exatamente entre os dias 28/08/1789 e 11/09/1789. Neste período, o parlamento francês discutia a possibilidade do Rei Luís XVI (Figura 7) vetar quaisquer deliberações aprovadas pela Assembleia Constituinte. A partir disso, convencionou-se que os deputados que eram a favor do monarca ficariam posicionados à direita do Presidente da Assembleia francesa, e àqueles que eram contrários, à sua esquerda. Outras pautas da época também facilitaram a união dos parlamentares nestes grupos, como entendimentos sobre poder, história, o que constitui uma nação e noções de direitos (TAVARES, 2016).



Fonte: Wikipedia.²⁵

É interessante notar que Direita e Esquerda foram assim chamadas por estarem, literal e geograficamente falando, à esquerda e à direita do Presidente do parlamento francês. Logo, se o ponto de vista fosse de quem observasse da porta

²⁵ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luís_XVI_de_França. Acesso em 11 fev. 2019.

do saguão, poderíamos dizer que hoje a esquerda se chamaria de direita, e vice-versa (ibid.).

Outro aspecto que merece destaque é quanto ao Centro. Na política, este espectro se caracteriza pela busca do equilíbrio entre as partes opostas, seja por indecisão ou escolha própria – devido não ter opinião formada em relação à pauta ou simplesmente por não concordar com ambas as partes (ibid.). Ou seja, é quase como estar, no contexto do surgimento dos conceitos, observando a discussão da claraboia do parlamento francês.

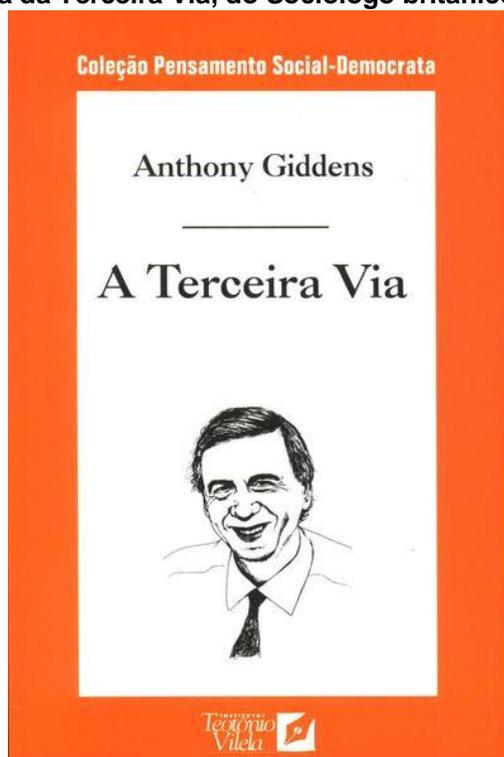
Em se tratando de Direita e Esquerda, não existe certo ou errado. Existe, isto sim, posicionamentos e visões opostas de mundo. Perspectivas futuras, lembranças do passado e esperanças de efetivas políticas públicas para o presente. Por isso, precisamos de ambas as ideologias, pois uma é a contraparte da outra. A esquerda equilibra e justifica a direita, e vice-versa. Portanto, nossa sociedade carece de mais empatia, de se perceber que em uma democracia precisamos dar asas ao diferente. (N.A.)

3.7 A Política da Terceira Via²⁶

A política da Terceira Via (Figura 8) surge em um cenário de dupla crise política: de um lado, o descrédito para com o socialismo, ocorrido a partir das revoluções do final da década de 1980; de outro, a compreensão das diversas deficiências subjacentes ao entusiasmo não controlado pelo livre mercado. A partir disso, entende-se que, sozinhos, **nem governo nem mercado** seriam suficientes para resolver os principais desafios das sociedades modernas. A **sociedade civil** precisaria ser fortalecida e conjugada **com o governo e os negócios**. Nesta conjuntura, a política da Terceira Via se apresenta como um **caminho político** que objetiva **superar** as categorias tradicionais da **esquerda** e da **direita**.

²⁶ Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Giddens (1999; 2008).

Figura 8 – A teoria da Terceira Via, do Sociólogo britânico Anthony Giddens



Fonte: *Print screen* da capa do e-book “A Terceira Via”, de Anthony Giddens.

Para este pensamento, o Estado não pode se ater exclusivamente a burocracias rígidas e políticas nacionais, podendo se utilizar das formas dinâmicas de gestão e administração existentes no setor empresarial na defesa e revitalização da esfera pública. Alinhada aos preceitos da **globalização**, a política da Terceira Via nega que exista incompatibilidade entre **proteção ambiental** e **crescimento econômico** e visualiza novas formas de um governo global, entendendo que as associações transnacionais possam conduzir a uma democracia que transcenda o nível do Estado-Nação, e que possam permitir um maior controle da volátil economia internacional pelos governos.

Incentivam-se, nesta ideologia, políticas de **liberdade** como forma de **autonomia** e **medidas igualitárias** que aumentem o espectro das liberdades abertas aos indivíduos. Os adeptos da Terceira Via entendem necessário um **equilíbrio** entre **regulamentação** e **desregulamentação** governamental, rejeitando a visão neoliberal de que a desregulamentação é a única via para assegurar a liberdade e o crescimento. Ainda que plenamente a favor da **ciência e da tecnologia**, adota-se uma postura pragmática no enfrentamento das mudanças, reconhecendo suas consequências ambíguas para a sociedade, com respeito pelo **passado** e pela **história**.

Nas políticas sociais, a Terceira Via recorda que antigas formas de segurança social muitas vezes não tiveram sucesso na redução das desigualdades, servindo mais como controle dos pobres do que para lhes reforçar as capacidades. Assim, neste viés o **Estado** é visto como **essencial** na **proteção** aos mais vulneráveis, reservando para si uma preocupação essencial com a **justiça social**. Entretanto, apesar de dever assegurar serviços efetivos de apoio à população, o chamado Estado-Providência precisa se tornar mais **eficiente** e entender que não existem **direitos** sem **responsabilidades**, nem **autoridade** sem **democracia**.

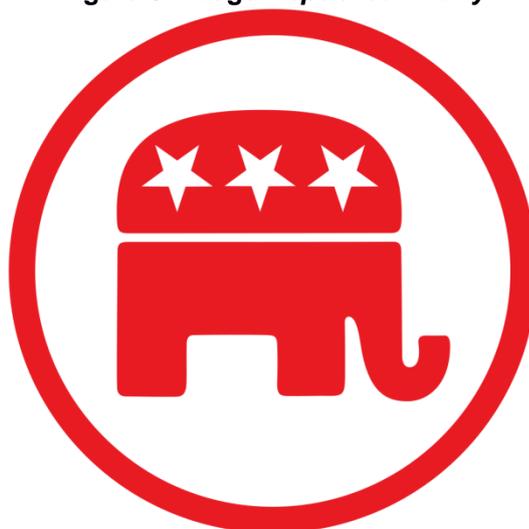
3.8 O Republicano

Republicano é a pessoa que, em seus ideais e concepções políticas, busca a garantia e proteção dos direitos dos cidadãos, entre eles a liberdade e a igualdade política. O ideal republicano é contra a desigualdade dos regimes totalitários, defendendo um Governo não despótico, fundado sobre o consenso e participação de todos na produção das leis. O termo “republicano” sempre esteve ligado à origem e legitimação popular do poder de quem substituiu o rei, que legitimava o seu na tradição. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

3.8.1 E o Partido Republicano?²⁷

O Partido Republicano (Figura 9), dos Estados Unidos da América, foi criado em 1854 em oposição à escravidão e tendo compromisso com os inalienáveis direitos da vida, liberdade e busca da felicidade. A legenda atribui a si mesma a responsabilidade, dentre outras conquistas, pela 13ª Emenda, que aboliu a escravidão; pela 19ª Emenda, que garantiu às mulheres o direito ao voto e pela Lei dos Direitos Civis, de 1957. Em seus governos, defende impostos baixos, dinheiro saudável e contenção regulatória e entende o setor privado como o motor da criação de riqueza.

²⁷ Apesar de não ser objeto direto deste Guia, optamos por incluir a figura dos partidos Republicano e Democrata, dos EUA, para que o leitor e eleitor brasileiro perceba também as influências políticas internacionais que sofrem os nossos próprios partidos políticos (que serão apresentados mais à frente). As informações aqui trazidas, com referência ao Partido Republicano, foram retiradas do site oficial do *Republican Party*, disponível em <https://www.gop.com/>. Acesso em 03 jul. 2018.

Figura 9 – Logo *Republican Party*

Fonte: Wikipedia²⁸.

O partido acredita na liberdade política e econômica, na simplificação do código tributário, com redução de impostos, e entende a Constituição como pacto duradouro a ser preservado. Percebe a pessoa, e não o governo, como melhores administradores dos recursos naturais dados por Deus ao país. A legenda deseja a paz com todos os povos e nações, por isso, insiste na força, estando preparada para lidar com o mal existente no mundo.

Defende, também, os princípios de livre comércio; a inovação; a concorrência e a criação de empregos. Propugna a desregulamentação e desburocratização do Estado, a maior transparência do *Federal Reserve* (banco central americano) e a contenção de gastos públicos para a redução da dívida pública. Acredita no mérito e no trabalho árduo; num governo limitado, na liberdade individual e no estado de direito. Opõem-se ao aborto e a todas as formas de discriminação, e entende o casamento e a família tradicional como a base de uma sociedade livre. Advoga pelo direito dos indivíduos de manter e portar armas; pela preservação e modernização do *Medicare* e *Medicaid* e defende uma educação que possibilite maior interferência dos pais.

3.9 O Democrata

O democrata é aquele que preconiza os fundamentos da democracia. Enxerga a liberdade como um valor ético: é a liberdade para o indivíduo, convertida

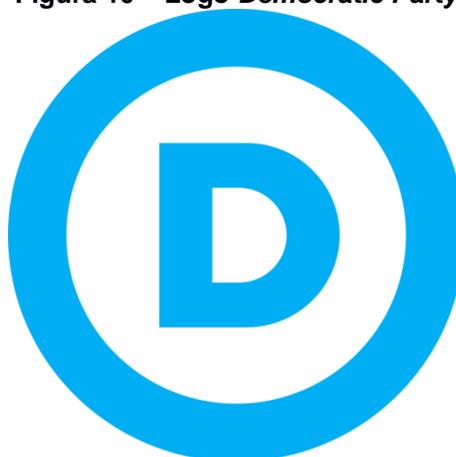
²⁸ Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Republican_Disc.svg. Acesso em fev. 2019.

através do Estado, ou seja, através da direta participação na coisa pública. Quer a participação de toda a comunidade na formação da vontade do Estado, de sorte que esta vontade coincida com a própria vontade do povo. O verdadeiro democrata não pretende eliminar seus adversários, ao contrário, defende que haja espaço para expressão de todos e reconhece a importância das diferentes ideias no cenário político. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

3.9.1 E o Partido Democrata?²⁹

O Partido Democrata (Figura 10), dos Estados Unidos da América, luta por direitos civis, segurança social, direitos dos trabalhadores e das mulheres. A legenda atribui a si a responsabilidade, dentre outras conquistas, pela Lei de Seguridade Social, que fornecia assistência a aposentados, desempregados, viúvas e órfãos; pela Lei dos Direitos Civis, de 1964, que proibia as principais formas de discriminação contra afro-americanos, mulheres e a segregação racial e, mais recentemente, pela reforma do sistema de saúde, que se propôs a reduzir custos, a ampliar a cobertura e a melhorar os cuidados para todos os americanos.

Figura 10 – Logo *Democratic Party*



Fonte: Site oficial do *Democratic Party*³⁰.

São pautas atuais do partido: a defesa das minorias e luta pelos direitos das mulheres, das pessoas com deficiência, de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros; o combate pela extinção da pobreza e de toda forma de discriminação; a promoção da arte e da cultura; o auxílio aos refugiados que estão

²⁹ As informações aqui trazidas, com referência ao Partido Democrata, foram retiradas do site oficial do *Democrat*, disponível em <https://www.democrats.org>. Acesso em 03 jul. 2018.

³⁰ Disponível em: <https://democrats.org/>. Acesso em fev. 2019.

fugindo de perseguições; a defesa pelos direitos de voto e de liberdade de religião, pelo direito das mulheres de tomarem as suas próprias decisões de cuidados de saúde e os direitos federais iguais para os casais LGBT. O partido também advoga pela preservação ambiental; pelo acesso a uma educação de alta qualidade, desde a pré-escola até o ensino médio e além; e fomenta as parcerias entre os povos.

A legenda está comprometida em impedir a disseminação de armas nucleares, químicas e biológicas e propõe melhorar as regulamentações quanto à posse de armas particulares, como forma de prevenção da violência armada. Irá proteger e promover a saúde pública, garantindo assistência médica universal e pretende remover as barreiras às oportunidades, permitindo que todos os cidadãos possam ter chances iguais. Defende uma política de impostos progressiva, a luta pela justiça econômica e a maior criação de empregos.

3.10 As Formas de Estado: A Monarquia

A monarquia é caracterizada pela existência de **um(a) monarca** estável acima de todo o conjunto dos governados. Nesta forma de Estado há uma tendência a um progressivo crescimento e **centralização do poder** nas mãos do monarca, que exerce a função de chefe de Estado (monarquia constitucional) ou acumula esta função com a de chefe de governo (monarquia absoluta), geralmente até a sua morte. O critério de **sucessão ao trono** ocorre através de direito hereditário, por linha colateral da **família** que detém o poder monárquico. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

Historicamente, a fonte de poder da monarquia costuma vir de uma família ao longo de diversas gerações. Estas famílias governam os seus súditos baseado no **consenso** e sobre os alicerces da **soberania**, aqui entendida a **tradição** e o **direito divino**. Este consenso é a fonte dos sucessos da Monarquia e a base do processo formativo e unificador do Estado. Em tempos passados, o rei reinava com um poder limitado apenas pela lei divina e natural e pelos antigos costumes e direitos do reino que tinha jurado respeitar no momento de sua assunção ao trono (parlamentos, direitos da nobreza e da Igreja, autonomias locais, etc.). (ibid.).

Os tipos mais comuns de monarquia são:

1) Monarquia Absolutista: surge em meados do século IX como instrumento de **mediação e de equilíbrio** entre as forças políticas em conflito, notadamente as

novas classes burguesas e os grandes senhores feudais. A Monarquia, por ser árbitra, é superior a todos, transmitindo às demais classes políticas a garantia formal e substancial da **imparcialidade** e do **respeito** às suas posições. (ibid.).

II) Monarquia Constitucional: surge inicialmente na Inglaterra, em um momento em que se dissolvia a velha ordem social hierárquica. É mantido o antigo significado da **estabilidade** do regime monárquico e vincula-se a isto um pacto de garantias jurídicas na gestão do poder. A monarquia, então, deixa de ser uma instituição acima do Estado e se torna um órgão do próprio Estado, sendo o monarca agora um representante da unidade e personalidade estatal, com funções que foram sendo gradativamente reduzidas. As atividades de chefe do executivo e legislativo são absorvidas pelo parlamento, processando-se rapidamente um esvaziamento das prerrogativas que a Monarquia tinha reservado para si. Em resumo, torna-se essencial para a gestão do poder o consenso do Parlamento, mais do que o do soberano, para quem só resta uma função **certificatória e ratificadora** das decisões tomadas em sede parlamentar. (ibid.).

No Brasil, a Monarquia (Figura 11) foi forma de Estado entre os anos de 1822 e 1889. Neste período, visualizam-se com bastante nitidez três fases distintas: o 1º Reinado, que vai da Independência, em 1822, até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831; a Regência, compreendendo os anos de 1831 a 1840; e, por fim, o 2º Reinado, que se inicia com a antecipação da maioridade de Dom Pedro II, em 1840, até a Proclamação da República, em 1889. (ANGELO, [20--]).

Nos regimes absolutistas a vontade do rei é soberana e, às vezes, a figura do monarca se confunde com a do próprio Estado. Normalmente há ausência de uma Constituição, uma vez que esta poderia impor limites aos poderes do monarca. A Arábia Saudita é um exemplo atual de monarquia absoluta. (N.A.)

Figura 11 – Bandeira do Império do Brasil (1870-1889)



Fonte: Wikipedia³¹.

3.11 As Formas de Estado: A República³²

O termo República vem da expressão latina *res publica* e significa Estado ou, mais precisamente, a esfera dos encargos e interesses públicos. É uma forma de organização do poder que busca pôr em relevo a **coisa pública e do povo**, a comunidade e o bem comum.

Na república, a forma de governo pode ser parlamentar ou presidencial, e o chefe de Estado é eleito pelo povo por um período previamente determinado. (N.A.)

Por ter como elemento distintivo justamente o **interesse comum**, a República busca uma **lei comum** que se estabeleça como único direito pelo qual a comunidade afirma a sua justiça. Neste sentido, um Estado republicano é **contrário a governos injustos e autoritários** e estabelece uma **constituição** que defina com clareza as leis que irão regular toda uma **pluralidade de pessoas** que convivam em uma **relação social**, para que todos possam **partilhar** o que é de direito.

Cabe destacar que a simples criação de leis não define a República: por ser algo que trata da coisa pública e do povo, espera-se que aqueles que obedeçam a estas leis também possam, juntos, legislar. Isso quer dizer que em uma república deve existir uma relativa **igualdade**, com leis que são a expressão da vontade popular e que coloquem o direito coletivo à frente dos direitos individuais. O chefe de Estado de uma república democrática é eleito pelo povo, o que significa dizer que a **ordem política nasce de baixo**, mesmo em meio de dissensões, desde que existam canais institucionais para exprimir a vontade popular.

³¹ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Brazil_\(1870%E2%80%931889\).svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Brazil_(1870%E2%80%931889).svg). Acesso em 12 fev. 2019.

³² Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

O modelo republicano atual sofre e sofreu grande influência da Revolução Americana, de onde se retirou o princípio da **democracia representativa**, baseada na **separação dos poderes** (Legislativo, Executivo e Judiciário). Aliás, foi o

No Brasil, a república foi proclamada em 15 de novembro de 1889, instaurando o sistema republicano presidencialista como forma de Estado e de governo, vigente até hoje. (N.A.)

exemplo americano que instituiu a república federal, baseada em uma constituição que definia bem as competências dos estados e União. Assim, a vontade do país surgia através do **consenso** estabelecido no modelo de **representatividade bicameral** (Senado e Câmara dos Deputados).

3.12 As Formas de Governo: O Presidencialismo

A principal característica do governo presidencial é a **acumulação, em um único cargo, dos poderes de chefe do Estado e de chefe do Governo**. O presidente é eleito através de **sufrágio universal** para **mandatos fixos em períodos pré-**

As formas ou sistemas de Governo dizem respeito à dinâmica das relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, tendo peculiaridades próprias quanto às modalidades de eleição, ao seu título de legitimidade e à comparação das suas prerrogativas.

estabelecidos e ocupa uma posição central em relação a todas as forças e instituições políticas. Possui **amplios poderes de nomeação**, podendo, a seu critério, escolher nomes relativos ao judiciário e à Suprema Corte, além dos ministros ou secretários de departamentos que trabalharão com ele (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; MATTOS, 2017).

Neste sistema de governo, o presidente **comanda o Executivo – que é independente do Legislativo –**, **representa o país nas relações internacionais** (podendo declarar guerras) e é o responsável por **coordenar a execução das políticas públicas**. Possui iniciativa e é fonte de decisões importantes, tendo capacidade, inclusive, de exercer poder de veto em projetos de lei vindos do Legislativo (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; MATTOS, 2017; POLITIZE, 2017).

Por óbvio, o presidencialismo tem suas vantagens e desvantagens. A **legitimação do poder do povo** emanado através do voto talvez seja o principal aspecto positivo, por criar maior legitimidade e reforçar o **ideal democrático**. Por

outro lado, o **excessivo personalismo**, por meio da ascensão de governos que tentam derrubar arranjos democráticos já estabelecidos com o objetivo de se perpetuar no poder e acumular mais poderes pode levar a graves instabilidades políticas (POLITIZE, 2017).

Por isso, o Presidencialismo depende em larga medida da capacidade do sistema de escolher um representante à altura dos tempos e dos problemas, para que não experimente as consequências negativas derivadas do mau funcionamento do processo de seleção. Como não existe a possibilidade de dissolução das Câmaras, como no parlamentarismo, a ampla discricionariedade do voto de cada um dos representantes e os meios de negociação de que dispõe o presidente permitem levar adiante pelo menos parte do programa legislativo e, de qualquer modo, evitar um confronto institucional (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998).

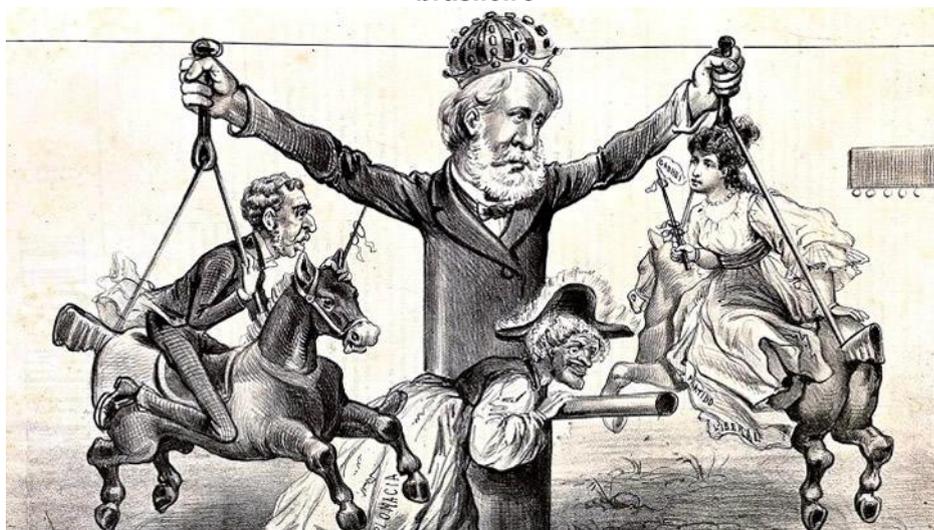
No Brasil, o presidencialismo começa em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da república. Esta forma de governo perdura até os dias atuais. (N.A.)

3.13 As Formas de Governo: O Parlamentarismo

Neste tipo de governo o **povo elege os membros do Poder Legislativo** (deputados e senadores) que constituirão o parlamento. Este **parlamento** fará as articulações políticas necessárias para a boa governabilidade do país, **indicando e formando o Poder Executivo** e o **Chefe de Governo** (ou seja, o Poder Executivo é subordinado ao Legislativo, não existindo uma clara separação entre estes Poderes). Os **partidos de oposição**, por sua vez, possuem o duplo objetivo de **fiscalizar** as atividades e decisões governamentais e de se apresentarem ao eleitorado como uma **alternativa legítima** e viável de governo (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; MATTOS, 2017; POLITIZE, 2017).

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), a maioria das atuais formas de Governo remonta ou ao modelo britânico (parlamentarismo) ou ao estadunidense (presidencialismo). O presidencialismo é típico apenas de um sistema republicano, por outro lado, o parlamentarismo pode ser encontrado tanto no sistema monárquico quanto no republicano.

Figura 12 – “O rei se diverte”, charge que representa o “Parlamentarismo às Avessas” brasileiro



Fonte: Ensinar História³³.

Nos sistemas parlamentares o Governo tem o poder de **dissolver o Parlamento** ou de pedir a sua dissolução ao chefe do Estado (presidente ou monarca) quando não obtiver o seu **voto de confiança** e, em certos casos, poderá **convocar novas eleições** em circunstâncias melhores. Da mesma forma, por ser subordinado e avaliado pelo parlamento, o **Chefe de Governo (primeiro-ministro)** poderá ser

No Brasil, o parlamentarismo foi utilizado em dois momentos: entre 1847 e 1889 (que também ficou conhecido como "Parlamentarismo às Avessas" - Figura 12) e entre 1961 e 1963 (como solução encontrada para a grave crise político-militar pela qual passava o país). Em 1993 houve nova tentativa de implantação desta forma de governo, através de plebiscito. Entretanto, a república presidencialista foi ratificada por escolha popular. N.A.

substituído a qualquer momento. Estas alternativas garantem a **governabilidade**, a **superação de impasses políticos** e a **facilidade e agilidade na aprovação das leis**, refletindo a **solidez e estabilidade** características do parlamentarismo (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998; POLITIZE, 2017).

Destaca-se que, nesta forma de governo, existem duas figuras bastante distintas:

I) O **Chefe de Estado**: pode ser eleito pelo povo ou indicado pelo parlamento (presidente), ou assumir a função por hereditariedade ou sucessão (monarca). Tem **poderes políticos limitados ou neutros** e, muitas vezes, apenas simbólicos. Entre

³³ Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/caricaturas-do-segundo-reinado-critica-com-humor-e-ironia/>. Acesso em 20 fev. 2019.

outras funções, representa a **unidade nacional**, a **legitimidade** e a **continuidade do Estado** (ibid.).

II) O **Chefe de Governo** (normalmente chamado de primeiro-ministro): é a **principal figura política do governo**, geralmente o líder do partido da maioria e indicado pelo próprio parlamento. Mantém a **coesão e a disciplina** do grupo parlamentar, **buscando garantir a tradução do programa governamental em leis**. Lidera as ações do poder executivo e possui amplas responsabilidades, como a execução de praticamente todas as políticas públicas (ibid.).

3.14 As Formas de Governo: O Anarquismo³⁴

A palavra Anarquismo tem sua origem ligada ao vocábulo grego anarkhia, que significa “**sem governo**”. O termo expressa uma **sociedade livre de qualquer domínio político autoritário**, onde o indivíduo se afirmaria através da própria ação exercida livremente, em um contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Historicamente, o Anarquismo significou, portanto, a libertação de todas as formas de poder superior, fosse de ordem **ideológica** (religião, doutrinas, políticas, etc.), **política** (estrutura administrativa hierarquizada), **econômica** (propriedade dos meios de produção), **social** (integração numa classe ou num grupo determinado), ou **jurídica** (leis).

Assim, o Anarquismo (Figura 13) é o movimento que atribui ao homem, como indivíduo e coletividade, o direito de usufruir de toda a **liberdade, sem limitação de normas, espaço e tempo**, admitindo apenas os obstáculos da natureza, da opinião, do senso comum e da vontade da comunidade geral – ao qual o indivíduo se adapta sem constrangimento, por um ato de livre vontade. Dado que esta forma de vivência social não concebe qualquer tipo de governo ou lei, entende-se que as relações sociais seriam permeadas pela **razão** e por um **equilíbrio entre necessidades e vontades**. Tais circunstâncias poderiam ser colocadas em prática apenas em um regime comunitário que **desaprovasse a propriedade privada**.

³⁴ Referências consultadas na elaboração do texto deste item: Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

Figura 13 – Monograma anarquista "Anarquia é Ordem"



Fonte: Pixabay³⁵.

De uma forma breve, a ideologia justifica sua **repulsa às formas autoritárias** através dos seguintes argumentos: I) **religião**: uma “nobre mentira” capaz de justificar o arbítrio usado com fins repressivos e coercitivos; II) **autoridade política**: é a causa primeira da opressão do homem no Estado social; III) **Estado**: em sua organização de pirâmide burocrática, é o órgão repressivo por excelência, impondo uma série de obrigações e comportamentos à sociedade; IV) **as leis**: expressão repressiva por parte do Estado.

Um dos símbolos anarquistas mais conhecidos - o "A" -, é um monograma em que a letra "A" encontra-se cercada pela letra "O". Nesta simbologia, a letra "A" significa a palavra "anarquia", enquanto a letra "O" compreende o vocábulo "ordem". Juntos, significam "Anarquia é Ordem", a primeira parte de uma das mais famosas citações de Proudhon. (Fonte: Wikipedia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Simbolismo_anarquista#cite_note-3. Acesso em 20 fev. 2019).

Apesar do todo exposto, o Anarquismo admite algumas **formas livres e espontâneas de jurisdição**, desde que surjam em situações concretas que devam ser interpretadas como verdadeiras intervenções por ocasião de males sociais. O conceito objetiva uma sociedade organizada em sistema de **gestão comunitária**, fundada sobre o elemento **cooperativo** e da **autogestão**, a partir de baixo. A isto se chamará **comuna**, onde todos são iguais e as decisões são tomadas por iniciativa de todos, numa espécie de **democracia direta**. O Anarquismo não se vincula às

³⁵ Disponível em: <https://pixabay.com/pt/anarquista-s%C3%ADmbolos-anarquia-40386/>. Acesso em 20 fev. 2019.

classes sociais e sim às massas e, em especial, ao subproletariado das cidades e do campo, que vivem marginalizados pela sociedade burguesa e em condições de miséria material e moral. Sua verdadeira essência é a de um movimento de **perspectiva imediata**, que expressa sua **rebeldia** contra todas as formas autoritárias.

3.15 O Sistema de Votos no Brasil

No Brasil, o **sufrágio** – aqui entendido o direito de votar – é **universal** e **direto**. A universalização desta garantia permite que todos os indivíduos considerados intelectualmente aptos possam exercer o direito ao voto (Figura 14), independente de etnia, sexo, crença ou classe social. Já o **voto é obrigatório e secreto**. A finalidade deste sigilo é conferir pessoalidade ao voto, bem como evitar o suborno, a corrupção e a intimidação do eleitor (BRASIL, 1965; BRASIL, 2012).

Figura 14 – Urna Eletrônica



Fonte: TSE³⁶.

O voto é **obrigatório** para os **maiores de 18 anos** e **facultativo** para os **analfabetos**, os **maiores de setenta** e os **maiores de dezesseis e menores de dezoito anos**. (BRASIL, 1965). O eleitor que não votar por três vezes consecutivas e não justificar sua ausência nem recolher a multa aplicada terá sua inscrição eleitoral cancelada e, por isso, perderá sua condição de cidadão. É importante destacar que a conquista da posição de eleitor aperfeiçoa o direito à cidadania, conferindo à sociedade o direito de interferir nos rumos do país (BRASIL, 2012).

3.15.1 O Sistema Eleitoral Majoritário

³⁶ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-eletronica/urna-eletronica>. Acesso em fev. 2019.

Nas eleições para o **Senado Federal, Presidência da República, Governo dos estados e Prefeituras**, utiliza-se o **princípio majoritário** de votos. Neste sistema, é considerado o número de votos válidos recebidos pelos(as) candidatos(as) registrados(as) por um determinado partido político. O foco principal do sistema majoritário é, portanto, no próprio **candidato**, e **não no partido político** pelo qual o mesmo é registrado, como ocorre no Sistema Proporcional. No sistema eleitoral majoritário existem dois tipos de votação, e ambas podem ser encontradas no Brasil: a votação **majoritária simples** e a **majoritária absoluta**. (BRASIL, 2012).

No sistema **majoritário simples** – adotado nas eleições para o **Senado e prefeituras de Municípios com menos de 200 mil eleitores** – o(a) candidato(a) é eleito(a) com **qualquer maioria de votos**. Já no sistema **majoritário absoluto** – adotado nas eleições para **Presidência da República, Governo dos estados e Prefeituras de municípios com mais de 200 mil eleitores** – exige-se, no mínimo, a maioria absoluta dos votos para que se considere eleito(a) o(a) candidato(a). Ou seja, o(a) candidato(a) precisa obter **mais de 50% dos votos válidos**, desconsiderados os brancos e nulos. Caso nenhum(a) candidato(a) atinja mais de 50% dos votos válidos, é realizado um segundo turno, disputado apenas pelos(as) dois(duas) candidatos(as) melhores colocados(as) no primeiro pleito. (ibid.)

3.15.2 O Sistema Eleitoral Proporcional

Na eleição para a câmara dos deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais, utiliza-se o princípio da representação proporcional (BRASIL, 1965). Neste sistema, busca-se **garantir a expressão e representação** das diversas **minorias políticas** presentes na sociedade, introduzindo as mais variadas correntes de pensamento nas casas legislativas. O sistema, adotado no Brasil desde 1932, objetiva atribuir a todos os partidos políticos a representação parlamentar adequada e proporcional ao número de votos obtidos. (BRASIL, 2012).

Esta modalidade se diferencia do sistema majoritário no que se refere ao **destino do voto**: aqui, ao votar no candidato, o eleitor estará votando, também, no **partido político** ao qual o referido candidato encontra-se filiado. A isto se chama **voto de legenda**, onde também é possível votar na própria agremiação partidária e não em um candidato específico. (ibid.).

Para que um candidato seja eleito através do sistema proporcional, é preciso que o partido ou coligação a que ele pertença atinja o chamado **quociente eleitoral** (QE). Esse quociente é obtido pela soma do **total de votos válidos dividido pelo número de vagas** em disputa, desprezando a fração se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior. (ibid.).

Em seguida, é calculado o **quociente partidário** (QP) de cada partido ou coligação, que irá indicar o **número de candidatos** registrados que serão **eleitos**, de acordo com a ordem de votos nominais que tenham recebido. O QP é o resultado da **divisão entre o número de votos válidos** obtidos pela legenda e o **QE**, desprezada qualquer fração. Após isso, saberemos quais candidatos estarão eleitos: aqueles que tenham obtido **votos** em número **igual ou superior a 10% do QE**, na quantidade por partido ou coligação indicada através do **QP**, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido. (ibid.).

Os lugares não preenchidos com a aplicação dos QP e em razão da exigência de votação nominal mínima serão distribuídos através de **sobra de vagas**, dividindo o número de votos válidos de cada partido ou coligação pelo número de lugares obtidos mais um ($QP + 1$). Quem alcançar a **maior média** assume a cadeira restante, desde que tenha candidato com votação nominal mínima (será repetida a operação para cada uma das cadeiras a preencher). (ibid.).

Quando nenhum partido tiver candidatos que atendam às duas exigências citadas, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias. Da mesma forma, se nenhum partido alcançar o QE, serão eleitos os candidatos com maior número de votos. Quanto aos suplentes, entendem-se os candidatos mais votados presentes nas listas dos partidos e não eleitos efetivos. Para estes, não há exigência de votação nominal mínima. (ibid.).

Achou complexo o Sistema Eleitoral Proporcional? Não fique preocupado(a), nós vamos descomplicar para você! Na página 139, montamos um infográfico (Autoria própria, 2018) que simula uma eleição para o cargo de Vereador(a), com a aplicação prática dos conceitos e formular que trabalhamos aqui. Aproveita!

3.15.3 Curiosidades e mitos sobre o sistema de votos brasileiro

I) É verdade que o voto em branco ou nulo vai para o candidato vencedor?

Este é um mito bastante difundido na sociedade brasileira. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, o voto em branco era, antigamente,

considerado válido, isto é, era contabilizado e dado para o candidato vencedor. Esta prática era tida como um voto de conformismo, em que o eleitor se mostrava satisfeito com qualquer candidato que vencesse as eleições.

Entretanto, a partir da CF/88 e da lei n.º 9.504/97, o voto em branco, assim como o voto nulo, passou a não ser considerado como válido para qualquer efeito, sendo sumariamente descartado e eleito o candidato mais votado (BRASIL, 2014).

II) Qual a diferença entre o voto em branco e o voto nulo?

O voto em branco (“Branco” + “Confirma”) é normalmente utilizado para os casos em que o(a) eleitor(a) não tem preferência por nenhum dos(as) candidatos(as) ou quando, de forma consciente, não deseja participar da eleição, por não querer dar apoio político a nenhum dos(as) candidatos(as) que estão concorrendo ou, ainda, como forma de protesto.

Já o voto nulo é quando quem está votando erra a digitação do número do(a) candidato(a), indicando dígitos não correspondentes a nenhum concorrente ou partido político válido. É importante que se diga que votos em branco ou nulos não são considerados votos válidos, sendo somados apenas para fins estatísticos. (BRASIL, 2014; BRASIL, 2014a)

III) Maioria de votos nulos ou brancos anula resultado da eleição?

Um boato eleitoral que corriqueiramente vem à tona em épocas de eleição versa sobre a anulação do pleito quando os resultados apontarem maioria (mais de 50%) de votos nulos ou brancos. Segundo o rumor, em casos como este o pleito deveria ser anulado e convocado novas eleições, onde os candidatos que participaram anteriormente não poderiam concorrer novamente.

Não é verdade! Na apuração do resultado da eleição, apenas os votos válidos são computados, isto é, o total de votos menos os votos brancos e nulos. A confusão surge a partir de uma interpretação errada do art. 224 do Código Eleitoral, que trata da anulação da eleição quando “[...] a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições”, para os casos decorrentes de decisão judicial (eleição viciada de falsidade, fraude, coação, abuso de autoridade ou processo de propaganda ou compra de votos). Neste tipo de acontecimento, os votos anulados por decisão judicial não se somam aos votos nulos resultantes da manifestação apolítica dos eleitores. (BRASIL, 2014a).

Infográfico Sistema Eleitoral Proporcional – Vereador(a)

Veja como funciona o cálculo na prática, considerando as eleições municipais de 2016

município de Ibirubá/RS



13.222
Votos Válidos

cadeiras em disputa na Câmara **11** cadeiras

quociente eleitoral (QE)

$$\frac{\text{votos válidos}}{\text{cadeiras}} = \frac{13.222}{11} = 1.202$$

quociente eleitoral

partidos ou coligações

(votos na legenda + votos nos candidatos)

Frentão (PRB/PP/SD/PCdoB/PT/PSB)



7.763
votos válidos

União Por Ibirubá

(DEM/PMDB/PDT/PTB/PSC/PPS/PSDB/PSD/PR)



5.459
votos válidos

quociente partidário (QP)

(número de candidatos eleitos, por partido ou coligação)

7.763 votos válidos		1.202 quociente eleitoral		6	5.459 votos válidos		1.202 quociente eleitoral		4
-------------------------------	--	-------------------------------------	--	----------	-------------------------------	--	-------------------------------------	--	----------

6 primeiros colocados da lista aberta



4 primeiros colocados da lista aberta



Os candidatos só poderão ocupar a vaga caso obtenham número de votos igual ou superior a **10% do quociente eleitoral**, neste caso, **120 votos**.

Caso nenhum candidato alcance esse número, a vaga não ocupada será distribuída através de **sobra de vagas**, pelo seguinte cálculo: **votos válidos do partido ÷ (lugares obtidos + 1)**

O partido ou coligação com a maior média fica com uma vaga, repetindo a operação para cada cadeira a ser preenchida. Além disso, perceba que o número de vagas em disputa (11) não foi atingido através do cálculo de distribuição de vagas pelo QE e QP (06+04). Assim, a última cadeira deverá ser encaminhada pelo sistema de Sobra de Vagas.

sobra de vagas

7.763 votos válidos		(6+1) lugares obtidos + 1		1.109	5.459 votos válidos		(4+1) lugares obtidos + 1		1.091,8
-------------------------------	--	-------------------------------------	--	--------------	-------------------------------	--	-------------------------------------	--	----------------

A coligação "Frentão" ficou, portanto, com a última vaga em disputa.

3.16 Partidos Políticos

Partidos políticos são agremiações próprias de governos representativos e são concebidos com a finalidade de **proporcionar a participação de diversas classes e estratos sociais variados no processo político decisório.**

Em meados do século XVIII, o político britânico Edmundo Burke já nos auxiliava a entender o conceito ao proferir que “**cada um dos diferentes partidos tem parte da verdade, mas nenhum a possui integralmente. [...]**” (LEVIN, 2017, p. 156). Por isso, concluía o autor, em uma sociedade livre os partidos políticos devem sempre existir.

Neste sentido, tais agremiações surgem quando o sistema político alcança um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que permita, por um lado, um **processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes do sistema** e, por outro, que, entre essas partes, **se incluam**, por princípio ou de fato, **os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem.** Daí que, na noção de partido, entrem todas as organizações da sociedade civil surgidas no **momento em que se reconheça teórica ou praticamente ao povo o direito de participar na gestão do poder político.** É com este fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998, p. 899).

Assim, as associações políticas se configuram como **importante instrumento de representação dos mais variados e diversificados grupos sociais** que, a partir desta representatividade, passam a ter **voz no meio político**, exprimindo reivindicações e necessidades.

O Brasil conta hoje, segundo o Tribunal Superior Eleitoral³⁷, com 35 agremiações políticas registradas, que se propõem a representar e defender as mais variadas bandeiras e ideologias – como a classe trabalhadora, os cristãos, a sustentabilidade, o liberalismo, a solidariedade, etc.. É sobre estes partidos políticos que iremos, a partir de agora, falar. Nosso objetivo, com isso, é proporcionar uma visão sistêmica de todas as óticas políticas existentes em nosso país, como forma de aproximar estas instituições e seus discursos dos ideais e perspectivas de vida de cada um(a) que nos lê.

³⁷ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em 22 fev. 2019.

3.16.1 Metodologia de apresentação dos partidos políticos brasileiros

Antes de iniciarmos a exposição de cada um dos 35 partidos políticos existentes no país, cabe destacarmos a forma metodológica adotada na estruturação das informações que serão apresentadas, bem como a forma pela qual optamos por exibi-las ao público em geral.

Cabe notar, primeiramente, que todas as informações aqui trazidas foram retiradas de documentos e mídias oficiais utilizadas pela própria legenda. Por isso, quando abordarmos o Partido X, montaremos o seu relato com base em citações diretas e indiretas de seus próprios documentos, como o Estatuto, o Manifesto de Fundação, o Programa Partidário, o Site Oficial, etc.. Adotamos tal sistemática por considerar que esta é a forma mais imparcial e objetiva de falar destas agremiações políticas sem ser considerado, de parte a parte, tendencioso.

Somos conscientes de que, muitas vezes, o discurso oficial destas legendas passa muito ao largo daquilo que é efetivado na prática, entretanto, como nosso objetivo fundamental neste texto é apresentar a política básica e cotidiana aos diferentes atores sociais, optamos por fundamentar este capítulo desta forma e, a partir do desenvolvimento da capacidade crítica e autonomia de pensamento de cada leitor(a), que estes próprios(as) possam identificar as falhas discursivas e, antes de tudo, conhecer e entender a ideologia e, conseqüentemente, o partido político que melhor representa seus ideais e perspectivas de vida.

Entenda como estruturamos cada comunicação:

I) Breve apresentação.

No item I), estabeleceremos uma primeira aproximação à agremiação em destaque, informando o nome, a sigla, o número da legenda atribuído ao partido e um breve resumo que buscará sintetizar a sigla discutida. Também traremos, nesta etapa, o logo oficial adotado pela sigla em questão.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O item II) buscará apresentar as bases gerais do partido político, trazendo suas principais lutas e defesas, ideologias e bandeiras, conforme estipulado nos documentos oficiais destas legendas.

III) Espectro político:

Por fim, o item III) espera apresentar objetivamente o espectro político de cada agremiação (extrema-esquerda, esquerda, centro, centro-direita, direita, etc.).

Entretanto, como poderá ser notado, não será informado o espectro político de todas as 35 legendas. Dado que nossa metodologia básica se utiliza de documentos oficiais destas siglas, respeitaremos o informado por cada uma e, se a legenda informar que é, por exemplo, de esquerda, citaremos que o partido é esquerdista. Do contrário, se a legenda não se posicionar em seus documentos em um ou outro lado do espectro (mesmo que saibamos através de políticas práticas que o partido é, por exemplo, de direita), respeitaremos e assimilaremos esta particularidade, deixando em branco o último item do texto.

A única exceção à regra do item III) é quanto aos partidos políticos que entendemos extremistas. Para considerar uma legenda extremista, adotamos o conceito trazido por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 457-458, grifo nosso), que diz:

Mesmo quando referido à posição e comportamento de alguns partidos e grupos parlamentares [...], o Extremismo indica uma tendência no campo doutrinai, um comportamento ou um verdadeiro e específico modelo de ação política adotados por um movimento, por um partido, por um grupo político, que **rejeita as regras de jogo** de uma comunidade política, não se identificando com as finalidades, os valores e as instituições prepostos à vida pública, e fazendo por modificá-los radicalmente. O que caracteriza o Extremismo é, em última análise, a tendência em **ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais**, a consequente **recusa em aceitar a gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso**, e a urgente busca do “tudo e agora”.

Neste caso, aquele partido que em seus documentos oficiais expressar formalmente que não admite discussões ou alianças com outras concepções políticas, ou mesmo àqueles que digam que buscarão a superação ou a extinção de uma ou outra perspectiva ideológica, a estes enquadraremos como extrema-direita ou extrema-esquerda. Consideramos que, em uma sociedade democrática, deva-se oportunizar a convivência de todas as vertentes políticas existentes e, por isso, aquela agremiação que considera extirpar outra perspectiva que pense de outra forma que não a sua, será aqui considerada extremista.

Cabe notar que oportunizamos que todos os 35 partidos políticos se apresentassem segundo suas próprias palavras, encaminhando, através do e-mail oficial informado ao TSE (<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>), questionamentos que buscavam responder aos três itens que ora apresentamos. Infelizmente, apenas um partido nos retornou (Novo), ficando as outras 34 agremiações com respostas próprias da autoria destes textos, utilizando como referência, conforme já mencionado, os documentos oficiais dos partidos.

3.16.2 Partido Republicano Brasileiro – PRB

I) Breve apresentação:

O Partido Republicano Brasileiro (número da legenda: 10)³⁸ “[...] surgiu para defender o direito político dos cidadãos brasileiros; para defender os direitos humanos e sociais com a construção de escolas, postos de saúde, hospitais e moradia; para defender os direitos da criança, do adolescente, do idoso, do trabalhador e para promover a preservação do meio ambiente. Prega a liberdade de expressão, os valores da família e, sobretudo, acredita que a administração pública deve estar a serviço dos interesses coletivos”.



Fonte: PRB³⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PRB é uma instituição política democrática, compromissada com a democracia, com a justiça social e com a igualdade de condições e oportunidades para todos. É uma legenda defensora do bem comum e de uma sociedade livre, que tem o intuito de promover, de fato, um governo afinado com a vontade popular. Defende, entre outros princípios, o pluripartidarismo e a representatividade, como fundamentos relevantes para o fortalecimento democrático, a manutenção dos direitos e das garantias trabalhistas e a geração de mais empregos com salários compatíveis com a realidade do brasileiro.

Apresenta-se à sociedade como instrumento político de promoção do desenvolvimento econômico e social do País, com base nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade entre os cidadãos. Entende que a única fonte legítima do poder político é o voto livre do povo e que ao Estado compete: garantir os direitos sociais previstos na Constituição Federal, criando condições efetivas de vencer a pobreza e reduzir disparidades de renda; assegurar a todos os cidadãos o direito ao

³⁸ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/07/2017; Programa; “Sobre o Partido”; “Palavra do Presidente” e “História”; todos disponíveis em <https://www.prb10.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

³⁹ Disponível em: <https://www.prb10.org.br/servicos/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

trabalho remunerado e à propriedade privada e garantir à população acesso a um eficiente e universal sistema público de saúde e à educação básica gratuita (pública ou por meio de estruturas privadas devidamente regulamentadas).

O PRB luta contra toda forma de discriminação entre os cidadãos, seja de natureza econômica, social, de raça, religiosa ou de qualquer outra espécie e repudia guerras como meio de solução de conflitos internacionais. Propõe especial atenção aos segmentos frágeis da sociedade, principalmente os jovens, idosos e portadores de necessidades específicas. Defende a redução do custo da máquina pública; o combate à corrupção e ao excesso de regulamentação governamental; o estímulo à competitividade; o fim de privilégios ou proteções; a diminuição da carga tributária e a reforma do pacto federativo no Brasil.

III) Espectro político: _____

3.16.3 Partido Progressista – PP

I) Breve apresentação:

O Partido Progressista (número da legenda: 11)⁴⁰ surge a partir do reagrupamento de forças estaduais de perfil moderado e conservador, propondo a construção de uma sociedade livre, democrática, justa, pluralista, solidária, participativa e baseada na dignidade humana, com oportunidades para todos.

Figura 16 – Logomarca do PP



Fonte: PP⁴¹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Progressista é orientado para ações que prezem pelos princípios da solidariedade, da justiça, do pluralismo de ideias e de culturas, do respeito à

⁴⁰ Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 06/03/2018; Manifesto; Programa; Código de Ética; História do Partido e “O Progressistas Hoje”; todos disponíveis em <http://www.pp.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

⁴¹ Disponível em: <http://www.pp-rs.org.br/downloads/logomarca-jpg>. Acesso em fev. 2019.

dignidade humana pela inclusão social, além da valorização das atividades econômicas, especialmente no que diz respeito às micro e pequenas empresas, à agricultura e aos agronegócios. Para os progressistas, a defesa do bem-estar da pessoa é a sua principal razão de ser, constituindo seu compromisso fundamental a Democracia e a Justiça Social.

O partido defende a liberdade de culto religioso; a preservação do meio ambiente e a reforma agrária; o direito ao trabalho digno, salário justo, moradia, educação, saúde, lazer, alimentação e segurança, assim como o exercício de uma imprensa livre e responsável e o combate à pobreza absoluta. Propõe políticas, normas e atos em defesa da moral e dos bons costumes, visando assegurar estabilidade à família. Já na saúde, foca no fortalecimento do SUS e na política de prevenções, como vacinas e saneamento básico. Na educação, busca assegurar o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assim como orientar o sistema educacional para o atendimento às necessidades de mercado. Aos alunos carentes, anseia garantir o ensino gratuito em todos os níveis, em estabelecimento público ou privado.

Para a economia, o PP prega um sistema livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades sociais. Neste sentido, deve ser transferido para a iniciativa privada toda e qualquer atividade econômica desempenhada pelo Estado, tendo esta atuação de natureza complementar. Quanto à política tributária, é preciso favorecer a justa distribuição de renda nacional e corrigir as desigualdades sociais entre regiões.

O PP defende a autodeterminação dos povos e a solução pacífica de conflitos; resguarda o interesse nacional, a integridade do território, a autonomia cultural e o desenvolvimento econômico para atender às necessidades da população.

III) Espectro político: Centro.

3.16.4 Partido Democrático Trabalhista – PDT

I) Breve apresentação:

O Partido Democrático Trabalhista (número da legenda: 12)⁴² “defende a Democracia, o Nacionalismo, o Socialismo, um partido nacional e popular. Somente a participação popular nas decisões da vida nacional pode levar a um nacionalismo e a um socialismo fraterno e em liberdade.”

Figura 17 – Logomarca do PDT



Fonte: PDT⁴³.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PDT luta pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, pela dignificação do povo brasileiro e pelos direitos e conquistas do trabalho e do conhecimento, fontes originárias de todos os bens e riquezas. Defende a natureza brasileira contra a poluição e deterioração do meio ambiente, luta pelas causas da mulher, do negro, do índio, dos jovens e dos idosos, e combate a discriminação em todas as suas formas e espécies.

O partido assume compromisso com as crianças e jovens, desde o ventre materno até a alimentação, escolarização, acolhimento e educação. A legenda prega a liberdade de cátedra, a escolarização em tempo integral, a concessão de bolsas para permanência do estudante pobre e a universalização do ensino superior público. Luta pelos interesses dos trabalhadores; pela igualdade econômica e social entre gêneros; pela justiça social e pela autodeterminação e preservação da cultura indígena.

O partido é compromissado em recuperar para os brasileiros todas as concessões feitas a grupos e interesses estrangeiros, lesivas ao nosso patrimônio, economia e soberania. Defende a administração da dívida externa de acordo com as disponibilidades cambiais do país. O PDT repudia a guerra, é contra o rearmamento,

⁴² Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 12/03/2015; Ideologia; Programa e Manifesto; todos disponíveis em <http://www.pdt.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

⁴³ Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/material-de-divulgacao/kit-engajamento/>. Acesso em fev. 2019.

o colonialismo e o imperialismo, sustentando a autodeterminação, coexistência pacífica, não intervenção e não-alinhamento entre países.

O partido propugna o pleno emprego e o aumento substancial do salário mínimo. Defende a Reforma Agrária e a função social da propriedade, do capital e de todos os meios de produção, primando pelo desenvolvimento prioritário das regiões economicamente marginalizadas e o fortalecimento dos estados e municípios. Entende que ao setor público é reservada a propriedade dos ramos estratégicos da produção, estando as empresas privadas condicionadas ao interesse público. Defende uma política tributária com caráter redistributivo da renda e o acesso ao sistema da previdência social a todos os trabalhadores.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.5 Partido dos Trabalhadores – PT

I) Breve apresentação:

“O Partido dos Trabalhadores define-se como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boia-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.”

Figura 18 – Logomarca do PT



Fonte: PT⁴⁴.

⁴⁴ Disponível em: <https://pt.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PT (número da legenda: 13)⁴⁵ é um partido aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país que intenta acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. Neste sentido, reafirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, e entende que a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores.

O partido defende a democracia, a pluralidade, a solidariedade, as transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a opressão, a desigualdade e a miséria, objetivando a luta pela construção de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática, visando à construção do socialismo democrático. O PT combate quaisquer formas de discriminação quanto ao sexo, à raça, à etnia, à religião, à condição econômica, à atividade profissional, às convicções políticas, a qualquer condição de deficiência, de idade, de orientação sexual, bem como os atos de assédio moral, sexual, a pedofilia, a violência doméstica e outros da mesma natureza.

O PT defende a combinação entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, com distribuição de renda, ampliação do emprego, redução da pobreza e promoção da soberania nacional. Defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e prega o respeito à moralidade administrativa, à coisa pública e à transparência na gestão de recursos públicos de qualquer natureza.

A legenda repudia a violação da liberdade de pensamento; de manifestação; de organização; dos direitos humanos e ao patrimônio histórico e cultural. Espera conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O Partido dos Trabalhadores, vale dizer, é um partido sem patrões.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.6 Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

⁴⁵ Fontes e referências consultadas: Estatuto, com alterações aprovadas em 29/10/2015; “Carta de Princípios”; “Nossa História”; Código de Ética e Manifesto de Fundação; todos disponíveis em <http://www.pt.org.br/>. Acesso em abr. 2018.

I) Breve apresentação:

“O primeiro compromisso do Partido Trabalhista Brasileiro é com o trabalhador, independente de sexo, credo ou estratificação social e sem discriminar entre o trabalho físico e aquele considerado trabalho intelectual. [...] O PTB não vai deixar mexer nos direitos do trabalhador.”

Figura 19 – Logomarca do PTB



Fonte: PTB⁴⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PTB (número da legenda: 14)⁴⁷ coloca como fundamento a ênfase especial na valorização da força de trabalho, ponto de partida para o efetivo desenvolvimento nacional. Sustenta a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a sua convivência harmônica, bem como a superação das diferenças de classe, sem violência, através da melhor distribuição da riqueza, da renda e da promoção da justiça social.

A legenda repudia toda forma de discriminação e defende a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a não-ingerência em assuntos internos de outros países, bem como a solução pacífica de conflitos. Ao mesmo tempo, o PTB reconhece a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional e apoia a integração econômica e cultural dos países em desenvolvimento.

O partido defende o direito de greve, as conquistas trabalhistas, a livre organização sindical e a não intervenção do Estado nas relações de trabalho. Luta pela reformulação, revisão e simplificação das leis trabalhistas. O Estado não pode

⁴⁶ Disponível em: <https://ptb.org.br/biblioteca/?categoria=identidade-visual>. Acesso em fev. 2019.

⁴⁷ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/11/2016; Programa e Diretrizes; todos disponíveis em <https://ptb.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

ser inibidor da iniciativa privada, devendo restringir sua atuação às áreas onde não exista interesse por parte da empresa privada e àqueles setores considerados estratégicos.

Pleiteia a qualificação e universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo, lutando pelo constante aprimoramento profissional, educacional e cultural dos trabalhadores. Elege como prioridade os direitos da criança, competindo ao Estado garantir o seu bem-estar, desde a gestação, assegurando o acesso aos recursos de saúde, moradia, alimentação, vestuário e educação. O PDT idealiza a democratização da propriedade rural; busca uma Reforma Tributária; a redução do pagamento dos juros da dívida pública e o estabelecimento de um menor nível de superávit fiscal. Luta por um planejamento econômico voltado para a eliminação da pobreza e dos desníveis regionais e sociais e entende que o Estado deve canalizar recursos prioritariamente para as ações básicas de saúde.

III) Espectro político: _____

3.16.7 Movimento Democrático Brasileiro – MDB

I) Breve apresentação:

O Movimento Democrático Brasileiro (número da legenda: 15)⁴⁸ exerce suas atividades políticas visando à realização dos objetivos programáticos que se destinam à construção de uma Nação soberana e a consolidação de um regime democrático, pluralista e socialmente justo, onde a riqueza criada seja instrumento de bem-estar de todos.

⁴⁸ Fontes e referências consultadas: Código de Ética; Programa Partidário; Nossa História e Estatuto, publicado no DOU em 07/11/2017; todos disponíveis em <https://www.mdb.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

Figura 20 – Logomarca do MDB



Fonte: MDB⁴⁹.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O MDB reconhece a primazia do povo, assim como a organização e mobilização popular como ponto de partida de seu programa e como condição necessária para realizar as reformas que se impõem. O partido destaca a grande importância do realismo, da verdade e da honestidade no jogo político democrático, pois de nada adianta prometer o paraíso ao povo, se não se tem os meios para realizá-lo.

O MDB não pretende manter o Estado tal e qual ele se encontra, mas também não concorda com a sua destruição. Reformar o Estado e a esfera pública é hoje um imperativo para se recuperar a legitimidade, a eficácia e a credibilidade das instituições diante do povo. O que se busca é o Estado legítimo e necessário, desprivatizado e não corporativista.

O partido tem compromisso com a soberania nacional, com a busca da liberdade, da organização popular, da realização de uma sociedade mais equânime e, fundamentalmente, da democracia. Assim, entre suas principais bandeiras, destacam-se o combate a todas as formas de discriminação; a defesa das minorias, ressaltadas as culturas e direitos do índio e do negro; o desenvolvimento para criação de empregos, salários dignos e multiplicação de empresas pela livre iniciativa; o direito à educação e à saúde, à habitação decente, à segurança da vida e do patrimônio. Propõe a racionalização do Estado e dos serviços públicos em

⁴⁹ Disponível em: https://www.mdb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/MANUAL_MDB_2018_v3.pdf. Acesso em fev. 2019.

geral; o combate determinado à violência, sobretudo ao crime organizado e ao narcotráfico. O MDB defende o aumento na capacidade de tributação e de arrecadação do Estado, com equilíbrio das finanças públicas; a Reforma Agrária e a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo. Na política internacional, o partido propugna que o Brasil deva procurar a concórdia e a paz, mas sem idealizá-las, e avaliando com rigor o preço político e as condicionalidades que possam decorrer desta interação.

III) Espectro político: _____

3.16.8 Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU

I) Breve apresentação:

“Sua principal meta não pode ser as eleições, e sim a organização da luta dos de baixo e a revolução social. [...] Sua atividade principal é fortalecer as lutas e divulgar o programa socialista. [...] Um partido revolucionário, operário e socialista.”

Figura 21 – Logomarca do PSTU



Fonte: PSTU⁵⁰.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (número da legenda: 16)⁵¹ defende o regime representativo e democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana. Entende que seu objetivo maior é convencer os

⁵⁰ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

⁵¹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 17/03/2013; “Proposta de Manifesto” e “Conheça o PSTU”; todos disponíveis em <https://www.pstu.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

trabalhadores e demais setores explorados da população sobre a necessidade histórica da construção de uma sociedade plenamente socialista, com a propriedade coletiva dos meios de produção em geral e vigência de um regime político democrático para os trabalhadores que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa.

É um partido revolucionário, operário e socialista, que não concebe alianças com a burguesia e vê a necessidade de se acabar com o capitalismo para se instituir um governo de trabalhadores baseado em conselhos populares. Propõe a suspensão do pagamento da dívida pública; o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal; a revogação de todas as reformas neoliberais dos últimos governos; a reestatização das estatais privatizadas; a estatização do sistema financeiro, das grandes empresas monopolistas, das empresas que provocam desastres ambientais, do agronegócio e da indústria extrativista. Luta pela reforma agrária, pela redução da jornada de trabalho e por um salário mínimo vital de R\$ 3.752,00.

O partido prega o fim da exploração e opressão contra negros, povos indígenas, mulheres e LGBT's. Combate todas as formas de discriminação, desigualdade, injustiça, preconceito, opressão, corrupção e violência e defende as liberdades democráticas. Assim, o PSTU luta contra o racismo, a desigualdade entre gêneros, a transfobia e a xenofobia. O partido defende o aborto livre, público e gratuito, as reparações históricas em favor da população negra e a regulamentação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas.

A legenda defende a descriminalização e legalização das drogas; propõe o fim da Força Nacional de Segurança; a desmilitarização da Polícia Militar; o fim das intervenções militares e o direito dos trabalhadores e dos bairros pobres à autodefesa e ao armamento.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.9 Partido Social Liberal – PSL

I) Breve apresentação:

“O Partido Social Liberal – PSL se declara social liberalista, considerado forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, acreditando que o Estado possa exercer na economia o papel de regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde,

educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. [...] Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”



Fonte: PSL⁵².

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

A estrutura interna, organização e fundamento do PSL (número da legenda: 17)⁵³ se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana, observando as normas constitucionais e legais. O partido concede proteção intransigente à propriedade privada; à democracia e à liberdade de cada cidadão.

O PSL incentiva todas as formas de livre iniciativa privada, mediante a adoção de políticas econômicas liberais. Significa que o Estado, em todos os seus níveis e esferas, deve se intrometer o menos possível na vida econômica do país, permitindo que os indivíduos e as empresas possam atuar livremente, dentro dos limites da Lei e da ética, em um ambiente desburocratizado e imune à intervenção estatal excessiva, para que possam prosperar.

O partido defende o conservadorismo, que respeita e preserva as instituições e costumes; defende o combate à sexualização precoce de crianças e a apologia da ideologia de gênero e lutará contra os privilégios decorrentes de “quotas”, que resultem na divisão do povo. A legenda é contra o Desarmamento; a corrupção; a censura; o constrangimento e os desequilíbrios morais e sociais. Irá estabelecer políticas de esclarecimento à população, que visem à conscientização a respeito dos males provocados pelo comunismo e socialismo, bem como vedar parcerias, alianças e coligações com partidos de esquerda bolivariana.

O PSL prioriza a segurança pública nacional, em todos os níveis; idealiza políticas de proteção às fronteiras, minimizando o contrabando e o tráfico de armas

⁵² Disponível em: <https://www.psl.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

⁵³ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 21/12/2011 e “Nossas Ideias/Em que Acreditamos”; todos disponíveis em <http://www.psl.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

e de drogas e acredita que os impostos recolhidos pelo Estado devam permanecer o mais perto possível dos respectivos contribuintes. Defende um governo limitado, descentralizado e tripartido e a focalização dos programas sociais para as pessoas em condição de maior vulnerabilidade, com a adoção de benefícios como o Vale-Educação e as Escolas Comunitárias.

III) Espectro político: Extrema-Direita.

3.16.10 Rede Sustentabilidade – REDE

I) Breve apresentação:

“A concepção de rede baseia-se numa operação democrática e igualitária, que procura convergências na diversidade. Contra o poder das hierarquias que capturam as instituições democráticas e, ironicamente, fazem delas seu instrumento de dominação. [...] Tem como horizonte a construção de um novo modelo de desenvolvimento: sustentável, inclusivo, igualitário e diverso.”

Figura 23 – Logomarca da Rede Sustentabilidade



Fonte: REDE⁵⁴.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

Sustentabilidade é o coração, a visão e a missão da REDE (número da legenda: 18)⁵⁵. Por isso, as relações econômicas devem estar baseadas em valores humanos e promover bem-estar em toda a sociedade, gerando conhecimentos, oportunidades de trabalho e riqueza. No campo social, sustentabilidade é a capacidade de transformar os recursos naturais e os bens e serviços que produzimos em melhoria da qualidade de vida das pessoas. No meio ambiente, é preciso garantir a capacidade da natureza de se reproduzir e evoluir. Na cultura, envolve o respeito, a preservação e a valorização da diversidade cultural.

⁵⁴ Disponível em: <https://redesustentabilidade.org.br/2016/05/30/manual-de-identidade-visual-da-rede-pode-ser-acessado-pelo-site/>. Acesso em fev. 2019.

⁵⁵ Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 01/12/2017; “A REDE”; “Conheça”; Manifesto; e Princípios e Valores; todos disponíveis em <https://redesustentabilidade.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

Finalmente, sustentabilidade estética é garantir o direito à contemplação da natureza e da arte como parte do equilíbrio humano e fator de incentivo à reflexão e ao autoconhecimento.

A legenda propõe um projeto de país e não de poder; idealiza zerar o desmatamento da Amazônia e defender o equilíbrio ambiental do planeta; prega a descriminalização do uso de drogas e defende uma efetiva política de saneamento básico. O partido é a favor do desarmamento; da defesa dos Direitos dos animais; de uma reforma urbana que transforme nossas cidades em espaços saudáveis, democráticos e seguros e que garanta o direito à moradia. Defende uma política externa baseada na cultura da paz, na promoção dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e do não intervencionismo bélico.

A REDE é contrária à corrupção; o aborto e à redução da maioria penal. Advoga pela diversificação da matriz energética e pela democratização do acesso à terra. Respeita os direitos humanos, a garantia de igualdade de gênero e repudia todas as formas de discriminação e preconceito, seja de ordem étnica, racial, religiosa ou sexual. A REDE é a favor dos direitos civis e do livre-arbítrio, por isso, não é contrária a casamentos entre pessoas de mesmo sexo. Acredita numa democracia digital e na universalização e melhoria dos serviços de saúde; tem compromisso com uma educação pública e universal de qualidade em todos os níveis e é favorável às cotas na educação.

III) Espectro político: _____

3.16.11 PODEMOS

I) Breve apresentação:

“Podemos. Essa palavra envolve um convite à ação coletiva: juntos nós podemos. Insinua que cada um pode ser sujeito da construção social coletiva. É uma convocação para que todos participem da organização de uma sociedade compatível com seus sonhos. [...] Podemos mudar o Brasil.”

Figura 24 – Logomarca do PODEMOS



Fonte: PODEMOS⁵⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PODEMOS (número da legenda: 19)⁵⁷ se apoia em transparência, participação e mais democracia direta, princípios que devem ser estimulados no intuito de equacionar três gargalos: bem-estar social, bem-estar econômico e bem-estar político. Por isso, defende o envolvimento da população e a participação bem mais ativa da sociedade em todas as questões da nação. A legenda busca ouvir e representar uma sociedade consciente que se mobiliza através de causas relacionadas ao seu cotidiano para a construção de uma nação socialmente justa.

A individualidade e a liberdade de expressão; a divergência de ideias e pluralidade política; a ética, transparência e eficiência na administração pública; a iniciativa popular e a mobilização social; a inclusão digital e o acesso a novas tecnologias constituem princípios do partido. O PODEMOS trata com urbanidade e respeita a situação socioeconômica e condições de gênero, cor, raça, idade, estado e capacidade civil, de pessoa com deficiência, bem como opção de credo religioso e livre orientação sexual e combate todas as formas de discriminação.

Fundamentado em sua bandeira da democracia direta, o partido propõe a simplificação das regras para a apresentação de projetos de iniciativa popular no Congresso; a instituição do voto digital para proposição de projetos pela internet e a defesa da criação de canais que aproximem o cidadão de sua prefeitura, como o Plebiscito e a Prefeitura Digital. O PODEMOS prega a orientação de bancada por pautas de relevância nacional que surgem e circulam na internet, através de Iniciativa Popular Digital que não atente contra os princípios do partido ou de legalidade e que tenham mais de 20.000 assinaturas.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.podemos.org.br/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

⁵⁷ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 08/11/2016; Princípios; História e “Modo Podemos”; todos disponíveis em <http://podemos.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

A legenda também defende o saque do FGTS em casos de doença; a prioridade de atendimento às pessoas em tratamento contra o câncer; uma educação cidadã que trate noções de cidadania e direitos básicos, dentre outros componentes; o acesso universal à internet para todos os cidadãos e a diminuição de regalias no Congresso.

III) Espectro político: _____

3.16.12 Partido Social Cristão – PSC

I) Breve apresentação:

“O PSC [...] tem como fundamento a Doutrina Social Cristã, onde o Cristianismo, mais do que uma religião, representa um estado de espírito que não segrega, não exclui, nem discrimina, mas que aceita a todos, independentemente de credo, cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica ou financeira. [...] É hora de seguir em frente.”

Figura 25 – Logomarca do PSC



Fonte: PSC⁵⁸.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Social Cristão (número da legenda: 20)⁵⁹ busca, em primeiro lugar, garantir o respeito à dignidade da pessoa humana, procurando colocá-la acima de quaisquer valores, por mais importantes que eles sejam ou que possam ser. Da mesma forma, luta pela defesa e o respeito à soberania nacional, o regime político democrático e o pluripartidarismo; a defesa e o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana, definidos na Constituição Federal; e a defesa e proteção dos animais, da ecologia e do meio ambiente.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.psc.org.br/biblioteca/>. Acesso em fev. 2019.

⁵⁹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 07/06/2017; Missão e Valores; Manifesto Social Cristão; Programa Nacional e Entrevista/Sabatina, todos disponíveis em <http://www.psc.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

O partido entende que uma sociedade livre é indissociável da liberdade econômica e do combate à corrupção. Suas propostas idealizam uma política de menos juros, menos impostos e mais crédito, buscando uma atuação com mais solidariedade, sem que se deixe ninguém para trás. O PSC pensa um Brasil com mais dinheiro no bolso do cidadão, onde o governo não atrapalhe a livre iniciativa do povo brasileiro. Assim, a legenda vai em busca de um país com menos burocracia e mais liberdade, saúde, segurança e educação de qualidade. Um Brasil a favor do empreendedor, com menos intervenções estatais e menores tributos incidentes sobre o ato de trabalhar, o que gera maiores riquezas para a Nação.

O Partido Social Cristão prega a valorização da família e dos valores cristãos. Defende a família tradicional, porque esse é o caminho que se deve apresentar como exemplo e não como exceção. O PSC é a favor da prisão perpétua e da redução da maioria penal; é contra a legalização do aborto e das drogas e a favor do voto facultativo.

III) Espectro político: _____

3.16.13 Partido Comunista Brasileiro – PCB

I) Breve apresentação:

“Pelo poder popular, rumo ao socialismo! Fomos, somos e seremos comunistas!”

Figura 26 – Logomarca do PCB



Fonte: PCB⁶⁰.

⁶⁰ Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/735/>. Acesso em fev. 2019.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Comunista Brasileiro (número da legenda: 21)⁶¹, fundado em 25 de março de 1922, objetiva a ultrapassagem da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista, na perspectiva do comunismo, segundo os princípios do Marxismo-Leninismo. O partido educa seus militantes no respeito à soberania da vontade do povo brasileiro, no espírito do internacionalismo proletário e na solidariedade aos trabalhadores de todos os países.

O objetivo maior dos comunistas é contribuir para a constituição da classe trabalhadora em classe revolucionária, buscando a derrubada do domínio da burguesia e a conquista do poder político pelo proletariado. Assim, o papel básico do PCB é contribuir para a elevação da consciência de classe dos trabalhadores, agindo na organização das lutas e na propaganda socialista.

O partido busca despertar para a necessidade da luta contra a desigualdade, por justiça e por melhores condições de vida para os trabalhadores, a juventude e a população em geral. Propõe a construção do Bloco Revolucionário do Proletariado, reunião das forças políticas e sociais que almejam dirigir os trabalhadores brasileiros para a derrubada do capitalismo por meio da revolução socialista. Também busca a formação de uma Frente Política Anticapitalista e Anti-imperialista, que deve ter o papel de aglutinar o movimento operário e popular em torno de bandeiras gerais e específicas.

O PCB é um partido nacional de massas vinculando organicamente o objetivo socialista a uma democracia de massas, a ser construída no respeito ao pluralismo e nos valores fundamentais da liberdade. O partido enfatiza a centralidade do trabalho, sendo contra políticas de cunho compensatórias, que propõem a conciliação e harmonização entre o capital e o trabalho. O PCB propõe a erradicação da propriedade privada e das classes e a construção de uma nova e ampla entidade sindical, classista, democrática e independente, capaz de conduzir as lutas do proletariado, em especial da classe operária brasileira.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

⁶¹ Fontes e referências consultadas: Manual de Organização Partidária; Histórico do PCB; “Como se Organizar no PCB?”; “O que é o Partido Comunista?”, todos disponíveis em <https://pcb.org.br/>; e Estatuto, de 23/03/2008, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-pcb-de-23-3-2008-resolucao-tse-no-no-23-072-dje-de-24-6-2009>. Acesso em jul. 2018.

3.16.14 Partido da República – PR

I) Breve apresentação:

“O PR resulta da fusão que uniu a força do PL (Partido Liberal) ao alcance do PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional)”, e mantém os mesmos ideais e princípios que nortearam seus antecessores. Inspira-se “[...] nos princípios da liberdade com igualdade social, da solidariedade e da dignidade da pessoa humana [e] busca a realização do Bem Comum, em uma sociedade livre, pluralista e participativa.”

Figura 27 – Logomarca do PR



Fonte: PR⁶².

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da República (número da legenda: 22)⁶³ é defensor das ideias do liberalismo social. Assim, o partido propõe um Estado que não seja máximo a ponto de inibir os que já são livres, nem mínimo que só proteja os fortes. O Estado que o PR defende é aquele que resguarda o Bem Comum e protege os trabalhadores. É o Estado que atua em áreas necessárias e indispensáveis, defensor da atividade econômica desenvolvida pela empresa privada e livre.

O PR apoia a liberação do comércio de armas de fogo e respalda o trabalho forçado nas cadeias do Brasil. Defende um projeto de nação assentado na soberania do país e nos valores nacionais, com destaque à liberdade, ao

⁶² Disponível em: http://www.partidodarepublica.org.br/partido/logomarcas_pr.html. Acesso em fev. 2019.

⁶³ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 02/05/2015; História do Partido da República; Manifesto; Programa e Apresentação; disponíveis em <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/index.php>. Acesso em jun. 2018.

desenvolvimento, a igualdade e à justiça social. É a favor de reformas estruturais no Estado, como a tributária. Concorde com o voto livre e secreto e entende que os valores naturais devem ser o único limite à liberdade individual.

Entre os grupos sociais identificados com o PR, destacam-se os liberais, republicanos e nacionalistas, comprometidos com as garantias individuais, o Estado de Direito, o capital nacional produtivo, a livre iniciativa, a justa distribuição de renda, além da promoção da educação e saúde de qualidade e a paz social.

O partido luta contra a dominação entre os homens e pela redução das injustas desigualdades regionais. Apoia a reforma agrária, o cooperativismo e o privilégio fiscal, financeiro e creditício à pequena e média empresa. Entende que não deva existir censura política, porém, concorda com a censura moral na televisão ou no rádio, quando o direito à livre expressão conflitar com o direito natural da família à educação de seus filhos.

O PR prega educação básica para todos, com uma escola que transmita informações e estimule a capacidade crítica do cidadão. Defende programas de alimentação de crianças e gestantes carentes, bem como assistência médica a todos os brasileiros carentes, independente de contribuição previdenciária. Propugna a autodeterminação dos povos; a proteção e benefícios aos negros, como forma de correção de injustiças acumuladas ao longo do tempo; bem como a proteção e o respeito às tradições e direitos dos índios.

III) Espectro político: _____

3.16.15 Partido Popular Socialista – PPS

I) Breve apresentação:

“O Partido se declara humanista, socialista e ambientalista, conceitos enriquecidos com a experiência dos movimentos operários e populares, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista e do humanismo libertário. Por sua essência democrática e laica, o Partido exclui dogmatismos e sectarismos, e se concebe como um organismo aberto à renovação das ideias e dos métodos, em um marco de respeito à pluralidade das concepções. [...] Verdadeiro. Corajoso. Decente.”

Figura 28 – Logomarca do PPS



VERDADEIRO. CORAJOSO. DECENTE

Fonte: PPS⁶⁴.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Popular Socialista (número da legenda: 23)⁶⁵ é um partido plural, que respeita as condições de sexo, cor/raça, idade, estado civil, estado e capacidade física, deficiência, e situação socioeconômica, bem como concepção filosófica, crença religiosa e opção sexual. Uma legenda aberta à participação de todos os que acreditam que é possível, a todos os seres humanos, viverem iguais e livres. Assume o compromisso com a vida, entendendo-a como indissociável da natureza e da cultura.

É um partido que repudia toda e qualquer forma de violência e que faz da eliminação da miséria a questão primeira de sua política. O PPS contrapõe-se aos modelos neoliberais, defendendo que a propriedade dos meios de produção e de comunicação deva ser social.

O Partido Popular Socialista objetiva a reforma democrática do Estado para que ele não tutele, mas que seja controlado pelos cidadãos e pela sociedade. Defende a reforma tributária, com taxaço sobre dividendos e pelo sistema progressivo dos impostos (onde os ricos paguem proporcionalmente mais que os pobres); além do aumento da simplificação, transparência e desconcentração do sistema tributário. Também prega outras reformas, como a da previdência e a trabalhista, além da implantação do parlamentarismo.

Luta por um programa de desenvolvimento que tenha o ser humano como sujeito e que seja capaz de eliminar a injusta distribuição de renda. Rejeita todos os tipos de discriminação e preconceito e defende uma sociedade ecologicamente

⁶⁴ Disponível em: <http://www.pps.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

⁶⁵ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 06/12/2013; Manifesto; Código de Ética; Manual XIX Congresso Nacional; todos disponíveis em <http://www.pps.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

equilibrada e autossustentável, a igualdade entre gêneros, a resolução pacífica para conflitos mundiais e a autodeterminação dos povos. Compartilha os valores da liberdade e da justiça social, da ética, do trabalho e da solidariedade, da sustentabilidade e da integridade, do internacionalismo e da paz.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.16 DEMOCRATAS

I) Breve apresentação:

“Jamais abandonamos os nossos princípios nem o compromisso de lutar por um Brasil mais moderno, justo, eficiente e solidário, capaz de gerar trabalho, riqueza e bem-estar para o seu povo. O Brasil que queremos é o país do otimismo e do empreendedorismo, da livre iniciativa e do esforço pessoal.

Esse é o Brasil que queremos! Esse é o Brasil que pode e vai dar certo! Esse é o Brasil que os brasileiros merecem! Vamos em frente! Pelo Brasil e para o Brasil!”

Figura 29 – Logomarca do Democratas



Fonte: Democratas⁶⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Democratas (número da legenda: 25)⁶⁷ se fundamenta nos princípios do regime democrático, do Estado de Direito, da livre iniciativa e da justiça social. Seu maior compromisso é com a liberdade, em todas as suas formas. Por isso, defende um sistema político democrático, plural e participativo e uma economia baseada na livre-iniciativa. Defende um liberalismo moderno, voltado para a produção, o emprego e o bem-estar social, lutando contra a asfixia burocrática e voracidade fiscal.

É um partido do centro democrático nacional que luta por um sistema liberal e humanista baseado na igualdade de oportunidades. Defende a eficiência do gasto

⁶⁶ Disponível em: <http://www.dem.org.br/biblioteca-2/>. Acesso em fev. 2019.

⁶⁷ Fontes e referências consultadas: Manifesto; Ideário; Código de Ética; Princípios; Diretrizes e Estatuto, de 12/12/2007; todos disponíveis em <http://www.dem.org.br>. Acesso em jun. 2018.

público, tendo o Estado papel regulatório e incentivador, desde que não sufoque os esforços individuais e empresariais.

O partido é defensor incondicional do direito à vida, à propriedade, à liberdade de pensamento, de opinião, de informação e de crença religiosa. Entre algumas de suas bandeiras, estão: discutir a concessão à iniciativa privada de todas as atividades não inerentes ao governo; combater o flagelo das drogas e da violência; defender os interesses fundamentais da família e da coletividade; propor mecanismos mais eficientes para defender e apoiar os segmentos mais frágeis da sociedade; fazer da educação um verdadeiro instrumento de cidadania e inclusão social, sendo obrigatória e gratuita em todos os seus níveis; reafirmar o compromisso de combater qualquer forma de discriminação, preconceito e violência contra a mulher; viabilizar uma saúde pública digna; estabelecer o voto livre; reduzir gradativamente a carga tributária; reclamar uma justa distribuição de renda e riquezas, com desenvolvimento e crescimento das regiões de forma equânime.

III) Espectro político: Centro.

3.16.17 Democracia Cristã – DC

I) Breve apresentação:

“Sou social, democrata e cristão, meu compromisso maior é com a família, com a defesa de seus valores e o atendimento pleno de suas necessidades, e meu objetivo fundamental, a construção de um País de todos e para todos. Tenho compromisso com a justiça social e com a democracia. Tenho compromisso com os princípios do Cristianismo e quero dar, sempre, em todo o tempo e em todo o lugar, testemunho do Evangelho.”

Figura 30 – Logomarca do Democracia Cristã



Fonte: Democracia Cristã⁶⁸.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.democraciacrista.org.br/downloads-2/>. Acesso em fev. 2019.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Democracia Cristã (número da legenda: 27)⁶⁹ destina-se a assegurar a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal. É um partido capaz de promover a transformação do país e a redenção de seu povo em torno dos princípios da liberdade, justiça e solidariedade e está alicerçado nos valores humanísticos e eternos do Evangelho. O DC busca o atendimento das necessidades da família, como emprego com justa remuneração, educação, saúde, segurança e moradia.

Ao repudiar o capitalismo selvagem, que não realiza a Justiça, e o marxismo, que esmaga a Liberdade, entende a pessoa como centro e razão fundamental de todo o processo social, econômico e político. Assim, busca a igualdade de oportunidades que permita a todos iguais condições de desenvolvimento, lutando pelo acesso universal à educação, em todos os níveis. Advoga pela garantia ao povo brasileiro de assistência médica, odontológica e hospitalar; apoia a convivência solidária entre as nações; defende a manutenção do nome de Deus na Constituição e promove a harmonia entre a atividade econômica e o meio ambiente.

O partido luta pelo direito ao lazer e participação nos lucros ou resultados das empresas aos trabalhadores, estimulando-se a parceria entre capital e trabalho. Assegura à família o direito à liberdade de ensino e apoia o ensino profissionalizante. Reconhece a função social das Universidades, quer como centro avançado de pesquisa e formação acadêmica, quer como crítica do processo de desenvolvimento social e econômico.

O DC apoia a livre iniciativa, fortalecendo a empresa privada, estimulando a empresa nacional e limitando a ação do Estado aos campos de sua natural atuação. Também propugna pela diminuição da insuportável carga tributária que hoje esmaga as empresas e pessoas e defende a redução dos desníveis regionais. O partido defende a Reforma Agrária e o direito de propriedade, condicionados a serem exercidos com finalidade social.

III) Espectro político: _____

⁶⁹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 27/06/2017, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-psdc-de-27-6-2017-deferido-em-17-5-2018>; Ato de Confirmação; Manifesto; Rituais e Programa; todos disponíveis em <https://www.democraciacrista.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

3.16.18 Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB

I) Breve apresentação:

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro tem “[...] a modernidade, a preocupação com o meio ambiente e as questões sociais e trabalhistas como metas primordiais para que possamos juntos construir um novo Brasil. [...]”

A decência, a honestidade, a família constituída e os valores pátrios estão acima de tudo. O partido da dignidade humana. O partido do homem e da mulher de bem. Pátria e família em primeiro lugar.”

Figura 31 – Logomarca do PRTB



Fonte: PRTB⁷⁰.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O PRTB (número da legenda: 28)⁷¹ defende o “Trabalhismo Participativo”, modalidade onde Capital e Trabalho convivam harmoniosamente, voltados para mútuos interesses em duas vias e não em via de mão única, com a exploração do Trabalho pelo Capital. Entende que quando todos tiverem acesso a compartilhar das oportunidades criadas, seja como empregados ou como empregadores, se poderá mais rapidamente desenvolver o País. Assim, o partido entende que o empregador deve obter seus lucros, sem, todavia, subtrair do empregado o que lhe é devido e justo, dentro de suas conquistas sociais e trabalhistas. Da mesma forma, o empregado deve respeitar e colaborar para o crescimento da empresa onde trabalha, pois dos investimentos e riscos inerentes à atividade empresarial é que dependem seu emprego e seu futuro.

⁷⁰ Disponível em: <http://prtb.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

⁷¹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 30/01/2004; Histórico; “História do PRTB em vídeo”; Programa; Vídeo “Fórum da direita une o país contra a esquerda”; “Programa Brasil 21”, todos disponíveis em <http://prtb.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

O PRTB luta pela concessão, por parte do Governo, de 4 salários mínimos a toda criança que nascer no país, valor que só poderá ser sacado quando a criança tiver 21 anos. Esta medida visa uma nação cuja pobreza absoluta será banida de todo território nacional e todos poderão, a partir dos 21 anos, começar uma vida digna, com o sustento mínimo para suas necessidades. A legenda também idealiza remédios e cesta básica desonerada.

O PRTB busca renovar a mobilidade urbana, defendendo a criação do aerotrem. Propugna, finalmente, uma sociedade pluralista e sem distinção entre raças, credos ou ideologias, onde o Estado seja constituído pela democracia de regime presidencialista, federativo e seu Território Nacional indissolúvel. Lutará para que os poderes constituídos do Executivo, Judiciário e Legislativo coexistam harmoniosamente, com a renovação permanente dos valores humanos, através de eleições livres e periódicas em todos os níveis, por sufrágio universal e secreto, sob a égide do Pluripartidarismo Democrático.

III) Espectro político: Direita.

3.16.19 Partido da Causa Operária – PCO

I) Breve apresentação:

“O objetivo do Partido da Causa Operária é dar à luta da classe operária um caráter consciente e unitário, e mostrar-lhe o objetivo histórico socialista que dessa luta se desprende. O PCO empenha-se na conquista da independência de classe do proletariado [...], [sendo] um partido operário de ação e não apenas eleitoral, vale dizer, um verdadeiro partido operário, um partido revolucionário. [...] Por um governo das organizações operárias e camponesas.”

Figura 32 – Logomarca do PCO



Fonte: PCO⁷².

⁷² Disponível em: <https://pco.org.br/#>. Acesso em fev. 2019.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e da produção para o mercado em produção socialista, podem fazer com que o crescimento da produtividade do trabalho social transforme-se em fonte de crescimento do conforto e do aperfeiçoamento harmonioso da humanidade. Esta transformação social não admite união com a pequena-burguesia ou burguesia, somente podendo ser obra da classe operária, aliada com os camponeses e explorados em geral e organizadas em seu próprio partido.

O PCO (número da legenda: 29)⁷³, neste sentido, não luta por novos privilégios de classe, mas sim em prol da supressão da dominação de classes e pelos direitos e deveres iguais de todos, sem exceção de sexo, raça, idade ou atividade. Por isso, combate a exploração e a opressão dos trabalhadores assalariados e todos os tipos de abusos, estejam dirigidos contra uma classe, um partido, um sexo, uma raça ou uma nação. Propõe a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e de um salário mínimo vital suficiente para sustentar o trabalhador e sua família.

O PCO defende o não pagamento da dívida externa e interna; a estatização do sistema financeiro, da previdência privada, dos monopólios da TV e rádio e a reestatização de empresas privatizadas. É contra a pena de morte; a prisão perpétua; a criminalização a partir dos 16 anos e contra impostos que recaiam sobre o consumo e os salários. Defende a Reforma Agrária; um sistema de saúde público e de boa qualidade; a gratuidade da justiça; a legalização do aborto; o fortalecimento da autonomia dos estados e municípios; a criação de polícias municipais e a dissolução da PM e do aparato repressivo. Apoia o serviço militar de três meses para todos e a redução do orçamento militar, com aumento de repasse para a saúde e educação. Propõe um ensino público gratuito e laico em todos os níveis, com gratuidade dos materiais de estudo e ingresso irrestrito a todos os níveis de ensino.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.20 NOVO

I) Breve apresentação:

⁷³ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 09/12/1995, Ideologia e “Informe Político”, todos disponíveis em <https://pco.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

O “NOVO é um movimento que foi iniciado por cidadãos insatisfeitos com o montante de impostos pagos e a qualidade dos serviços públicos recebidos. [...] Analisando os partidos políticos existentes, concluíram que nenhum deles defendia claramente a maior autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado, a diminuição da carga tributária e a melhoria na qualidade dos serviços essenciais, como saúde, segurança e educação. Em razão desta constatação, optaram pela formação de um novo partido político.”

Figura 33 – Logomarca do Novo



Fonte: Novo⁷⁴.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O NOVO (número da legenda: 30)⁷⁵ defende o respeito à liberdade individual e a diminuição do tamanho do Estado. Defende os direitos individuais, a liberdade de expressão, a transparência e o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Entende que com menos burocracia, menos impostos, mais liberdade de empreender e livre concorrência, há maiores chances de mais empregos e prosperidade, o que trará maior desenvolvimento para o país.

O partido advoga, principalmente, pela liberdade dos indivíduos e a capacidade de todos alcançarem o mais alto nível de prosperidade de acordo com seu potencial, em razão de seus valores, suas atividades, seu talento e seu conhecimento. Para isso, é fundamental que as pessoas tenham acesso à educação da mais alta qualidade, de melhores oportunidades e vivam em um país com um Estado atuando restritamente às áreas que são essenciais à população: saúde, segurança, educação básica, justiça, infraestrutura e estabilidade da moeda.

O NOVO é contra a pobreza; contra o uso de dinheiro público para campanhas políticas; contra a má gestão e mau uso dos recursos públicos e contra

⁷⁴ Disponível em: <https://novo.org.br/material-oficial/>. Acesso em fev. 2019.

⁷⁵ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 28/06/2017; informações gerais contidas no sítio eletrônico oficial do partido; todos disponíveis em <https://novo.org.br/estatuto-e-seus-diferenciais/>. Acesso em jul. 2018. Também foi utilizado e-mail recebido do “Partido NOVO - Fale Conosco”.

a existência de empresas estatais. O partido é favorável às privatizações, defendendo o indivíduo contra o Estado: o cidadão é que precisa ser máximo e o Estado, suficiente e eficiente.

O NOVO é favorável ao voto facultativo; à revisão do Pacto Federativo; é a favor da reforma da Previdência e da livre negociação entre empresas e cidadãos; é contra a reeleição; contra a fixação de piso salarial e de salário mínimo obrigatório; contra o Estatuto do Desarmamento; favorável à liberdade das pessoas escolherem como desejam e com quem querem se relacionar. O NOVO não tem posição definida sobre o aborto e legalização de drogas e busca a migração gradual da política de cotas para o modelo meritocrático.

III) Espectro político: _____

3.16.21 Partido Humanista da Solidariedade – PHS

I) Breve apresentação:

“Uma agremiação verdadeiramente empenhada em conduzir a bandeira da Doutrina Social Cristã e do Solidarismo. [...] Há, portanto, que buscar, quanto antes, o caminho humanista/solidário num movimento de caráter universal, rumo à abundância e à paz, para que se apresse a existência de um mundo humanista/solidário, ético, harmônico e fraterno.”

Figura 34 – Logomarca do PHS



Fonte: PHS⁷⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

Inspirado no Ensino Social Cristão, o Partido Humanista da Solidariedade (número da legenda: 31)⁷⁷ tem como princípios básicos: a pessoa humana, criada por Deus e considerada nas suas inalienáveis dignidade e liberdade; a hipoteca

⁷⁶ Disponível em: <http://phs.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

⁷⁷ Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 10/02/2015; “Conheça o PHS” e Doutrina Partidária; todos disponíveis em <http://phs.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

social presente no destino universal dos bens da terra; o Bem Comum, conjunto das condições de vida à altura da dignidade da pessoa humana, constituindo sentido essencial do Estado; a primazia do trabalho sobre o capital; e, a solidariedade plena, que requer a presença de três fatores fundamentais: Justiça, Liberdade e Amor Fraternal.

O partido coloca a superação da miséria como sua prioridade, colocando o combate à fome como sua principal medida no âmbito da saúde. A ação econômica deve ter por objetivo acudir as carências da sociedade, proporcionando condições para a redução dos desníveis sociais, através de educação intensiva – inclusive de capacitação profissional –, do desenvolvimento do associativismo, da garantia do direito ao trabalho e à renda mínima e do fortalecimento das pequenas empresas. Para o PHS, capitalismo e comunismo são ineficazes para solucionar os problemas sociais que atingem a humanidade.

A legenda faz da família a base da estrutura social, possuindo profunda preocupação com a questão do aborto e da primeira infância. Defende a Reforma Agrária, a municipalização das tarefas do Estado e vê com prudência os processos de privatização. Na política, o partido propugna a adoção do voto distrital misto e defende ser crime inafiançável as práticas de corrupção. Luta pela universalização da assistência, da previdência social e do atendimento médico-hospitalar. O PHS destaca o respeito às minorias, independente de cor, sexo, idade, origem, etnia ou qualquer outra particularidade e abomina qualquer ingerência estrangeira nos assuntos internos dos diversos países. Defende a proteção ao meio-ambiente e a utilização de novas fontes de energia; a integração econômica do Nordeste e o processo de interiorização (contrário a concentração da população em megacidades).

III) Espectro político: _____

3.16.22 Partido da Mobilização Nacional – PMN

I) Breve apresentação:

O Partido da Mobilização Nacional – PMN orienta-se por conteúdo nacional, democrático e socialista. Sua missão é dar continuidade à Inconfidência Mineira, fortalecendo a soberania. O PMN é “a legenda da soberania”.

Figura 35 – Logomarca do PMN

Fonte: PMN⁷⁸.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da Mobilização Nacional (número da legenda: 33)⁷⁹ luta, desde os primórdios de sua história, pela reforma agrária, a moratória conjunta com os países da América Latina, o rompimento com o FMI e a formação, com os países vizinhos, de um bloco econômico-financeiro.

O partido propõe congregar cidadãos de ambos os sexos, sem restrições de qualquer ordem, que aceitem e defendam as teses da mobilização nacional. Assim, o PMN defende a superação da condição de colônia brasileira, identificando as causas que mantêm o Brasil na condição de país subdesenvolvido, a fim de guiar a nação para a condição de país desenvolvido.

Mobilizado, o Brasil acabará com o analfabetismo; fortalecerá a cultura nacional; enfrentará a questão da saúde; aumentará a sua produção agrícola e industrial; fará a reforma agrária; defenderá as riquezas naturais; criará um poderoso mercado interno; ampliará o comércio com o resto do mundo; implementará a política do salário máximo e a previdência justa; tornará possível a construção de moradia para todos e viabilizará o aparecimento, no Brasil, da primeira experiência de democracia plena e de socialismo da riqueza.

Na política internacional, o PMN luta para terminar com o colonialismo interno, dando a todos os estados a mesma oportunidade de desenvolvimento. Quanto à dívida externa, uma mobilização nacional dará respaldo ao governo para comandar

⁷⁸ Disponível em: <https://pmn.org.br/identidade-visual-logos/>. Acesso em fev. 2019.

⁷⁹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 30/03/2017, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-de-23-7-2016-aprovado-em-30-3-2017>; História; Manifesto e Programa; todos disponíveis em <https://pmn.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

o Terceiro Mundo na declaração de uma moratória conjunta que implodirá o atual sistema financeiro internacional e tornará possível a reconstrução da economia mundial em bases solidárias e justas. O partido pretende unir as nações do Terceiro Mundo até aqui marginalizadas, através do Parlamento do Terceiro Mundo, para a criação de um futuro em que todos os homens tenham uma vida digna, num mundo de paz, abundância e amor.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.23 Partido da Mulher Brasileira – PMB

I) Breve apresentação:

“O PMB busca o reconhecimento, a consolidação e a valorização da mulher, sem a exclusão masculina no cenário de um mundo globalizado que pressupõe a igualdade dos direitos, se empenhando integralmente para garantir a soberania e o desenvolvimento do Brasil de forma pacífica e democrática, tendo como foco um país socialmente justo e igualitário.”

Figura 36 - Logomarca do PMB



Fonte: PMB⁸⁰.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da Mulher Brasileira (número da legenda: 35)⁸¹ respeita os princípios e preceitos legais, sem restrições de qualquer ordem: sexual, social, racial, econômica ou religiosa. Além da luta pela valorização da mulher e igualdade de direitos, o partido defende a valorização do povo brasileiro e o amor à Pátria, propondo o resgate da disciplina de Educação Moral e Cívica no currículo escolar das escolas públicas. O PMB luta pelo respeito às individualidades e a igualdade de direitos, independente de etnia, credo ou religião. Propõe um Estado forte e estável, com atuação mais efetiva na área de saúde pública e que estabeleça impostos menores e mais justos.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.pmb.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

⁸¹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 31/10/2017; História; Ideais; Objetivos e Programa, todos disponíveis em <http://www.pmb.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

Os filiados do PMB lutarão por um mundo livre da opressão, dependência econômica e política, da miséria e da fome e não permitirão a exploração do capital nacional. Lutarão contra a perda de direitos e garantias e pela preservação da soberania nacional. O partido defende um meio ambiente ecologicamente equilibrado em todas as suas formas e luta pela defesa da vida, da família e da sociedade, ancorada nos pilares da dignidade da pessoa humana, do desenvolvimento sustentável e do equilíbrio social e econômico. Busca punições mais severas contra o desmatamento e a poluição; a proteção e o respeito à Amazônia como reserva nacional e estratégica e a ampliação do uso de energias renováveis.

Luta pelo fortalecimento da família, em seus mais variados formatos; propõe a defesa da repressão à prostituição infantil, ao tráfico de crianças, adolescentes e mulheres e à exploração sexual de mulheres. Objetiva a redução da violência doméstica e de penas mais rígidas para crimes hediondos; propugna a igualdade de direitos para minorias; à liberdade de expressão e dos meios de comunicação e o acesso à internet para toda a população. Advoga pela universalização de energia elétrica e a garantia de uma educação pública de qualidade em horário integral.

III) Espectro político: Centro-Esquerda.

3.16.24 Partido Trabalhista Cristão – PTC

I) Breve apresentação:

O PTC reflete a pluralidade do Brasil, diversidade de ideias, de raça, de gênero e de idade. A diversidade, portanto, é uma marca do PTC. “Um partido plural para um Brasil mais igual.”

Figura 37 – Logomarca do PTC



Fonte: PTC⁸².

⁸² Disponível em: <http://www.ptc36nacional.com.br/>. Acesso em fev. 2019.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Trabalhista Cristão (número da legenda: 36)⁸³ estabelece como suas bandeiras, princípios e objetivos inalienáveis a defesa das instituições políticas livres e democráticas, das liberdades individuais, da vida e da família, da luta pela justiça social, do Estado laico, do ecossistema brasileiro e do combate à impunidade.

O partido considera a diversidade sua marca e reflete a pluralidade brasileira, a diversidade de ideias, de raça, de gênero e de idade. O PTC confia na democracia e propugna o aumento da participação feminina na política, combatendo todas as formas de desigualdade de gênero.

O Partido Trabalhista Cristão é contrário a qualquer proposta de legislação que avance sobre os direitos trabalhistas. Neste sentido, o partido luta contra a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a lei da terceirização, que retiram direitos e achatam salários. Da mesma forma, o PTC se posiciona em oposição ao aumento de impostos.

Um direito da mulher que a legenda sempre defendeu é de aposentadoria por idade menor que a dos homens, uma vez que a maior parte das mulheres trabalha em regime de dupla jornada. Assim, o partido destaca que lutará contra qualquer proposta que atente aos direitos femininos.

No campo da política, o Partido Trabalhista Cristão propugna o fim do voto obrigatório, entendendo que, desta forma, só irão às urnas quem realmente quiser participar democraticamente das eleições. Do mesmo modo, o partido defende a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para mudar as regras da política brasileira. Nesta proposta, os representantes seriam eleitos somente para fazer a Reforma Política, sendo a assembleia dissolvida após a promulgação das novas leis.

III) Espectro político: _____

3.16.25 Partido Socialista Brasileiro – PSB

I) Breve apresentação:

⁸³ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 20/02/2017, e Programa, todos disponíveis em <http://www.ptc36nacional.com.br/>; e Propaganda Partidária “PP 371-96”, de 18/05/2017, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VQ47yr8piXo>. Acesso em jun. 2018.

É dever do filiado ao PSB “manter o compromisso fundamental do Partido com o Socialismo e a Liberdade, a Democracia e a Justiça Social, como princípios básicos, primordiais e inabaláveis; [assim como] empenhar-se com denodo e perseverança na busca da unidade das forças populares, fiel à visão pluralista do socialismo que queremos [...]”

Figura 38 – Logomarca do PSB



Fonte: PSB⁸⁴.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Socialista Brasileiro (número da legenda: 40)⁸⁵ tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem. Neste sentido, defende a abolição do antagonismo de classe e a socialização dos meios de produção e distribuição, mantida a propriedade privada. Propõe um Estado atuante nos diversos ramos da economia, defendendo o aumento de impostos sobre propriedades, heranças e capital. O partido entende o trabalho como direito e obrigação social de todo cidadão válido.

O PSB valoriza a soberania popular e proclama a neutralidade do Estado em face dos credos filosóficos e religiosos, estabelecendo como objetivo da educação o de dar ao homem a capacidade de adaptação à sociedade em que vive. Defende a assistência médica, sanitária e hospitalar a todos os cidadãos e a função social da propriedade. Advoga por reformas estruturais e pela nacionalização de áreas estratégicas, lutando por direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos e

⁸⁴ Disponível em: <http://www.psb40.org.br/documentos/>. Acesso em fev. 2019.

⁸⁵ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 29/06/2015; Código de Ética; Manifesto e Programa; todos disponíveis em <http://www.psb40.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

políticos da cidadania como o acesso à educação, à saúde, ao transporte público, à habitação e ao saneamento básico; o direito de vizinhança, ao seguro-desemprego, à privacidade, o acesso à informação e ao controle das atividades estatais e a mais ampla participação política.

O partido combate a discriminação racial; a opressão às minorias, às mulheres e às crianças; a violência contra manifestações culturais alternativas; a degradação da qualidade de vida; a depredação ambiental e o genocídio das nações indígenas. No plano externo, luta pelos princípios de autodeterminação dos povos; pelo fortalecimento dos organismos internacionais, contra todas as formas de imperialismo, colonialismo e belicismo; pela organização de países do terceiro mundo e pelo maior entendimento entre as nações latino-americanas em sua luta comum pela afirmação soberana de seus interesses nacionais, inclusive na negociação profunda de uma dívida externa contraída por governos ilegítimos.

III) Espectro político: Esquerda.

3.16.26 Partido Verde – PV

I) Breve apresentação:

“O PV é um instrumento da ecologia política. [...] O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita. Situa-se à frente. Está aberto ao diálogo como todas as demais forças políticas com o objetivo de levar à prática as propostas e programas verdes.”

Figura 39 – Logomarca do PV



Fonte: PV⁸⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

⁸⁶ Disponível em: <http://pv.org.br/identidade-visual/>. Acesso em fev. 2019.

Os Verdes (número da legenda: 43)⁸⁷ propugnam o desenvolvimento sustentável como caminho para combater a miséria e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e emprego, sem fazer distinção entre investimentos nacionais e estrangeiros, de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseados em tecnologias limpas.

Entre suas principais bandeiras e valores, estão: a preservação ambiental, a reciclagem e o desenvolvimento sustentável; o respeito aos direitos humanos, o pluralismo e a transparência; o exercício da democracia representativa; a justiça social, que estabeleça condições mínimas de sobrevivência com dignidade para todas as pessoas, tendo o poder público como regulador do mercado; a liberdade de expressão política e cultural; o direito à privacidade; a iniciativa privada; o municipalismo; a espiritualidade; o pacifismo, internacionalismo e multiculturalismo. Defende a diversidade cultural, étnica e social e se posiciona contra todas as formas de preconceito e discriminação racial, cultural, etária ou de orientação sexual. Luta por maiores investimentos na educação, pela erradicação do analfabetismo e pela garantia de escola pública, gratuita e de qualidade, para todos.

O PV defende a liberdade sexual; a legalização da interrupção voluntária da gravidez; a descriminalização de jogos de azar e do uso de drogas e a legalização do uso da *Cannabis Sativa*. É favorável à Reforma Agrária; ao voto facultativo e à solução negociada dos conflitos internacionais. O PV defende o desarmamento; a desnuclearização; a introdução de um imposto negativo para assegurar uma renda mínima de sobrevivência a todo cidadão necessitado; a criação de um salário escolar para as mães de adolescentes e crianças carentes e o aumento de taxaço sobre a indústria de bebidas e tabaco e o setor financeiro.

A legenda busca implementar projetos de coleta comunitária; priorizar o transporte de massas e dar ênfase à medicina preventiva e sanitária, com maior espaço para as terapias alternativas. Idealiza um sistema carcerário que se converta em local de trabalho e recuperação; propõe o fim do serviço militar obrigatório e a redução drástica da utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas.

III) Espectro político: Centro.

3.16.27 Partido Republicano Progressista – PRP

⁸⁷ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/11/2011; Programa e os “12 Valores do PV”; todos disponíveis em <http://pv.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

I) Breve apresentação:

“O novo republicanismo brasileiro, simbolizado na fundação do Partido Republicano Progressista (PRP), em 24 de maio de 1989, tem como premissa retomar os sonhos dos primeiros republicanos brasileiros que, em 1870, sonhavam implantar uma Nação soberana, de cidadãos livres, baseada no liberalismo econômico e moderna, capaz de gerar riquezas para elevar a condição de vida de todos os brasileiros.”

Figura 40 – Logomarca do PRP



Fonte: PRP⁸⁸.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Republicano Progressista (número da legenda: 44)⁸⁹ funda sua estrutura interna e suas ações dentro dos postulados da social democracia progressista e do princípio de que todos são iguais diante de Deus e das Leis. O partido propugna a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

O PRP entende que o Estado deva desempenhar com eficiência seu papel social nos campos da Educação, Saúde, Previdência, Habitação, Agricultura, Segurança, Cultura e Meio Ambiente. Por outro lado, sua atuação na economia deve

⁸⁸ Disponível em: <http://www.prp.org.br/downloads/logotipos.asp>. Acesso em fev. 2019.

⁸⁹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 16/10/2017, e “História do Partido”, todos disponíveis em <http://www.prp.org.br/abertura/index.asp>. Acesso em jul. 2018.

ser reduzida, de forma a estimular a livre economia. O partido defende a desoneração de tributos como alavanca do desenvolvimento e propõe as reformas dos sistemas fiscal, bancário e político.

Na política internacional, o partido prega a integração soberana do Brasil à ordem econômica, política e social, defendendo os princípios de autodeterminação das nações, de não interferência, de todas as causas de liberdade dos povos e da paz mundial.

O PRP propõe um pacto político associando o socialismo democrático, naquilo que a doutrina e a prática têm de melhor (cuidado com as pessoas, proteção à família e as garantias de educação e saúde gratuitas de qualidade) e o capitalismo responsável e empreendedor, com novas políticas de regulamentação dos custos sociais, ambientais e culturais, com incentivos para as empresas que cumpram com suas obrigações sociais e fomento crescente de cooperativas de trabalho e de produção, associativismo e economia familiar.

III) Espectro político: Centro-Esquerda.

3.16.28 Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

I) Breve apresentação:

“Amplamente para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo, o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro. [...] Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança”.

Figura 41 – Logomarca do PSDB



Fonte: PSDB⁹⁰.

⁹⁰ Disponível em: <http://www.psd.org.br/conheca/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido da Social Democracia Brasileira (número da legenda: 45)⁹¹ é um partido que nasceu para dar rumo ao país, resolvendo os problemas da economia, mas sempre pensando no povo e na melhoria de vida de cada cidadão brasileiro. Luta pela consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

É um instrumento de representação da vontade popular. O partido da modernização, da abertura econômica, de programas como o Plano Real e o Bolsa Alimentação, dos Genéricos e da lei de Responsabilidade Fiscal. Defende a auditoria da dívida externa; a reforma agrária; a reforma da estrutura do Estado e do sistema financeiro. Concorde com a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar; valoriza a ação inovadora do empresariado; estimula a livre iniciativa e busca garantir o direito à propriedade privada dos meios de produção, desde que atenda sua função social. Um partido que propõe um relacionamento externo baseado na cooperação e na não-confrontação, que luta pela soberania, autodeterminação, segurança e integridade territorial.

O PSDB se empenha pela igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, negros, índios e idosos. Propõe a inversão das proporções dos impostos na carga tributária, que onera muito mais os contribuintes com menor nível de renda; a gratuidade do ensino público em todos os níveis e a autonomia das universidades. Advoga pela expansão das oportunidades de trabalho e incentiva a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve.

III) Espectro político: _____

⁹¹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 09/12/2015; História e vídeo “PSDB 30 anos”; todos disponíveis em <http://www.psdb.org.br/>; e “Programa, Introdução e Diretrizes Básicas”, disponível em <http://psdb-mg.org.br/>. Acesso em abr. 2018.

3.16.29 Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

I) Breve apresentação:

O PSOL mantém de pé as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas, idealizando uma esquerda consequente, socialista e democrática. Tem como base de seu programa partidário “o socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.”

Figura 42 – Logomarca do PSOL



Fonte: PSOL⁹².

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Socialismo e Liberdade (número da legenda: 50)⁹³ pretende que o Brasil rompa com a dominação imperialista, rechaçando a conciliação de classes e os governos comuns com a classe dominante e apoiando as lutas dos trabalhadores. Luta por melhores salários e redução da jornada de trabalho, combate o desemprego e a corrupção, defende a auto-determinação dos povos e se posiciona contra qualquer tipo de intervenção militar. O partido é solidário às lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

A legenda é contra reformas reacionárias e neoliberais e a favor daquelas que sejam para melhorar a vida da maioria do povo. Neste sentido, advoga pela reforma agrária, idealizando terra para quem nela trabalha e quer trabalhar; a reforma urbana, que conceda moradia digna com condições dignas para todos; e a reforma

⁹² Disponível em: <http://psol50.org.br/identidade/>. Acesso em fev. 2019.

⁹³ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 01/04/2010; Programa e História, todos disponíveis em <http://psol50.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade. Prega a ruptura com o FMI e com a ALCA, o controle de câmbio e de capitais e o não pagamento da dívida externa. É contra privatizações; contra a insegurança e pelo direito à vida; luta pela preservação do meio ambiente; por uma educação pública e universal em todos os níveis e por uma medicina gratuita e eficiente para todos.

O PSOL é defensor das minorias nacionais. Assim, entre as principais bandeiras do partido estão: a conservação das terras e da cultura indígena; a proteção aos aposentados e idosos; a luta pela juventude, assegurando emprego, direito a cultura e lazer, escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade; a defesa dos direitos das mulheres, buscando a emancipação feminina e sendo contra todas as formas de discriminação de gênero; o combate sem tréguas ao racismo e a toda e qualquer discriminação e repressão; e contra a agenda conservadora que ameaça a comunidade LGBT, defendendo a livre expressão sexual e o reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.30 PATRIOTA

I) Breve apresentação:

“O PATRIOTA chegou para dar voz a todos aqueles que gritam por ordem, segurança e justiça social. Desde a época do PEN – Partido Ecológico Nacional, a nossa luta foi sempre por um país justo e sustentável.

Brasil acima de todos!”



Fonte: Patriota⁹⁴.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O objetivo do PATRIOTA (número da legenda: 51)⁹⁵ é participar de eleições livres e democráticas, a fim de promover valores conservadores, patrióticos e

⁹⁴ Disponível em: <http://patriota51.org.br/mdocuments-library/>. Acesso em fev. 2019.

⁹⁵ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 26/08/2017, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-patriotade-26-8-2017-aprovado-em->

cristãos, respeitados os demais credos, através da ação política de seus representantes e filiados. O partido resguarda a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais insculpidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

O PATRIOTA exige de todos os seus filiados o compromisso de defesa dos seguintes pontos: a defesa incondicional da democracia; a proteção à vida e o combate à legalização do aborto; o combate à legalização das drogas; a promoção do direito do cidadão a autodefesa, a defesa da propriedade privada e ao uso privado de armas de fogo para esses fins; a valorização da família tradicional e o combate à apologia da ideologia de gênero, respeitando-se o direito individual de cada cidadão quanto a sua vida privada e opção sexual; a promoção de educação pública e privada de qualidade, sem quaisquer ideologias, com foco em ensino científico e técnico, e que valorize a disciplina e o ensino cívico; a redução da maioria penal; a liberdade de expressão e de imprensa; a promoção de governo fiscalmente responsável e desburocratizado; a promoção de economia livre e baseada no direito de propriedade privada e a prioridade à segurança pública e nacional. O PATRIOTA também defende a maior participação da mulher na política, lugar que também é seu.

O partido poderá ser conhecido, também, como o “Partido da Direita Brasileira” e/ou o “Partido Conservador Brasileiro”. Assim, o PATRIOTA não poderá fazer parcerias, alianças, conjugações ou coligações com partidos de extrema esquerda, hoje representados, por exemplo, por PT, PSOL, PCdoB, PSTU, PPL, PCO, PCB, e quaisquer outros que apoiem regimes autoritários.

III) Espectro político: Extrema-Direita.

3.16.31 Partido Pátria Livre – PPL

I) Breve apresentação:

“Nós somos as greves operárias, somos os que resistiram ao golpe de 1964 e lutaram contra a ditadura, pela anistia, pela democracia. [...] Completar a obra da

independência nacional a que várias gerações de brasileiros ao longo da história dedicaram suas vidas, esta é a nossa missão.”

Figura 44 – Logomarca do PPL



Fonte: PPL⁹⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Pátria Livre (número da legenda: 54)⁹⁷ se orienta pelos princípios e pela teoria do socialismo científico, formando os seus filiados no espírito da independência, da soberania, do coletivismo e da solidariedade internacional entre os trabalhadores e os povos de todos os países. A legenda se inspira nas lutas sociais e patrióticas do povo brasileiro, lutando pela unidade nacional e por um projeto nacional de desenvolvimento soberano com distribuição da renda.

O partido possui compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores, como emprego digno, salário justo e aposentadoria integral; com a democratização do Estado; com a liberdade de imprensa, de manifestação e de organização política; com uma educação pública, gratuita, integral e de qualidade. Propugna o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional; uma saúde pública universal e de qualidade; a defesa da cultura nacional; a luta da mulher, do afro-brasileiro, do índio, dos jovens, dos idosos e das pessoas com deficiência contra qualquer forma de discriminação. Defende o fortalecimento dos estados e municípios e o fim das desigualdades regionais.

A legenda entende que sem investimento público não há crescimento, não havendo, portanto, justiça social. O desenvolvimento, assim, deve ser sustentado através da expansão do mercado interno, do investimento público, do financiamento público às empresas nacionais e de juros baixos. O Estado precisa dar tratamento preferencial às empresas brasileiras tanto nos financiamentos quanto nas

⁹⁶ Disponível em: <http://partidopatrialivre.org.br/2018/download/>. Acesso em fev. 2019.

⁹⁷ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 20/03/2016; Programa e Manifesto à Nação; todos disponíveis em <http://partidopatrialivre.org.br/2018/>. Acesso em jun. 2018.

encomendas, substituindo as importações e elevando o grau de nacionalização da produção.

O PPL defende o uso de fontes de energia diversificadas, a soberania nacional, a Petrobrás e o pré-sal; luta por igualdade de gêneros, pela redução da jornada de trabalho e por um sistema tributário que alivie os consumidores e a produção e que tribute os grandes ganhos e fortunas; defende a realização efetiva e plena da reforma agrária e não aceita a precarização dos direitos trabalhistas e nem a privatização da Previdência.

III) Espectro político: _____

3.16.32 Partido Social Democrático – PSD

I) Breve apresentação:

“O Partido Social Democrático constitui-se como instrumento de realização do processo político fiel ao princípio democrático, ao regime republicano em sua forma federativa, para defender um Brasil mais forte, desenvolvimentista, com uma economia dinâmica, moderna, competitiva e sustentável; um Brasil mais justo, no qual todos os brasileiros sejam, de fato, iguais perante a lei; um Brasil equânime pela inclusão social e um Brasil mais solidário, com mais oportunidades para todos. [...] Sem violentar direitos e liberdades já conquistados, vamos enfrentar os pontos fundamentais que estão travando e obstruindo o desenvolvimento do Brasil.”

Figura 45 – Logomarca do PSD



Fonte: PSD⁹⁸.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Social Democrático (número da legenda: 55)⁹⁹ é um partido de centro, moderno, livre de dogmas e ideologias superados e que está atento ao que

⁹⁸ Disponível em: <http://psd.org.br/downloads/#marca>. Acesso em fev. 2019.

realmente traz desenvolvimento econômico e social. É uma legenda que defende o desenvolvimento com liberdade: liberdade de opinião, de empreender e de escolher. O desenvolvimento tem a democracia como mecanismo político, a livre iniciativa como instrumento econômico e a igualdade de oportunidades como objetivo social.

O partido, ao lutar por igualdade de oportunidades, visa garantir a possibilidade de cada um se realizar pelo esforço individual e por seus próprios méritos. Ao mesmo tempo, defende programas de apoio às famílias carentes e a necessidade de se abrir as portas de entrada do emprego digno para esses cidadãos. O PSD luta pela iniciativa e a propriedade privada e a economia de mercado como o regime capaz de gerar riqueza e desenvolvimento. Acredita num Estado forte, regulador, mas democrático e centrado nas suas prioridades sociais. Idealiza menos burocracia e menores impostos; mais apoio aos Micro e Pequenos Empresários e valorização ao trabalho no campo. Defende que mulheres e homens tenham igualdade salarial e que as mulheres possam ter maior representatividade na política.

O PSD também defende o voto distrital; a preservação do meio ambiente e o incentivo ao uso de fontes renováveis de energia; a saúde e educação de qualidade; a modernização das relações de trabalho, com liberdade de negociação entre empresas e empregados. O PSD quer um Brasil forte e influente nas decisões internacionais, defensor do livre comércio e da busca de soluções negociadas e pacíficas para os conflitos entre nações, um país que se pautar segundo os valores da democracia, dos direitos humanos e da justiça social.

III) Espectro político: Centro.

3.16.33 Partido Comunista do Brasil – PCdoB

I) Breve apresentação:

“O Partido Comunista do Brasil [...] é o partido político da classe operária e do conjunto dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. [...] Luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa à conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo.”

⁹⁹ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 16/12/2016; Princípios e Valores; Diretrizes Iniciais; Linha do Tempo e Novas Bandeiras, todos disponíveis em <http://psd.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

Figura 46 – Logomarca do PCdoB



Fonte: PCdoB¹⁰⁰.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Comunista do Brasil (número da legenda: 65)¹⁰¹ foi fundado em 25 de março de 1922, e percebe o capitalismo como sinônimo de crise, exploração, violência. O partido se identifica com as causas das minorias, sendo contrário aos retrocessos nos direitos de trabalhadores, mulheres, da juventude e dos negros. Assume-se como um símbolo da luta pela liberdade e pelo direito dos trabalhadores no país.

O PCdoB percebe o desenvolvimento como fator de distribuição de renda e progresso social. Idealiza reformas que universalizem os direitos sociais. Combate o racismo, a homofobia e a intolerância religiosa. Defende um projeto nacional vinculado à perspectiva da transição ao socialismo.

O partido busca o fortalecimento e a defesa da Nação. Pretende robustos investimentos públicos e forte papel regulador do Estado. O trabalho será valorizado e a vida social, harmônica. As injustiças sociais serão combatidas e a sociedade democratizada. Luta pela superação das desigualdades regionais; pela emancipação das mulheres e pela proteção do meio ambiente. Defende a cultura brasileira; a função social da propriedade e da terra; o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e a universalização da cobertura da previdência social a todos os trabalhadores. Defende uma educação pública e gratuita, assegurando o acesso e permanência dos estudantes à educação pública em todos os níveis.

O PCdoB busca fortalecer as empresas estatais aumentando a participação do Estado e criando outras em setores estratégicos da economia. O partido luta por

¹⁰⁰ Disponível em: <https://pcdob.org.br/identidade-visual/>. Acesso em fev. 2019.

¹⁰¹ Fontes e referências consultadas: Apresentação do Partido; Programa e Estatuto, alterado pelo 14º Congresso do PCdoB, ocorrido entre 17 e 19/11/2017; todos disponíveis em <https://pcdob.org.br/>. Acesso em jun. 2018.

uma reforma tributária com desoneração da produção e do trabalho e maior carga sobre fortunas, riquezas e rendas elevadas. O Partido Comunista do Brasil apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.

III) Espectro político: Extrema-Esquerda.

3.16.34 AVANTE

I) Breve apresentação:

“Nós nascemos das ruas. Ouvimos o desejo das pessoas e lutamos por um país que segue em frente. Somos o único partido que tem a direção certa: AVANTE.

O novo nome nos aproxima ainda mais dos verdadeiros objetivos do partido, alicerçado ao longo de sua história e atrelado aos novos pilares: compromisso, prosperidade, humanidade, coletividade, diálogo, transparência e liberdade.

Estamos na direção do futuro e sempre em frente. [...] Avante Brasil!”



Fonte: Avante¹⁰².

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O AVANTE (número da legenda: 70)¹⁰³ é um partido comprometido com um Brasil que clama por mudanças. Defende uma reforma tributária que seja justa para todos, com a extinção do Imposto Sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda e a taxação de grandes fortunas para promover a justiça social. Também propõe que as campanhas políticas sejam financiadas pelos próprios políticos, decorrente de seus próprios salários.

O AVANTE luta pela melhoria de vida, empoderamento e combate à violência contra a mulher. Também exige igualdade de oportunidades e representatividade

¹⁰² Disponível em: <http://avante70.org.br/>. Acesso em fev. 2019.

¹⁰³ Fontes e referências consultadas: Estatuto Consolidado, de 25/04/2017 e site oficial do AVANTE, todos disponíveis em <http://avante70.org.br/>; e canal do partido no Youtube, disponível em https://www.youtube.com/channel/UC8O38rwnn6S_tJxiGZ1bePA. Acesso em jul. 2018.

feminina. Por isso, o partido clama por direitos iguais e pelo aumento da participação da mulher na política.

Com relação aos programas de governos, entende que estes devam ser elevados à condição de políticas públicas de Estado, tais como: PROUNI, FIES, erradicação do analfabetismo, Bolsa Família, Água para Todos e Luz para Todos.

O AVANTE é guiado por valores humanitários, pela ética, pela participação democrática de todos e pela transparência com a coisa pública, dando valor à inclusão, à multiplicidade de vozes e com respeito às diferenças.

O AVANTE possui como princípios a democracia plural e participativa; a república federal; a função social da propriedade e dos conhecimentos tecnológicos e científicos; a defesa do Estado Democrático de Direito e dos direitos humanos; o trabalhismo; o nacionalismo; o solidarismo cristão; a cooperação entre os povos; a justiça social; a isonomia; a sustentabilidade; o respeito às diversidades; o respeito às convicções religiosas e à liberdade de professá-las; a transparência, eficiência e eficácia na gestão pública, da impessoalidade e do interesse público.

III) Espectro político: _____

3.16.35 SOLIDARIEDADE

I) Breve apresentação:

“Estar entre os principais partidos do país, tendo o diálogo como meio de captar demandas, entender necessidades e formular políticas viáveis para o aprimoramento da vida em sociedade. O primeiro compromisso do Solidariedade é com a democracia como valor universal e com a sua ideologia: o humanismo sistêmico.”

Figura 48 – Logomarca do Solidariedade



Fonte: Solidariedade¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.solidariedade.org.br/downloads/logo-solidariedade-nacional/>. Acesso em fev. 2019.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Solidariedade (número da legenda: 77)¹⁰⁵ destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender a soberania nacional e os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal. Constituem valores do partido a cooperação e solidariedade como compromisso fundante de todas as relações sociais; a valorização do trabalho humano e o desenvolvimento humano, econômico e social sustentável.

Lutará para construir meios que fomentem a distribuição de renda, a igualdade e a solidariedade, promovendo a inclusão, a dignidade, o respeito à diversidade humana, ecológica e a valorização da vida. Assim, a legenda busca garantir a plenitude dos direitos do negro, da mulher, dos idosos, das pessoas com deficiência, do grupo LGBT e dos demais movimentos sociais, apoiando a criminalização de todo tipo de discriminação. Entende ser necessário transformar em lei os programas de transferência de renda e luta pela democratização do acesso e do direito à terra, através da Reforma Agrária.

O partido defende trabalhadores e a quem cria os empregos; a universalização do acesso a sistemas de abastecimento de água, esgoto e saneamento básico; a implementação de projetos pedagógicos e uma grade curricular em que o jovem se sinta representado e o desenvolvimento de um currículo nacional único, garantindo aos estudantes a opção pela qualificação para o mercado de trabalho. Incentiva a reciclagem de lixo e o uso de energia solar; a priorização do transporte público e a garantia e ampliação dos direitos trabalhistas.

O Solidariedade defende uma reforma tributária que diminua os impostos daqueles que ganham menos; a elevação do percentual do orçamento da União para a saúde; a implantação do Sistema Único de Segurança Pública e ampliação dos investimentos nesta área; o combate a desindustrialização e a substituição do modelo de exportações e o aumento da representação sindical dos trabalhadores dentro das empresas, com participação efetiva destes na gestão das companhias.

III) Espectro político: _____

¹⁰⁵ Fontes e referências consultadas: Estatuto, aprovado em 28/06/2018; “Programa Operacional”; “Missão, Visão e Valores”; “Nossas Bandeiras”; “Ideologia e Diretrizes” e “História”, todos disponíveis em <http://www.solidariedade.org.br/>. Acesso em jul. 2018.

3.16.36 Partido Republicano da Ordem Social – PROS

I) Breve apresentação:

O PROS faz mais, com menos. “Propôs gestões enxutas, ágeis e eficazes, que usem bem os recursos públicos, que tenham uma tributação equilibrada e que – sobre tudo – invistam nos cidadãos e na qualidade dos serviços públicos essenciais.”

Figura 49 – Logomarca do PROS



Fonte: PROS¹⁰⁶.

II) Quais as principais lutas e defesas deste partido?

O Partido Republicano da Ordem Social (número da legenda: 90)¹⁰⁷ é um partido que não se estabelece à esquerda ou à direita, mas na força da união de quem acredita que pode contribuir com o presente para garantir o futuro do nosso povo. Sua principal bandeira é a redução de impostos, mas sem afetar a capacidade de atuação do Estado. O partido idealiza um sistema que reduza sua carga sobre o contribuinte com foco na melhoria dos serviços públicos e promova maior justiça social.

O PROS possui absoluto respeito à dignidade da pessoa humana e busca por uma nova ordem social. Para tanto, apoia o desenvolvimento tecnológico brasileiro estimulando o intercâmbio com países com capital intelectual tecnológico; compromete-se com a mobilidade urbana, com desejo de se levar às cidades brasileiras uma rede de transporte público multimodal, integrado e menos poluente. Propõe a desburocratização do Estado, com o desenvolvimento de carreiras dos servidores públicos com estímulo à meritocracia. O PROS trabalhará para que a

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.pros.org.br/downloads/>. Acesso em fev. 2019.

¹⁰⁷ Fontes e referências consultadas: Estatuto, de 05/01/2014 e “Bandeiras do Partido”, todos disponíveis em <http://www.pros.org.br/>; e canal do PROS no YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/user/Prosnacional/videos>. Acesso em jul. 2018.

ação do Estado seja ampliada nas áreas de prevenção, tratamento, acolhimento, recuperação e reinserção social dos usuários de drogas, ao mesmo tempo em que promove repressão ao tráfico. O partido defende o resgate da segurança para devolver ao Brasil o sentimento de paz nas ruas.

Assim, o PROS propugna a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a igualdade de oportunidades; o prevalectimento do trabalho sobre o capital, com o equilíbrio da distribuição da riqueza nacional entre todas as classes sociais e em todas as regiões. O PROS defende a integração de pessoa com deficiência no mercado de trabalho; luta por mais educação e energia limpa e menos impostos; por um governo enxuto, atuante na saúde, educação, segurança, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda para os brasileiros.

III) Espectro político: Centro.

4 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. (Freire, p. 79, 2017)

A partir do rol de legislações apresentadas, aliadas ao conjunto de conceitos que trouxemos nestas páginas, entendemos que se abre um leque de opções de distintas formas de se abordar a temática da política em espaços escolares. O intuito deste capítulo 4 é, neste sentido, demonstrar algumas atividades pedagógicas que realizamos junto aos educandos dos 3º anos do Ensino Médio Integrado – cursos de Agropecuária, Informática e Mecânica – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Ibirubá, entre os meses de setembro e outubro do ano de 2018, como forma de ilustrar algumas destas opções práticas.¹⁰⁸

I) Exposição de conceitos, contextos e partidos políticos:

Objetivos e metodologia: apresentar aos(às) educandos(as) os conceitos e contextos políticos que permeiam a política e as discussões da rotina social, assim como os partidos políticos que conduzem, na prática, as políticas públicas em nosso país (Figuras 50, 51, 52 e 53). Dica: para melhor assimilação dos conceitos de direita e esquerda, distribuimos geograficamente os partidos políticos no espaço utilizado, tendo como referência central a figura do Rei Luís XVI (simbolizando o surgimento das ideologias e permitindo estabelecer um conceito de “Centro”), colocando em cada extremidade o cartaz com o conceito de Direita e Esquerda (os partidos foram distribuídos conforme espectro político citado em sua própria identificação e, quando ausente esta informação, segundo entendimento da autoria deste estudo). Ainda, penduramos no teto, alinhado a partir do espaço físico, as principais palavras e expressões que denotam cada conceito (por exemplo: “livre

¹⁰⁸ A pesquisa principal que originou este estudo foi desenvolvida junto aos(às) alunos(as) citados(as) (3º anos do Ensino Médio). Entretanto, as atividades pedagógicas ocorreram em espaços de visitação abertos ao público em geral, de forma que estudantes das mais variadas idades, turmas e séries acompanharam as práticas sugeridas. Dado que um número suficiente destes(as) educandos(as) não permitiram o uso de suas imagens para qualquer fim, daremos, neste espaço, prioridade para a utilização de fotos em que não apareçam quaisquer estudantes, como forma de resguardar o direito de imagem destes(as) jovens.

mercado”, “meritocrática” e “preservação do direito individual” foram colocadas no espaço reservado para a Direita, já “renda mínima”, “políticas afirmativas” e “Estado maior” foram citadas no espaço da Esquerda).

Figura 50 – Exposição de palavras e expressões políticas



Fonte: IFRS¹⁰⁹.

Figura 51 – Exposição de conceitos e partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ibiruba/mostra-busca-refletir-sobre-educacao-politica/>. Acesso em 22 fev. 2019.

Figura 52 – Exposição de conceitos e partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

Figura 53 – Exposição de conceitos e partidos políticos



Fonte: Autoria própria.

II) Reflexão sobre a possibilidade de uma educação neutra:

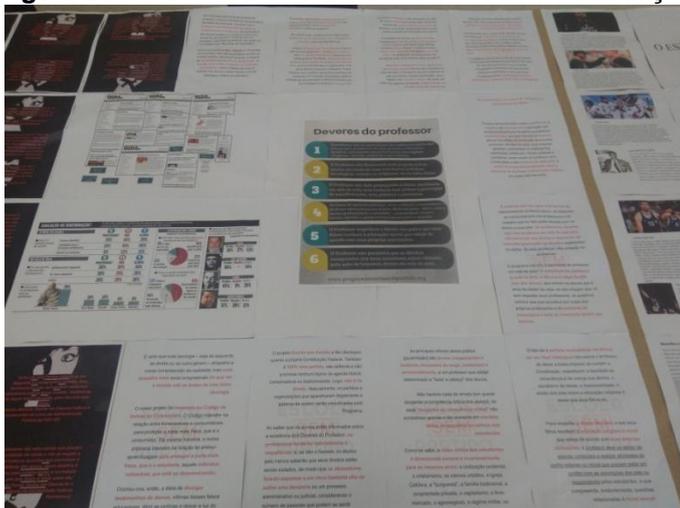
Objetivos e metodologia: refletir sobre a possibilidade de termos uma educação dita neutra (Figuras 54, 55 e 56). O espaço também possibilita a discussão sobre a política em outros lócus sociais, como o cinema, a música e o esporte.

Figura 54 – Reflexão sobre a neutralidade na educação



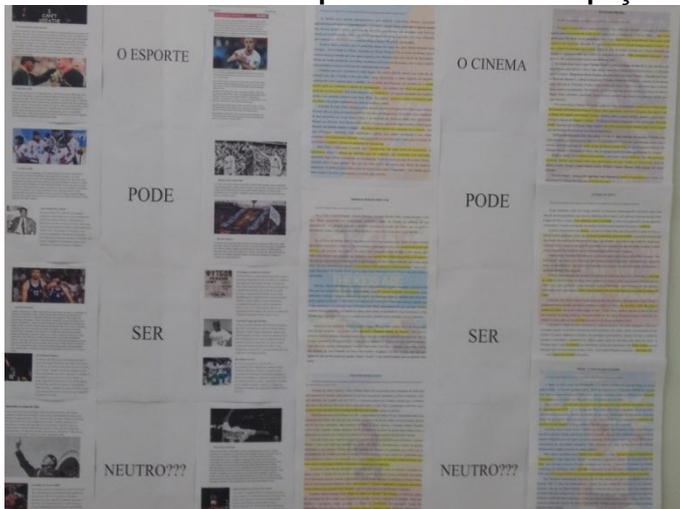
Fonte: Autoria própria.

Figura 55 – Reflexão sobre a neutralidade na educação



Fonte: Autoria própria.

Figura 56 – Reflexão sobre a neutralidade política em outros espaços de interação social

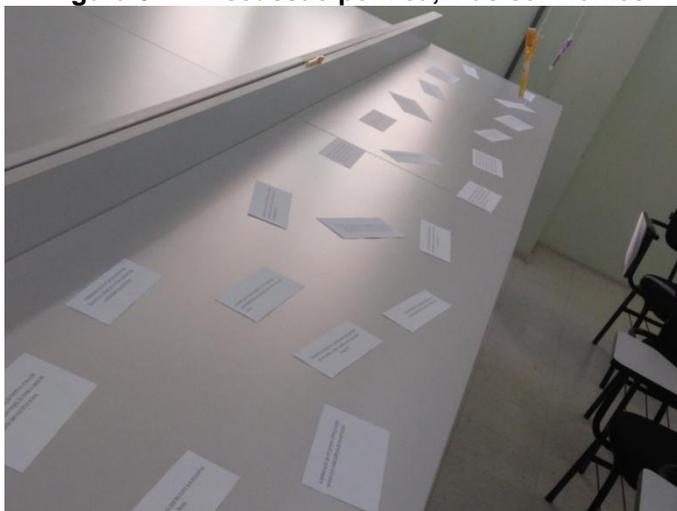


Fonte: Autoria própria.

III) Discussão política, mas sem lentes visíveis:

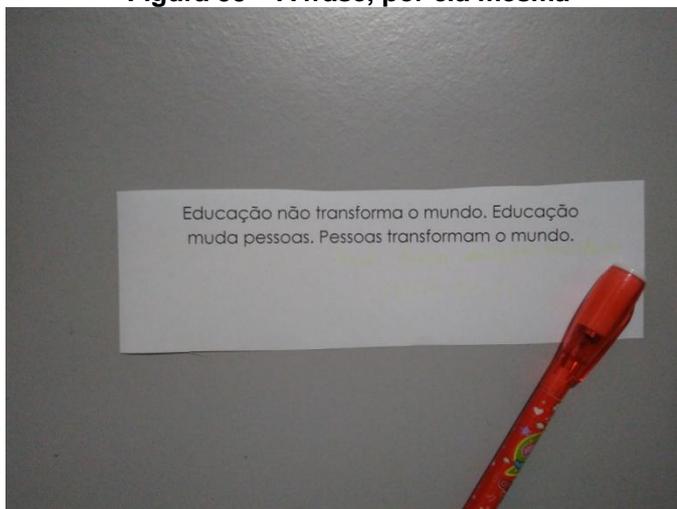
Objetivos e metodologia: ler e interpretar frases políticas em geral (Figuras 57, 58 e 59). O(a) estudante deverá, individualmente, pegar uma frase – das muitas possíveis –, ler e criticar o texto a partir de suas próprias perspectivas e concepções de mundo, sem qualquer auxílio externo e sem menção a quem escreveu a passagem. As sentenças expostas são de autores de todas as ideologias políticas existentes, e o fato de não se expor ostensivamente a autoria irá evitar julgamentos pré-concebidos, de forma a oportunizar que sejam interpretadas com a essência crítica e autônoma do próprio sujeito. Em nossa experiência, utilizamos uma caneta com tinta transparente que poderia ser lida apenas sob luz negra. Confira:

Figura 57 – Discussão política, mas sem lentes

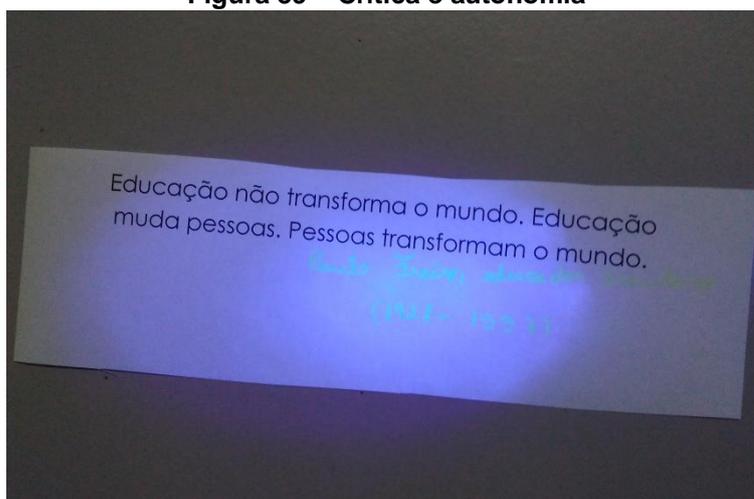


Fonte: Autoria própria.

Figura 58 – A frase, por ela mesma



Fonte: Autoria própria.

Figura 59 – Crítica e autonomia

Fonte: Autoria própria.

IV) simulação de votação, com personagens próximos à realidade juvenil:

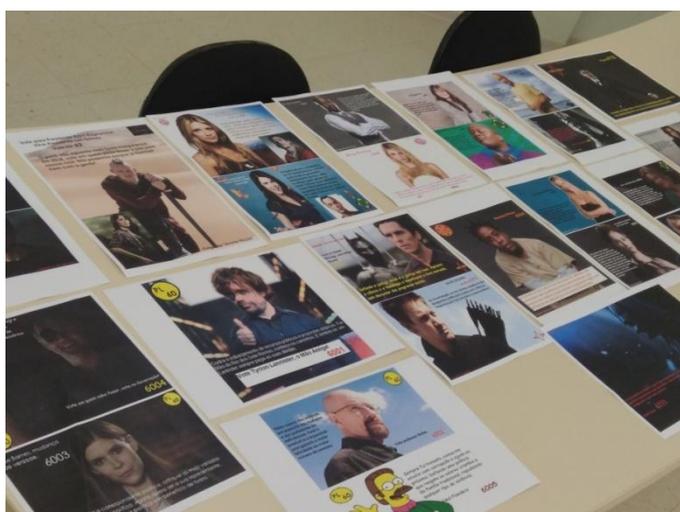
Objetivos e metodologia: existem, na Internet, diversos aplicativos e softwares que simulam a urna eletrônica utilizada no Brasil (o próprio site do TSE, em épocas de eleição, disponibiliza um destes simuladores). Adotamos uma versão que possibilitava a criação de eleições personalizadas (cargo, participantes, eleitores, etc.) e, com isto, incluímos personagens fictícios de filmes, séries televisivas e desenhos animados, bem como artistas e bandas musicais, concorrendo aos cargos de deputado e presidente (Figuras 60, 61 e 62). O objetivo do exercício foi: a) apresentar a operacionalização da urna eletrônica; b) em conjunto com os conceitos teóricos sobre o sistema de votos brasileiro, demonstrar – na prática – como é apurado os candidatos eleitos através do sistema majoritário e proporcional; c) tendo como base o perfil político do personagem, foi elaborado o “santinho” de cada um(a) dos(as) candidatos(as), a fim de demonstrar que a política pode estar em todos os lugares e ações praticadas.

Figura 60 – Simulação de votação (artistas e bandas musicais)



Fonte: Autoria própria.

Figura 61 – Simulação de votação (personagens de filmes, desenhos animados e séries televisivas)



Fonte: Autoria própria.

Figura 62 – Simulação de votação (urna eletrônica)



Fonte: Autoria própria.

Muitas outras ideias, além destas, podem ser desenvolvidas e aplicadas. O universo de opções é vasto e muito bem aceito pelos(as) educandos(as), que gostaram bastante das experiências vivenciadas. Abaixo (Quadro 6), selecionamos alguns relatos dos(as) estudantes sobre estas práticas (estes depoimentos também servem como forma de desmistificar o que algumas pessoas costumam chamar de “desinteresse” do(a) estudante por tais temáticas):

Quadro 6 – O que os(as) estudantes acharam da discussão política em sala de aula?

<p>Aluna I1: “O evento me possibilitou esclarecer conceitos sobre temas políticos que eu desconhecia. [...] A educação deve mostrar todos os lados e expor fatos, informando o aluno, e trazer para sala de aula temas políticos para serem debatidos.”</p> <p>Aluna I2: “Acredito que deveria haver mais tempo para a atividade.”¹¹⁰</p> <p>Aluna I3: “O evento foi ótimo, contendo vários dados e explorando ambos os lados. A experiência de votar foi muito legal. Espero que tenham outros eventos como este.”</p> <p>Aluna I4: “As ideias foram muito bem explicadas, ficando claro os conceitos não conhecidos até então. A simulação de uma eleição com candidatos fictícios foi muito legal.”</p> <p>Aluna I7: “Materiais muito bons. Explicações boas. Deveria haver mais tempo, para discutir mais assuntos.”</p> <p>Aluna I17: “10/10, muito boa a ideia da votação e dos cartazes dos partidos.”</p> <p>Aluno A6: “De modo geral avalio a Mostra com nota 8,5, e os elogios seria pela dedicação, empenho, responsabilidade e comprometimento [...] em trazer assuntos tão relevantes que são pouco debatidos em sala de aula.”</p> <p>Aluno A9: “Talvez falar mais sobre os atuais partidos que mais tem interferência no atual Brasil e mostrar talvez suas propostas já que a maioria que vai votar não pesquisa sobre o seu candidato ou partido.”</p> <p>Aluno A10: “Auxiliou no entendimento de alguns conceitos e outros que não tinha ideia de como funcionavam.”</p> <p>Aluna A11: “Excelente iniciativa, atividade que deve ser valorizada e ter seguimento nos próximos anos, principalmente aos terceiranistas.”</p> <p>Aluno M1: “Achei bacana, dinâmico, de forma interessante e com muito conteúdo importante e necessário.”</p>
--

Fonte: excertos dos questionários aplicados pelo pesquisador, junto aos alunos e alunas dos 3º anos do Ensino Médio Integrado do IFRS *Campus* Ibirubá, setembro e outubro de 2018.

¹¹⁰ Fizemos questão de trazer o posicionamento da aluna I2, dado que a solicitação de mais tempo para atividades práticas de reflexão política foi vista em 56,25% das respostas dos(as) discentes entrevistados(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar. (Freire, p. 253, 2017)

Ah, a política... Nobre conceito que, de tão representativo e complexo, resta hoje tão banal e tão facilmente compreensível. Uma forma de pensar, um estado de espírito, algo que todos(as) dominamos como a palma de nossas mãos, mas que suscita, simultaneamente, tanto ignorância, ódio e menosprezo. Parece que superamos aquele momento histórico em que tudo e todos eram considerados apáticos e desinteressados, quando em comparação com gerações passadas, para, a partir de negativas formas de incentivos (corrupção, intolerância, egos e preconceitos), nos defrontarmos com uma sociedade que já não busca o bom debate – aquele rico em experiências, formador e modificador de opiniões, criador de caminhos de legitimação de políticas públicas e forma de estabelecimento de uma postura crítica e autônoma frente à temática.

Hoje, segundo uma determinada e bem específica corrente de pensamento (se é que podemos chamar de “corrente de pensamento” algo que se nega a pensar), a política não é bem-vinda em certos espaços de socialização pública. Refletir sobre o tema, sendo na escola, é doutrinação. O receio quanto às formas de censura é amplo: retaliação, desconfiança, medo. Contudo, o que estes ideólogos do pensamento despolitizado talvez não saibam – ou apenas não verbalizam – é que a reflexão política está inteiramente contida no cerne da educação. Não apenas na práxis escolar, mas nas legislações que regem toda a rotina educacional.

Falar da direita ou esquerda política, de partido A ou B, não significa descaminho da rotina escolar. Significa, dentro de um contexto próprio e oportuno e no respeito às opiniões diversas, formar o(a) estudante para a cidadania, preparando-o(a) para seu ingresso na vida social. Quer dizer que se está contextualizando e conferindo cor às realidades em que estes(as) educandos(as) se inserem, retirando a névoa que cobre as nuances cotidianas.

A apresentação das ideologias políticas, nestas páginas, serviu como mera aproximação inicial – e superficial – aos vieses possíveis. O mesmo pode ser dito dos partidos políticos brasileiros. A partir deste norte, cabe a cada um(a) ver qual a perspectiva ou legenda política que parece melhor representar seus ideais e

entendimento de vida e, então, estudar a fundo esta concepção ou agremiação, compreendendo o que defendem em relação a políticas sociais e econômicas, o que pensam sobre educação, infraestrutura, segurança, saúde, intervenção estatal, dentre outras pautas fundamentais.

Ainda sobre isso, não é demais repetir que o que trouxemos nas comunicações destas agremiações não representa em qualquer medida opinião ou posicionamento da autoria deste texto, sendo todas as informações coletadas diretamente dos documentos oficiais das próprias legendas, conforme informado nas fontes consultadas.

Ademais, devemos recordar que há muito mais a ser discutido sobre política, para muito além dos conceitos aqui discutidos. Em verdade, muito pouco trouxemos. Poderíamos destinar algumas poucas linhas, ao menos, para o trato de outras definições básicas como comunismo, fascismo, capitalismo, socialismo, liberalismo, social-democracia, totalitarismo, etc. Definições estas muito utilizadas e, às vezes, tão pouco entendidas. Neste ponto, devemos retornar à Apresentação desta pesquisa, e lembrar que estas páginas encontram-se inacabadas e invariavelmente desatualizadas. Porém, ao mesmo tempo, são todas contemporâneas e necessárias, e precisamos que novas ideias sejam aqui agregadas, desenvolvidas e realizadas.

Não estamos sugerindo que a política seja abordada em todos os momentos de sala de aula. Ao contrário, entendemos que a mesma deva ser trabalhada nos momentos oportunos em que este tipo de reflexão seja necessário. Nossa proposta aqui foi apontar os caminhos para a ação, desmistificando um dos grandes tabus da sociedade brasileira atual: aquele que prega que política não se discute. Também foi nosso objetivo derrubar outra crendice que se erige em nosso meio social, muito mais pernicioso, destrutivo e cujos efeitos, em se refletindo na prática escolar, poderão ser sentidos por muitas gerações: aquela que busca uma educação neutra, opaca e descontextualizada. Uma forma de ensino que, ao invés de imitar a vida, reflete uma paródia novelesca, cujos caminhos estão todos bem comportados e previamente definidos na estrutura social em que se insere. Uma escola, segundo dizem, sem partido... sem partido ou, talvez, de um único partido. Um partido que quer este ensino raso e sem vida.

Falar sobre política em sala de aula e outros ambientes sociais não pode ser visto como uma forma de resistência. Antes disso, tem a ver com sobrevivência:

sobreviver às vontades e interesses de uma única classe, sobreviver aos mandos e desmandos de uma pequena oligarquia que insiste em apresentar o essencial da vida como algo restrito a um grupo reduzido. Enfim, é saber o que de fato acontece no mundo real, é entender e poder se posicionar frente às realidades que se apresentam em nosso dia a dia, sem nenhuma lente ou interesse que interfira e direcione nossos intentos. É resistir, mas também é viver. É sobreviver, mas também é se afirmar. É sobre isso que se trata discutir a política. É por esta causa que brigamos, apenas e somente por um direito inerente ao ser humano: poder exercer o pensamento com autonomia e criticidade, livre das amarras subjetivas da sociedade moderna. Enfim, é ser político. É um ser político. É ser humano. É ser cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Vitor Amorim de. Monarquia e República – Entenda a transição entre essas duas formas de governo. **Educação UOL**, [S.l.], [20--]. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/monarquia-e-republica-entenda-a-transicao-entre-essas-duas-formas-de-governo.htm>. Acesso em: 19 fev. 19.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v. 1., 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [Código Eleitoral (1965)]. **Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. [LDB (1996)]. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Apresentação dos Temas Transversais – Ética. Brasília, DF: 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF: 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Parte I - Bases Legais**. Brasília, DF: 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 5/ 2011**: Define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 24 jan. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. **Código eleitoral comentado e legislação complementar**. Rio de Janeiro: EJE/SAD/CADOC, 2012. Disponível em: http://www.tre-rj.gov.br/site/gecoi_arquivos/131020171517_arq_071809.pdf. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. **Voto branco x voto nulo**: saiba a diferença. Espírito Santo, 15 out. 2014. Disponível em: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Outubro/voto-branco-x-voto-nulo-saiba-a-diferenca>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. **Votos nulos e brancos não anulam o pleito**. Distrito Federal, 21 ago. 2014a. Disponível em: <http://www.tre-df.jus.br/imprensa/noticias-tre-df/2014/Agosto/votos-nulos-e-brancos-nao-anulam-o-pleito>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: 2018?. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento que apresenta o texto da Base Nacional Comum Curricular na íntegra**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 21 de novembro de 2018**. [Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio]. Diário Oficial da União: seção 1: Brasília, DF: 2018a. p. 21-24, 22 nov. 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Flagrando o Doutrinador**. [S.], 201-?. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futura da social-democracia. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GUIMARÃES, Camila; SEMIS, Laís. 32 respostas sobre a Base Nacional Comum Curricular. **Nova Escola**, [S./], 06 abr. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 11 fev. 19.

LEVIN, Yuval. **O grande debate**: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MATTOS, Alessandro Nicoli de. **O Livro Urgente da Política Brasileira**: um guia para entender a política e o Estado no Brasil. [S./] 3. ed. dez. 2017. Disponível em: <http://biblioteca.politize.com.br/curadoria-livro-urgente-politica>. Acesso em: 10 fev. 2019.

POLITIZE. **Sistemas e Formas de Governo**: O que são?. [S./] 05 maio. 2017. Disponível em: <http://biblioteca.politize.com.br/ebook-sistemas-formas-governo>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **#EscolaSemPartidoJá**. [S./], c2019. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

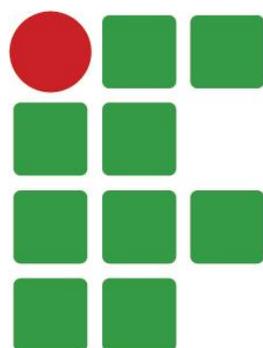
RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte nos dias 14 e 16 de agosto de 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: dez. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SILVA, Luiz Felipe Kopper da; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. A Política no Currículo Escolar: o avanço de pautas conservadoras sobre um tema necessário à sociedade. *In*: Encontro da Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação - "História da Educação: Sensibilidades, patrimônio e cultura escrita", 24., 2018, São Leopoldo. **Anais eletrônicos [...]** São Leopoldo: UNISINOS, 2018. p. 47-62. Disponível em: <https://aspheunisinoss2018.wixsite.com/historiadaeducacao/anais>. Acesso em: 08 fev. 2019.

TAVARES, Rui. **Esquerda e direita**: guia histórico para o século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2016.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola Sem Partido**: Indícios de uma educação autoritária. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018



INSTITUTO FEDERAL

Rio Grande do Sul

“Aquele que nunca passou fome pode argumentar elegantemente sobre a sujeição de seu apetite e aquele que jamais conheceu a penúria pode discorrer belamente sobre o poder dos princípios. Mas a pobreza, como o luto, tem uma surdez incurável e nunca ouve; a oratória perde seu apelo e ‘ser ou não ser’ se torna apenas uma pergunta.” (Thomas Paine)

E-Mails:

felipe.kopper@outlook.com

augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO INICIAL – DISCENTES

Nome: _____

Curso: _____ Turma: _____

1) Qual a sua idade?

 15 16 17 18 19 Outra: _____

2) Você participa de alguma instância política (Conselhos de Classe e/ou Conselhos/Comissões do IFRS; Grêmios, Reunião de Condomínio; Sessões da Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara dos Deputados/Congresso Nacional; ONGs ou Movimentos Sociais; outros)?

 Sim. Qual? _____ Não.

3) Você já possui título de eleitor?

 Sim. Não.

4) Você possui algum familiar atuante em alguma instância política?

 Sim. Em qual instância e em que grau de parentesco? _____ Não.

5) Qual sua renda familiar per capita?

 Menos de 01 salário mínimo. De 01 a 03 salários mínimos. De 03 a 06 salários mínimos. De 06 a 10 salários mínimos. Mais de 10 salários mínimos.

6) Qual o grau de escolaridade de seu pai?

 Não alfabetizado. Ensino Fundamental Incompleto. Ensino Fundamental Completo. Ensino Médio Incompleto. Ensino Médio Completo. Ensino Superior Incompleto. Ensino Superior Completo. Pós Graduação.

7) Qual o grau de escolaridade de sua mãe?

- () Não alfabetizada. () Ensino Fundamental Incompleto.
() Ensino Fundamental Completo. () Ensino Médio Incompleto.
() Ensino Médio Completo. () Ensino Superior Incompleto.
() Ensino Superior Completo. () Pós Graduação.

8) Qual sua principal fonte de informações políticas?

- () sessões (municipal, estadual e/ou federal) presenciais e/ou em canais televisivos próprios.
() telejornais. () discussão com amigos.
() redes sociais e Internet. () instituição (ões) de ensino.
() Nenhuma fonte.
() outra(s). Qual (is)? _____
-

9) Sua fonte principal de informações políticas lhe inspira a confiança necessária a um debate político, do ponto de vista de conceitos e contextos?

- () Sim. () Não.

10) Quem ou o que influenciou sua orientação política (de centro, de esquerda ou de direita)?

- () familiares. () amigos e/ou redes sociais.
() autodidata / orientação própria. () professor / instituição de ensino.
() outra(s). Quais? _____
-

11) Em sua opinião, em se tratando de política partidária, deveria haver mais espaço para abordagem em sala de aula?

- () Sim. () Não.
() O espaço atual, destinado ao tema, atende às necessidades.
-

12) Em relação ao seu curso, qual disciplina oportuniza mais espaço para discussão de temas políticos?

13) Você acha que a educação pode ser neutra e se limitar apenas à transmissão de conteúdos, desvinculados de qualquer problemática política, social e/ou econômica?

() Sim.

() Não.

Por que?

14) Você acha importante a abordagem de temas políticos e sociais em sala de aula?

() Sim.

() Não.

15) Você conhece o Programa Escola Sem Partido?

() Sim.

() Não.

Caso a resposta seja positiva, você concorda com as propostas do programa?

() Sim.

() Não.

16) Politicamente falando, como você se define?

() De direita.

() De centro.

() De esquerda.

17) Como você definiria suas concepções políticas?

() Progressistas.

() De centro.

() Conservadoras.

18) Você sabe o que defende a ala política conservadora e o que defende a ala política progressista?

Sim. Não.

Saberia citar um exemplo de cada um destes vieses políticos?

19) Você confia nas instituições políticas brasileiras (Legislativo, Judiciário e Executivo)?

Confio em todos os Poderes.

Não confio em nenhum dos Poderes.

Confio apenas no(s) Poder(es) _____

20) Como você definiria seu grau de interesse por temas políticos?

Muito interessado(a). Interessado(a).

Pouco interessado(a). Desinteressado(a).

21) Você saberia identificar a forma de governo adotada no Brasil?

Parlamentarismo. Presidencialismo.

Semipresidencialismo.

Nenhuma das alternativas anteriores.

22) “Meu voto conta muito”. Você se identifica com essa assertiva?

Sim. Em partes.

Não me identifico.

23) Se o voto não fosse obrigatório, você:

Votaria assiduamente, como forma de exercer sua cidadania.

Talvez votasse, talvez não, a depender da conjuntura política.

Não votaria.

Outra resposta:

24) Ainda sobre o voto, especificamente sobre eleições para deputados e vereadores, você compreende como funciona o sistema de votos no Brasil?

- Maioria absoluta dos votos. Proporcional em lista aberta.
 Distrital. Distrital Misto.

25) Em que proporção a política lhe afeta?

- Me afeta muito. Me afeta pouco.
 Não me afeta.

26) Existe algum partido político ou concepção política (direita, centro, esquerda) que representa seus ideais de vida e que traduz seu pensamento sobre a realidade concreta?

- Sim. Não.
-
-

27) Em uma eleição, você vota num candidato específico ou num partido?

- No candidato e suas propostas.
 No partido e suas propostas.

Na mesma lógica, você seria capaz de votar em, por exemplo, um candidato a deputado federal do PT, um candidato a senador do PSDB e um candidato à presidência da República do MDB, caso cada um destes apresentasse as melhores propostas condizentes a sua opinião?

- Não veria nenhum problema em votar em candidatos de partidos diferentes.
 Não veria nenhum problema em votar em candidatos de partidos diferentes, desde que estes sejam da mesma ala política (direita, centro ou esquerda) que meu partido.
 Não votaria em candidatos de outros partidos.
-
-

28) Você ouviria propostas de outro partido político, que não o seu de preferência?

() Sim.

() Não.

29) Você conhece as propostas de outros partidos políticos?

() Sim.

() Não.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO FINAL – DISCENTES

Nome: _____

Curso: _____ Turma: _____

1) Após sua participação na Mostra de Educação Política, qual sua opinião sobre o espaço escolar que se destina ao debate da política? Você acha que o tempo é suficiente? Acha que lhe deveria ser apresentado a conceitos mais amplos sobre esta prática comum à vida cidadã?

2) Você acha que a Mostra de Educação Política contribuiu na sua formação acadêmica e política?

() Sim.

() Não.

3) Sobre os temas abordados na Mostra de Educação Política, você já tinha tido acesso, em sala de aula, aos mesmos?

() Sim.

() Não.

Tinha tido acesso aos conceitos de _____

Não tinha tido acesso aos conceitos de _____

4) Após esta experiência, você considera que a educação pode ser neutra?

() Sim.

() Não.

Por que?

5) Sobre o papel do professor, dentro da sala de aula, quais destas atividades você acha que este profissional poderá desenvolver? Marque as que você concorda, podendo ser selecionado mais de uma alternativa.

() Apenas repasse de conteúdos.

() Introdução, preparação e discussão dos problemas sociais.

() Não incitar alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

() Despertar a reflexão crítica sobre as formas como o Poder age na sociedade.

() Aproximar o aluno de temas reais, questões socioeconômicas e culturais que os cercam.

() Trabalhar modelos padrões para a sociedade inteira, sem adaptações, reproduzindo a ordem existente.

Outras. Quais?

6) Qual seu posicionamento político?

() Direita.

() Centro.

() Esquerda.

7) Como você define suas concepções políticas?

() Progressistas.

() De centro.

() Conservadoras.

8) Você sabe o que defende a ala política conservadora e o que defende a ala política progressista?

() Sim.

() Não.

Saberia citar um exemplo de cada um destes vieses políticos?

9) Em relação ao voto, especificamente sobre eleições para deputados e vereadores, você compreende como funciona o sistema de votos no Brasil?

() Maioria absoluta dos votos.

() Proporcional em lista aberta.

() Distrital.

() Distrital Misto.

10) Em que proporção a política lhe afeta?

Me afeta muito.

Me afeta pouco.

Não me afeta.

11) Considerando os partidos e vieses políticos que lhe foram apresentados no evento, você acha que algum deles representa seus ideais de vida e traduz seu pensamento sobre a realidade concreta?

Sim.

Não.

12) Em uma eleição, você vota num candidato específico ou num partido?

No candidato e suas propostas.

No partido.

Na mesma lógica, você seria capaz de votar em, por exemplo, um candidato a deputado federal do PT, um candidato a senador do PSDB e um candidato à presidência da República do MDB, caso cada um destes apresentasse as melhores propostas condizentes a sua opinião?

Não veria nenhum problema em votar em candidatos de partidos diferentes.

Não veria nenhum problema em votar em candidatos de partidos diferentes, desde que estes sejam da mesma ala política (direita, centro ou esquerda) que meu partido.

Não votaria em candidatos de outros partidos.

13) O que você achou dos materiais utilizados na Mostra (cartazes, textos, imagens, atividades, etc.)?

14) O que você considera que possa melhorar para as próximas atividades?

15) Avalie a Mostra e nos ajude a melhorar os próximos eventos. Deixe aqui suas críticas, sugestões ou elogios.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DOCENTES

1) Em qual área de conhecimento você atua?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra | <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas |
| <input type="checkbox"/> Engenharias | <input type="checkbox"/> Ciências da Saúde |
| <input type="checkbox"/> Ciências Agrárias | <input type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas |
| <input type="checkbox"/> Ciências Humanas | <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes |
| <input type="checkbox"/> Multidisciplinar | |

2) Você acha que a educação pode ser neutra?

- Sim. Não.
- Outro:

3) Você acha importante a abordagem de temas políticos e sociais em sala de aula?

- Sim. Não.
- Outro:

4) Você aborda e/ou contextualiza temas políticos e sociais em sala de aula?

- Sim, com frequência.
- Às vezes.
- Não trabalha este tipo de temática.
- Outro:

5) Você sabia que as legislações educacionais brasileiras estabelecem que a educação deve preparar o aluno para o pleno exercício da cidadania, contextualizando situações vivenciadas na realidade social do educando?

- Sim. Não.

E você concorda que isto deva ser um dos objetivos da educação?

6) Qual(is) seria(m) a(s) principal(is) dificuldade(s) em se abordar temas políticos em sala de aula? Marque as que você concorda, podendo ser selecionada mais de uma alternativa.

- Temas políticos não podem ser contextualizados com a minha disciplina.
- Os alunos não teriam interesse neste tipo de abordagem.
- Tenho receio quanto a reação que colegas e alunos teriam se eu tratasse de temas políticos.
- Não me sinto confortável em abordar este tipo de assunto.
- Não concordo que este tipo de assunto deva ser trabalhado na escola..
- Já possuo muito conteúdo para repassar. Não teria tempo para outras abordagens que não estivessem diretamente relacionadas à minha disciplina.
- Não visualizo uma sistemática clara para trabalhar temas políticos em sala de aula.
- Não possuo formação na área.
- Não possuo dificuldades em abordar temas políticos em sala de aula.
- Outro:

7) Você conhece o Programa Escola Sem Partido?

- Sim. Não.

Caso a resposta seja positiva, você concorda com as propostas do programa?

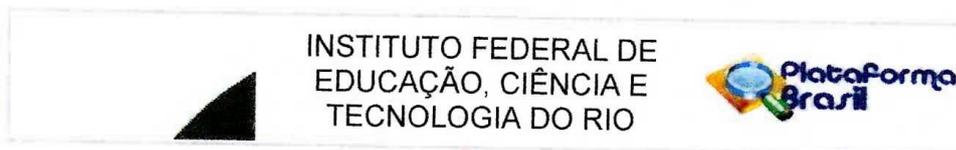
- Sim. Não.

Em partes

Outro:

8) Você possui alguma ideia, sugestão ou crítica? Compartilhe conosco!

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Política Suprapartidária: Desenvolvendo A Consciência Crítica Para Uma Educação Integral

Pesquisador: LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 82540118.6.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.523.748

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto apresentado no Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS. Segundo o pesquisador responsável, serão aplicados questionários para verificar os conhecimentos prévios de alunos de 3º de Ensino Médio do Campus Ibirubá acerca de política antes e depois da realização de uma mostra no projeto intitulada de "Mostra Política". Seu objetivo principal é conseguir "levar o conhecimento político, em um viés suprapartidário, aos alunos do Ensino Médio Integrado do IFRS Campus Ibirubá, de forma a apresentar para estes as bandeiras e ideologias que cada lado se propõe a trabalhar, com a clara intenção de fornecer a estes jovens subsídios práticos e científicos, que lhes incentivem o pensamento crítico, sem lentes e preconceitos, de maneira que os discursos políticos apresentados casem com seus ideias de vida".

Objetivo da Pesquisa:

Lê-se no projeto apresentado:

"OBJETIVO GERAL: Apresentar aos educandos, de uma forma intuitiva e autoexploratória, as variadas concepções políticas existentes (seus conceitos, defesas, bandeiras e ideologias), para que estes possam escolher aquele partido ou viés que melhor se encaixe com suas perspectivas de vida".

"OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

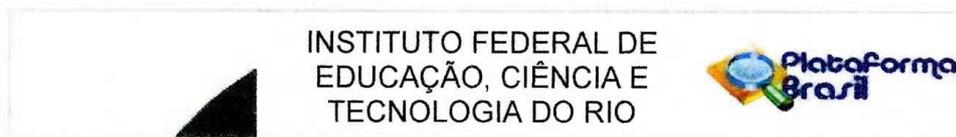
CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br



Continuação do Parecer: 2.523.748

- I) Investigar, através de análise documental dos PPCs dos cursos do EMI, quais disciplinas, atualmente, possibilitam o debate do objeto desta pesquisa;
- II) Pesquisar as concepções prévias dos educandos acerca do assunto proposto (influências, interesse);
- III) Apresentar, de uma forma crítica, o que discute cada lado (alas de centro, esquerda e direita), de um ponto de vista suprapartidário, como meio de se incentivar o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos: O estudo apresenta risco mínimo, isto é, poderá mobilizar sentimentos e percepções e causar desconforto pelo desconhecimento do tema ou conceitos.

Benefícios: Esta pesquisa contribuirá na formação integral dos alunos como seres humanos e cidadãos críticos em relação à política, ao possibilitar a análise dos diferentes debates políticos vigentes, a contextualização e surgimento das distintas alas, bem como o estudo do discurso que se propõe falar da neutralidade política na escola. O apanhado destas informações permitirá a superação de velhos preconceitos e paradigmas e proporcionará uma visão abrangente da ciência política, apresentando ideias semelhantes e, também, diferentes das dos educandos." De acordo com o escopo do projeto apresentado, os riscos e benefícios estão condizentes e atendem às principais diretrizes deste CEP.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é pertinente por agregar três assuntos interessantes em um Mestrado voltado à Educação Profissional e dentro de um IF: Ensino Médio Integrado, discussão de política (na concepção mais ampla da palavra) e o contexto social brasileiro em que os dois assuntos anteriores estão inseridos. A apropriação do espaço público e as consequências de uma maturação da discussão de construção desse mesmo espaço passa pela apropriação conceitual sistematizada, aberta e histórica dos movimentos nos quais a escola e o processo de escolarização estão inseridas. Uma vez que esses são objetivos que perpassam a proposta de pesquisa, podemos considerar que trata-se de uma abordagem pertinente e conectada com o cotidiano do Ensino Médio Integrado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados, tais como as autorizações institucionais.

Recomendações:

O TALE inicia dizendo que "Seu filho/ sua filha está sendo respeitosamente convidado (a) a

Endereço: Rua General Osório, 348
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Continuação do Parecer: 2.523.748

participar..", mas recomendamos que seja mantida a atenção para os casos em que o representado mantenha outro tipo vínculo com seu responsável que não seja o de filiação.

Os TCLE e o TALE explicitam o risco mínimo a que o participante da pesquisa pode estar sujeito e afirmam que "caso isso ocorra, serei [o participante] encaminhado para o setor de Assistência Estudantil do Campus, onde poderei conversar sobre com a Assistente Social ou Psicóloga da instituição, a fim de receber o acompanhamento necessário". Obviamente sem questionar o encaminhamento, que se mostra adequado à preocupação com o bem estar e a ética na participação dos indivíduos da pesquisa, apontamos a necessidade de comunicar a tais profissionais citados que poderão ser procurados pelos alunos no decorrer da pesquisa, para que possam se organizar e garantir o que está sendo explicitado nos TCLEs e no TALE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1062017.pdf	25/01/2018 16:36:43		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Diretora_Geral.pdf	25/01/2018 16:35:56	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito
Outros	Modelo_de_Questionario_Final.pdf	13/01/2018 03:21:22	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito
Outros	Modelo_de_Questionario_Inicial.pdf	13/01/2018 03:20:32	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_Aluno_Maior_de_Idade.pdf	13/01/2018 03:19:48	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_Pais_e_ou_Responsaveis.pdf	13/01/2018 03:19:07	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Termo_de_Assentimento_Aluno_Menor_de_Idade.pdf	13/01/2018 03:17:43	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

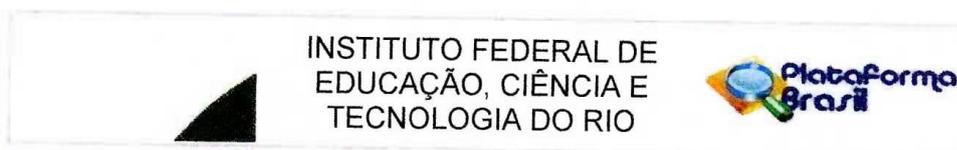
CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br



Continuação do Parecer: 2.523.748

Justificativa de Ausência	Termo_de_Assentimento_Aluno_Menor de Idade.pdf	13/01/2018 03:17:43	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	13/01/2018 03:16:54	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Autorizacao_Institucional.pdf	13/01/2018 03:15:46	LUIZ FELIPE KOPPER DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 02 de Março de 2018

Bianca Smith Pilla

Assinado por:
Bianca Smith Pilla
(Coordenador)

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
UF: RS Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO - ALUNO MENOR DE IDADE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar do projeto de pesquisa intitulado: **“Educação Política: Uma Discussão Necessária Na Busca Por Uma Educação Integral”**. Seus pais/responsáveis permitiram que você participe. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT IFRS. Nessa pesquisa pretendemos apresentar, de uma forma crítica, o que discutem as variadas concepções políticas existentes (alas e partidos de centro, esquerda e direita), de um ponto de vista geral, como forma de se incentivar o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, bem como possibilitar que estes possam escolher aquele partido ou viés que melhor se encaixe com suas perspectivas de vida. Com este trabalho também intentamos analisar as concepções prévias dos educandos acerca do assunto proposto (suas influências e interesses), assim como investigar os PPCs dos cursos do Ensino Médio Integrado para verificar quais disciplinas possibilitam o debate do objeto desta pesquisa.

Sua participação é voluntária e se quiser desistir, em qualquer momento, não terá nenhum problema. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

A pesquisa será feita no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Ibirubá, através de preenchimento de questionário antes e depois de visita a uma Mostra Política. Para isso, será utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, poderá mobilizar sentimentos e percepções e causar desconforto pelo desconhecimento do tema ou conceitos. Caso isso ocorra, você será encaminhado para o setor de Assistência Estudantil do Campus, onde poderá conversar sobre com a Assistente Social ou Psicóloga da instituição, a fim de receber o acompanhamento necessário. Como benefícios, esta pesquisa contribuirá na sua formação integral como ser humano e cidadão crítico em relação à política, ao possibilitar a análise dos diferentes discursos políticos vigentes, a contextualização e surgimento das distintas alas, bem como o estudo do discurso que se propõe falar da neutralidade política na escola. O apanhado destas informações permitirá a superação de velhos preconceitos e paradigmas e

proporcionará uma visão abrangente da ciência política, apresentando ideias semelhantes e, também, diferentes das suas.

Você não será identificado nem pelo seu nome, nem pelo uso de dados ou materiais que possam identificar sua participação no estudo. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, porém mantendo o anonimato.

Ao término da pesquisa, os resultados serão divulgados através de dissertação de Mestrado e publicação de artigo(s).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Se tiver alguma dúvida ou necessitar esclarecimento, pode entrar em contato com os pesquisadores através dos telefones ou e-mails disponibilizados abaixo.

=====

Eu _____, portador do documento de identidade (se tiver), aceito participar da pesquisa intitulada: “**Educação Política: Uma Discussão Necessária Na Busca Por Uma Educação Integral**”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi a informação de que a qualquer momento poderei desistir de participar do estudo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de permitir minha participação, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Ibirubá, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54)3449-3340

Pesquisador(a) principal: Luiz Felipe Kopper da Silva

Documento de Identidade: 4107536131

Telefone para contato: (55) 9 9221-1812

E-mail para contato: felipe.kopper@ibiruba.ifrs.edu.br ou felipe.kopper@outlook.com

**ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ALUNO
MAIOR DE IDADE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“Educação Política: Uma Discussão Necessária Na Busca Por Uma Educação Integral”**, cujos objetivos são apresentar, de uma forma crítica, o que discutem as variadas concepções políticas existentes (alas e partidos de centro, esquerda e direita), de um ponto de vista geral, como forma de se incentivar o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, bem como possibilitar que estes possam escolher aquele partido ou viés que melhor se encaixe com suas perspectivas de vida. Com este trabalho também intentamos analisar as concepções prévias dos educandos acerca do assunto proposto (suas influências e interesses), assim como investigar os PPCs dos cursos do Ensino Médio Integrado para verificar quais disciplinas possibilitam o debate do objeto desta pesquisa. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT IFRS.

A pesquisa será feita no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Ibirubá, através de preenchimento de questionário antes e depois de visitação a uma Mostra Política, que poderá ser gravada e/ou filmada, após minha autorização. Para a coleta de dados será utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas.

=====

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, poderá mobilizar sentimentos e percepções e causar desconforto pelo desconhecimento do tema ou conceitos. Caso isso ocorra, serei encaminhado para o setor de Assistência Estudantil do Campus, onde poderei conversar sobre com a Assistente Social ou Psicóloga da instituição, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além

disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que espera-se que esta pesquisa contribua na minha formação integral como ser humano e cidadão crítico em relação à política, ao possibilitar a análise dos diferentes discursos políticos vigentes, a contextualização e surgimento das distintas alas, bem como o estudo do discurso que se propõe falar da neutralidade política na escola. O apanhado destas informações permitirá a superação de velhos preconceitos e paradigmas e proporcionará uma visão abrangente da ciência política, me apresentando ideias semelhantes e, também, diferentes das minhas.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;
- de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: **“Educação Política: Uma Discussão Necessária Na Busca Por Uma Educação Integral”**. Fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e

benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Uso de imagem/gravação

Autorizo o uso de minha imagem para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a utilização na apresentação didática da Mostra Política, que comporá a Dissertação de Mestrado do pesquisador.

Ibirubá, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP:
95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Luiz Felipe Kopper da Silva

Telefone para contato: (55) 9 9221-1812

E-mail para contato: felipe.kopper@ibiruba.ifrs.edu.br ou
felipe.kopper@outlook.com

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PAIS E OU RESPONSÁVEIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (para pais e/ou responsáveis)

Prezado (a) Senhor (a):

Seu filho/sua filha está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “**Educação Política: Uma Discussão Necessária Na Busca Por Uma Educação Integral**”, cujos objetivos são apresentar, de uma forma crítica, o que discutem as variadas concepções políticas existentes (alas e partidos de centro, esquerda e direita), de um ponto de vista geral, como forma de se incentivar o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, bem como possibilitar que estes possam escolher aquele partido ou viés que melhor se encaixe com suas perspectivas de vida. Com este trabalho também intentamos analisar as concepções prévias dos educandos acerca do assunto proposto (suas influências e interesses), assim como investigar os PPCs dos cursos do Ensino Médio Integrado para verificar quais disciplinas possibilitam o debate do objeto desta pesquisa. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT IFRS.

A pesquisa será feita no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Ibirubá, através de preenchimento de questionário antes e depois de visitação a uma Mostra Política, que poderá ser gravada e/ou filmada, após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas.

=====

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo para meu representado, isto é, poderá mobilizar sentimentos e percepções e causar desconforto pelo desconhecimento do tema ou conceitos. Caso isso ocorra, será encaminhado(a) para o setor de Assistência Estudantil do Campus, onde poderá conversar sobre com a Assistente Social ou Psicóloga da instituição, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de

questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que a participação do meu representado(a) no estudo é de extrema importância, uma vez que espera-se que esta pesquisa contribua na sua formação integral como ser humano e cidadão crítico em relação à política, ao possibilitar a análise dos diferentes discursos políticos vigentes, a contextualização e surgimento das distintas alas, bem como o estudo do discurso que se propõe falar da neutralidade política na escola. O apanhado destas informações permitirá a superação de velhos preconceitos e paradigmas e proporcionará uma visão abrangente da ciência política, apresentando ideias semelhantes e, também, diferentes das suas.

Estou ciente e foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que meu representado(a) poderá deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não será identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em que meu representado(a) continue participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada com a participação nesse estudo;
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;
- de que meu representado não responda qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade n.º _____, aceito que meu representado

_____ (Nome do Representado) participe da pesquisa intitulada: “**Educação Política: Uma Discussão Necessária Na Busca Por Uma Educação Integral**”. Fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Uso de imagem/gravação:

Autorizo o uso de imagem de meu representado(a) para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a utilização na apresentação didática da Mostra Política, que comporá a Dissertação de Mestrado do pesquisador.

Ibirubá, ____ de _____ de _____.

Assinatura dos pais e/ou responsáveis

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54)3449-3340

Pesquisador(a) principal: Luiz Felipe Kopper da Silva

Telefone para contato: (55) 9 9221-1812

E-mail para contato: felipe.kopper@ibiruba.ifrs.edu.br ou felipe.kopper@outlook.com

ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, JOSÉ ELI SANTOS DOS SANTOS, responsável pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Educação Política Suprapartidária: Desenvolvendo a Consciência Crítica Para Uma Educação Integral”, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispoendo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados, ao pesquisador, o espaço físico previsto para a aplicação do produto educacional e os PPCs dos cursos do Ensino Médio Integrado.

Bento Gonçalves, 09 de janeiro de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável institucional
JOSÉ ELI SANTOS DOS SANTOS
 Reitor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 IFRS - Reitoria
 Portaria nº 1128/2017

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Luiz Felipe Kopper da Silva

Telefone para contato: (55) 9 9221-1812

E-mail para contato: felipe.kopper@ibiruba.ifrs.edu.br ou felipe.kopper@outlook.com

Demais pesquisadores:

Nome: Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Telefone para contato: (51) 9 9184-7062

E-mail para contato: augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br